

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO)**

PATRÍCIA AYRES PEREIRA

**O OLHAR QUEIROSIANO ENTRE CENTRO E PERIFERIA: “OS INGLESES NO
EGIPTO”, EÇA DE QUEIRÓS (*GAZETA DE NOTÍCIAS* – 1882)**

**MARINGÁ
2009**

PATRÍCIA AYRES PEREIRA

**O OLHAR QUEIROSIANO ENTRE CENTRO E PERIFERIA: “OS INGLESES NO
EGIPTO”, EÇA DE QUEIRÓS (*GAZETA DE NOTÍCIAS* – 1882)**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Maringá, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Literários.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Marisa Corrêa Silva

MARINGÁ
2009

PATRÍCIA AYRES PEREIRA

O OLHAR QUEIROSIANO ENTRE CENTRO E PERIFERIA: “OS INGLESES NO EGIPTO”, EÇA DE QUEIRÓS (*GAZETA DE NOTÍCIAS* – 1882)

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Literários.

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Marisa Corrêa Silva
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Prof.^a Dr.^a Clarice Zamonaro Cortez
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof.^a Dr.^a Rosane Gazolla Alves Feitosa
Universidade Estadual Paulista/Unesp – Assis - SP

Dedico este trabalho

Aos meus pais Izabel e Antonio, aos meus irmãos Erta e Júnior, ao meu noivo Daniel, à tia Judith pelo incentivo e amor. Com especial carinho, dedico à tia Lourdes, cujo espírito gentil possibilitou cada página deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

À professora Marisa Corrêa Silva, meus sinceros agradecimentos pela orientação firme e segura demonstrada na elaboração deste trabalho. A ela agradeço, também, o incentivo, a confiança e a amizade nesses anos de convivência.

À professora Rosane Gazolla Alves Feitosa, pelos conhecimentos transmitidos e pela confiança depositada desde o período de graduação, e que até hoje se arrasta.

À professora Clarice Zamonaro Cortez, pela importante colaboração com suas preciosas observações e contribuições transmitidas.

A todos, professores, amigos, familiares e, especialmente, meu noivo, que permitiram a chegada até aqui, meu afeto e minha eterna gratidão.

Ser poeta é ser mais alto, é ser maior
Do que os homens! Morder como quem beija!
É ser mendigo e dar como quem seja
Rei do Reino de Aquém e de Além Dor!

(Florbela Espanca)

RESUMO

Este estudo propõe uma leitura crítica de uma série de textos não-ficcionais intitulada *Os ingleses no Egito*, do escritor português Eça de Queirós, publicada em periódico brasileiro no ano de 1882. Como jornalista, Eça de Queirós escreveu para a *Gazeta de Notícias*, um dos mais influentes jornais do fim do século XIX, editado no Rio de Janeiro. As correspondências ou textos jornalísticos nos oferecem um panorama geral da cultura, da política e da sociedade de sua época, com suas relações conflituosas de poder entre Inglaterra-França e Egito. Sob a perspectiva do Orientalismo de Edward W. Said, corpo de conhecimentos acerca das relações entre países de política, cultura e economia díspares, objetivamos compreender a realidade e as condições do pensamento queirosiano. No que tange às relações de discurso e poder, lançamos mão das idéias de Michel Foucault. Focaremos as relações entre centro e periferia, especialmente Inglaterra e Egito, a fim de desvendar a visão crítico-reflexiva de Eça e de que forma essas relações são encaradas e relatadas por ele - cidadão de um Portugal considerado de médio porte econômico (uma semiperiferia, segundo Boaventura de Sousa Santos). Mas ele está vivendo no momento em que escreve as correspondências, no chamado centro, que é a Inglaterra, fazendo transparecer a sua postura: não era europeísta, eurocêntrica. Curiosamente, ele também não reflete o pensamento do seu país (Portugal), estabelecendo uma relação ambígua com a Europa: sua relação é igual à de Portugal, semiperiferia. Eça utiliza uma retórica demolidora, baseada principalmente na ironia, de forma a deixar claro ao leitor a verdadeira fundamentação das desgraças egípcias: o interesse econômico inglês. Por fim, não é o objetivo principal deste trabalho situar Eça como jornalista, mas sim o seu pensamento revelador no século XIX, a partir de abordagens teóricas mais recentes, póstumas às publicações da *Gazeta*.

Palavras-chave: Eça de Queirós; *Gazeta de Notícias*; *Os ingleses no Egito*; Orientalismo; discurso e poder.

ABSTRACT

Current investigation is a critical interpretation of non-fictional texts called *Os ingleses no Egipto* [The British in Egypt], written by the Portuguese author Eça de Queirós, and published in the 1882 edition of a Brazilian journal. The journalist Eça de Queirós wrote essays for the *Gazeta de Notícias*, perhaps one of the most influential 19th century newspapers in Rio de Janeiro, Brazil. Correspondence or journalistic texts give the reader a general view of culture, politics and society of the period, with its conflicting power relationships in the Britain-France-Egypt axis. The situation and conditions of Queirós's philosophy is analyzed under the aegis of Edward E. Said's concept of Orientalism, or rather, the system of knowledge on the relationships among countries featuring different types of politics, culture and economy. Further, Foucault's concepts are also employed when the relationships between discourse and power are taken into consideration. The relationship between the center and the margin, in this case, Britain and Egypt, is thus focused so that Queirós's critical and reflexive perspective may be revealed. The manner relationships are perceived and reported by the Portuguese journalist and citizen is also taken into account, especially when one considers Portugal, with its medium-sized economy, experiencing a semi-peripheral attitude, in the words of Boaventura de Sousa Santos, with Britain as the center. Queirós's non European and non Eurocentric attitude is thus revealed. Since the essays do not even reflect Portugal's philosophy, there is an ambiguous relationship with Europe, or rather, his relationship is identical to Portugal's semi-peripheral condition. Queirós uses a disruptive irony-based rhetoric so that the reader may have a clear idea of Egypt's woes and their causes: British economical interests. Although current research does not restrict itself to Queirós as a journalist, it focuses on 19th century thought by employing state-of-the-art theoretical approaches posterior to the *Gazeta* publications.

Key words: Eça de Queirós; *Os ingleses no Egipto*; Orientalism; discourse and power.

SUMÁRIO

Notas explicativas.....	126
OS INGLESES NO EGIPTO.....	145
OS INGLESES NO EGIPTO.....	166
OS INGLESES NO EGIPTO.....	175
1.2 Atualidade a respeito do Orientalismo.....	20
1.3 O fundamento do Orientalismo de Said.....	21
1.4 Orientalismo: um introdução.....	22
1.4.1 Mitos e mentiras?.....	23
1.4.2 A metodologia de Edward W. Said.....	24
1.5 A alçada do Orientalismo.....	26
1.5.1 O oriental: apresentação ou representação.....	26
1.5.2 As fronteiras do Orientalismo.....	28
1.5.3 Armas da estrutura orientalista.....	30
1.5.3.1 Sobre o Oriente: residentes e eruditos europeus.....	31
1.5.3.2 Britânicos / franceses: peregrinos no Oriente.....	32
1.6 O Orientalismo no século XXI.....	34
1.7 Edward W. Said aos passos de Michel Foucault.....	37
2_ O PODER DO DISCURSO E A INSERÇÃO DE PORTUGAL NO CONTEXTO EUROPEU.....	40
2.1 Discurso e poder: perspectiva de Michel Foucault.....	40
2.1.1 Premissa.....	40
2.1.2 Equação: sujeito, saber, discurso, verdade e poder.....	41
2.2 A <i>Microfísica do Poder</i>.....	47

2.3 Semiperiferia: o caso de Portugal.....	51
2.3.1 O projeto da modernidade.....	51
2.3.2 História e inserção de Portugal na Europa do século XIX.....	53
2.3.3 Portugal: entre o centro e a periferia.....	55
3. O OLHAR CRÍTICO-REFLEXIVO DO JORNALISTA EM OS INGLESES NO EGIPTO.....	59
3.1 Sobre <i>Cartas de Inglaterra</i>	59
3.2 Resumo da série <i>Os ingleses no Egito</i>	68
3.3 <i>Os ingleses no Egito I</i>	72
3.3.1 Ironia queirosiana.....	77
3.3.2 A civilização: o grotesco de Eça	79
3.4 <i>Os ingleses no Egito II</i>	81
3.5 <i>Os ingleses no Egito III</i>	87
3.6 <i>Os ingleses no Egito IV</i>	93
3.7 <i>Os ingleses no Egito V</i>	97
3.8 <i>Os ingleses no Egito VI</i>	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	118
ANEXOS	122

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

EÇA DE QUEIRÓS NA IMPRENSA

José Maria Eça de Queirós (1845 – 1900), o maior nome da narrativa realista-naturalista portuguesa, é considerado um divisor de águas entre a tradição e a modernidade. Sua obra se caracteriza pelo sentido crítico às instituições burguesas e pelo retrato da sociedade portuguesa da época, segunda metade do século XIX, com um toque de humor produzido por meio da sátira e da ironia. Mas, aqui e agora, propomo-nos descobrir o jornalista Eça de Queirós e, desse modo, conhecer a faceta menos divulgada desse romancista canonizado pela literatura portuguesa, valendo-nos de uma obra que agrega os seus mais fascinantes artigos jornalísticos. Nossos *corpora* estão constituídos dos seguintes textos:

Os ingleses no Egipto I – 27/ set/1882

[Os ingleses no Egipto] II – 28/ set/ 1882

[Os ingleses no Egipto] III – 29/ set/ 1882

[Os ingleses no Egipto] IV – 13/ out/ 1882

[Os ingleses no Egipto] V – 17/ out/ 1882

[Os ingleses no Egipto] VI – 24/ out/ 1882

Como jornalista, Eça de Queirós escreveu especialmente para um jornal brasileiro, a *Gazeta de Notícias*, um dos mais influentes jornais do fim do século XIX, editado no Rio de Janeiro. Os textos jornalísticos, editados postumamente, estão divididos nos volumes: *Cartas de Inglaterra*, *Ecos de Paris*, *Notas Contemporâneas*, *Cartas Familiares* e *Bilhetes de Paris*, em que o escritor português comenta sobre a cultura e os episódios políticos relevantes da Europa do seu tempo.

Com efeito, a especial afeição brasileira por Eça de Queirós parece remeter ao período anterior aos anos de 1880 e se deve a um conjunto amplo de motivos, pois o romancista não aparecia ao público apenas como o autor de umas tantas obras-primas; ele também era um jornalista que escrevia regularmente nos periódicos brasileiros, opinando sobre os mais diversos assuntos. De fato, só na *Gazeta de Notícias*, Eça escreveu inúmeras páginas, entre 1880 e 1897, sobretudo em dois grandes períodos – de 1880 a 1882 e de 1892 a 1897.

Como cônsul, Eça viveu por quatorze anos na Inglaterra, com início em dezembro de 1874. Nesse período, o jornalista não se cansava de endereçar cartas aos colegas, como

Ramalho Ortigão, descrevendo o ambiente hostil e muito opressivo daquelas terras, acentuando seus aspectos grotescos e até mesmo degradantes. Eça viveu ali um verdadeiro drama de nostalgia que se acentuava com a inadaptação, não fazendo outra coisa a não ser viver pela arte, em uma intensa atividade criativa nesse período. Em 24 de julho de 1880, a *Gazeta de Notícias* do Rio anunciava aos leitores brasileiros a presença do ilustre escritor:

Temos a primeira carta do eternamente escritor Eça de Queirós, que aceitou nosso convite que lhe fizemos para ser nosso correspondente em Londres. Seria ocioso encarecer os méritos do novo colaborador, que tem um nome firmado por trabalhos de grande valor literário. Que o digam *As Farpas*, *O Crime do Padre Amaro*, *O Primo Basílio* e outros primorosos escritos. Por enquanto o senhor Eça de Queirós ocupar-se-á dos acontecimentos de Paris e Londres; muito brevemente, tratará só da Inglaterra, logo que chegar a Paris o correspondente que para essa capital contratamos.

Os textos de imprensa constituem um *corpus* especialíssimo para se entender as diretrizes fundamentais do pensamento queirosiano, mesmo nas relações com sua obra ficcional. E os textos de imprensa, nossos *corpora*, cronologicamente e ideologicamente, unem-se ao cânone ficcional queirosiano que, em 1882, ano da publicação da série *Os ingleses no Egito*, evidencia que o português já havia trilhado um longo caminho no jornalismo e na literatura.

Em *Eça: vida e obra de José Maria Eça de Queirós*, 1979, Maria Filomena Mônica descreve a trajetória do escritor, como a sua formação acadêmica, 1866, quando também inicia a colaboração na *Gazeta de Portugal*, Lisboa. Na faculdade de Direito em Coimbra, toda a sua geração comentou fartamente *Qu' est-ce propriété?*, de Proudhon, e seus princípios de justiça social. E a ausência de liberdade, apoiada por suas leituras, o indignava, convocando-o para o Jornalismo e para a Literatura.

No final de dezembro de 1866, Eça, então com 21 anos, saía do vagão do trem em Évora, para torna-se diretor do jornal *Distrito de Évora*. Revela Mônica: “Faria, então oposição ao governo. Não era difícil para ele. A humanidade, mesmo na sua versão portuguesa, tinha certamente razões de sobra para se queixar do poder” (1979, p. 46).

Junto a Antero de Quental e Jaime Batalha Reis, em 1869, cria Carlos Fradique Mendes, o “poeta satânico”, projeto que consistia na criação de uma filosofia cujos princípios “fossem diametralmente opostos aos ideais geralmente aceites, deduzindo, com implacável lógica (...) a combater a rijos brados o lirismo íntimo”, que “tornava a poesia, sobretudo em Portugal, uma monótona e interminável confidência de glórias e martírios de amor” (*apud* Mônica, 1979, p. 70). Desse modo, o “satanismo” foi o meio encontrado para chocar os

contemporâneos, desprezando o catolicismo, a linguagem romântica e a mediana política vigente.

No ano seguinte, 1870, após sua viagem ao Egito, inspira-se e publica *O Mistério da Estrada de Sintra*, em coautoria com Ramalho Ortigão, que, sob a capa de um romance policial, esconde uma poderosa crítica de costumes e a análise da alta sociedade da época. Em 1871, inicia a publicação d'*As Farpas*, novamente com Ortigão, crônica mensal da política, das letras e dos costumes.

Nessa mesma data, participa nas Conferências do Casino, com uma intervenção provavelmente intitulada *A Literatura Nova (o Realismo como Nova Expressão de Arte)*. No Casino Lisbonense, realizavam as conferências em que expunham ataques à religião católica e às instituições políticas do Estado:

No programa das conferências, Antero e os seus amigos, entre os quais Eça, tinham decidido 'Abrir uma tribuna onde tenham voz as idéias e os trabalhos que caracterizam este movimento do século, preocupando-se sobretudo com a transformação social, moral e política dos povos'. Em resumo, desejavam 'ligar Portugal com o movimento moderno, fazendo-o assim nutrir-se dos elementos vitais de que vive a humanidade civilizada'. (MÔNICA, 1979, p. 109)

De 1875 a 1880, publica *O Crime do Padre Amaro*, *O Primo Basílio* e *O Mandarim*, obras célebres que causaram furor aos leitores. São obras que representam, de forma geral, os momentos de reflexão sobre o atraso da sociedade portuguesa, em um mundo profundamente transformado pela Revolução Industrial e pelo desenvolvimento tecnológico, a hipocrisia e a falsa moral da burguesia por meio da linguagem direta, sem rodeios, que instaura a polêmica do Realismo. Em resposta a Rodrigues de Freitas, que tecia considerações a respeito de *O Primo Basílio*, Eça, em 1878, fazia sua defesa ao Realismo:

O que não queremos nós com o Realismo? Fazer o quadro do mundo moderno, nas feições que ele é mau, por persistir em se educar segundo o passado; queremos fazer a fotografia, ia quase dizer a caricatura do velho mundo burguês, sentimental, devoto, católico, explorador, aristocrático, etc. E, apontando-o ao escárnio, à gargalhada, ao desprezo do mundo moderno e democrático, preparar a sua ruína. Uma arte que tem este fim (...) é um auxiliar poderoso da ciência revolucionária. (*apud* MÔNICA, 1979, p. 180)

Partindo desse caminho, em 1880, Eça inicia suas colaborações ao periódico brasileiro, fundado em 1875, por Elísio Mendes, Ferreira de Araújo e Manuel Carneiro. Tratava-se de um jornal que participou de grandes eventos, com renomados colaboradores,

tais como Raul Pompéia, Machado de Assis, Olavo Bilac, Aloísio de Azevedo, Visconde de Taunay, Ramalho Ortigão e outros.

A *Gazeta de Notícias* foi um periódico publicado no Rio de Janeiro, do último quartel do século XIX até 1942. Inovador em seu tempo, abriu espaço para a Literatura e debatia os grandes temas nacionais. Segundo Sodré (1966), antimonarquista e abolicionista, foi em suas páginas que José do Patrocínio (sob o pseudônimo de Prudhome) iniciou a sua campanha pela Abolição (1879), marcando esse periódico como espelho da Literatura, da cultura e da política carioca/brasileira da época.

Em nota prefacial da edição dos textos de imprensa de Eça à *Gazeta*, Carlos Reis enfatiza que

essa colaboração constitui um testemunho tão sugestivo como, ainda hoje, apelativo, acerca da vida pública européia: o Eça que viveu primeiro em Inglaterra e depois em França remete, deste modo, para o Brasil e para os seus leitores brasileiros, imagens da política, da cultura, do pensamento, das artes e da vida mundana européias. Mais do que o retrato de um tempo e de uma sociedade (ou, se preferir, para além disso), as crônicas queirosianas são um pouco da autobiografia espiritual de um escritor que sempre resistiu a escrever uma autobiografia formalmente entendida como tal. (REIS, 2002)

As circunstâncias das correspondências ao Brasil são muito peculiares, pois se trata de leitores brasileiros, fisicamente distantes da Europa a que essas correspondências se referem. E Eça foi contratado como uma pessoa que estava na Europa e podia passar suas impressões diretamente para o Brasil. Ele não era visto como um português comum, mas como uma pessoa que falava a língua portuguesa e que estava há muito tempo vivendo na Europa/Inglaterra, portanto apto à função de correspondente estrangeiro. Segundo Miné (2002), era irrestrita, entre Eça e a *Gazeta*, a liberdade dos textos, fazendo de Eça correspondente e cronista. Assim é que fatos da política e do cotidiano, acontecimentos e questões de política nacional e internacional, retratos de personalidades, fatos jocosos, tudo se encontra com o “espírito” queirosiano comum à sua ficção, fazendo que o leitor tivesse a possibilidade de entender melhor os entraves dos acontecimentos e refletir sobre aquele tempo histórico.

Ainda segundo Miné (2002), reportando-se às páginas e às seções em que os textos se inscrevem, lembra que as edições em livro disponíveis empregam aleatoriamente os termos *artigo*, *correspondência*, *carta*, *crônica* e outras. Essa indefinição talvez possa ser explicada pela pluralidade de assuntos que caracterizam esses textos, desde *flash* da atualidade até

conflitos políticos entre países, como o caso da série em questão neste trabalho. Por isso, houve aqui a generalidade na opção “textos não-ficcionais”, repetidamente utilizados.

O senso político de observador atento à atualidade internacional e capaz de interpretar os acontecimentos com acuidade é o traço predominante do Eça-jornalista. Heitor Lyra comenta, em seu livro *O Brasil na Vida de Eça de Queirós*, que,

Como já desfrutasse da mais larga aceitação no Brasil, tudo o que lhe saía da pena era simplesmente devorado pelos seus inúmeros leitores e admiradores brasileiros, tornando-se ele, assim, um dos mais populares jornalistas da nossa imprensa diária. (LYRA, 1990, p. 37)

Desse modo, Eça se firmou como jornalista, não deixando nada a desejar como em suas obras literárias. Os dois papéis não se apresentavam distintos ou incompatíveis, fato que verificaremos mais adiante, podendo facilmente argumentar-se que um enriqueceu o outro. O jornalismo obrigou-o a estar atento ao que o rodeava e ao que se passava pelo mundo; a ficção contribuiu para que conferisse importância ao estilo rebuscado, privilegiado na Literatura, e aos costumes da sociedade portuguesa de seu tempo, aspectos deflagrados nos seus primeiros romances.

Eça é uma referência no Jornalismo desde a Geração de 70, a par de Ramalho Ortigão e Oliveira Martins. Trata-se de uma geração de intelectuais que espelha uma época em que a informação já estava mais acessível ao povo, em grande parte graças ao aparecimento do *Diário de Notícias*. Mas o escritor vivenciou e aprimorou sua cultura e informação quando esteve fora de seu país, primeiro em Cuba, como cônsul e, em seguida, na Inglaterra. De Newcastle para Bristol, vai escrevendo para jornais portugueses e brasileiros.

Assim como a escrita literária, o texto de imprensa é, e sempre foi, um terreno apreciado e explorado pelos romancistas-jornalistas. Eça começou como jornalista no jornal *Distrito de Évora*, colaborou com diversos outros jornais e fundou algumas revistas que acabaram por não ter sucesso, como a *Revista de Portugal*. Pode-se dizer que ele nunca mais abandonou o Jornalismo desde *Évora*. Segundo Mônica (1979), após sua experiência em *Évora*, um fato bastante marcante em sua carreira ocorre quando ele se junta a Ramalho Ortigão para escrever *As Farpas*, um marco de forte crítica, em 16 meses de ferroadas irônicas aos políticos de sua época. Ao todo, Eça foi colaborador em mais de uma dezena de jornais e revistas.

Há alguns anos foi editado, sob coordenação geral de Carlos Reis e de Ana Teresa Peixinho, o conjunto de textos que Eça escreveu para a *Revista de Portugal*. E, continuando a

dar seqüência à publicação da edição crítica da obra queirosiana, sob responsabilidade de Elza Miné e de Neuma Cavalcante, encontramos uma edição dos textos de imprensa que Eça endereçou à *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, compilados por meio de exemplares microfilmados do periódico depositados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Elza Miné, reconhecida por seu trabalho constante e intenso em torno de Eça de Queirós como jornalista, juntamente com Neuma Cavalcante, organiza o volume que apresenta uma reunião integral e conjunta dos textos elaborados por Eça com vista à publicação no jornal carioca, todos editados por ordem cronológica de publicação na *Gazeta do Rio* (24/jul/1880 – 21/set/1897).

A produção escrita não-ficcional de Eça de Queirós, publicada na *Gazeta de Notícias* (RJ), em especial os *corpora* deste estudo, *Os ingleses no Egipto I*, *Os ingleses no Egipto II*, *Os ingleses no Egipto III*, *Os ingleses no Egipto IV*, *Os ingleses no Egipto V* e os *Os ingleses no Egipto VI*, foi preferencialmente visitada e consultada para a elaboração de nossa pesquisa, na edição crítica de Elza Miné e de Neuma Cavalcante.

Faz-se necessário ressaltar, primeiramente, que a escolha do autor deveu-se a sua importância na Literatura Portuguesa no momento do Realismo-Naturalismo e à influência que exerceu na Literatura Brasileira. Deveu-se, também, à ampla disponibilidade de acervo relativo ao autor na Biblioteca da Unesp, campus de Assis, e das cópias dos microfilmes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro da *Gazeta de Notícias* disponíveis no Cedap (Centro de Documentação e Amparo à Pesquisa), documentos esses que facilitaram a obtenção de material para pesquisa durante o período de nossa graduação em Letras.

Os *corpora* tiveram como critério de escolha o fato de que foram, juntamente com outros títulos de *Cartas de Inglaterra*, o objeto de nossa pesquisa de Iniciação Científica, orientada pela Prof.^a Dr.^a Rosane Gazolla Alves Feitosa (pesquisadora, dentre outros, do realismo-naturalismo português [Eça de Queirós] e de periódicos brasileiros e portugueses) da Unesp, campus de Assis. Outrossim, a seriedade do projeto foi comprovada por meio do financiamento da Fapesp ([Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo](#)), nos anos de 2005 e 2006, contribuindo sobremaneira para o desempenho, o contato e o entendimento de tais textos de imprensa nesta pesquisa de Mestrado.

Agora, a preferência da edição de Miné e Cavalcante reside também no Projeto de Iniciação Científica intitulado “Eça de Queirós em periódicos - *Gazeta de Notícias*: notas explicativas, índices remissivos (Banco de dados)”. Esse projeto cumpriu seu objetivo de facilitar a compreensão dos textos publicados em jornais, por meio da elaboração de notas explicativas e da organização de índices remissivos (para melhor localizar o assunto ou palavra-chave), inseridos em banco de dados, tornando os textos jornalísticos mais acessíveis

à leitura e ao acesso do público não-iniciado em textos queirosianos. Para isso, na época, foram digitalizados os textos de Eça da edição de Miné, cujos excertos foram reaproveitados no corpo do texto da dissertação e também nos anexos da série *Os ingleses no Egito*, com respectivas notas explicativas.

O leitor dos textos não-ficcionais de Eça endereçados à *Gazeta* pode encontrá-los, também, reunidos em *Cartas de Inglaterra, Ecos de Paris, Notas Contemporâneas, Cartas Familiares e Bilhetes de Paris*, publicados postumamente, em 1905, sob títulos diversos, pela Livraria Chardron de Lello & Irmão Editores, organizada por seu amigo Luís de Magalhães, que alterou algumas das epígrafes, suprimiu e omitiu também partes de alguns textos. Outra variação mais recente é a edição de Beatriz Berrini (Nova Aguilar, 2000, v.3), que publicou todos os textos de imprensa de Eça, antecidos por uma introdução em cada periódico referido e, que, em especial, alterou a grafia para “Egito”.

Tais textos jornalísticos estão inseridos em *Cartas de Inglaterra*, de acordo com a primeira edição, e nos oferecem, mesmo que em uma primeira leitura, um panorama geral da cultura, da política e da sociedade de sua época, com suas relações conflituosas de poder entre Inglaterra-França e Egito. Esses pensamentos foram despertados quando Eça de Queirós empreendeu uma rápida viagem ao Egito, em 1869, sob o pretexto de assistir à inauguração do canal de Suez. A partir dessa viagem, que aconteceu pouco mais de uma década antes das correspondências, o Oriente, e especialmente o Oriente Médio, passou a ser uma permanente referência tanto mítica/simbólica quanto factual em suas obras.

O objetivo desta pesquisa reside na possibilidade de discutir o conjunto de textos *Os ingleses no Egito*, publicados no jornal *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, nos dias 27, 28, 29 de setembro e 13, 17, 24 de outubro de 1882, sob a perspectiva do eurocentrismo/Orientalismo, de Edward Said, no que tange às relações de poder, para cujo entendimento lançamos mão das idéias de Michel Foucault. Focaremos as relações entre centro e periferia, especialmente Inglaterra e Egito, e de que forma são encaradas e relatadas por ele - cidadão de um país considerado de médio porte econômico (uma semiperiferia, segundo Boaventura de Sousa Santos). Mas ele está vivendo, no momento em que escreve as correspondências, no chamado centro, que é a Inglaterra.

Faz-se de suma importância a ressalva de que a visão de Eça de Queirós não era europeísta, eurocêntrica. Mas ele, curiosamente, também não reflete o pensamento do seu país (Portugal), estabelecendo uma relação ambígua com a Europa: sua relação é igual à de Portugal, semiperiferia. A propósito, a intenção deste trabalho não é situar Eça como jornalista, mas sim o seu olhar revelador no século XIX, a partir de abordagens teóricas mais

recentes, póstumas às publicações da *Gazeta*. É o olhar do século XX sobre o XIX, a atualização sobre Eça.

Por isso, optamos pela seguinte divisão do trabalho:

- Capítulo *I* – situa o leitor nas questões voltadas ao eurocentrismo do século XIX e, especialmente, no pensamento sobre o Orientalismo, defendida por Edward W. Said, (1978).
- Capítulo *II* – trata, inicialmente, de discurso e poder sob a perspectiva de Michel Foucault, filósofo do século XX. O capítulo também permeia o caso de Portugal como uma semiperiferia no contexto econômico e social europeu, bem como a inserção de Portugal na Europa do século XIX, aviltado pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos.
- Capítulo *III* – apresenta o estudo analítico a respeito, principalmente, da série *Os ingleses no Egipto* (1882), no que tange ao olhar crítico-reflexivo de Eça acerca dos fatos de sua época.

Dessa forma, os capítulos *I* e *II* complementam-se a fim de subsidiar a leitura crítica dos textos de imprensa de Eça em um próximo capítulo (*III*), fazendo parte da metodologia do trabalho. Como contribuição aos estudos de Eça jornalista, encontra-se anexa a série *Os ingleses no Egipto*, com notas explicativas que pretendem tornar os textos jornalísticos mais acessíveis à leitura e ao acesso do público não-iniciado em textos queirosianos. Trata-se de um meio de divulgação e de incentivo à leitura dos textos de periódicos de Eça de Queirós.

É possível adiantar que o jornalismo de Eça de Queirós apresenta aspectos particulares e diversos matizes, já que, diante dos importantes problemas políticos e sociais a que se direciona, ele não se preocupa somente em informar, mas quer, também, interpretar os fatos, sempre formando opiniões e afirmando sua opinião, que, diga-se de passagem, extrapola o tempo em que vive.

1. O ORIENTALISMO DE SAID

1.1 Do eurocentrismo ao Orientalismo

O eurocentrismo pode ser entendido como uma visão de mundo na qual a Europa, juntamente com sua língua, seu povo e sua cultura, é o elemento-guia na constituição da sociedade e, indiscutivelmente, a protagonista da história da humanidade. É possível que uma considerável parcela da historiografia produzida do século XIX até a metade do século XX assuma o posicionamento profundamente eurocêntrico, mesmo aquela praticada fora da Europa.

Nas últimas décadas, com o revisionismo histórico por parte de diversos intelectuais, como Edward W. Said, tendeu-se a colocar em voga a discussão e a desconstrução sobre essa visão de mundo eurocêntrica, buscando, desse modo, novas perspectivas. Manifestou-se, a partir desse revisionismo, uma abordagem ou espécie de doutrina, que hoje já se encontra no meio acadêmico e que objetiva discutir, e não mais enxergar, as culturas não-européias de forma exótica e não as encarar de modo xenófobo.

Uma considerável contribuição partiu de Said, em 1978, com a publicação de sua obra mais conhecida, *Orientalismo*, na qual analisa a visão ocidental do “mundo oriental”, mais concretamente do mundo árabe. Said argumentou que o Ocidente criou uma visão totalmente distorcida do Oriente como o "outro", que, de acordo com Bonnici (2005), é o sujeito degradado do discurso imperial, ou seja, o não-europeu, em uma tentativa de diferenciação que servia indiscutivelmente aos interesses do colonialismo. Na construção do argumento central do livro, Said analisou uma série de discursos literários, políticos e culturais, nos quais encontrou um ponto comum: a representação dos habitantes do mundo oriental como bárbaros.

Said define o Orientalismo como um “estilo de pensamento”, um modo de pensar o Oriente, que ajudou a subordiná-lo, por intermédio do conhecimento enviesado produzido sobre ele, e que deu ao Ocidente o poder de ditar o que era significativo sobre esse “outro”, de classificá-lo junto com outros de sua espécie e de colocá-lo “no seu lugar”, ou seja, no lugar degradado e rebaixado, segundo a visão distorcida, xenófoba e tendenciosa, que é a ocidental.

Segundo Said, não existe uma essência do Oriente, assim como também não existe uma essência do Ocidente. Tais essências foram *constructos* que serviram para mascarar uma relação desigual que marcou historicamente o relacionamento entre alguns países da “Europa adiantada” com países da periferia do capitalismo.

Com efeito, tais pensamentos acerca das civilizações não-européias teriam sido despertados quando Eça de Queirós estivera no Egito, em 1869. A partir dessa viagem, o Oriente Médio passou a ser uma permanente referência para a reflexão e, mais ainda, para a denúncia do mau uso do imperialismo nas culturas britânica e francesa.

1.2 Atualidade a respeito do Orientalismo

Desde sua publicação até o momento de produção deste trabalho, *Orientalismo* constitui-se em uma obra que, por meio das representações que faz do Oriente, enseja interpretações não moderadamente equivocadas. Fato é que se apresenta como um estudo meditado e analítico sobre cultura, idéias, história e poder, muito mais do que sobre a política do Oriente Médio, fatores que são passíveis de refutação por parte de alguns conservadores.

Na tumultuosa história contemporânea, o Orientalismo também se faz presente. A comprovação ocorre no momento em que se escreve esta dissertação, já que a ocupação de americanos e ingleses no Iraque segue uma invasão imperial, totalmente ilegal, produzindo invasões, destruição física e, é claro, política. Todo esse cenário é uma fração do chamado “choque de civilização”, que não acaba, tornando-se cada vez mais implacável e, aparentemente, sem remédio. Fato é que, ao longo de todos esses anos de conflito descritos na obra de Said entre árabes no Oriente Médio e entre o islã e os Estados Unidos e a Europa, quase nada mudou. Por razões múltiplas, na Europa o pensamento tipicamente ocidental, que será descrito mais detalhadamente adiante, tendeu a cessar, ou melhor, abrandar. Nos Estados Unidos, ao contrário, houve um certo endurecimento nas atitudes, um realce no seu triunfalismo e um acentuado desprezo pela sua dita “oposição”, “o outro”, segundo Said.

Esse poder bélico, razão principal da soberania americana, juntamente com a política econômica, pode ser tranquilamente acompanhado pelos canais abertos de televisão que se vão pelo mundo. Encontram apoio em inúmeras emissoras de rádio, além dos jornais: todos unidos no propósito de mobilizar a “América” contra os perversos e diabólicos estrangeiros.

Usam, ainda, como justificativa para suas atitudes, os mesmos argumentos, reconstituem os estereótipos, tudo para usar sem mais sua força e violência, afinal, sua forma de linguagem. Uma linguagem íntima dos povos do Oriente, cujos signos são a miséria, a destruição e a morte, tanto no caso atual quanto nos que o precederam, a pontuarem a chamada “missão civilizatória”. Aliás, esses povos, chamados “menores” e das “raças submetidas”, geração após geração, são marcados pela avaliação superficial dos imperialistas.

Berrini (2005), pesquisadora de Eça de Queirós, ao descrever a situação dos ingleses no Egito, recorda uma situação mais ampla e exemplar estabelecendo um paralelo entre a invasão britânica no Egito e o destino que ameaça pequenas nações. Eça constituiu uma visão que pode ser considerada universal, não só no sentido do espaço, mas também e, principalmente, no do tempo, o que garante ao seu texto uma extrema atualidade. Segundo os estudos de Berrini, é possível, por exemplo, alterar o título d’*Os ingleses no Egipto* e as denominações próprias de seus personagens e locais para uma irônica avaliação a respeito d’*Os americanos no Iraque*.

1.3 O fundamento do Orientalismo de Said

Em prefácio da edição de 2003, Said argumenta que sua idéia, em *Orientalismo*, é expor os campos de conflito por intermédio da crítica humanista. O humanismo, compreendido por ele representa “ter condições de utilizar histórica e racionalmente o próprio intelecto para chegar a uma compreensão reflexiva e a um desvendamento genuíno” (SAID, 2007, p. 19). Pode-se concluir, segundo o autor, que esse campo individual está em conexão com todos os outros, exemplificando que tudo que vai pelo mundo não se dá de forma ímpar e não está isento das influências externas.

Certamente, seu estudo desconstrói as imagens redutivas e aquele pensamento abstrato que é tão poderoso. Por isso não se afasta da história e da realidade concreta para se juntar à ficção puramente ideológica e do gosto coletivo, embora seja fácil falar sobre sofrimento e injustiça. Assim, segue sempre em um contexto embutido na história, na cultura e na realidade socioeconômica, na expectativa de alargar esse campo de discussão e longe de estabelecer limites.

A necessidade de Said de se aprofundar na história vem da percepção de que, nos velhos e nos novos tempos, a história que deveria ser de reflexão, de debate e de argumentação racional fora substituída por idéias abstratas e reducionistas que celebraram o prestígio americano ou ocidental, fazendo que o contexto se apague com a depreciação das outras culturas: desprezo e descuido.

E o humanismo de Said se estabelece em uma ação da intuição subjetiva humana, mais do que na passividade das idéias fechadas que outrora fora aceita. Ora, o humanismo torna-se um mecanismo de resistência, já que questiona e investiga as condutas desajustadas que se estabeleceram na história, rumo à liberdade da humanidade.

Com efeito, essa é a mola-mestra do jornalista, como em *Os ingleses no Egito*, que nos oferece um panorama geral da cultura, da política e da sociedade de sua época, com suas relações conflituosas de poder entre Inglaterra-França e Egito, na tarefa de desestabilizar o prestígio dos primeiros.

1.4 Orientalismo: uma introdução

Refletindo sobre a condição de Beirute de 1675-6 (época de sua guerra civil) aos olhos “melancólicos” de um jornalista francês, Said (2007, p. 27) revela o motivo do pesar do francês: foram eles, os europeus que praticamente inventaram o Oriente, encaravam-no como um lugar de “seres exóticos”, com paisagens e experiências extraordinárias, junto à sua inquestionável memória de tudo que se vale da Antiguidade. E, naquele momento presente, essa idéia se esvai, sobrevivendo somente de um passado remoto.

Embora tenha havido essa reflexão do jornalista francês, seus conterrâneos e os britânicos e, em menor medida, os alemães, os russos, os espanhóis, os portugueses, os italianos e os suíços, todos cultivaram o Orientalismo compreendido por Said, ou seja, o Oriente abordado por meio das experiências e visão européias. A proximidade entre o Oriente e a Europa advém de suas mais ricas colônias, pelo fato de nelas conter a mais rica cultura, tornando-se uma rival; além disso, a Europa ou o Ocidente foram definidos mediante imagens contrastantes com o Oriente. Espanha e Portugal se apresentam em uma vivência harmônica com árabes, pois eles chegaram à Espanha para dominá-la, instalando-se muitos em Portugal. Por isso, portugueses e espanhóis do século XIX com cabelos crespos certamente seriam descendentes de árabes, segundo Saraiva (1995).

A respeito dessas e de muitas outras questões que serão abordadas com mais detalhes adiante, o Orientalismo vem discutir e analisar, como uma espécie de “instituição autorizada” (SAID, 2007, p. 29), o trato com o Oriente, investigando as afirmações a seu respeito (tecendo ou confirmando) e, de certa forma, colonizando-o, à medida que o governa, que lhe oferece um norte.

Seguindo as idéias de Said, deve-se examinar o Orientalismo como um discurso, já que não podemos compreendê-lo como disciplina rigorosa de sistematização, tampouco como fator determinante e unilateral sobre tudo que pode ser dito a respeito do Oriente, mas como uma possibilidade de revisão e de discussão de uma rede de interesses aplicada a essa entidade peculiar, “o Oriente”. Essa abordagem de estudo deseja mostrar que a força e a identidade da cultura européia é resultado do contraste com o Oriente.

Assim, ao falar do Orientalismo proposto por Said, abordaremos, principalmente, os empreendimentos culturais franceses e britânicos, do começo do século XIX até o fim da Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos dominam o Oriente, seguindo os exemplos dos europeus de outrora. Essa íntima relação apresenta uma vasta produtividade de textos, chamados por Said de orientalistas, mesmo que sempre revelem força maior do Ocidente (britânico, francês, ou americano).

Sobre a resposta do Oriente após os estudos do Orientalismo, Eça nos parece um visionário. A Literatura, sem sombra de dúvida, representa uma das maiores heranças da cultura portuguesa no que diz respeito não apenas à arte, mas também aos contextos históricos que foram explicitamente descritos nos romances e, também, na poesia portuguesa. São exemplos, dentre muitos outros, *A ilustre casa de Ramires* de Eça, 1897, e *Eurico, o presbítero*, de Alexandre Herculano, 1844. A primeira consiste na trajetória de um fidalgo português, Gonçalo Mendes Ramires, cujo destino se confunde com o de Portugal na última década do século XIX, quando a Inglaterra exigiu a sumária retirada de Portugal de suas legítimas possessões na África. E, mesmo antes, Herculano situa seu romance histórico, a história de amor entre Eurico e Hermengarda, em meio à guerra dos visigodos e árabes na Península Ibérica no século VIII (SILVEIRA, 1997).

1.4.1 Mitos e mentiras?

Muitos historiadores garantem que a nomenclatura Oriente e Ocidente foge à geografia, fazendo do Ocidente fundamentalmente a Europa, e do Oriente, a Ásia, portanto a oposição entre Oriente-Ocidente é, na realidade, a oposição Europa-Ásia. Essa demarcação de caráter bipartido é confirmada pela análise etimológica dos termos Oriente e Ocidente, na análise de Sproviero (1998, p. 50): “A palavra oriente vem do latim *oriens*, ‘o sol nascente’, de *orior*, *orire*, ‘surgir, tornar-se visível’, palavra da qual nos vem também ‘origem’. A palavra ocidente nos vem do latim *occidens*, ‘o sol poente’, de *occ-cidere*, de *op*, ‘embaixo’, e *cadere*, ‘cair’. Seríamos induzidos à seguinte analogia: da mesma maneira que o sol nasce no Oriente e morre no Ocidente, assim também a cultura nasce no Oriente e morre no Ocidente”.

Ao examinar um catálogo de textos, Said supôs, inicialmente, que o Oriente não é produto do sublime ou do natural. Esse fato está ligado à observação de que os homens são os produtores da história, fazendo que tanto o Ocidente quanto o Oriente sejam possuidores cada qual, de uma tradição de pensamento, de uma história, que os tornou “reais”. No entanto, as duas se refletem mutuamente, fazendo que seja desmistificada a idéia de que o Ocidente criou

o Oriente sem bases reais. Isso é incorreto, porque essa “orientalização”, como estuda Said, não ocorre de uma simples imaginação, mas sim de uma relação de poder e de dominação. Dessa forma, o Orientalismo não se estrutura em mitos ou em mentiras, ele encontra sua validade à medida que revela o “poder europeu-atlântico sobre o Oriente do que como um discurso verídico sobre o Oriente (o que, na sua forma acadêmica ou erudita, é o que afirma ser)” (SAID, 2007, p. 33).

A fim de esclarecer a “distinção entre o conhecimento puro e o político”, Said (2007, p. 36) revela que o interesse de um inglês na Índia ou no Egito, no final do século XIX, era relacionado à sua condição de colônia, portanto um fato puramente político. A verdade é que, nas produções das ciências humanas, a política se faz presente. Por isso, um americano ou um europeu, ao estudar o Oriente, não negará as suas circunstâncias: ele primeiramente é um europeu ou um americano e, em última instância, ele é um indivíduo. O fato de ser um americano ou um europeu é de total relevância, pois representa sua consciência, mesmo que de forma confusa, de ser membro da potência que tem interesses bem delineados no Oriente.

Sendo assim, o Orientalismo é um argumento real de “uma dimensão considerável da moderna cultura político-intelectual e, como tal, tem menos a ver com o Oriente do que com o ‘nosso’ mundo” (SAID, 2007, p. 41). E essa consciência geopolítica se distribui em textos variados, desde os estéticos e históricos até os econômicos. Said examina certos escritos, já que quase todo escritor do século XIX era extremamente consciente do imperialismo dominante, entre eles, Carlyle, Mill, Eliot e muitos outros que representavam em seus textos opiniões muito claras sobre imperialismo e raça. Todos a representarem a inferioridade do Oriente, desde o grau de civilização até a raça de sua gente.

Assim, Said (2007, p. 44) estuda o “Orientalismo como um intercâmbio dinâmico entre autores individuais e os grandes interesses políticos modelados pelos três grandes impérios – o britânico, o francês, o americano – em cujo território intelectual e imaginativo a escrita foi produzida.” E a isso o português Eça de Queirós não cessa de representar, em *Os ingleses no Egito*, em que desconstrói a natureza do poder colonial, desconstrói a imagem que o mundo ocidental tem do Oriente.

1.4.2 A metodologia de Edward W. Said

A metodologia do Orientalismo tem como ponto de partida as experiências britânica, francesa e americana no Oriente, mais especificamente nos espaços árabes e no islã (regiões

como o Egito), fazendo disso um pano de fundo com raízes históricas e intelectuais que perdurou quase mil anos.

Um plano metodológico para analisar a autoridade de quem escreve sobre o Oriente (nesta dissertação, textos não-ficcionais de Eça de Queirós) é identificar a “localização estratégica” (SAID, 2007, p. 50), ou seja, a posição tomada pelo autor em seu texto em relação ao que é oriental e, mais adiante, analisar a chamada “formação estratégica”, ou seja, a relação dos textos e o seu poder referencial na cultura em geral.

Há que se identificar o tipo de voz narrativa que Eça adota, a estrutura que constrói, as imagens, os temas e os motivos que pairam na série de textos jornalísticos intitulados *Os ingleses no Egito*. Essa composição é uma soma de dados ou, ainda, marcas de situação de enunciação indispensáveis para que ele pudesse abranger e representar o Oriente a fim de falar em seu nome. Com isso, deve ser analisado o precedente oriental do jornalista (Eça), para verificar que nada ocorre de forma abstrata, mas com algum conhecimento prévio sobre o Oriente e, portanto, dar crédito ao que foi dito, por meio dessa composição analisável.

É importante, mais uma vez, salientar que o orientalista, o poeta ou o erudito faz o Oriente falar, mas sua preocupação não é o Oriente; é uma espécie de encenação artificial em que um não-oriental se transforma em símbolo de todo o Oriente. São representações e não descrições “naturais ou verdades” do Oriente. Há de se verificar esse tipo de ocorrência nos textos jornalísticos de Eça de Queirós.

“Assim, todo o Orientalismo representa e se afasta do Oriente: o fato de o Orientalismo fazer sentido depende mais do Ocidente que do Oriente” (SAID, 2007, p. 52). Com base nas análises de Said, que tentam mostrar os pioneiros, os textos canônicos e sua relação de apropriação do Oriente, a proposta é identificá-los nos textos de Eça, analisar seus graus de Orientalismo, já que Said afirma que nunca houve um Oriente puro, “muito menos algo tão inocente quanto uma ‘idéia’ do Oriente” (2007, p. 53). Por isso, é com acuidade que as análises se realizarão, com leituras minuciosas, cuja finalidade é desnudar o dialogismo entre os textos do escritor com a complexa formação coletiva com a qual sua obra contribui.

O Orientalismo, com sua ideologia política e lógica do poder, revela questões de extrema importância para os críticos e estudiosos de Literatura, oferecendo um exemplo das mútuas relações entre a sociedade, a história e a textualidade. Independentemente da Geografia, esse tipo de estudo se estende aos interesses de outros setores, como aos leitores do chamado Terceiro Mundo, na esperança de ilustrar os perigos e as tentações da dominação cultural, já que, em sua maioria, foram povos outrora colonizados.

Com efeito, o resgate e o estudo dos textos não-ficcionais de Eça confirmam-se como categóricos para nós brasileiros, visto que podem ser considerados importantes documentos nacionais, publicados no Brasil e devorados por leitores que eram privilegiados com a visão política do jornalista, sempre exótica e vanguardista para a época e com considerável influência. Os textos nos contaminam politicamente e nos despertam para questões de discurso e poder, de conscientização da dominação que nos fora outrora imposta e que se arrasta, mas, que, hoje, pode ser analisada e discutida.

1.5 A alçada do Orientalismo

1.5.1 O oriental: apresentação ou representação

A fim de conhecer os orientais, ou melhor, as facetas orientalistas a seu respeito, um modelo exemplar encontra-se na obra de Said, com pronunciamento do político Arthur James Balfour, em 1910, na Câmara dos Comuns sobre “os problemas com que temos que lidar no Egito”.

Esse pronunciamento se torna interessante para a essência desta dissertação, já que o político estivera na ocupação britânica do Egito em 1882. Adiantando, mas não aprofundando o assunto, o que se sabe é que a necessidade da Inglaterra no Egito era, antes de mais nada, econômica. Isso, porém, aos poucos foi se tornando uma fonte de problemas, dado que a presença britânica se impunha cada vez mais, ao mesmo tempo em que crescia o nacionalismo egípcio.

Balfour, apesar de entender que a obra britânica no Egito foi “suja”, ele a julga um trabalho necessário:

É bom para estas grandes nações – admito a sua grandeza – que esse governo absoluto seja exercido por nós? Acho que é bom. Acho que a experiência mostra que sob nosso domínio eles conseguiram um governo muito melhor do que jamais tiveram em toda a história do mundo, um governo que não só é um benefício para eles, mas indubitavelmente um benefício para todo o Ocidente civilizado [...] Estamos no Egito não somente por causa dos egípcios, embora ali estejamos por sua causa; estamos ali também por causa da Europa em geral. (*apud SAID*, p. 64)

Às voltas com tal pronunciamento, Balfour não dá voz ao egípcio, não o deixa falar. Ele se considera um porta-voz, já que o egípcio disposto a falar é caracterizado como agitador, desordeiro etc. Tudo isso dá vazão ao pensamento de que o bom nativo para ele é

aquele que não interfere e faz “vista grossa às ‘dificuldades’ da dominação estrangeira” (SAID, 2007, p. 58).

E o Egito é assim – o que a Inglaterra governa após a ocupação – sua base é a ocupação estrangeira. Balfour se sentia amparado na sua declaração, porque era parte integrante do parlamento inglês, o que, conseqüentemente, concedia-lhe o direito de falar em nome da Inglaterra e, mais ainda, em nome do Ocidente. Falar do Egito não era simplesmente falar de mais uma de tantas colônias diante do imperialismo ocidental, era antes um exemplo acabado do julgado atraso oriental.

O Egito era uma espécie de troféu, símbolo do conhecimento e do poder ingleses. Estendendo o tempo para pouco mais além que os *corpora* desta pesquisa, é sabido que, em 1882, a Inglaterra ocupou o Egito e sancionou a rebelião nacionalista comandada pelo coronel Arabi. Até 1907, Evelyn Baring (o representante da Inglaterra, também conhecido como ‘Over-baring’), o lorde Cromer, foi o senhor do Egito. O fato é que Balfour apóia, na Câmara dos Comuns, o projeto que daria uma aposentadoria ao lorde, por ele ser o criador do Egito, o responsável pela “sua prosperidade financeira e moral” (SAID, 2007, p. 62).

Essa atitude representa algo mais amplo, pois o que realmente importava aos britânicos era a tutela que não se quebrava, toda a abrangência sobre aquele país oriental. No local se encontravam eruditos, soldados, negociantes, missionários, professores, até os mais altos funcionários, tais como Cromer e Balfour, todos ocidentais. E essa relação vem desvendada nas falas de Said:

Há ocidentais, e há orientais. Os primeiros dominam; os últimos devem ser dominados, o que geralmente significa ter suas terras ocupadas, seus assuntos internos rigidamente controlados, seu sangue e seu tesouro colocados à disposição de uma ou outra potência ocidental. (SAID, 2007, p. 68)

Alguns termos empregados por Balfour definem essa situação: “o oriental é irracional, depravado, infantil, ‘diferente’; o europeu é racional, virtuoso, maduro, ‘normal’” (*apud* Said, 2007, p. 73). Por fim, as palavras de Balfour tendem sempre a julgar o oriental, em uma atitude análoga à de um tribunal, além de querer impor disciplina, como faz um professor com seu aluno, ou melhor, como faz uma autoridade em um cárcere. Mas o que não se pode negar é a representação do Oriental por estruturas que objetivaram a dominação.

No material orientalista, a análise importante é a força cultural. Ela é a representante dos séculos XIX e XX e supunha que tudo o que era ou havia no Oriente era objeto de estudo corretivo devido à sua inferioridade.

De 1815 a 1914, o Orientalismo coincide com o período de expansão europeia, que expande o domínio colonial europeu de 35% para aproximadamente 85% da superfície da Terra.

Além do grandioso império britânico, outro forte império era o francês: ora se aliava e era parceiro, ora era agressivo e rival. Segundo Said (2007), essa parceria, investigada mais profundamente adiante, pode ser encarada mais como uma partilha de poder de todos os benefícios (terra, lucro, governo) que ele implica, inclusive o poder intelectual (Orientalismo), do que como uma gentil cortesia, a fim de evitar uma guerra de poderosos.

A série d' *Os ingleses* integra e contextualiza a orientação política externa da Inglaterra e da França e é seguida, sempre, pela orientação reflexiva e sentenciosa de Eça sobre todas essas questões, o que nos remete aos estudos propostos pelo Orientalismo.

1.5.2 As fronteiras do Orientalismo

A fim de chegar a alguns resultados sobre a geografia imaginativa que representa as fronteiras do Orientalismo, devemos concordar com o fato de que a história é criada pelo homem, por isso existe a possibilidade de que a lugares ou tempos sejam atribuídos papéis que não correspondem à mais remota verdade, uma espécie de realidade ficcional. “Em outras palavras, essa prática universal de designar mentalmente um lugar familiar, que é o ‘nosso’, e um espaço não familiar além do ‘nosso’, que é o ‘deles’, é um modo de fazer distinções geográficas que pode ser inteiramente arbitrário” (SAID, 2007, p. 91).

Essas fronteiras geográficas que acompanham as sociais, étnicas e culturais são traçadas única e exclusivamente pela mente: “traçarmos (nós)” essas fronteiras é o que basta para que “eles” sejam “eles”, uma demarcação da mente.

Fato é que, ao analisarmos o Orientalismo nos séculos XIX e XX, a impressão ou a certeza é a de que foi efetuada toda uma esquematização do Oriente. O papel do Orientalismo impõe a tarefa de converter o Oriente em algo diferente do que ele é, não muito por acreditar que isso favoreça ao oriental, mas sim por acreditar que isso favorece a sua própria cultura. E essa esquematização é disciplinada, possui um ensinamento baseado na tradição, a qual está diretamente ligada à política e à cultura do Ocidente.

Assim foi e vai seguindo o Orientalismo, com seu projeto de lidar com questões, objetos e regiões orientais, sempre designando, nomeando, apontando, fixando o seu discurso e pensamento com algumas poucas palavras e conceitos, fazendo-os valer como reais.

De forma geral, em todas as fases da relação Oriente/Ocidente, sejam elas materiais ou intelectuais, o deslocamento físico partiu do Ocidente; o Oriente não foi até lá (Ocidente). É por isso que o termo Orientalismo é designado para descrever a abordagem ocidental em relação ao Oriente, uma disciplina sistemática sobre o Oriente. Além disso, essa palavra designa sonhos, imagens e vocabulário para tudo que se possa tratar sobre o leste da linha divisória.

Até o século XIX, a história do Oriente se resumia, para os europeus, em uma área dominada por eles. Mas também é verdade que o Egito, por exemplo, sempre teve grande significação no que toca à arte, e a demonstração de força de quem a ocupou advém, também, desse prestígio, para que assim o destino do Egito fosse anexado à Europa. “Além disso, essa potência também entraria numa história cujo elemento comum era definido por figuras não menos grandiosas que Homero, Alexandre, César, Platão, Sólon e Pitágoras, que honraram o Oriente com sua presença anterior” (SAID, 2007, p. 129).

Entretanto, desde a expedição napoleônica ao Oriente, o trabalho orientalista artístico ou textual não foi a sua única arma: exemplos pertinentes podem ser encontrados no projeto geopolítico dos europeus: o canal de Suez, de Ferdinand de Lesseps, e a ocupação britânica no Egito, em 1882.

O projeto de Lesseps foi uma grande façanha do século XIX, comemorada com uma grandiosa festa de inauguração, cujos protagonistas eram os europeus, uma vez que foram os idealizadores e os realizadores desse meio de ligação aquático entre a Europa e o Oriente, com o intuito de unir as duas civilizações – tudo, obviamente, a mascarar o imperialismo desmedido.

O pensamento e o esforço orientalista podem ser resumidos no empreendimento do canal de Suez, pois, para o Oriente ser invadido, primeiramente ele deveria ser conhecido para, posteriormente, ser possuído e, então, recriado. A partir disso, a idéia do que é “oriental” vai se tornando mais fortemente administrativa, sendo “subordinada a fatores demográficos, econômicos e sociológicos” (SAID, 2007, p. 140). De qualquer forma, o certo é que, ao menos a identidade geográfica do Oriente arrastou-se para o Ocidente (quase em sentido literal, com o empreendimento de Lesseps).

A idéia aqui apresentada é a de que, acima de tudo, ocorreu uma apreensão, uma espécie de formulação embasada nas produções textuais, para que chegassem à conclusão do que era o Oriente e pôr tudo em prática. Napoleão e Lesseps estão à luz de tudo isso, pois tudo o que entendiam sobre o Oriente era fruto dos livros escritos à moda da tradição orientalista.

Causa estranheza a idéia de que algo ou alguém possa ser conhecido por intermédio de uma atitude textual – à realidade muitas vezes não se pode aplicar, de forma literal, aquilo que se aprende no livro, atitude que pode resultar em ruína. É importante notar que esses textos tendem a criar não um conhecimento, mas uma realidade muitas vezes ficcional. E essa “realidade irreal”, com o tempo, torna-se fato consumado pela tradição, com o poder daquilo que Michel Foucault, inspiração de Said, prefere chamar de discurso.

Então o Oriente segue observado pelo europeu, em uma sensibilidade que não viaja com ele, uma espécie de observador nunca envolvido, com uma certa distância, “o seu Oriente não é como ele é, mas o Oriente como ele foi orientalizado” (SAID, 2007, p. 154). Assim, até o orientalista moderno, aquele juiz do Oriente, não assume uma distância objetiva do seu objeto de estudo, apesar de ele acreditar ou afirmar fazer. Pinta o Oriente como um quadro vivo de estranheza, perpetuando como tópico e exemplo para outros textos orientalistas.

Uma caricatura popular do Oriente como força ideológica é explorada por políticos e “orientalistas superletrados”. E todas as injúrias feitas pelos orientalistas tornam os “instintos orientais incorrigíveis”:

Essas atitudes orientalistas contemporâneas inundam a imprensa e a mente popular. Os árabes, por exemplo, são imaginados como libertinos a cavalgar camelos, com narizes aduncos, terroristas, venais, cuja riqueza imerecida é uma afronta à verdadeira civilização. Está sempre subjacente a pressuposição de que, embora pertença a uma minoria numérica, o consumidor ocidental tem o direito de possuir ou gastar (ou ambas as coisas) a maioria dos recursos do mundo. Por quê? Porque ele, ao contrário do Oriental, é um verdadeiro ser humano. (SAID, 2007, p. 161)

Diminuindo a distância temporal, a presente crise vista nos jornais e telejornais dramatiza a dessemelhança entre a realidade e os textos. Desse modo, o Orientalismo, com sua literatura e história, envolve-se em “circunstâncias mundanas, históricas que tentou esconder por trás de um cientificismo frequentemente pomposo e apelos ao racionalismo” (SAID, 2007, p. 162).

Fato é que, ao se investigar o Orientalismo, é necessário primeiro lidar com os problemas metodológicos por meio dos quais a história (os textos) apresentou o Oriente. Interessa-nos, aqui, o jornalista Eça de Queirós que, no século XIX, presencia uma parte das injúrias e as delata.

1.5.3 Armas da estrutura orientalista

Em uma espécie de suserania, o europeu se sentia no direito de ocupar alguma parte do território oriental, ou do seu litoral para que pudesse fundar colônias, portos, difundir comércio etc. Mas, como se sabe, essa era uma tutela armada, que se dizia civilizadora e que exercia potência sobre o seu protetorado.

Os europeus, sempre que estiveram por algum motivo no exterior, fortaleceram bravamente sua força cultural, acreditaram somente na sua cultura e resistiram a todas as outras, negando-as. Os contos de viajantes exemplificam bem isso: eles criavam as colônias e fortaleciam o seu poder etnocêntrico.

Além de viajantes exploradores, o exótico era favorecido pelos historiadores que tinham o hábito de comparar a experiência europeia com essas civilizações mais antigas. Os historiadores no período da Renascença julgavam o Oriente como um inimigo, os do século XVIII se distanciavam e não aceitavam as particularidades do Oriente, a fim de estabelecer como única e válida a sua própria cultura. E, a partir dessa atitude de comparar judiciosamente esses povos baseados na empatia, surge o Orientalismo moderno.

Elementos como a expansão colonial, o confronto de culturas e a simpatia são as molas-mestras do Orientalismo moderno, suas estruturas intelectuais e institucionais dependem dessa prática do século XVIII. Assim foi que, durante o século XIX, a Europa se impôs fortemente ao Oriente, e o Orientalismo se embebeu de força pública. No entanto, não é surpresa que houvesse muita falta de originalidade nos textos da época, já que tudo era reconstrução e repetição das mesmas idéias sobre o Oriente.

É importante ressaltar que todo o século XIX representa o momento da história em que ocorreu a maior posse territorial de todos os tempos. Sabe-se que, ao final da Primeira Guerra Mundial, a Europa possuía como colônia 85% da terra; no entanto, seria muito simplista a afirmação de que o Imperialismo moderno foi resultado do colonialismo, por isso essa afirmação deve ser discutida e analisada historicamente.

O correspondente estrangeiro é caracterizado, explicita Miné (2002), como alguém a que se confere total liberdade quanto aos assuntos de que trata e que deve ter uma visão ampla e lúcida do país em que se encontra. No caso específico de Eça, a condição primeira de sua estada em terras inglesas era sua condição de cônsul português, e o que se torna necessário entender é seu posicionamento crítico quanto aos imperialistas, já que Portugal se encontrava como virtual colônia da Inglaterra, o que será discutido mais adiante.

1.5.3.1 Sobre o Oriente: residentes e eruditos europeus

Nos salões europeus, as conversas sobre o Oriente eram freqüentes. Dele se faziam muitas referências, mas é fato que foi se realizando um modelo do Oriente que o reduzia em favor da cultura ocidental. Dessa forma, o Orientalismo foi representado não só por eruditos em seus livros – embora muitos não afirmassem ter qualquer conhecimento sobre o Oriente –, mas também por residentes europeus no Oriente, os quais buscavam ter um discurso legitimado pelo contato real com esse mundo.

Esse último, o residente, emanava o poder europeu, visto que viver no Oriente era sinônimo de uma vida privilegiada, diferente daquela de um cidadão comum, uma vida de honrarias de representante de um império, seja francês, seja britânico. O estrangeiro europeu tinha militar, econômica e culturalmente, o Oriente sob seu domínio.

Torna-se sem sentido o fato de que um europeu no Oriente é um ser alheio a esse ambiente, dono de uma consciência incomum em relação a esse meio, mas que insiste em estar no Oriente para buscar essa experiência sem efetivamente deixar a Europa.

Após essa última reflexão, chegamos a algumas conclusões. Primeiramente, a de que o residente pretendia subsidiar o Orientalismo profissional fornecendo material científico; em segundo lugar a de que o escritor erudito possuía finalidade comum à do citado anteriormente, mas não se sacrificava à excentricidade, ou seja, ao outro modelo cultural, que é o do muçulmano, por exemplo.

Desse modo, o que ele (o europeu) diz sobre o Oriente deve ser concebido como uma descrição ou interpretação unilateral, em um intercâmbio confuso, no qual um observava e o outro agia, sem qualquer proximidade. Dessa observação surgia uma anotação muito útil, mas para quem? Para as várias instituições européias, especialmente o Orientalismo. Confirma Said: “[...] distanciando-se da geração da vida egípcio-oriental: essa é a função de repressão de seu desejo animal em prol de disseminar informações, não no Egito e para o Egito, mas na Europa e para a erudição européia em geral” (p. 229).

Esse tópico, costumeiramente integrante nos textos não-ficcionais de Eça, manifesta o desapontamento do jornalista ao verificar a falta de material ao menos aproveitável no setor da Literatura, o que será brevemente discutido, especialmente, em *Acerca dos livros e Acerca dos livros (conclusão)*.

1.5.3.2 Britânicos / franceses: peregrinos no Oriente

Regra geral era que qualquer viajante ou residente tinha de abstrair possíveis influências do Oriente, reprogramando-as e, automaticamente, ressitando-as para poder escrever a seu respeito e para o Orientalismo. Tudo o que se escrevia sobre o Oriente: sua cultura, calendário diferente, línguas etc, era apresentado pela norma culta da prosa, a francesa ou inglesa. Assim, ao estereotipar o Oriente, o europeu definia suas estruturas com base em simpatia e sensibilidade européias; o que lhe irritava ou o que não lhe parecia correto era motivo de Orientalização. Exemplo disso foi o decoro sexual, pois a sexualidade do Oriente (principalmente no Egito) era ofensiva a um europeu, que a via como excessiva e libertina. Os clichês orientais servem a Flaubert em muitos de seus romances, todos envoltos em uma espécie de escapismo sexual, cujo exemplo é Emma Bovary, com seus devaneios associados às figuras do Oriente e seu sexo licencioso.

A verdade era que poderia se encontrar no Oriente a experiência sexual que era proibida na Europa, o sexo “livre”. Procurava-se um tipo diferente de sexualidade, uma sobre a qual não recaísse culpa e fosse liberada; uma busca que acabou por se tornar regulada e uniforme na caracterização do Oriente devido à repetição.

Durante todo o século XIX, o Oriente foi um lugar de destino dos peregrinos. As terras bíblicas eram a rota de todas as peregrinações pelas quais se passava em algum momento do “passeio”. O desafio dos peregrinos era enfrentar o Oriente orientalizado e os eruditos, como outrora havia sido um desafio enfrentar, por exemplo, a Bíblia ou as Cruzadas.

Ao contrário dos peregrinos britânicos, os franceses tinham atitudes mais maleáveis, por assim dizer. Estavam mais interessados em descobrir uma realidade exótica do que um dado puramente científico, a exemplo dos peregrinos literários, muitos dos quais pensavam no Oriente como um local que agregava mitos e estava inclinado ou propício à Literatura.

Entre os escritores britânicos, uma grande e real parcela sacrificou seu ego em busca do estabelecimento de sua obra junto ao cânone orientalista. Entre os franceses, havia muita dependência do ego do escritor com o objeto analisado, o Oriente. Os primeiros eram providos de uma espécie de disciplina técnica; os segundos viam em sua escrita a representação do seu eu, buscavam na escrita um prolongamento de sua vida.

Por fim, os britânicos escreviam ciência, e os franceses, declarações pessoais, mas o que não se pode negar é que, em ambos os casos, a escrita exercia uma influência muito poderosa e compunha o Orientalismo, em caracterizações ou descrições sobre o Oriente.

A realidade é que, nesse sistema de conhecimento sobre o Oriente, ele foi se tornando mais um objeto que um lugar. Há toda uma vasta caracterização, grande quantidade de referências vindas da imaginação, tudo a ser pontuado em fragmentos de livros. Sobre o

Oriente, os escritos são baseados em observações diretas ou em descrições momentâneas, sem deixar de ser ficção.

Até a chegada do Orientalismo, o Oriente era um lugar, agora um sistema de regras eruditas ditado pelo poder imperial. Assim se fez o legado do Orientalismo do século XIX, que, após todo o processo de ocupação européia no Oriente de 1880 em diante, dá início ao Orientalismo do século XX. Essa ocupação “controlou com sucesso a liberdade e o conhecimento; em suma, o modo como o Orientalismo foi plenamente formalizado numa cópia muitas vezes repetida de si mesmo” (SAID, 2007, p. 272).

Para Eça, o Jornalismo devia não somente esclarecer e orientar, mas também conter sua manifestação, ora de modo explícito (como em estruturas modalizadoras que expressam opinião: penso, creio, é evidente etc.), ora de modo menos direto, mas não menos eficaz (como no tratamento irônico e na exploração dos fatos apresentados como ilustração). Ao recorrer a fatos, como ele próprio diz, “pitorescos”, Eça busca quebrar os estereótipos do Oriente.

1.6 O Orientalismo no século XXI

Até o momento, o objetivo deste capítulo teórico foi apresentar o âmago do Orientalismo, em pensamento e ação, a partir de experiências francesas e britânicas no Oriente. Tais experiências, confirmadas por Said, denotam uma relação íntima, em que Leste e Oeste, mesmo muito próximos (por meio do estudo), estabelecem graus de inferioridade de um e de força de outro, em uma divisão que consegue ser mais imaginativa que geográfica.

Após apresentarmos os pressupostos do Orientalismo, a tarefa seguiu para a definição das fases do Orientalismo moderno, o qual teve início um pouco antes do século XVIII e seguiu até o século XIX. Nesse âmbito, seguiu-se uma proposta de expor o desenvolvimento das instituições do Orientalismo (até cerca de 1880). Inclui-se neste ponto, também, a discussão sobre os eruditos e os escritores imaginativos do Orientalismo, em um retrato de estruturas típicas e tendenciosamente ideológicas, frutos desse campo de estudo.

Pensando nos textos não-ficcionais de Eça de Queirós, sua análise encontrará respaldo nas pressuposições desse campo de estudo apresentado por Said, para quem o artista e suas obras são irrestritamente influenciados pela sociedade e, principalmente, por suas tradições culturais. Ele enfatiza ainda que tanto os escritos eruditos quanto os imaginativos não são, em absoluto, livres; ao contrário, suas imagens, suas pressuposições e suas intenções estão previamente limitadas:

e, finalmente, que os progressos feitos por uma “ciência” como o Orientalismo na sua forma acadêmica são menos objetivamente verdadeiros do que muitas vezes gostamos de pensar. Em suma, meu estudo até agora tentou descrever a *economia* que torna o Orientalismo um tema coerente, mesmo admitindo que, como idéia, conceito ou imagem, a palavra *Oriente* possui uma grande e interessante ressonância cultural no Ocidente. (SAID, 2007, p. 274)

Há pressuposições naturais que acabam por ser controversas no estudo do Orientalismo. Seria natural pensar que os estudos e a erudição seguem um curso de progresso; que eles melhoram a cada acúmulo de informação carregado pelos anos; que há um aprimoramento de métodos por intermédio das gerações de eruditos que se aperfeiçoam com a geração anterior. Ao contrário, para o Orientalismo há um consenso nesse resultado, toda e qualquer afirmação sobre o Oriente não muda em sua essência, e somente esses tipos de obra parecem honestos ao orientalista. Sua pesquisa concerne nas bases dos textos orientalistas anteriores, e eles imprimem uma inimaginável pressão sobre a formação ideológica dos novos escritores e eruditos.

Assim, o Orientalismo pode ser considerado um modo de escrita, visão e estudos regularizados (ou orientalizados), dominados por imperativos, perspectivas e vieses ideológicos ostensivamente adequados para o Oriente. O Oriente é ensinado, pesquisado, administrado e comentado segundo maneiras determinadas. (SAID, 2007, p. 275)

O Orientalismo, portanto, avilta um Oriente regulamentado, uma verdadeira estrutura de representações de tamanha força que é capaz de introduzir o Oriente na erudição ocidental. É o produto de poder e de atividade política representado pelas suas verdades (do europeu). Essa verdade pode ser codificada mediante a linguagem do orientalista, a qual Nietzsche define como

Um exército móvel de metáforas, metonímias e antropomorfismo – em suma, uma soma de relações humanas que foram realçadas, transpostas e embelezadas poética e retoricamente, e que depois de um longo uso parecem firmes, canônicas e obrigatórias a um povo: as verdades são ilusões, sobre as quais esquecemos que é isso que elas são. (*apud* SAID, 2007, p. 278)

Esse tipo de visão comunga com o fato de que, após o Oriente constituir-se na consciência do Ocidente, a ele, ou melhor, a essa palavra foi embutido ou acrescentado um

cabedal de significações, informações, conotações, associações, atributos que não se referiam ao que era o real Oriente, mas ao que era real sobre essa palavra ao campo do Orientalismo.

É notório que o Orientalismo foi mais que uma simples doutrina sobre o Oriente, determinada pelo Ocidente. Foi, antes, uma influente tradição acadêmica transmitida pelo especialista acadêmico que é o orientalista, assim como foi um campo de significação interessante aos viajantes, aos governos, às expedições militares, a qualquer leitor de romance, aos historiadores, aos peregrinos, para quem o Oriente transmite um singular e exótico conhecimento sobre povos e civilizações “diferentes”, por isso, segundo eles, menores.

É verdade, segundo Said, que o europeu em tudo o que se refere ao Oriente pode ser tratado como racista, etnocêntrico e imperialista, aliás, era tudo que tinham para oferecer às outras culturas:

O Orientalismo, portanto, ajudou e foi ajudado por pressões culturais que tendiam a tornar mais rígido o senso de diferença entre as regiões européia e asiática do mundo. A minha afirmação é que o Orientalismo é, no fundamental, uma doutrina política, imposta ao Oriente porque esse era mais fraco que o Ocidente, que elidia a diferença do Oriente com a sua fraqueza (SAID, 2007, p. 277).

Tal pressuposto sobre o Orientalismo apresentado por Said foi confirmado por meio de da exposição apresentada neste capítulo.

No final do século XIX, os projetos do Orientalismo estavam mais próximos ou focados, para assumirem uma atitude mundana que servia ao interesse de um colonialismo formal. Esse momento, que tende a ser descrito com pouco mais de detalhe, configura-se como pano de fundo para as crises do Orientalismo no século XX, o qual dera o fôlego necessário para o ressurgimento das forças cultural e política no Oriente.

Depois de anos de estudo erudito sobre o Oriente, ocorre um longo e lento processo de apropriação do Oriente, o qual passou de consciência textual européia a militar, econômica e administrativa. Segundo Said,

quando Lane, Renan, Burton e as muitas centenas de viajantes e eruditos europeus do século XIX discutem o Oriente, notamos de pronto uma atitude muito mais íntima e até possessiva para com o Oriente e as coisas orientais [...] na forma precisamente real em que o Oriente moderno era experimentado, estudado ou imaginado, seu espaço geográfico era penetrado, elaborado, conquistado. O efeito cumulativo de décadas de um tratamento ocidental tão soberano transformou o espaço do Oriente de estrangeiro a colonial. (SAID, 2007, p. 286)

A realidade é que um espaço mais “fraco” ou subdesenvolvido como o Oriente era um alvo que atraía e instigava a penetração de “fortes”, desenvolvidos como as potências anglo-francesas; esse espaço, por fim, interessava enquanto colônia. Embora com muitas diferenças, franceses e britânicos se encontravam no caminho que chegava à cultura, à política e à história do Oriente, aliás, acreditavam que esse domínio era mais que um direito tradicional, era o destino.

Talvez, em última análise, seja de ordem estilística a diferença que sempre se sente entre Orientalismo moderno britânico e o francês; a importância das generalizações sobre o Oriente e os orientais, o sentido de distinção preservado entre o Oriente e o Ocidente, o desejo de domínio ocidental sobre o Oriente – tudo isso é igual em ambas as tradições. (SAID, 2007, p. 304)

Assim foi a realização do Orientalismo moderno: sabendo que o Oriente não era uma descoberta repentina, mas sim um espaço particularmente estudado e instruído por meio da erudição e da administração europeia – “o crédito por ter feito do Oriente o que ele então era” (SAID, 2007, p. 299), constituíram ou moldaram circunstâncias pela tradição e inteligência articuladas, denominadas Orientalismo. E o contraponto de Orientalistas modernos foi, certamente, o autor e jornalista português Eça de Queirós, com seus textos endereçados à *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro.

1.7 Edward Said aos passos de Michel Foucault

Michel Foucault (1926 – 1984) foi filósofo e professor da cátedra de História dos Sistemas de Pensamento, no Collège de France, cujo trabalho foi de suma importância no que se refere, principalmente, à temática do poder, rompendo as concepções clássicas desse termo.

Seguindo as idéias de Bonicci (2002), para o filósofo, o poder é considerado uma relação de forças, não aquilo que um indivíduo cede ao imperante, já que o poder está em ambos os lados; todo sujeito está atravessado por relações de poder e não pode ser considerado independente delas. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de verdade e saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades.

Por intermédio do poder disciplinar, como o presídio, e do biopoder, sobre o corpo, Foucault analisa o poder em seus primeiros estudos. Para tanto, em vez de estudá-lo por meio da História, ele realiza uma genealogia, um estudo histórico que não busca uma origem única

e casual, mas que tem por base o estudo das diversidades e das lutas, abrindo novos campos no estudo da História e da Epistemologia.

A História, fora do meio acadêmico, tem por função o registro documental e o acúmulo de informações relevantes sobre os povos. Mas, ao longo dos séculos XIX e XX, na pesquisa e no estudo das humanidades, Foucault percebe que essa antiga percepção histórica não daria conta dos avanços das ciências, especialmente das ciências empíricas.

No final do século XX, vários estudiosos da Literatura, como Edward Said, dos Estados Unidos, propuseram uma mudança radical e necessária: que nas análises e nas pesquisas das humanidades caísse por terra o uso excessivo e exclusivo da perspectiva histórica, passando, assim, à utilização de uma que fosse mais geográfica ou espacial. Como se sabe, essa proposta de mudança de perspectiva foi decisivamente influenciada pelas idéias do pensador francês, Michel Foucault. Foi assim que o crítico literário Edward W. Said contribuiu consideravelmente à teoria esboçada por Foucault, afirmando que a tendência de se voltar somente à História ainda era muito forte até o século XX e que esse panorama era um fator que prejudicava a construção de um saber mais abrangente sobre as relações sociais.

Esse historicismo foi sempre tão inflexivelmente hegemônico que, em seus estudos, Foucault trata muito sobre a importância do espaço, fato corroborado pelos estudos de Said, considera a Literatura, em conjunto com a Geografia, uma aplicação para um resultado de suma importância.

Ambos não consideram a Geografia como algo inerte ou apenas um cenário no qual a história acontece, mas sim como uma força ativa que estabelece certos posicionamentos: “Estamos em uma época em que o espaço se oferece a nós sob a forma de relações de posicionamentos. [...] Vivemos no interior de um conjunto de relações que definem posicionamentos irredutíveis uns aos outros e absolutamente impossíveis de ser sobrepostos” (FOUCAULT, 1979, p. 413-414).

Desse modo, o papel pioneiro de Foucault estabelece a mudança de uma perspectiva histórica para uma perspectiva geográfica na crítica cultural, assim como suas dependências no que tange ao discurso e ao poder. Esses também são traços assinalados por Said em seus estudos, constituindo uma nova abordagem por meio da qual os textos são interpretados politicamente.

Por tal concepção política, os estudos (de ambos) deslindam o fato de que as forças políticas e econômicas, assim como o controle ideológico e social, dominam o discurso e o texto. Esse poder é exercido com o intuito de produzir efeitos, como o convencimento de que os europeus são indiscutivelmente superiores cultural e intelectualmente diante da

inferioridade do povo Oriental. Nesse caso, a função de quem deseja manipular e deter o poder é a de estabelecer uma posição hierárquica superior entre ele, o “sujeito”, e o outro, o “objeto”, em uma relação que não reflete a verdade. Observemos que Bonnici (2005, p. 52) orienta que “sujeito é a fonte de toda a atividade humana e controla o mundo através de sua inteligência, ideologia e discurso”. O outro é excluído por esse discurso em um processo de *outremização*, no qual o sujeito lança estereótipos, objetificando-os. Nas palavras de Bonnici, “o sujeito e o objeto pertencem a uma hierarquia em que o oprimido é fixado pela superioridade moral do dominador” (1998, p. 14).

Por fim, seguindo os parâmetros de Foucault, Said em *Orientalismo*

demonstra como a teoria da desconstrução poderá desafiar a pretensão de objetividade no contexto da história cultural. Desconstruindo a natureza do poder colonial [...] desconstrói a imagem que o mundo ocidental tem do Oriente, imagem essa que foi construída por historiadores, escritores, poetas e estudiosos durante vários séculos (BONNICI, 2002, p. 225).

A teoria e a crítica de Foucault e de Said têm por objetivo compreender a realidade e as condições em que certos setores da humanidade se encontravam e se encontram excluídos pelos detentores da hegemonia social, política e econômica. Mais especificamente, é um corpo de teoria baseado na relação íntima entre o discurso e o poder, com a qual interpretaremos “politicamente” os textos jornalísticos de Eça.

2. O PODER DO DISCURSO E A INSERÇÃO DE PORTUGAL NO CONTEXTO EUROPEU

2.1 Discurso e poder: perspectiva de Michel Foucault

2.1.1 Premissa

Os pressupostos pós-estruturalistas, os quais estão intimamente ligados à questão do discurso, são muito bem exemplificados, a saber, pelo trabalho de Jacques Derrida, Michel Foucault, Julia Kristeva, Jean-François Lyotard, Gilles Deleuze, entre muitos outros.

Tais pensadores enfatizam que o significado é uma construção ativa, radicalmente dependente da pragmática do contexto. É necessário ter essa consciência, para que sejam revelados seus significados ocultos, visto que os discursos estão imbuídos de uma ideologia que busca encorajar a pluralidade de discursos, legitimando a não-existência de uma única verdade ou interpretação. Questionam, portanto, a suposta universalidade das chamadas "asserções de verdade" (BONICCI, 2002).

Para uma análise mais segura sobre o assunto, eis a leitura crítica dos livros de Michel Foucault: *Microfísica do Poder*, *Vigiar e Punir*, *A ordem do discurso*, *As Palavras e as Coisas* e *O sujeito e o poder*, os quais trazem análises históricas da questão do poder como um instrumento de análise capaz de explicar a produção dos saberes.

Foucault, em seu conjunto de obras, vê a verdade como o produto de regimes ou gêneros discursivos que têm seu próprio e irreduzível conjunto de regras, para construir sentenças ou proposições bem formadas. Sua faceta no pensamento pós-estruturalista refere-se à equação discurso e poder. Esclarece que as forças políticas e econômicas e o controle ideológico e social subjazem ao discurso e ao texto. Esse poder (e suas conseqüências) é exercido para que surta o máximo efeito possível, estabelecendo uma relação de poder entre "sujeito" e "objeto", a qual não reflete a mais pura verdade.

Foucault reconhece que o discurso, escrito ou oral, jamais poderia estar livre das amarras do período histórico em que foi produzido; que o discurso está inseparável de todas as práticas e instituições culturais e necessita da agência dos indivíduos para ser efetivo:

Certamente, se nos situamos no nível de uma proposição, no interior de um discurso, a separação entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta. Mas se nos situamos em outra escala, se levantamos a questão de saber qual foi, qual é constantemente, através de nossos discursos, essa vontade de verdade que atravessou tantos

séculos de nossa história, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se. (FOUCAULT, 1979, p. 14)

Um dos principais desafios foucaultianos consiste, também, na visão de que há uma íntima ligação entre verdade e poder, que pode ser evidenciada por meio de práticas contextualmente específicas, as quais, conseqüentemente, estão intimamente relacionadas à produção do discurso.

Dentre as pesquisas de Foucault, o poder não foi seu primeiro tema; este surgiu da necessidade de objetivos teóricos e políticos nos seus estudos, dando base ao exercício de uma arqueologia do saber pelo projeto de uma genealogia do poder, o qual será referenciado mais adiante. Mediante a análise dos saberes, o autor explica a existência e as transformações das relações de poder que ora se torna um dispositivo político. Para isso, ele emprega uma terminologia nitzscheana: genealogia.

Entretanto percebe-se facilmente que, em Foucault, não existe uma teoria geral do poder, isso quer dizer que suas análises não consideram o poder como uma realidade que possua uma natureza, uma essência que ele procuraria definir por suas características universais. Dessa forma, não se pode afirmar que o poder é algo unitário e global (natural), mas sim, em se tratando de poder, suas formas são díspares, heterogêneas e estão sempre em mutação, pois é uma prática social e, como tal, constituída histórica e geograficamente.

2.1.2 Equação: sujeito, saber, discurso, verdade e poder

O discurso, por sua vez, é organizado e repassado com uma espécie de amálgama ou junção de poderes e perigos; isso vale para qualquer época e qualquer sociedade (algumas mais afloradas como a anglo-francesa do século XIX), estabelecendo relações não só de classes, mas também de política e de ideologia, que acabam por determinar, como no caso do discurso orientalista, o que pode e o que deve ser dito, em uma prática de discurso controlado. Por mais que o discurso aparente ser natural ou corriqueiro, as interdições que o atingem revelam logo sua ligação com o desejo e o poder.

Sobre os aspectos da verdade, Foucault oferece mais cuidado e salienta que foi instituída como forma de obtenção de controle e de uniformidade da sociedade. Ao tratar sobre poder, ele parte do pressuposto de que o saber pode ser uma forma de contra-ataque às “verdades” da dominação do poder opressor.

Por meio dos pressupostos foucaultianos, o povo oriental pode ser um exemplo sobre aquela sociedade que se torna disciplinada mediante a linguagem dos discursos orientalistas que se proliferam indefinidamente em um discurso mascarado que se dizia libertador, mas que era muito opressor. Nesse sentido, o discurso esconde a verdade, e a que prevalece, obviamente, é a do indivíduo que detém o poder.

Em *A Ordem do Discurso*, Foucault (2003, p. 31) alerta: “Ninguém se deixe enganar; mesmo na ordem do discurso verdadeiro, mesmo na ordem do discurso publicado e livre de qualquer ritual, se exercem ainda formas de apropriação de segredo e de não-permutabilidade”.

Considerando outros pontos abordados por Foucault na obra referida acima, percebe-se a importância de uma leitura mais consciente e reflexiva do discurso, principalmente daqueles que estão autorizados a falar, como o erudito ou o viajante orientalista em “seu discurso de realidade material de coisa pronunciada ou escrita” (2003, p. 8). Sabendo-se analisar as relações de poder-saber veiculadas na sociedade, é possível identificar as características e as práticas particulares que têm efeitos perigosos, dominadores ou negativos.

Ainda em *A ordem do discurso*, Foucault apresenta a relação entre as práticas discursivas e os poderes que as permeiam. Trata-se de buscar não a origem do Orientalismo ou seu sentido secreto, mas as condições de sua emergência, bem como as regras que presidem o surgimento do discurso, seu funcionamento, suas mudanças etc.

Nesse discurso, Foucault lança a seguinte hipótese: “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos números de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (2003, p. 8-9).

Em qualquer sociedade, podem ser percebidos facilmente vários procedimentos de exclusão ou de interdição, pois é sabido que a maioria das pessoas não tem o direito de falar à vontade ou da forma como bem entende, que não se pode dizer tudo em qualquer situação. Enfim, muito se sabe que há os tabus ou, mais ainda, há o direito privilegiado ou exclusivo de um sujeito determinado ou de um grupo de sujeitos.

Com efeito, o discurso está longe de ser um elemento provido de imparcialidade ou neutralidade, no qual, por exemplo, o Orientalismo se dispõe com sua política. Mesmo que o discurso tenha a aparência “tranquila” e “sem função”, as interdições que o atingem logo revelam sua ligação com o desejo e com o poder.

A Psicanálise, como esclarece Foucault, expõe que o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo qual e com o qual se

luta; é o próprio poder do qual querem se apossar – isso a história do Orientalismo não cessa de representar.

O saber não é nem ligeiramente neutro, pois não consegue captar as coisas de um modo direto. Mas, como exemplo, a Psiquiatria inventa o louco como objeto de saber, ou parâmetro de saber. Assim, o ser é construído e reconstruído pelo saber e o que se deve ter por conta é que o saber é produzido ou surge mediante certos mecanismos formulados pelo poder. O campo de estudo do Orientalismo pode ser, por sua vez, deduzido como poder cultural e político que teve a capacidade de produzir o real, uma realidade. O poder, como o representa Foucault, é uma fonte que desponta o visível, ou aquilo que constrói o objeto; o poder é, também, o dizível, ou aquilo que se pode dizer sobre o objeto.

o discurso verdadeiro pelo qual se tinha respeito e terror, aquele ao qual era preciso submeter-se, porque ele reinava, era o discurso pronunciado por quem de direito e conforme o ritual requerido; era o discurso que, pronunciava a justiça e atribuía a cada qual a sua parte; era o discurso que, profetizando o futuro, não somente anunciava o que ia se passar, mas contribuía para a sua realização, suscitava a adesão dos homens e se tramava assim com o destino [...] chegou um dia em que verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação a sua referência. (FOUCAULT, 2003, p. 15)

Vê-se que a ordem do discurso está no âmago ou na centralidade da linguagem e seus conteúdos, com uma relação muito próxima, ou melhor, sobreposta na sua relação com os poderes. Os discursos são considerados, na sua positividade, como “fatos”, e trata-se de buscar não sua origem ou seu sentido secreto, mas as condições de sua emergência, as regras que presidem o seu surgimento, seu funcionamento, suas mudanças, tal qual expõe Said em *Orientalismo*: o aparecimento do discurso orientalista em uma dada época, seu reaparecimento em outra com novas regras, e assim por diante.

E a razão disso é, talvez, esta: é que se o discurso verdadeiro não é mais, com efeito, desde os gregos, aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o poder, na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo senão o desejo e o poder? (FOUCAULT, 1995, p. 20).

Não é gratuito que Foucault considera a educação, com seu sistema político, um instrumento que pode manter ou modificar certos discursos por meio de seus saberes e, principalmente, por meio do poder que traz embutido consigo. “Ora, essa vontade de verdade

(...) apóia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como os sistemas de livros, da edição, das bibliotecas” (FOUCAULT, 1979, p. 17), tal qual como a disciplina do Orientalismo mediante o seu grande acervo e disciplina que é.

No interior de seus limites, cada disciplina reconhece pressuposições verdadeiras e falsas; mas ela repele, para fora de suas margens, toda uma teratologia. O exterior de uma ciência é mais e menos povoado do que se crê: certamente, há a experiência imediata, os temas imaginários que carregam e reconduzem sem cessar crenças sem memória; [...] em contrapartida, rondam monstros cuja forma muda com a história do saber. (FOUCAULT, 1979, p. 33)

Embora a educação seja de direito de qualquer indivíduo, ele pode, também, ter acesso a qualquer tipo de discurso. Em suma, o Orientalismo age para que a distribuição do discurso político do Ocidente seja passível de discussão e desordem ou, nas palavras do filósofo, “Pois bem, vejamos o que são essas metáforas geográficas. Território é sem dúvida uma noção geográfica, mas é antes de tudo uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder” (FOUCAULT, 1979, p. 157). Eis o estudo do Orientalismo de Said. O “Ocidentalismo”, por seu turno, age como uma espécie de sacerdote que zela pelos seus discursos permitidos sobre o Oriente: um embate discursivo, político e cultural.

A repetição nos conteúdos ou informações dos discursos reproduz o sistema de valores das tradições, em uma determinada sociedade, em um determinado tempo. Age em uma espécie de distribuição ordenada dos elementos que desejam institucionalizar, em todas as circunstâncias ou situações em que o homem possa se encontrar. Trata-se de discursos redundantes que seguem reproduzindo o sistema, o qual, obviamente, é redundante, porque se refere ao discurso que não é novo e tem por finalidade se arrastar para ser difundido como verdade absoluta.

Pode se supor que há, muito regularmente nas sociedades, uma espécie de desnivelamento entre os discursos: os discursos que se ‘dizem’ no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer. Nós os conhecemos em nosso sistema de cultura: são os textos religiosos ou jurídicos, são também esses textos curiosos, quando se considera o seu estatuto, e que chamamos de ‘literários’; em certa medida textos científicos. (FOUCAULT, 2003, p. 22)

Em um diálogo entre Michel Foucault e o *Orientalismo* de Said, em uma leitura analítica do poder da ordem discursiva, ambos assinalam uma quebra dessa ordem, ou melhor, produzem a sua ruptura para inovar ou desvendar o “verdadeiro” discurso.

Para a análise das condições do jogo discursivo com seus efeitos, é necessário, segundo Foucault, tomar-se por base três decisões: interrogar a vontade de verdade do emissor; restituir ao discurso o seu caráter de acontecimento; e, finalmente, abandonar a soberania do significante (pressuposto pós-estruturalista). O autor, contudo, propõe que o discurso deve ser orientado pelos seguintes princípios: inversão, descontinuidade, especificidade e exterioridade.

Por conseguinte, Foucault propõe duas perspectivas a partir desses princípios citados. De um lado, a perspectiva “crítica” do interlocutor que põe em ação o princípio de inversão, procurando distinguir as formas de exclusão, de limitação e de apropriação dos discursos; mostrando como é que se formaram, a que necessidades respondem, de que forma se modificaram e deslocaram, qual o constrangimento que exerceram efetivamente, e em que medida foram modificados. De outro lado, a perspectiva “genealógica” se propõe a questionar como é que se formaram as séries de discurso, se por intermédio, se com o apoio, ou apesar dos sistemas de exclusão; qual foi a norma específica de cada série de discursos e quais as suas condições de aparecimento, de crescimento e de variação.

Ambas as perspectivas se encontram com a proposta de Said em *Orientalismo*, pois ele possui um plano metodológico que tende a analisar a autoridade de quem escreve sobre o Oriente e a identificar a sua “localização estratégica”, ou seja, a posição do autor no que escreve em seu texto em relação ao que é oriental e, também, analisa a chamada “formação estratégica”, que é a relação dos textos e o seu poder referencial na cultura em geral.

Uma das teses fundamentais da genealogia é que o poder é produtor de individualidade, dado que o indivíduo é uma produção do poder e do saber. Ou seja, o indivíduo é efeito do poder e não pode ser considerado uma matéria inerte anterior e exterior às relações de poder, o que caracteriza ou explica certos hábitos, desejos, comportamentos e necessidade, tudo a ser investido pelo poder, sufocado e dominado.

É preciso se livrar do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica. É isto que eu chamaria genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objetos, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história”. (FOUCAULT, 2003, p. 7).

“A genealogia seria, portanto, (...) na hierarquia de poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico” (FOUCAULT, 1979, p. 172).

Dessa forma, a respeito de tudo o que é dito de certas vozes subjugadas, a tarefa do estudioso é entender de que maneira tudo foi dito, ou ainda, o que é que foi feito ao dizer isso, quando se disse isso e porque foi dito isso e não outra coisa. Talvez, antes mesmo, seja necessário responder a esta questão: o que é que tornou possível dizer isso?

Seguindo os passos de Foucault, na realidade, todas as questões se dirigem ao discurso, dialogam como o seu sentido, o seu modo e a sua ação:

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão (FOUCAULT, 1979, p. 183).

Todos tendem, normalmente, a esquecer essa última questão, como se a possibilidade de falar fosse uma evidência atribuída a todos, como se não houvesse ausências de vozes no discurso, o qual na verdade, sobrepõe vozes, ou melhor, oculta e silencia a voz mais “fraca”.

O discurso como prática é essa instância da linguagem em que a língua está relacionada com outros fatores, os quais não são mais somente de ordem linguística. O discurso é, portanto, uma prática que relaciona a língua com outros elementos, é aquilo a que Foucault chama “prática discursiva”. A saber, “é sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro, a não ser obedecendo às regras de uma ‘política’ discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos” (FOUCAULT, 2003, p. 35).

Assim se dá o discurso orientalista, sem pacificação alguma, com um mútuo desentendimento entre Oeste e Leste. Em vez disso, trava-se uma luta pela e com a palavra dos sujeitos europeus, com seus vocabulários restritos acerca do que poderiam falar sobre o Leste, e é assim que a palavra é a sua grande arma no exercício do poder.

A análise enunciativa ou discursiva de Foucault não se vai exercer na forma de uma interpretação, de uma análise do sentido: ela visa descrever aquilo que é efetivamente dito,

mas do ponto de vista da sua existência; visa descrever ou definir um conjunto de condições de existência de tal tipo de discurso.

A palavra é dita e é trocada “no interior de complexos mecanismos de restrição”. Eis a hipótese de partida de *A Ordem do Discurso*:

suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de processos que têm por papel exorcizar-lhe os poderes e os perigos, refrear-lhe o acontecimento aleatório, esquivar-lhe a pesada, temível materialidade (FOUCAULT, 2003, p. 53).

Por isso a interação dos discursos entre o Leste e Oeste não será de maneira alguma uma pacificação, um mútuo entendimento e um exercício livre das competências dos sujeitos.

Por tudo isto, a análise do discurso procurará, em suma, encontrar as regras anônimas que definem as condições de existência dos acontecimentos discursivos, uma vez que o discurso é uma prática social e não pode ser entendida separadamente das práticas que não são discursivas.

Desse modo, abrem-se após Foucault e Said, espaços para problematizações, reflexões, críticas, inversões. Espaços que são da ordem do discurso e que, em vista disso, levam à desconstrução da norma e não são da ordem da verdade. Por fim, a tarefa desses estudiosos e críticos põe em ação o princípio de inversão, procurando, conforme foi dito anteriormente, distinguir ou desnudar as várias formas de exclusão e atentar aos novos leitores como os discursos se formaram, a que necessidades responderam (e de certa forma respondem), como é que se modificaram e deslocaram. Em vista disso, tais pensamentos são a base para a análise dos *corpora* desta dissertação: a série *Os ingleses no Egito*.

2.2 A *Microfísica do Poder*

Na obra de Michel Foucault *Microfísica do Poder*, é central, novamente, o conceito de poder. Para o autor, o poder não é algo que se tem de forma efetiva, mas é algo que se exerce ou se pratica. Assim, indica-se o pressuposto de que uma divisão entre os que têm poder e os que não o têm constitui um equívoco ou uma idéia muito simplista. O poder concebido por Foucault não existe, pois o que ocorre são relações ou práticas de poder.

A verdade não existe fora do poder ou sem poder [...]. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de

verdade, sua 'política geral' de verdade: isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1979, p. 12).

O poder encontra seu apogeu quando já pode ser retirado do campo político para ser seguramente instalado no que é diário, cotidiano. Sua natureza final é seu pedaço mais doloroso: no interior de práticas reais ou na relação direta com seu campo de aplicação, uma espécie de resultado por meio de atos que diariamente são protagonizados pelo indivíduo. Foucault ressalta, todavia, a importância de situações de poder generalizadas (o nível macro), como os interesses de grupos imperialistas e hegemônicos entre diferentes grupos sociais.

Em suma, a idéia é a de que o poder se intensifica e se realiza de forma perigosa, quando uma instituição propaga um discurso com tamanho poder, o que favorece ou institui uma verdade, ou a sua verdade, que se introduz na vida cotidiana como algo legitimado pela prática e pelo discurso inculcado. Nesse momento, torna-se óbvio que, ao analisarmos esse discurso, visualizamos normas e mecanismos que possibilitam que ele se estruture e se reproduza:

temos que produzir a verdade para poder produzir riquezas. Por outro lado, estamos submetidos à verdade também no sentido que ela é lei e produz o discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz, ao menos em parte, efeitos de poder. Afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder (FOUCAULT, 1979, p. 180).

Dessa forma, é necessário reconhecer essas diferentes manifestações de poder, como as relações interpessoais e as formas institucionalizadas ditas por Foucault. A primeira é resultado da segunda, quando se alcança a totalidade de integrantes de um grupo pela instituição. Nesses casos, já não é poder de um indivíduo sobre outro, mas de um grupo sobre outro. Foucault explicita que uma importante esfera que propaga e tende a legitimar o seu discurso está constituída pela ciência. A outra, ao contrário, está formada por todos os demais elementos que podem ser definidos como integrantes da cultura. O ideológico, as diferenciações de gênero, as práticas discriminatórias, as normas e os critérios de normalidade, tudo está dentro da segunda esfera, a ideológica, tal qual o Orientalismo.

Ao tratar da genealogia do sistema, o autor fala sobre a transformação dos novos instrumentos de poder na sociedade moderna, os quais, da mesma forma, canalizam o poder. São forças que não mais se baseiam, como anteriormente, na religiosidade. Afirma que o poder se materializa por meio de diferentes formas de disciplina, quando exatamente passa a ser idéia integrante do indivíduo, o qual pode se sentir dominado por uma “força natural”. É assim que o poder vai tecendo sua realidade, o subjugado encontra-se não reprimido, mas adestrado.

O que faz com que o poder se mantenha é simplesmente é que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 1979, p. 8).

Quando um grupo social, como o dos imperialistas europeus, elabora uma estrutura que se aplica a potenciais dominados, acaba por se criar, assim, um discurso que se apresenta como “natural” e que procura bloquear as possibilidades de ressonância de outros discursos que tenham capacidade questionadora. Como seguindo uma cadeia, a necessidade de estabelecer um discurso de controle leva, impreterivelmente, a uma relação entre poder e saber.

O filósofo e historiador francês, ainda no que se refere ao pensamento moderno, procurou desvendar as bases dos saberes mediante um método que denominou genealógico:

Chamemos provisoriamente genealogia o acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais. [...] Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns (FOUCAULT, 1979, p. 171).

O objetivo de Foucault é buscar a genealogia ou a origem das transformações dos saberes nas bases do poder, observando para além de um determinado corpo teórico, investigando como o poder o invade e o decorre. Pode-se afirmar que esse poder descrito por Foucault se estabelece em um sistema de relações, o qual tem sua base, nascimento e sobrevivência na prática social. Assim o homem moderno exerce seus mecanismos de poder, apóia-se em bases políticas e sociais na genealogia do poder.

Ao método genealógico, segundo o autor, não deve ser fixado somente seu aspecto histórico, visto que ele se torna eficiente à medida que seus fatos históricos respondem ao que está escondido no discurso dos saberes. Isso significa que Foucault não interpreta teoria e prática como inimigas; ao contrário, ele vê o corpo teórico como fato descritivo da realidade que observa e pretende que as duas se relacionem mutuamente. Exemplifica essa questão quando tenta entender a realidade humana, pois está certo não só de que o homem não é somente resultado da descrição dos saberes, mas também de que os saberes constituem o próprio homem por meio dos seus discursos.

Ainda sobre o discurso oficial e instituído dos saberes, Foucault explicita que não se dedica somente a eles (os escritos teóricos), mas também aos jornais, aos documentos populares, aos arquivos etc., nos quais se podem descobrir as verdades que impregnam os fatos humanos, porque ele crê que “[...] nada no homem, nem mesmo seu corpo – é bastante fixo para compreender outros homens e se reconhecer neles [...] a história será efetiva na medida em que ela reintroduza o descontínuo em seu próprio ser”. (FOUCAULT, 1979, p. 198)

Para o autor, essa genealogia do poder exerce um domínio sobre o corpo, modelando-o e controlando-o. Esse método introduz a realidade social na Idade Moderna, baseada na disciplina do corpo, elevando-o para além de seu aspecto biológico. O corpo entendido por Foucault é a superfície sobre a qual o poder-saber se exerce, seja na constituição, seja na manutenção do poder. Além desse poder investido e manipulado pelo corpo, ele (o corpo) é revestido de um sistema complexo de política, o que lhe confere uma determinada forma de conduta: “aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder”. (FOUCAULT, 1979, p. 183)

O corpo, desse modo, é útil e necessário para qualquer sistema de dominação, pois o controle ideológico o submete a medidas disciplinares, que tendem a se tornar conaturais aos outros movimentos espontâneos do corpo. Foucault frequentemente enfatiza que o poder não se desenvolve ou se aplica única e exclusivamente com a imposição de um comando central; para seu desenvolvimento, ele deve ser investido nos indivíduos por uma série de mecanismos que constitui as relações humanas para só assim se impor:

Pois minha hipótese é de que o indivíduo não é o dado sobre o qual se exerce e se abate o poder. O indivíduo, com suas características, sua identidade, fixado a si mesmo, é o produto de uma relação de poder que se

exerce sobre os corpos, multiplicidades, movimentos, desejos, forças (FOUCAULT, 1979, p. 161-162).

Essa é a perspectiva de investigação no que tange ao homem moderno, no qual existe um saber sobre o seu corpo, que tem suas forças amarradas; um saber dignificado pela palavra que, por sua vez, emana poder e se estabelece por meio da propagação do discurso e, como o homem, encontra-se em constante mudança. Os sujeitos são submetidos, sem interrupção, ao encontro de novos discursos e de novas verdades, modificáveis e em perpétuo deslocamento: “Não se trata de libertar a verdade de todo sistema de poder - o que seria quimérico na medida que verdade é poder – mas de desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona no momento”. (FOUCAULT, 1979, p. 14)

Por fim, é assim que o pensador francês Michel Foucault trata sua investigação sobre o poder e como ele é capaz de produzir discursos de verdade dotados de efeitos tão poderosos. Essa produção de verdade é a maior necessidade do poder imperativo. E o que é poder? O autor mesmo responde: “um jogo de forças, portanto reversível”. Talvez reversível, mas, certamente, desmistificado por Eça de Queirós-jornalista.

2.3 Semiperiferia: o caso de Portugal

2.3.1 O projeto da modernidade

A modernidade, como projeto sociocultural, constitui-se entre o século XVI e finais do século XVIII. A partir de então, século XIX, a modernidade deixa de ser apenas projeto e começa a se cumprir verdadeiramente. Segundo o sociólogo Boaventura de Souza Santos (1998, p. 72), em *Pela Mão de Alice: O Social e Político na Pós-modernidade*, a modernidade também é fruto da “emergência do capitalismo enquanto modo de produção dominante nos países da Europa que integraram a primeira grande onda de industrialização”.

Toda a trajetória histórica da modernidade está vinculada estreitamente ao desenvolvimento do capitalismo nos países centrais: a Inglaterra, a França, a Alemanha, os Estados Unidos e a Suécia, para citar em ordem de poder socioeconômico. É importante ressaltar que tais potências não iniciaram ao mesmo tempo o processo de industrialização, pois as condições nacionais interferiram no desenvolvimento de cada país. Para isso, Santos considera e divide esse trajeto em três períodos: o primeiro, que cobre todo o século XIX, o

segundo, que se inicia no final do século XIX, e o terceiro, que se inicia na década de 60 (século XX).

Para nossa pesquisa, interessa-nos somente o estudo do primeiro período, aquele que envolve todo o século XIX, ou seja, o período do capitalismo liberal. A grandiosidade desse período reside na explosão do projeto da modernidade: “entre a solidariedade e a identidade, entre a justiça e a autonomia, entre a igualdade e a liberdade”. (SANTOS, 1998, p. 73)

Ao cenário de relações sociais com características fecundas no plano econômico, já se sabe que a denominação é “modernidade”. Suas origens se ligam ao advento da máquina a vapor que alavancou o capitalismo e, quanto às ideias, à Filosofia das Luzes, que, desde o século XVIII, primava pelo desenvolvimento moral e material pelo conhecimento.

Segundo Sérgio Rouanet (1998), a modernidade é resultado de um processo que prega o racionalismo instituído pelas Luzes - conhecimento guiado pelas ciências com ideais de progresso individual e social, que resultou em modificações na sociedade e na cultura.

Na modernização cultural, houve a supremacia da racionalização em detrimento da sacralização, sendo que, até então, todos os valores eram ramificações da religião, como a moral, a ciência e, inclusive, a arte.

As propostas do Iluminismo foram encaradas como doutrina da burguesia e do pensamento liberal, uma ideologia arraigada no Ocidente que a primada razão, a universalidade dos seus valores e a objetividade mascaravam interesses particulares, como os de nação, etnia, classe e sexo.

Em nenhum outro movimento tantas correntes com seus “ismos” nasceram e, de maneira complexa, influenciaram-se, não somente no sentido de criar, mas também de refletir sobre as próprias condições da criação artística. No caso da Literatura, foram também tempos de a crítica literária se consolidar.

Refletindo sobre as condições da pós-modernidade, Harvey (1996) explicita que o modernismo, de forma geral, floresceu nas cidades, para enfrentar problemas sociológicos, psicológicos entre muitos outros que foram resultado da urbanização; foi uma espécie de reação às novas condições de produção e de consumo.

Em *Tradição literária e consciência atual da modernidade*, Jaus (1996) oferece minuciosa reconstrução da história do conceito de modernidade, mediante a oposição entre os pares “antigo/novo”, “modernidade/eterno”. Inicialmente, a palavra *modernus*, “documentada, pela primeira vez, na última década do século V”, permaneceu fiel à etimologia e se referia ao que é atual, da ordem do dia, não somente àquilo que desponta como novo. Nessa acepção, um papa tão conservador como João Paulo II deveria ser considerado “moderno”, por ser o

atual pontífice. A oposição conceitual básica, portanto, residia nas idéias de antigo e de novo. Não se tratava, porém, de oposição qualitativa, pois se concebia o tempo ciclicamente, e o antigo de hoje foi o novo de ontem; assim como o novo de hoje necessariamente será o antigo de amanhã.

Após mapear a gradual modificação dos conceitos entre os séculos V e XVII, Jauss concentrou-se na arqueologia da *modernité*, tal como consagrada na expressão de Baudelaire. Chegou, portanto, ao Iluminismo.

A contribuição maior do século das Luzes consistiu na recusa da “imagem ideal de um passado perfeito” que, por isso mesmo, deveria ser repetido mediante renascimentos periódicos. Pelo contrário, os filósofos iluministas apostaram no homem compreendido como sujeito encapsulado em um tempo linear, cujo futuro em aberto prometia o progresso infinito. O progresso constante do gênero humano supunha que, para além das diferenças históricas, a essência definidora do humano permanecesse igual a si mesma, embora sujeita às circunstâncias de épocas particulares.

Às vistas com o processo que introduziu a modernidade, as palavras acima têm por finalidade apresentar o cenário ou pano de fundo da situação mundial no século XIX, bem como introduzir a questão de Portugal às voltas com os rumos da civilização desenfreada e desmedida. Vale ressaltar que Jauss apresenta uma postura oposta às idéias de Foucault quanto à modernidade e ao poder. Para ele, a primeira comunga com o pensamento eurocêntrico, e o segundo está em meio aos antiorientistas. No que diz respeito à vida da sociedade europeia nesse momento de mudanças, é importante a crítica de Eça nos seus textos jornalísticos, ora velada, ora escancarada, mas rumo à sua superficialidade, à objeção, à rejeição e à decadência de seus costumes.

2.3.2 História e inserção de Portugal na Europa do século XIX

Portugal é uma nação ibérica, cercada por um vizinho com maior extensão, riqueza e população, a Espanha. Um fator preponderante para a independência de Portugal foi a expansão marítima, quando saiu da Europa.

Mas, para garantir a continuidade da independência, explicita Macedo (1987), Portugal necessitou de uma aliança com a Inglaterra, na empreitada fora do continente europeu. O continente estava repleto de ameaças, concretizadas por vários episódios, principalmente o da invasão francesa a Portugal, em 1808, que fez que a corte e a capital do

Império colonial português se mudassem para a cidade do Rio de Janeiro. Portugal é, de 1808 a 1820, um país invadido, emigrado ou subalternizado pela presença militar do estrangeiro.

Lourenço (1996), ao discutir cultura e identidade portuguesas, revela uma prática recorrente, que era a evasão daquele presente concreto, o qual cedia lugar ao passado ou ao futuro logrado para justificar e buscar a esperança no destino pátrio. Assim, o século XIX esteve dominado por esse sentimento, o qual “está em relação com o fosso tecnológico que se abriu e cavou entre Portugal e a Europa da primeira e segunda revolução industrial” (LOURENÇO, 1996, p. 75).

A Europa, mais especificamente França e Inglaterra, como modelos de civilização, não fugia à comparação com Portugal, fazendo-os mergulhar em crises de melancolia cívica e cultural, fato bem representado por Eça de Queirós em suas obras. Dessa forma, o século XIX segue para o XX, Portugal em uma condição periférica no contexto europeu, predominando uma situação de isolamento econômico e uma considerável distância em relação às condições de vida vigentes no padrão europeu.

Durante o século XIX e a primeira metade do século XX, cavara-se um fosso entre os portugueses e outros povos no que tange ao nível de vida, o qual se estreita somente a partir de 1960, ou seja, muito recentemente.

Guerra Junqueiro, célebre poeta freqüentador de ambientes intelectuais e políticos, em *Pátria* (1896), escreve e descreve o estatuto do povo e da política portuguesa do seu século XIX:

Um povo imbecilizado e resignado, humilde e macambúzio, fatalista e sonâmbulo, burro de carga, besta de nora, aguentando pauladas, sacos de vergonhas, feixes de misérias, sem uma rebelião, um mostrar de dentes, a energia dum coice, pois que nem já com as orelhas é capaz de sacudir as moscas; um povo em catalepsia ambulante, não se lembrando nem donde vem, nem onde está, nem para onde vai; um povo, enfim, que eu adoro, porque sofre e é bom, e guarda ainda na noite da sua inconsciência como que um lampejo misterioso da alma nacional, reflexo de astro em silêncio escuro de lagoa morta (...) Uma burguesia, cívica e politicamente corrupta até à medula, não discriminando já o bem do mal, sem palavras, sem vergonha, sem carácter, havendo homens que, honrados (?) na vida íntima, descambam na vida pública em pantomineiros e sevandijas, capazes de toda a veniaga e toda a infâmia, da mentira a falsificação, da violência ao roubo, donde provém que na política portuguesa sucedam, entre a indiferença geral, escândalos monstruosos, absolutamente inverosímeis no Limoeiro (...) Um poder legislativo, esfregão de cozinha do executivo; este criado de quarto do moderador; e este, finalmente, tornado absoluto pela abdicação unânime do país, e exercido ao acaso da herança, pelo primeiro que sai dum ventre, - como da roda duma lotaria. A justiça ao arbítrio da Política, torcendo-lhe a vara ao ponto de fazer dela saca-rolhas; Dois partidos (...), sem ideias, sem planos, sem convicções, incapazes (...) vivendo ambos do

mesmo utilitarismo céptico e pervertido, análogos nas palavras, idênticos nos actos, iguais um ao outro como duas metades do mesmo zero, e não se amalgando e fundindo, apesar disso, pela razão que alguém deu no parlamento, - de não caberem todos dumavez na mesma sala de jantar (...) (JUNQUEIRO, 1896, p. 36).

Tal estatuto português era fator decorrente, dentre outros, de invasões como a francesa durante esse mesmo século. A ordem vinda da Família Real, que já fugia para o Brasil, era de instruções de não-resistência aos invasores, fato que denota exemplarmente a força do imperialismo francês.

O que se percebe facilmente é que, em muitas ocasiões, a História de Portugal confunde-se com a História da Europa. Os descobrimentos portugueses do século XV trouxeram riqueza e prosperidade ao Velho Continente, mas, com o avançar do tempo, Portugal perdeu essa importância e deixou de estar próximo às grandes potências europeias: Inglaterra, França e Alemanha.

No início do século XIX, Portugal vivia ainda as ideias do “Antigo Regime”, uma monarquia regida por D. João VI. Nessa época, segundo Joel Serrão (1997), pode-se considerar Portugal como uma média potência, embora nela houvesse um fosso tecnológico com as potências, problema que era resolvido com as finanças levantadas pelo seu colonialismo.

Com esse sintético pano de fundo, ao qual falta vincular muitos outros eventos ocorridos no mundo que afetaram Portugal no período, decorre o que Sousa Santos vem a chamar de semiperiferia, conceito que também será basilar para a leitura crítica dos textos de Eça escritos para jornais.

2.3.3 Portugal: entre o centro e a periferia

Sob o viés do Orientalismo, uma outra questão que permeia os textos não-ficcionais de Eça de Queirós é a situação do autor: um português, portanto europeu, posicionar-se criticamente favorável aos Egípcios, ao povo do Leste. Para entender toda essa problematização, partiremos do pressuposto de que o jornalista está situado em uma Europa considerada semiperiférica, ideia sustentada pelos estudos de Santos, em suas obras *O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: o caso de Portugal* (1993) e *Pela Mão de Alice: o Social e o Político na Pós-modernidade* (1998).

Conforme Santos, entre os países de desenvolvimento intermédio da Europa, Portugal era, até o início de 1974, entre os países do continente um dos menos desenvolvidos e o mais antigo império colonial europeu. Essa história, segundo o autor, tanto marca a vida do país quanto torna a análise da sociedade portuguesa uma tarefa instigante e difícil.

Uma das teses de Santos é a de que Portugal foi e é, no contexto do sistema capitalista mundial e no contexto europeu, “uma sociedade semiperiférica”, cuja posição será mantida em decorrência da sua integração na Comunidade Económica Europeia e das relações económicas e sociais privilegiadas com a África lusófona. “A posição intermediária que as sociedades semiperiféricas ocupam no sistema capitalista mundial faz que elas exerçam a função de intermediação e de atenuação dos conflitos entre o centro e a periferia do sistema mundial.” (SANTOS, 1993, p. 20-22)

Santos (1993) inicia seu texto afirmando que o mundo, por muito tempo, teve a aparência de possuir apenas duas divisões: países desenvolvidos e subdesenvolvidos. “Com perspectivas diferentes e até antagônicas, as várias teorias sociais que então surgiram – modernização, desenvolvimento, imperialismo e dependência – tentaram explicar essa divisão (...) as relações complementares ou contraditórias existentes entre os dois pólos” (1993, p. 17). Nas últimas décadas, esse quadro se alterou com o surgimento de países com desenvolvimento intermédio muito diversificado, chamados de semiperiféricos ou seus correlatos: países semi-industrializados, países recém-industrializados, centros atrasados, desenvolvimento dependente etc.

Portugal é talvez o exemplo mais elucidativo em uma investigação sociológica no que diz respeito ao seu desenvolvimento intermédio. Foi durante todo o século XIX um dos países menos desenvolvidos da Europa e o mais antigo império colonial europeu. Santos afirma que...

Portugal é uma sociedade semiperiférica da região europeia do sistema mundial. Durante vários séculos essa posição semiperiférica assentou no império colonial português. A partir do seu desmantelamento, em 1974, Portugal tem vindo a renegociar a sua posição no sistema mundial. Tudo indica que essa posição semiperiférica vai manter-se, desta vez devido à integração na CEE e às relações económicas e sociais privilegiadas com a África lusófona (SANTOS, 1993, p. 20).

Existe uma espécie de dialética de identidade e de diferença entre Portugal e os países centrais europeus, como a Inglaterra e a França, pois, em certos aspectos, a sociedade portuguesa se aproxima das características geralmente atribuídas aos países centrais, mas, em outros, aproxima-se das características do chamado terceiro mundo.

Do ponto de vista do sistema mundial, Portugal ocupa uma posição socioeconômica mais favorável, se comparada às potências e à elevação que há no mundo europeu de forma geral. Diante desse desempenho no sistema mundial, que é o de intermediação entre o centro e a periferia, os países semiperiféricos como Portugal contribuem, de acordo com Santos, para atenuar os conflitos e as tensões entre o centro e a periferia. Essa atitude ocorre devido ao seu caráter intermédio como, grosso modo, as classes médias o fazem nas sociedades nacionais.

“Não cabe aqui examinar em pormenor o conceito de semiperiferia, e menos ainda o de sistema mundial, do qual ele é parte integrante” (SANTOS, 1993, p. 22). Há outros dois aspectos que o autor considera importantes: o primeiro refere-se à regionalização da situação semiperiférica; o outro, “à caracterização das sociedades semiperiféricas simultaneamente intermédias, em termos de grau de desenvolvimento, e intermediárias, em termos das funções que desempenham no sistema mundial” (SANTOS, 1993, p. 23).

O primeiro aspecto está ligado às características das estruturas da economia-mundo capitalista que situa o sistema mundial, ou seja, é a concorrência entre os países do centro. Tal panorama resulta na divisão em regiões, zonas de influência de países com fortes laços econômicos, políticos, sociais e culturais, no centro das quais está um ou mais de um deles (no século XIX, destaque para Inglaterra e França).

A função de intermediação implica que um determinado país actue como país periférico em relação a um país central e como um país central em relação à periferia. Por exemplo, a partir do século XVIII, Portugal funcionou como correia de transmissão no sistema mundial, actuando com centro para as suas colônias e como periferia para a Inglaterra. Hoje, e para dar só um exemplo, a hipertrofia do turismo e da emigração em Portugal constitui um sinal inequívoco da função periférica deste país relativamente aos padrões de produção e de consumo dos países centrais europeus. (SANTOS, 1993, p. 23)

O segundo aspecto, que diz respeito aos graus de desenvolvimento e de funções que as sociedades semiperiféricas desempenham no sistema mundial, ressalta que “estas duas características estão, evidentemente, inter-relacionadas, já que a função de intermediação pressupõe um nível intermédio de desenvolvimento que, por sua vez, se reproduz, pelo menos em parte, através da função de intermediação” (SANTOS, 1993, p. 23). Mas seria muito equivocado dizer que há entre elas uma relação linear e automática, pois a natureza intermédia é resultado do desenvolvimento histórico nacional e das diversas formas de seus contatos socioeconômicos de dimensão mundial. “Por outras palavras, o caráter intermédio é uma

qualidade e não apenas uma quantidade, representa a dimensão territorializada das interações globais em que um determinado país está envolvido” (SANTOS, 1993, p. 23).

Em se tratando do lado social e econômico em Portugal, a crise social sempre foi, inclusive no século XIX, menos grave que a crise econômica. Essas características se explicam pelo fato de que, embora periférica, a sociedade portuguesa apresenta certos modos que predominam no modelo dos países centrais, como as práticas familiares e os padrões de consumo.

Santos afirma que “a sociedade portuguesa é altamente heterogênea, não só em termos econômicos e sociais, mas também em termos políticos e culturais” (SANTOS, 1993, p. 54), reafirmando a posição semiperiférica desse Estado no sistema socioeconômico mundial.

Sendo assim, neste trabalho propomos uma leitura crítica dos textos escritos por Eça de Queirós para jornais (*Os ingleses no Egipto*, *Os ingleses no Egipto II*, *Os ingleses no Egipto III*, *Os ingleses no Egipto IV*, *Os ingleses no Egipto V*, *Os ingleses no Egipto VI*), sob uma perspectiva do Orientalismo, corpo de conhecimentos acerca das relações entre centro e periferia, bem como o desvendamento da visão crítica-reflexiva do jornalista como português situado em uma condição semiperiférica.

3. O OLHAR CRÍTICO-REFLEXIVO DO JORNALISTA EM *OS INGLESES NO EGIPTO*

3.1 Sobre *Cartas de Inglaterra*

Em uma breve leitura, podemos considerar que as *Cartas de Inglaterra* são integradas por textos de demasiado teor noticioso e com mais função ensaística, uma vez que todos eles refletem e interpretam um fato advindo da realidade que circundava o jornalista; por isso esses textos podem ser chamados de não-ficcionais. Tais *Cartas* expõem a faculdade de apreender, comentar e julgar essa realidade, tudo proposto, sem dúvida, pelo caráter de reflexão e de observação do jornalista, mas sem deixar de fornecer os dados que conferem o sentido e o intuito das correspondências.

Buscando um norte no que se refere ao teor das *Cartas de Inglaterra*, dividimo-las em dois grandes grupos: o primeiro focaliza múltiplos aspectos que envolvem a política, especialmente inglesa, e o segundo privilegia aspectos variados do cotidiano da Inglaterra. As que fazem parte do primeiro grupo (político) revelam uma crítica severa ao imperialismo inglês. Dentre alguns desses textos, mencionamos os que tratam da questão da Irlanda, da campanha do Egito, dentre outros. Os textos desse grupo integram e contextualizam a orientação política externa da Inglaterra, seguida, sempre, pela orientação reflexiva e sentenciosa de Eça sobre todas essas questões, o que nos remete aos estudos propostos pelo Orientalismo.

Na primeira edição dessa obra póstuma de 1905, da Livraria Chardron de Lello & Irmão, Luis de Magalhães reúne, a saber por Guerra Da Cal (1969), “as cartas que Eça enviou de Bristol à *Gazeta de Noticias* do Rio de Janeiro, entre 1880 e 1882” (p. 85). Fazem parte dessas cartas

- *Acercas dos Livros;*
- *A Irlanda e a Liga Agrária;*
- *Lord Beaconsfield;*
- *Os ingleses no Egito;*
- *Uma partida feita ao Times.*

Guerra da Cal (1969) salienta que é nos textos jornalísticos que Eça melhor exprime a sua posição perante os problemas político-sociais do seu tempo. Manuel Bandeira (1945), no *Livro do Centenário de Eça de Queiroz*, comenta a importante colaboração do escritor para a *Gazeta de Notícias* do Rio:

Estão entre as suas páginas mais generosas as cartas que analisavam a miséria das classes pobres, a política de pilhagem das grandes potências. Não o cegava nessas análises o amor que votava às culturas inglesa e francesa: sob o esplendor da civilização material e espiritual, sabia ver com isenção na democracia burguesa da França uma vasta casa de negócios, na ordem imperial britânica a sofreguidão mercantil de um povo de lojistas. (BANDEIRA, 1945, p. 89)

Logo abaixo seguem, com o intuito de ilustração, informações e reflexões de alguns textos que integram as *Cartas*...

Em *A Irlanda e a Liga Agrária*, Eça aborda a servidão agrária na Irlanda pela nação conquistadora, a Inglaterra:

Os ingleses pensam sinceramente que no momento em que a Irlanda saísse de sob a tutela do bom senso e do saber inglês, no instante em que essa raça impressionável, excitada, fanática e pouco culta fosse abandonada a si mesma, começaria uma guerra civil, uma guerra religiosa, diferentes guerras agrárias que bem depressa fariam da Verde Erin um montão de ruínas numa poça de sangue [...] (QUEIRÓS, 1881)

O primeiro parágrafo conta com a premissa do assunto-chave a ser apresentado nesse texto jornalístico: a Irlanda, a Liga Agrária e Charles Stewart Parnell¹, os quais possuem divergências de interesses com a nação conquistadora: Inglaterra. Valendo-se sempre da ironia, o jornalista discute a questão da propriedade na Irlanda, a Liga Agrária.

A Liga Agrária, liderada por Parnell, foi um programa de liberalização dos processos e leis que regiam a propriedade agrária na Irlanda, pois, desde sua colonização, houve concentração das suas terras nas mãos de nobres ingleses, os chamados *land-lords*. A proposta da lei agrária de 1881 era conceder aos irlandeses o direito permanente sobre a propriedade rural, os preços justos de arrendamento e a liberdade de venda, para que tivessem as mínimas condições de sobrevivência: “há também outra coisa que se percebe bem – é que a população trabalhadora da Irlanda morre de fome, e que a classe proprietária, os *land-lords*, indignam-se

¹ Político irlandês que forçou, junto a outros líderes irlandeses, o gabinete chefiado por Gladstone a propor a lei agrária de 1881, que concedeu aos irlandeses o direito permanente sobre a propriedade rural, preços justos de arrendamento e liberdade de venda. Sob acusação de sabotar a aplicação da nova lei agrária, Parnell foi preso, ganhou popularidade, dirigindo da prisão o boicote dos proprietários de terra, foi solto em maio de 1882.

e reclamam o auxílio da polícia inglesa quando os trabalhadores manifestam esta pretensão absurda e revolucionária – comer!” (Queirós, 1881).

Esse texto jornalístico é conduzido com base em uma análise histórica, caracterizando-se como um documento para o estudo da posição do jornalista frente ao cenário político de seu tempo. Eça afirma, categoricamente, que a questão se resumia na injustiça do sistema opressor que envolvia a propriedade, “horrorosa treva de injustiças e misérias”, fazendo uma analogia com o sistema feudal da Idade Média. Tais opiniões de Eça e outras mais, que não se traduzem somente pelo apelo fraternal aos camponeses irlandeses, corroboram causas mais profundas, a econômica e a social. No texto, denuncia os abusos dos proprietários em favor dos oprimidos, enfatizando a introdução de leis agrárias para a solução dos problemas políticos e, na Liga Agrária, o escritor vislumbra tais possibilidades.

Há uma manifestação nitidamente favorável às reivindicações irlandesas, que eram a independência agrária e, conseqüentemente, a independência política. Eça segue o texto sempre distinguindo povo e aristocracia e se alia ao primeiro, já que a segunda está intimamente ligada ao parlamento inglês. Ele apresenta um povo ingênuo e enganado quanto à gravidade dos problemas, principalmente o povo inglês, a quem eram relatados fatos irreais, deturpados, no intuito de despertar-lhe o ódio contra o proletário inglês, banindo qualquer atitude piedosa com relação a eles. A política inglesa seguiu mantendo o seu “*statu quo*”.

Dessa forma, o jornalista segue sempre escrevendo sobre um contexto embutido na história, na cultura e na realidade socioeconômica daquele país outremizado, oprimido pela força econômica inglesa, o que nos remete ao Orientalismo de Said. Eça, mais uma vez, comunga com Said, que sente necessidade de se aprofundar na história, a qual pode aviltar reflexão, debate e argumentação racional, uma vez que o intuito das nações hegemônicas era construir idéias abstratas e reducionistas que celebrassem o prestígio ocidental, fazendo que o contexto se apagasse com a depreciação das outras culturas: desprezo e descuido, caso da Irlanda, narrado por Eça.

O jornalista defende e preza as idéias de liberdade, manifestando sua aversão à prepotência dos “fortes”, por isso jamais se permitiria aceitar a violência das medidas que reprimiam a agitação de poucos irlandeses que ousavam buscar reformas e liberdade política. Afirma Eça:

E todavia, para não perturbar os interesses tirânicos dum milhar de ricos proprietários, deixa na miséria quatro milhões de homens. Tem todo o território irlandês ocupado militarmente. Apenas um patriota começa a ter influência na Irlanda, prende o patriota, quando a eloqüência dos deputados irlandeses se torna inquietadora abafa-a, quebrando sem escrúpulos uma

tradição parlamentar de séculos. Vai governar a Irlanda pela lei marcial, como qualquer Czar. (QUEIRÓS, 1881)

No excerto acima, vislumbramos a denúncia do imperialismo britânico, corroborada pelo sarcasmo nas considerações das medidas que adotava para abafar a possível rebelião irlandesa, cujas atitudes eram ditadas como as “fatais necessidades de um grande império”. E o jornalista não faz outra coisa a não ser acusar a Câmara dos Lords por sua vocação elitista e estreitamente conservadora.

Todos os aspectos apresentados comprovam que, na carta acerca da Irlanda, o correspondente da *Gazeta* dispõe de pleno domínio dos fatos político-sociais relevantes sobre a questão irlandesa, revelando-se um homem mergulhado em um mar de inconformismo, pronto a denunciar as injustas estruturas sociais. Revela-se, ainda, um apreciador incontestável da liberdade, um crítico que observa de forma clara o mundo que o rodeia. Certamente, o texto de Eça desconstrói as imagens redutivas e o pensamento abstrato que é tão poderoso na caracterização da colônia europeia; ele não se afasta da história e da realidade concreta.

Mas as passagens não são constituídas somente pelo inconformismo do jornalista. Há que se frisar a utilização de termos que revelam ironia, que se alterna com passagens dramáticas, tudo a suscitar no leitor uma tomada de posição crítica dos acontecimentos sociopolíticos em questão:

O solo, é claro, pertence ao *lord*. Porque título não sei, talvez uma das suas avós, numa noite que estava mais decotada, atraísse o inconstante olhar do amável Carlos II, nos saraus galantes da Restauração: desse olhar provém talvez esta bela propriedade. O alegre Stuart era tão generoso!... Depois, se Carlos II tinha pouco dinheiro (o desgraçado recebia uma mesada do rei de França!) não lhe faltavam terras na Irlanda. Três léguas de pastos, ou de terreno arável, por um beijo e os seus acessórios, não é caro para um Stuart. E para uma fraca dama ou para seu esposo, um famoso negócio. Note-se, por Deus, note-se que eu estou fazendo estas suposições sobre um tipo de *lord* abstracto. Nem toda a minha simpatia pelos trabalhadores irlandeses me levaria a suspeitar as puríssimas senhoras da casa de Leicester [...] (QUEIRÓS, 1881)

O valor das rendas é puramente arbitrário. Não há tipo de renda, baseado sobre a avaliação das terras; existe o que se chama a avaliação de Griffith, feita há mais de trinta anos por o agrônomo desse nome; mas esta avaliação equitativa e favorável ao trabalhador, não é jamais aceita pelos proprietários. Nisto está a origem de todas as misérias da Irlanda: as rendas absurdamente elevadas, absorvem todo o produto da terra e o rendeiro escassamente pode viver, muito menos economizar. (QUEIRÓS, 1881)

Por fim, é assim que Eça de Queirós, ao longo de *A Irlanda e a Liga Agrária*, manifesta-se solidário e favorável à Irlanda, sempre com tom realista e consciente da força da Inglaterra, não perdoando o seu imperialismo. A esse respeito, Foucault orienta que o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de verdade e saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Ao produzir esse tipo de texto, a responsabilidade de Eça, com seu poder vituperante, é desfazer a ideia de que o que foi dito pela Inglaterra não necessariamente aconteceu. Sabe-se também com Foucault que o que foi dito constitui não somente um acontecimento, mas um acontecimento discursivo. E as páginas d'*A Ordem do Discurso* referem-se a esse murmúrio discursivo, porque quer, justamente, contemplar a relação da linguagem com a prática, a ação e a realidade.

Em *Lord Beaconsfield I e Lord Beaconsfield II*, apresentando uma irônica admiração para chegar às severas críticas, o cronista discorre sobre Benjamim Disraeli (Lord Beaconsfield) com assuntos que abordam desde pormenores, como sua vestimenta, até seus romances, suas conquistas e suas derrotas políticas, bem como a posição pessoal e política como homem de estado dentro da Inglaterra.

Igualmente às cartas de cunho político, Eça atinge uma postura crítica de quem expõe e opina sobre os fatos ou acontecimentos sucedidos. Nesse texto jornalístico, como anteriormente mencionado, não mais privilegia questões especificamente políticas, ocupa-se de uma das personagens mais importantes do cenário europeu do século XIX. Sua notoriedade advém da política adotada por Disraeli como primeiro-ministro britânico, o qual se tornou o símbolo do conservadorismo e do imperialismo da era vitoriana. Benjamin Disraeli nasceu em Londres, em 21 de dezembro de 1804. Atraído pela política, tentou eleger-se para a Câmara dos Comuns (candidatos eleitos para cinco anos por sufrágio universal dos cidadãos) pelo partido Liberal, mas foi derrotado duas vezes. Ligou-se então aos conservadores (*tories*) e chegou à vitória em 1837.

A *Encyclopaedia Britannica* (1995) registra que Disraeli ocupou três vezes a pasta da Fazenda, em 1852, 1858 e 1866. Em 1867, promoveu uma reforma eleitoral que estendeu o direito de voto a operários e a pequenos proprietários de terra e duplicou o número de eleitores do País. Mas foi o seu insucesso o tema abordado por Eça, já que, curiosamente, não menciona as decisões acertadas de Disraeli. Em 1868, Disraeli tornou-se primeiro-ministro, mas foi derrotado logo em seguida por Gladstone. O seu segundo governo (1874-1880) correspondeu ao apogeu do imperialismo inglês, o que confere a Eça o *status* de curiosidade e de repugnância. Na política interna, reconheceu os sindicatos, regulamentou a jornada de trabalho e a ocupação de mulheres e crianças. Na política externa, anexou as ilhas de Fidji em

1874; no ano seguinte, comprou as ações do Egito da companhia do canal de Suez, assegurando seu controle sobre o Reino Unido. Em 1876, recebeu o título de conde de Beaconsfield e entrou para a Câmara dos Lordes (não a título hereditário, como normalmente, mas escolhido pela rainha). Com a queda dos conservadores, em 1880, Disraeli afastou-se da política e faleceu em 1881. A apresentação feita por Eça, contudo, oculta esses pormenores da vida política de Disraeli, tampouco exalta suas conquistas, construindo uma figura caricaturesca e promíscua do cenário imperial europeu.

Por ocasião de sua morte, Eça envia um texto jornalístico à *Gazeta de Notícias*, mas está longe de ser considerado um necrológio tradicional. Trata-se de mais um ensaio em que são delineados dois perfis de Disraeli: o político e o literário:

Recomeçando hoje estas “Cartas de Inglaterra” [...] devo memorar, ainda que tarde, a morte de Benjamim Disraeli, Lord Beaconsfield, ocorrida no dia 19 de Maio, pela madrugada, em Londres, na sua casa de Curzon-street. A doença de Lord Beaconsfield, uma complicação de gota, asma e bronquite, arrastou-se cruel e longa; o mal porém foi debelado e Lord Beaconsfield sucumbiu realmente à fraqueza, à fadiga dos setenta e sete anos de uma existência tão episódica, tão cheia, tão em movente, que ela ficará como o seu melhor romance bem superior em estilo e interesse a *Tancredo* ou a *Endymion*. (QUEIRÓS, 1881)

A apresentação do seu ponto de vista jornalístico é muito bem construída, com todas as referências de um lide. O lide oferece dados biográficos do estadista e um delineamento dos traços de sua personalidade. O valor de ensaio, segundo Miné (2002), torna-se evidente, já que o jornalista insere reflexões marcadas por pessoalidade e por valores de julgamento, como no fragmento acima, quando, por meio da ironia, descreve que sua “existência episódica” é mais elevada em “estilo e interesse” a seus romances. Ele parece ter o intuito de comunicar a seus leitores brasileiros a sua visão e o faz por intermédio de argumentos. A tese sobre Disraeli confere sumariamente que, no seu ponto de vista, ele fora um romancista medíocre e um político que não apresentou progressos para a humanidade.

Com relação à política de Disraeli, mais uma vez Eça prova sua aversão aos métodos imperialistas praticados pela Inglaterra de forma geral. Ora por meio de termos incisivos, ora por meio da ironia, o autor registra o seu ataque como uma espécie de arma de crítica e como recurso para conquistar o seu leitor, unindo-o ao seu ponto de vista:

Todo o país andou durante anos inchado com esta grandiosa filáucia, que Lord Beaconsfield ia sempre entretendo com os seus discursos belicosos, as ameaças teatrais, as concentrações de frotas, um constante movimento de

regimentos, invasões aqui e além, a ocupação de Chipre, a quase absorção da propriedade do istmo de Suez, sempre algum lance brilhante em que a Inglaterra aparecia entre os fogos de Bengala da sua eloquência, como a senhora do mundo. (QUEIRÓS, 1881)

E todavia nada parece mais injustificado que uma tal apoteose. Lord Beaconsfield, por fim, foi um homem de estado que fez romances. Ora, os seus romances, como obras de arte, já começam a aparecer a esta geração de ciência e de análise, tão falsos, tão fictícios como as novelas lírico-religiosas do Visconde de Arlincourt e como homem de estado o nome de Lord Beaconsfield não fica decerto ligado a nenhum grande progresso na sociedade inglesa. Criar o título de Imperatriz das Índias para a rainha de Inglaterra, roubar Chipre, restaurar certas prerrogativas da coroa, tramar o «fiasco» do Afeganistão, não constituem decerto títulos para a sua glorificação como reformador social: por outro lado escrever *Tancredo* ou *Endymion*, não basta para marcar numa literatura, que teve contemporaneamente Dickens, Thackeray e George Eliot. (QUEIRÓS, 1881)

O Orientalismo vem discutir e analisar, como uma espécie de “instituição autorizada” (SAID, 2007, p. 29) em conjunção com Eça, quanto ao trato com o Oriente, que, na metade do século XIX, as palavras de Disraeli em *Tancredo* são verdadeiras: “O Oriente é uma carreira”, o que poderia só afirmar a soberania imperialista. Por tal concepção política (carreira), os textos não-ficcionais de Eça e os estudos de Foucault e Said deslindam o fato de que as forças políticas e econômicas, assim como o controle ideológico e social, dominam o discurso e o texto. E esse poder é exercido com o intuito de produzir efeitos, como o convencimento de que os europeus são indiscutivelmente superiores cultural e intelectualmente diante da inferioridade do povo Oriental. Como nesse caso, a função de quem deseja manipular e deter o poder é a de estabelecer uma posição hierárquica superior entre ele, o “sujeito”, e o outro, o “objeto”, em uma relação que não reflete a verdade.

Observando o excerto acima, temos uma ideia sobre o que preconizava Eça em um homem de Estado. Antes de tudo, seu nome deveria estar ligado ao progresso da sociedade, com encaminhamento à reforma e à justiça social, que eram as linhas de governo que o jornalista seguia desde o *Distrito de Évora*. O julgamento de Disraeli como romancista feito por Eça explica-se pela ótica do jornalista, a qual se apoiava nos pressupostos realista e naturalista, em contraposição com as marcas de purismo e de idealismo evocadas nas obras do estadista. É assim que a severa crítica queirosiana acaba por dar a impressão de que a ficção de Lord Beaconsfield nada mais é que sua própria atuação perante a vida e a sociedade, a qual Eça diminuía e abominava.

Os dois significativos exemplos de textos não-ficcionais que integram *Cartas de Inglaterra* junto à série *Os ingleses no Egipto* são orientados pela reflexão sentenciosa de Eça

no que tange aos aspectos vários da política ou do cotidiano da Inglaterra. Concluímos que eles revelam, de um modo geral, uma crítica severa aos modos de imperialismo do País em que o jornalista se encontrava. E é assim que, em *Acerca dos livros e Acerca dos livros (conclusão)*, ocorre uma crítica cultural direta aos ingleses.

No que se refere aos livros, Eça de Queirós revela sua indignação ao gosto inglês pela leitura de obras “paisagistas” ou de relatos de viagens. “Há nesta literatura geral uma espécie de que o Inglês não se farta - a Literatura de viagens. Já não falo nos romances: isso não constitui hoje uma produção literária, é uma fabricação industrial” (QUEIRÓS, 1881).

O correspondente da *Gazeta* utiliza alegorias, como as estações do ano, para falar de livros e revela sua oposição a autores “paisagistas”. Tudo por meio da ironia, pois, segundo ele, os leitores ingleses mais fúteis são os mais importantes representantes do Estado e, no entanto, buscam esse tipo de romance. Revela, também, a soberba dos ingleses perante outros países:

[...] toda a Inglaterra fervilhando no porto de Dover - e daí sucessivamente partirem longos formigueiros de turistas [...] Esta viagem de prazer passa-a quase sempre o inglês a praguejar (mentalmente - porque nem a Bíblia nem a respeitabilidade lhe permitem praguejar alto). A verdade é que o inglês não se diverte no continente: não compreende as línguas; estranha as comidas; tudo o que é estrangeiro, maneiras, toilettes, modos de pensar, o choca; desconfia que o querem roubar [...] Enfim, o inglês em viagem é um ser desgraçado. (QUEIRÓS, 1881)

Mas a gula, a gulodice de livros de viagem é também considerável, e de resto bem explicável numa raça expansiva e peregrinante, com esquadras em todos os mares, colônias em todos os continentes, feitorias em todas as praias, missionários entre todos os bárbaros, e no fundo da alma o sonho eterno, o sonho amado de refazer o Império Romano. Isto produziu um outro industrial - o prosador viajante. (QUEIRÓS, 1881)

Mesmo quando comenta as festas da *season* e está a satisfazer as curiosidades corriqueiras do leitor, não lhe escapa o espaço para enfatizar o pitoresco mundo inglês, sobretudo em uma espécie de censura e de reprovação. Como jornalista, Eça objetiva a compreensão da realidade inglesa em toda sua amplitude, ao lado de suas grandezas e misérias, estabelecendo com o seu leitor uma conversa bastante íntima e enérgica.

Ao falar do que ele chama *book-season* (a estação dos livros), mostra que é produzida e publicada uma infinidade de livros na Inglaterra, porém isso “não constitui uma produção literária, é uma fabricação industrial” (QUEIRÓS, 1881). Ao tratar novamente de obras “paisagistas”, compara o autor mais antigo ao de sua época: o primeiro quando, casualmente,

tinha uma aventura pitoresca durante sua viagem e à volta rememorava suas impressões e paisagens; o segundo viaja unicamente para escrever o livro, o qual certamente terá grande aceitação comercial. Enfim, nele encontramos um texto construído para elucidar a crítica cultural direta de Eça aos ingleses, os quais estão aparentemente preocupados com interesses particulares e triviais, como as viagens ao Egito para “cantar” a sua cultura, o que, na realidade, nada de trivial tem, por exemplo, a conquista do Canal de Suez. O jornalista quer dizer que a Literatura Inglesa trata de assuntos triviais para esconder os interesses maiores.

Segundo Said (2007), a literatura de viagem e a literatura de obras paisagistas refletem duas categorias de escritores, ambas representantes do poder egoísta da consciência europeia, que está acima de todas. Nesses textos, percebe-se que o Oriente parece existir para que eles, os ingleses possam observá-lo, tudo a favor do ego orientalista, por mais que almejassem impessoalidade, imparcialidade e estilo. Percebe-se que, mesmo nos temas dos livros, o Oriente aparece como um local de peregrinações ou, até mesmo, um palco para espetáculos, nos quais seus nativos eram secundários ou vilões, uma ordem que apenas oscilava. As obras que pressupunham uma caracterização sobre o Oriente possuíam, na realidade, mais uma estrutura interna do que a sua interpretação (ou tentativa inatingida), pois a maioria das interpretações era mais uma reestruturação ou revisão do Oriente.

Dentre as obras que tratam do Oriente, Said rememora três, todas ligadas à residência real naquelas regiões e todas com uma proximidade de relação garantida pelo Orientalismo, a saber: a primeira é o tipo a favor das exigências da escrita Orientalista, o autor anula a sua sensibilidade em uma espécie de autodestruição de ideias; outro tipo é aquele que, muito condescendente, é porta-voz do Orientalismo e dispensa qualquer tipo de realidade; o terceiro tipo é aquele que domina para mediar tudo o que foi dito sobre o Oriente.

De acordo com Said, entre 1800 e 1900, havia uma acentuada desproporção entre o número de viajantes da Europa para o Oriente, número que reflete uma grande “visitação” do Oriente por parte dos europeus, e o reduzidíssimo número de viajantes do Oriente para a Europa. Alguns poucos viajantes orientais, que tinham a oportunidade de se mover até o Ocidente, faziam-no com fins pedagógicos (de aprendizagem), ficando, assim, em uma posição de admirador daquela cultura. Como já mencionado, os viajantes ocidentais tinham por objetivo produzir livros sobre o Oriente (no século XIX, estima-se a produção de mais de 60 mil livros). Tal número representa, em se tratando de aparato cultural, a agressividade do Orientalismo, a sua atividade de persistir no julgamento sobre o que é oriental, um julgamento que, nas entrelinhas d’*Acerca dos livros e Acerca dos livros (conclusão)*, é confirmada.

A veia sarcástica e irônica de Eça de Queirós predomina em *Uma Partida feita ao Times*, cuja correspondência é marcada pelos traços que assemelham o jornal *Times* da Inglaterra e a própria Inglaterra. O escritor parece mesmo saborear o equívoco de uma matéria do *Times*, o que custou muitos dissabores a esse tradicional jornal:

É ao mesmo tempo lamentável e picaresco o caso sucedido ao Times. Este nobre infólio diário, que inspira orgulho a todo o inglês sinceramente patriota, e que aos olhos respeitosos do estrangeiro aparece como uma das mais fortes colunas da sociedade inglesa, como a própria consciência da Inglaterra posta em letra redonda. E, terminando, peço às almas caritativas e justas uma boa risada à custa do Times. (QUEIRÓS, 1882)

O texto estabelece uma analogia entre o jornal *Times* e a Inglaterra: segundo Eça de Queirós, o primeiro é a própria consciência do segundo. Ele define o jornal e os ingleses como possuidores de uma “inflexível etiqueta”, sempre sérios e conservadores a respeito de seus próprios hábitos e cultura, ignorando todas as outras. De acordo com Eça, era por meio desse jornal que se tinha a maior profusão e acesso aos discursos políticos (sua quinta página era, ordinariamente, destinada a esse fim, prática, por feliz “coincidência”, bastante lucrativa ao jornal e conveniente aos políticos).

Por fim, em *Uma Partida feita ao Times*, o jornalista critica as inutilidades do jornal com seus anúncios de casamentos e com suas colunas sociais e políticas, que eram objeto de maior interesse por parte dos leitores. Por sua vez, “uma partida feita” significava algo como “uma peça pregada”: um discurso do austero Sir William Harcourt, ministro do Interior, com suas palavras esperadas: “tocando todas as questões que inquietam a Inglaterra, a anarquia da Irlanda, o tratado de comércio com a França, a intervenção no Egito, a criação do governo municipal de Londres, outras coisas graves ainda”. E, para o deleite de Eça, após o discurso do ministro ter sido revisado para publicação no *Times*, em um descuido do periódico, foram alteradas: “dez ou doze linhas, e substituídas por outras, (...) Como posso eu, conservando-me casto, explicá-las aos leitores da Gazeta de Notícias? Essas linhas, intercaladas no severo discurso do severo ministro eram (tremo de dizê-lo) eram linhas eróticas!”, tal foi o ensejo de Eça para se deleitar contra os purismos ou falsos purismos ingleses.

3.2 Resumo da série *Os ingleses no Egito*

Na série *Os ingleses no Egito*, o jornalista trata das conseqüências da tutela franco-inglesa decorrida das finanças deficitárias do Egito. Inicia a primeira correspondência

descrevendo Alexandria antes da intervenção inglesa, quando “[...] - Alexandria realizava o mais completo tipo que o mundo possuía de uma cidade levantina, e não fazia má figura, sob o seu céu azul-ferrete, como a capital comercial do Egito, e uma Liverpool do Mediterrâneo”. E finaliza abordando a prisão do militar egípcio Arabi-Paxá, o qual fez um simples pronunciamento nacionalista, ato arbitrário do ponto de vista inglês.

Seguindo as ideias da crônica anterior, em *Os ingleses no Egito II* há menção do prestígio do Quediva perante a Europa, da retirada estratégica de Arabi-Paxá da prisão, da divergência de opinião entre ingleses e egípcios sobre a conduta de Arabi e, basicamente, do desejo de Arabi-Paxá de extinguir a autoridade absoluta do Quediva no Egito, pois este se encontrava manipulado pela Inglaterra. “O Quediva, que acabava talvez de saborear no *Times* mais uma glorificação da sua energia, concordou e declarou até que sempre respeitara Arabi. Ali mesmo, sobre o joelho, o nomeou paxá: - e Arabi-Paxá passou da enxovia para o poder, ao som das bandas marciais”.

Após mencionar o massacre de Alexandria, em *Os ingleses no Egito III*, o jornalista narra o que ele chama de “primeiro episódio oriental”, que ele próprio presenciara 12 anos antes do massacre, quando esteve na inauguração do Canal de Suez. Esse episódio se baseia na tirania e na impiedade dos europeus com relação aos egípcios. Como resultado desse tipo de atitude, os egípcios rebelaram-se e, no dia 11 de junho, os “invasores” anunciaram à Europa que a população árabe massacrava os europeus nas ruas de Alexandria:

Quando no dia 11 de junho, eu li esses telegramas repassados de pânico, em que se anunciava à Europa que a população árabe massacrava os europeus nas ruas de Alexandria, - não sei porquê revii logo o cais da alfândega, o italiano serviçal de *bonnet* agalado, a *courbache* estalando nas costas escuras do árabe. Isto não é trazido como alegoria, para dizer que as relações dos europeus e dos egípcios se reduzem a estas duas atitudes - um braço com manga de pano fino erguendo a *courbache*, e um dorso seminu esperando a sova: muito menos quero insinuar que o massacre do dia 11 foi a tardia vingança destas brutalidades burocráticas... (QUEIRÓS, 1882)

A ideia central de *Os ingleses no Egito IV* remete novamente ao episódio do dia 11 de junho, que a Inglaterra denominou de anarquia nacional, afastando-se de qualquer envolvimento ou culpa do acontecido. E diz que pretende defender o canal de Suez para o “benefício da civilização”, o que na realidade foi para a Inglaterra uma oportunidade de armar-se e, desse modo, conquistar seus interesses. Por fim, na expectativa de um ataque estrangeiro, Arabi organizou a sua defesa artilhando os fortes de Alexandria e erguendo baterias novas pela costa. Logo, a Inglaterra lança um ultimato de que, se os fortes de Arabi

não se retirassem, a tropa inglesa abriria fogo sobre Alexandria, o que, de fato, aconteceria na noite posterior, episódio de 11 de junho:

O que à Inglaterra convinha, era atribuir a este conflito local a magnitude de uma anarquia nacional, e oferecer ou impor o seu préstimo - não para castigar os tumultos de um bairro mas para pacificar todo um país em desordem. E assim ela consumava a chegada desse dia tão apetezido, tão pacientemente esperado desde o começo do século, tão ansiosamente espiado desde a abertura do canal de Suez, em que teria enfim um pretexto para assentar na terra do Egito o seu pé de ferro, essa enorme pata anglo-saxónia, que, uma vez pousada sobre território alheio, seja um rochedo como Gibraltar, uma ponta de areia como Adem, uma ilha como Malta, ou todo um mundo como a Índia - nenhuma força humana pode jamais arredar ou mover.

Imediatamente o almirante Seymour mandou este *ultimatum*⁵⁵ a Toulba-Paxá, governador da cidade: - dentro em vinte e quatro horas os fortes deveriam ser entregues às tropas inglesas, ou toda a linha de couraçados abriria fogo sobre Alexandria. A isto, realmente, só se pode responder com a grande palavra de Cambronne⁵⁶ em Waterloo⁵⁷. [...] Essa longa procissão de couraçados de toda a Europa, deixando lentamente as águas de Alexandria, para que a Inglaterra pudesse livremente cometer o seu atentado - é descrita pelos correspondentes ingleses como cheia de solenidade e de cerimonial. (QUEIRÓS, 1882)

Em *Os ingleses no Egito V*, Eça segue tratando da resistência dos fortes de Alexandria ao ultimato da Inglaterra e do conseqüente ataque. Ocorre a instalação da tropa inglesa em Alexandria e o recuo de Arabi com seu exército.

Concentrada a questão entre uma poderosa nação invasora - e um patriota que defende o seu solo - a Europa tomou logo a sua tradicional atitude: isto é, murmurou algumas palavras de branda admoestação, e depois recuou para longe, a observar como um braço forte sabe usar da sua força, a estudar como se consuma a espoliação de um fraco. (QUEIRÓS, 1882)

Em sua última escritura acerca d'*Os ingleses no Egito (VI)*, Eça de Queirós refere-se a questões como o real interesse da Inglaterra sobre Alexandria e a impossibilidade de uma Guerra santa e, especialmente, desmistifica a potencialização das intervenções inglesas no mundo, buscando, em cada texto jornalístico endereçado à *Gazeta*, captar de forma crítica aquilo que é revelador do ponto de vista sociológico, refletindo as ideologias impregnadas nesse mundo observado:

Sempre um inglês! Inteiramente inglês, tal qual como saiu da Inglaterra, impermeável às civilizações alheias, atravessando religiões, hábitos, artes

culinárias diferentes, sem que se modifique num só ponto, numa só prega, numa só linha o seu protótipo britânico. (QUEIRÓS, 1882)

Antes mesmo que haja um aprofundamento no estudo de cada texto não-ficcional, faz-se importante o norteamento dos leitores no que tange às datas de publicação das correspondências da *Gazeta do Rio*:

- *Os ingleses no Egipto I* - 27/09/1882
- *Os ingleses no Egipto II* - 28/09/1882
- *Os ingleses no Egipto III* - 29/09/1882
- *Os ingleses no Egipto IV* - 13/10/1882
- *Os ingleses no Egipto V* - 17/10/1882
- *Os ingleses no Egipto VI* - 24/10/1882

Como já mencionado, esta pesquisa consiste em uma leitura crítica dos textos não-ficcionais da série apresentada acima, sob a perspectiva do Orientalismo - corpo de conhecimentos acerca das relações entre centro e periferia -, que objetiva compreender a realidade e as condições em que certos setores da humanidade se encontravam e se encontram, ou seja, excluídos pelos detentores da hegemonia colonial, e desvendar a visão crítico-reflexiva do jornalista enquanto português situado em uma condição semiperiférica (estudos de Boaventura de Sousa Santos).

Para que haja um total aproveitamento dos teores histórico, crítico e linguístico que envolvem cada crônica, elas serão visitadas uma a uma e, obedecendo à ordem de sua publicação, posto que a apresentação cronológica dos fatos nos textos se faz de forma particular: não há linearidade, começa da situação atual para se desvendar a situação inicial.

Eça viveu fora de Portugal em longos anos de sua vida como em Cuba, Inglaterra (Newcastle, Bristol), concluindo sua carreira em Paris. Teve a oportunidade de encarar uma dimensão internacional na política e na cultura do Ocidente. Essa “mundivivência” foi o fator preponderante que lhe permitiu expor aos leitores uma clareza de visão crítica do que ocorria no mundo, sobretudo com rigor, retidão e humor, traços que lhe são peculiares.

Na série *Os ingleses no Egipto*, Eça resume a história do Egito, ou melhor, de Alexandria. Em seguida a essa narração que recupera a história de Alexandria (do último texto para o primeiro), o jornalista possibilita ao leitor uma visão da cidade; interessa-lhe, acima de tudo, abordar o recente passado e enumerar as reformas sociais proporcionadas pelo

líder Arabi, “que passara de um felá para o exercício do poder ao tentar resolver a crise da nação ante a insaciável sede imperialista da Inglaterra”.

Entendemos que seja relevante ressaltar os episódios mais importantes da série de forma detalhada, já que seu jornalismo foi pouco divulgado, e passaremos, em seguida, à sua leitura sob o viés da concepção Orientalista, tal qual apresentado por Edward W. Said, seguidor das ideias de Michel Foucault.

3.3 Os ingleses no Egito I

O jornalista inicia a crônica com a descrição da cidade de Alexandria, porto do Egito, antigo centro artístico e literário do Oriente. Descreve suas riquezas e prosperidades para, em seguida, com lástima, criticar a postura das potências ocidentais que, com uma falsa camaradagem, optam por delegar o “cuidado” de manter os seus navios de guerra em frente a Alexandria.

É importante que o leitor tenha em mente que, na descrição do panorama das lutas imperialistas no Egito, Eça vale-se de um mosaico infinito de recursos de linguagem: a ironia sempre presente, fina e sutil; o cômico e o burlesco, valendo-se de paradoxos, de hipérboles, de paralelos contrastivos e do exagero caricatural. As sátiras com relação à Inglaterra explicam-se porque Eça, em suas intervenções, não se conformava com o que observava e não estava de acordo com os padrões morais e políticos daquela nação hegemônica e imperialista. Eça segue discorrendo sobre a submissão dos beduínos (diz-se dos árabes nômades do deserto) em relação aos estrangeiros; dos soldados egípcios em relação aos marujos de Marselha (principal porto francês de comércio) e de Liverpool (cidade da Grã-Bretanha); enfim, da outremização e do rebaixamento dos egípcios ao poder hegemônico franco-inglês.

O Egito fora vigiado e tomado, de certa forma, pelos europeus, porque estava altamente endividado com as burguesias financeiras de Paris e de Londres. E Eça acrescenta que os estrangeiros eram uma espécie de agiota armado, com a tutela decorrida das finanças deficitárias do Egito.

Sem dados históricos, visto que se tratava de uma crônica com comentários e não de um texto de caráter meramente informativo, Eça finaliza o assunto abordando a prisão de Arabi-Paxá, militar e político egípcio, chefe do movimento nacionalista, que pretendia expulsar turcos, britânicos e franceses do Egito e cuja prisão decorreu de um pronunciamento nacionalista.

Outrossim, mesmo que em uma derradeira leitura, tal síntese nos possibilita confirmar a imposição ocidental no mundo oriental em diferenciados setores e o abuso de poder, embora toda a questão recaísse sobre o pretexto de um único fator: a dívida financeira.

A esse respeito, Foucault apresenta o estudo sobre o discurso: é organizado e repassado com uma espécie de amálgama ou junção de poderes e de perigos; isso vale para qualquer época e para qualquer sociedade (algumas mais afluídas como a anglo-francesa do século XIX), estabelecendo relações não só de classes, mas, principalmente, de política e de ideologia, que acabam por determinar, como no caso do discurso orientalista, o que pode e o que deve ser dito em uma prática de discurso controlado. Por mais que o discurso aparente ser algo sem importância, as interdições que o atingem revelam logo sua ligação com o desejo e o poder, nesse caso o poder político e econômico.

Eça de Queirós desnuda, logo no início da crônica, a ideia de que o Ocidente congela determinado momento do Oriente, sobretudo a grandeza de seu passado, delegando a si próprio o papel de restabelecedor dessa grandeza que o oriental já não é capaz de sustentar ou suportar.

Apesar dos seus dois mil anos de idade, de ter sido, depois de Atenas e Roma, o maior centro de luxo, de letras e de comércio, que floresceu no Mediterrâneo, a velha cidade dos Ptolomeus não possuía hoje nenhum monumento do seu passado, a não contarmos, ao lado de um velho cemitério muçulmano, uma coluna erigida outrora por um prefeito romano em honra de Diocleciano, conhecida pelo sobrenome singular de Pilar de Pompeu, e mais longe, estendido num areal, um obelisco faraônico do templo de Luxor, que gozava a grotesca alcunha de Agulha de Cleópatra. E esta mesma relíquia está agora em Londres, no aterro do Tâmis, pousada numa peanha de bronze, alumada pela luz eléctrica, aturdida pelo estrondo dos comboios... (QUEIRÓS, 1882)

Em *Os ingleses no Egipto I*, torna-se explícita a diferença sentida entre progresso e uso incivilizado dele. O Imperialismo britânico não convence Eça de que o conceito de Europa se baseia no exemplo da civilização, como grande centro superior a todos os outros. Essa dúvida surge pelo procedimento desumano e arrogante adotado contra a cultura antiga, evidenciado nos excertos que seguem acima.

O conceito de progresso advém do cenário de relações sociais com características fecundas no plano econômico, o que denominamos modernidade. Suas origens se ligam ao advento da máquina a vapor que alavancou o capitalismo e, quanto às ideias, liga-se à Filosofia das Luzes, que, desde o século XVIII, primava pelo desenvolvimento moral e material do conhecimento.

Progresso, para boa parte dos intelectuais na segunda metade do século XIX, é exemplificado por Eça quando insere, como estrutura embrionária dos seus romances (*A Cidade e as Serras*), os princípios do Naturalismo, cujo tema central é a oposição vida moderna X rural. Trata-se de uma crítica ao progresso incivilizado, à civilização burguesa, industrial e materialista e, mais diretamente, às suas invenções científicas. Essa é a maior crítica à modernidade, pois Eça mostra, em seus romances, e discute, em *Os ingleses no Egipto*, que a vida feliz está totalmente desarraigada da vida moderna e que só é possível viver pacificamente consigo mesmo e com o mundo, se cada um viver longe da civilização, ideia arbitrária ao imperialismo europeu.

Na descrição de Alexandria, Eça narra suas experiências e observações que outrora fizera em um passeio e tece comentários que manifestam as características da dominação e da hierarquização impostas aos sujeitos árabes:

Os bairros europeus de Alexandria quase recentes (...) compunham-se principalmente de uma vasta praça, a famosa Praça dos Cônsules, orgulho de todo o Levante, e de ruas largas, com nomes franceses, estuque francês nas fachadas, tabuletas francesas nas lojas, cafés franceses, lupanares franceses - como um faubourg de Bordéus ou de Marselha transportado para o Egipto e empenachado aqui e além de palmeiras. (QUEIRÓS, 1882)

A grande verdade é que os ingleses queriam estar em toda parte, como senhores do mundo, cenário que se contrapõe ao do árabe: “a parte árabe da cidade não tinha nenhum pitoresco oriental: eram arruamentos quase direitos, com casebres lavados a cal e terminando em terraço, pousados num solo, meio de terra e meio de areia, que a menor brisa do mar espalhava em nuvens pelo ar”.

Esse fragmento evidencia que Eça, mais uma vez, não está alinhado ao pensamento eurocêntrico, que vê na arquitetura ocidental um progresso em relação aos casebres orientais. Esse exemplo denota como o poder imperial é centralizado e deixa claro que os ocidentais se sentem os “donos” absolutos do Oriente e que eles não poderiam deixar de ser malquistos, pois possuíam todos os privilégios possíveis, ao passo que os felás eram os marginalizados da humanidade no interior de seu próprio espaço. Os melhores recursos, como postos e empregos públicos, com a mais alta remuneração, estavam em mãos ocidentais, exatamente aqueles que ignoravam a língua árabe e que nada sabiam do ofício.

Ignorando por completo a cultura dos egípcios, os europeus se mantinham distantes e se preocupavam somente com o estabelecimento de sua própria cultura e conhecimento, desestabilizando e desconsiderando a cultura do outro:

Todavia, tal qual era, Alexandria - com as suas ruas, onde os soldados egípcios, de fardeta de linho branco, davam o braço à marujada de Marselha e de Liverpool, onde as filas de camelos, conduzidos por um beduíno de lança ao ombro, embaraçavam a passagem dos tramways americanos, onde os *sheiks*, de turbante verde, trotando no seu burro branco, se cruzavam com as caleches francesas dos negociantes, governadas por cocheiros de libré. (QUEIRÓS, 1882)

Dessa forma, os detentores da hegemonia agem não só por meio da imposição cultural, mas também e, principalmente, por meio da necessidade de ser “maior” que o outro, de impor “respeito” e de afirmar seu poder na aparência e na riqueza. No discurso de Eça, podemos vê-lo como um orientalista, mas não na perspectiva de Said, que “ajuda” a criar o conceito de Oriente, mas sim na perspectiva de alguém que flagra essa relação de poder, de tentativa dos europeus de se convencerem de sua superioridade cultural e intelectual diante da simplicidade dos orientais (os europeus, em terra alheia, eram transportados por bondes de tecnologia americana, ao passo que o sujeito árabe dominado usava como transporte um burro branco).

Foucault (2003) menciona que uma importante esfera que propaga e tende a legitimar o seu discurso está constituída pela ciência. A outra, pelo contrário, está formada por todos os demais elementos que podem ser definidos como integrantes da cultura. O ideológico, as diferenciações de gênero, as práticas discriminatórias, as normas e os critérios de normalidade estão todos no interior da segunda esfera, a ideológica, tal qual a atitude desses ingleses no Egito.

Mais além, Eça resume a jactância inglesa, ao afirmar que a Inglaterra se gabava da sua força pelo dinheiro a rodo e pelos seus pulsos fortes, aos quais ninguém tinha condições de resistir. Dessa forma, ela, a Inglaterra, vai conquistando um espaço no mundo, “mundo que vai se tornando um espaço inglês”, nas palavras de Berrini (1988).

“Isso era assim, há cinco ou seis semanas. Hoje, à hora em que escrevo, Alexandria é apenas um imenso montão de ruínas”, segue Eça na expectativa de falar sobre o que resta de Alexandria após a intervenção armada franco-inglesa.

Pela quarta vez na história, Alexandria deixou de existir. Tratando-se do Egito, terra das antigas maldições, pode-se pensar, em presença de tal catástrofe, que passou por ali a cólera de Jeová - uma dessas cóleras de que ainda estremece as páginas da Bíblia, quando o Deus único, vendo uma cidade cobrir-se da negra crosta do pecado, corria de entre as nuvens a cicatrizá-la pelo fogo como uma chaga viva da Terra. Mas desta vez não foi Jeová. Foi simplesmente o almirante inglês Sir Beauchamp Seymour, em nome da Inglaterra, e usando com vagar e método

por ordens do governo liberal do Sr. Gladstone os seus canhões de oitenta toneladas. (QUEIRÓS, 1882)

A analogia traçada pelo jornalista, entre o considerado divino e a força política britânica, não acontece por mero acaso, vem antes comprovar a supremacia e a soberania ocidental com seus homens e representantes fortes, que vão “cair sobre o fraco, destruir vida e empolgar fazenda”.

No princípio de junho passado, o almirante inglês Sir Beauchamp Seymour achava-se nas águas de Alexandria, comandando uma formidável frota, e tendo ancorado ao seu lado uma esquadra francesa com o pavilhão do almirante Conrad, a França e a Inglaterra estavam ali com morrões acesos, vigiando Alexandria, de camaradagem, como tinham estado nos últimos dois anos no Cairo, de pena atrás da orelha, fiscalizando, de camaradagem, as finanças egípcias: porque sabem decerto, que o Egipto, endividado até ao alto das pirâmides para com as burguesias financeiras de Paris e Londres, tendo omitido o pagamento de alguns *coupons*, - a França e a Inglaterra esposavam maternalmente os interesses dos seus agiotas, e instalavam no Cairo dois cavalheiros, os Srs. Coloin e Blegnières, ambos com funções de secretários de Fazenda no Ministério egípcio, ambos encarregados de colher a receita, geri-la, e aplicar-lhe a parte mais pingue à amortização e juros da famosa dívida egípcia! (QUEIRÓS, 1882)

Esse excerto confirma as ideias de Said, para quem o Ocidente é o agente, e o Oriente é o reagente passivo. Alexandria estava tomada pelo comando europeu, expressa pela famosa ironia de Eça quando afirma que a estavam vigiando por camaradagem. O ocidental intenciona produzir na nação dominada o mito da superioridade, especialmente da “raça superior”, segundo a qual o diferente é outremizado para ser explorado. Notam-se as estratégias de objetificação no aparente cuidado do europeu em detrimento da incapacidade política egípcia de “caminhar com suas próprias pernas”. O dominador sempre tenta passar a imagem do dominado fora dos padrões normais, ficando, dessa forma, em uma posição superior e exercendo tranquilamente seu domínio e controle.

De um certo modo, as limitações do orientalismo são [...] aquelas decorrentes de se desconsiderar, essencializar e desnudar a humanidade de outra cultura, outro povo ou região geográfica. Mas o orientalismo foi além disso: considera o Oriente como algo cuja existência não apenas está a vista, mas permaneceu fixa no tempo e no espaço para o Ocidente. O sucesso descritivo e textual do orientalismo foi tão impressionante que períodos inteiros da história cultural, política e social do Oriente são considerados como meras respostas ao Ocidente. Este é o agente e o Oriente é o reagente passivo. (SAID, 1990, p. 117)

Eça narra, de maneira privilegiada, a questão dos ingleses no Egito, pois lá estivera para a abertura do canal de Suez, 12 anos antes e tivera vivência direta com a sua cultura, paisagem e civilização. Seus oito anos de residência na Inglaterra também lhe permitiam acompanhar diretamente tudo o que se passava nos dois países por meio das publicações da imprensa inglesa. Essas condições favoreceram sobremaneira a elaboração das correspondências, ora pontuadas pelo contato e pelas experiências do passado, ora pelo contato com os periódicos ingleses que funcionavam como informantes do jornalista. Sobre o acontecimento relatado, ele atinge a legitimação do seu discurso, pois conhece e testemunha os fatos.

Nesse conjunto de textos jornalísticos enviados ao Brasil, o que desperta interesse particular é o revestimento das matérias: nelas se aliam o ficcionista e o jornalista político, atingindo uma mútua interferência, característica abordada no próximo subitem.

3.3.1 Ironia queirosiana

Uma característica de primordial importância a ser ressaltada em Eça de Queirós é a ironia, da qual emana uma gama de recursos expressivos: o cômico, o satírico, o sarcástico, o burlesco ou, em certas ocasiões, o humor sutil. As influências de Eça no que tange à sua ironia encontram suas bases nas leituras dos textos de Goethe e nos poemas de Heine, que, segundo Berrini (2005), faz menção à ironia de Deus e do mundo (Heine sugere Deus como Aristófanes do paraíso).

Ainda de acordo com Berrini (2005), a profundidade do significado da ironia reside na consciência humana que desnuda uma visão trágica da realidade. É a ironia do cotidiano, em uma consciência que utilizará recursos de expressão de incompatibilidade entre palavras e seus significados, entre o que aparenta e o que é real; trata-se de um instrumento da verdade. De acordo com os pressupostos foucaultianos, o povo oriental pode ser um exemplo de sociedade que se torna disciplinada por meio da linguagem dos discursos orientalistas, que se proliferam indefinidamente em um discurso mascarado que se dizia libertador, mas que era muito opressor. Nesse sentido, o discurso esconde a verdade, e a que prevalece, obviamente, é a do indivíduo que detém o poder. Esse recurso de linguagem, a ironia, é o instrumento bélico de Eça de Queirós, manejado tanto em seus romances quanto em seus textos não-ficcionais, para tratar de pensamentos reveladores, políticos e sociológicos, do ponto de vista público.

Por conseguinte, Foucault propõe duas perspectivas a partir desses princípios já citados: a ironia e a verdade. O discurso como prática é essa instância da linguagem em que a

língua está relacionada com outros fatores, os quais não são mais somente de ordem linguística. O discurso, portanto, é uma prática que relaciona a língua com outros elementos, é aquilo a que Foucault chama “prática discursiva”: “é sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma ‘política’ discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos” (FOUCAULT, 2003, p. 35). É assim que o discurso orientalista se dá, sem pacificação alguma, com um mútuo desentendimento entre Oeste e Leste. Em vez disso, trava-se uma luta pela e com a palavra dos sujeitos europeus, com seus vocabulários restritos acerca do que poderiam falar sobre o Leste, tudo a ser desmistificado pela linguagem irônica e mordaz de Eça.

Em suas primeiras produções, por outro lado, o jornalista privilegia seus leitores com uma percepção ampla e rigorosa da realidade e do contexto em que está inserido. Em *As Farpas*, por exemplo, ele demonstra com seus poucos anos (26), uma implacável análise do mundo português, com total objetividade, precisão e clareza, as mesmas que exporia em suas últimas produções até o final de sua vida. Esse recurso se manifesta em toda a série *Os ingleses no Egito*, bem como em todos seus textos jornalísticos, em suas múltiplas funções de informar e de comentar, todas justapostas à linguagem do jornalista de crítica política.

As Farpas, por exemplo, já era um novo e inovador conceito de jornalismo - o jornalismo de ideias, de crítica social e cultural. Com *As Farpas*, Eça e Ramalho Ortigão pretendiam fazer crítica de costumes e analisar a sociedade portuguesa da época, interessados não no riso fácil e incoseqüente, mas na reforma de instituições em crise. Nenhum tema escapou à sua análise: o adultério, a vida clerical, a decadência econômica, a degradação política e cultural — temas que serão posteriormente desenvolvidos na obra romanesca e nos textos de imprensa de Eça de Queirós.

No seu combate pela reforma da nação, a arma manejada por Eça é o riso. A realidade machucada é revestida por uma camada de humor. Mas essa visão irônica dotada de recursos humorísticos da linguagem guarda o espírito do escritor, contaminado por uma ironia que demonstra sua angústia ao retratar a situação dos alexandrinos. Em uma oportunidade mais concreta proporcionada pelo Jornalismo, Eça fez da sua arte de escrever um protesto que desnudava os setores do mundo moderno. Esses motivos o levaram a procurá-la sempre: a ironia em seus textos vislumbrava uma limpeza no mundo. Como ele abominava a hipocrisia, levava seus leitores da *Gazeta* a mais do que pensar; levava-os a uma tomada de posição e de consciência quanto à questão do Egito.

3.3.2 A civilização: o grotesco de Eça

Nos textos não-ficcionais *Os ingleses no Egipto*, encontra-se também o grotesco. O riso, ora diminuído, continua a existir com humor leve, com ironia e com sarcasmo. O grotesco o arrasta para o lado do riso e da repulsa, pelo seu aspecto bizarro e caricato. Em um exagero caricaturesco, transforma os envolvidos no conflito político franco-inglês e egípcio em tipos, caracterizados pela hipérbole para somarem-se à crítica ao mundo inglês.

[...] onde os soldados egípcios, de fardeta de linho branco, davam o braço à marujada de Marselha e de Liverpool, onde as filas de camelos, conduzidos por um beduíno de lança ao ombro, embaraçavam a passagem dos tramways americanos, onde os *sheiks*, de turbante verde, trotando no seu burro branco, se cruzavam com as caleches francesas dos negociantes, governadas por cocheiros de libré [...]. (QUEIRÓS, 1882)

Seria talvez desonesto, decerto seria desproporcionado, o juntar aos nomes dos homens fortes que nestes últimos dois mil anos se têm arremessado sobre Alexandria e a têm deixado em ruínas - aos nomes de Caracala o pagão, de Cirilo o santo, de Diocleciano o perseguidor, e de Ben-Amon o sanguinário - o nome do Sr. William Gladstone, o humanitário, o paladino das nacionalidades tiranizadas, o apóstolo da democracia cristã. (QUEIRÓS, 1882)

Segundo as pressuposições apresentadas por Said nesse campo de estudo, tanto o artista quanto suas obras são irrestritamente influenciados pela sociedade e, principalmente, por suas tradições culturais. Ele enfatiza que tanto os escritos eruditos quanto os imaginativos não são, em absoluto, livres; ao contrário, suas imagens e suas intenções estão previamente limitadas. Nesse sentido, um importante aspecto a ser considerado é o olhar humanista apresentado por Eça de Queirós, alinhando-se a uma visão que está além do seu tempo, uma espécie de antiorientalista. Segundo Said,

os progressos feitos por uma “ciência” como o Orientalismo na sua forma acadêmica são menos objetivamente verdadeiros do que muitas vezes gostamos de pensar. Em suma, meu estudo até agora tentou descrever a *economia* que torna o Orientalismo um tema coerente, mesmo admitindo que, como idéia, conceito ou imagem, a palavra *Oriente* possui uma grande e interessante ressonância cultural no Ocidente. (SAID, 2007, p. 274)

Há pressuposições naturais que acabam por ser controversas no estudo do Orientalismo. Seria natural pensar que os estudos e a erudição seguem um curso de progresso, que eles melhoram a cada acúmulo de informação carregado pelos anos e que há um

aprimoramento de métodos através das gerações de eruditos que se aperfeiçoam com a geração anterior:

Assim, o Orientalismo pode ser considerado um modo de escrita, visão e estudos regularizados (ou orientalizados), dominados por imperativos, perspectivas e vieses ideológicos ostensivamente adequados para o Oriente. O Oriente é ensinado, pesquisado, administrado e comentado segundo maneiras determinadas. (SAID, 2007, p. 275)

Ao contrário está Eça, visto que para o Orientalismo há um consenso de que toda e qualquer afirmação sobre o Oriente não muda em sua essência e de que somente esses tipos de obra parecem honestos ao orientalista. Sua pesquisa concerne nas bases dos textos orientalistas anteriores, os quais imprimem uma inimaginável pressão sobre a formação ideológica e sobre os novos escritores e eruditos.

Retornando ao grotesco, em artigo publicado em 8 de fevereiro de 1892, na *Gazeta de Notícias*, com o título *A decadência do riso*, temos uma ideia da espécie de grotesco que está presente nos textos de Eça. O artigo abre com uma citação, em francês, do “grande Mestre Rabelais” e decorre no sentido de expor o abatimento do riso nos homens da sua época; a gargalhada rabeleriana não existia mais na avaliação do jornalista. Para ele, o século XIX não tem mais “o dom divino do Riso” e conclui: “Ninguém ri - e ninguém quer rir”. E, em um tom que profetiza, acaba por prever o mundo de hoje quando escreve: “por causa da sua imensa civilização. Quanto mais uma sociedade é culta – mais a sua face é triste”. E dialoga com o leitor:

Abandona o teu laboratório, reentra na natureza, não te compliques com tantas máquinas, não te sutilizes com tantas análises, viva uma boa vida de pai provido que amanhã a terra, e reconquistarás com a saúde e a liberdade, o dom augusto de rir. Mas como escutar estes conselhos de sapiência um desgraçado, que tem, nos poucos anos que ainda restam ao século, de descobrir o problema da comunicação inter-astral, e de assentar sobre bases seguras todas as ciências psíquicas? (QUEIRÓS, 1882, p. 46)

É possível encontrar o grotesco também na ficção queirosiana, como nas personagens do conselheiro Acácio, do Damaso Salcede dos *Maias*, do conde de Abranhos e do seu secretário, estes últimos representantes do corrupto mundo político pequeno burguês. O povo – como os trabalhadores rurais que serviam para grandes e médias propriedades – e os serviçais domésticos não tinham representação numérica de destaque na nação. Por isso o

grotesco queirosiano não poderia se servir do popular, ao contrário dos textos de Rabelais. Desse modo, o alvo da crítica dura de Eça se encontra na média e alta burguesias.

No seu *Jornalismo*, outro exemplo do grotesco encontra-se em uma publicação de 1897, na *Gazeta de Notícias*, a respeito de Sarah Bernhardt. O teor da crônica é o fato de que, julgando-se uma deusa, a famosa atriz concedeu uma entrevista ao periódico francês *Figaro*. Ela se autointitulava uma magnífica atriz e dava detalhes das homenagens recebidas por seus admiradores do mundo. Personagens como essa e situações risíveis e caricatas, as quais, segundo Eça, chegam a beirar o inverossímil, como a dos estudantes brasileiros que abandonaram seus deveres e ficaram histéricos com a presença da atriz, afirmam a presença do grotesco em grande parte de seus textos, a salvaguardar seu inconformismo.

Como se pode perceber, o escritor e jornalista, com sua visão crítica, voltou-se contra a sociedade burguesa e questionou os novos valores materiais, como o dinheiro, que, para ele, era capaz de comprar consciências. Nas suas páginas não-ficcionais, na verdade, Eça reflete a imagem daquela sociedade que, em sua opinião, era covarde, discursando sobre seus valores como tradições e honra, estabelecendo uma espécie de paródia da sociedade.

3.4 Os ingleses no Egito II

Na primeira das seis cartas que Eça escreveu, é possível afirmar que o jornalista-narrador (como o chama Elza Miné, 1986) gostaria de relatar tudo o que se passou no dia 11 de junho de 1882, na cidade de Alexandria, delineando, para isso, seus traços principais. No entanto, antecipa o desfecho, que é a destruição de Alexandria pela esquadra inglesa sob o comando do Almirante Seymour. O desfecho apresentado logo no primeiro texto funciona com o termômetro dos demais, agindo como marco temporal e como delimitador do espaço em que os acontecimentos se desenrolam. A construção textual da série *Os ingleses no Egito*, por ter esse sentido retrospectivo (desfecho-desenvolvimento-introdução), começando pelo fim, desperta no leitor o interesse ou a curiosidade de esclarecimento dos fatos.

Eça desenvolve suas ideias partindo de um outro retorno no tempo, quando fala do Quediva coato e do posicionamento das esquadras inglesa e francesa na baía de Alexandria. A respeito desse fato, o jornalista declara duas versões: uma oferecida pela imprensa inglesa, a qual diz que estão ali para proteger o Quediva, e a sua, que se sustenta na convicção do interesse financeiro das burguesias da Inglaterra, da França e do Egito.

a França e a Inglaterra estavam ali (...) vigiando Alexandria, de camaradagem (...) que o Egipto, endividado até ao alto das pirâmides para com as burguesias financeiras de Paris e Londres, tendo omitido o pagamento de alguns *coupons* (...) Isto era assim na realidade. Oficialmente, porém, os couraçados estavam ali fazendo uma demonstração naval, de facto realizando uma intervenção estrangeira - porque se tinham dado casos no Egipto e o Quediva declarara-se - coacto-. (QUEIRÓS, 1882)

Esse tipo de visão do jornalista comunga com as ideias de Said, ao afirmar que o europeu age sobre o Oriente em uma interpretação unilateral com interesses particulares, em um intercâmbio confuso, no qual um observa e o outro age, sem qualquer proximidade. Dessa observação surgia uma anotação muito útil, mas para quem? Para as várias instituições europeias, especialmente o Orientalismo, e com alguma vantagem ou possível vantagem para uma minoria burguesa árabe. De acordo com Said (2007, p.229), distanciar-se “[...] da geração da vida egípcio-oriental: essa é a função de repressão de seu desejo animal em prol de disseminar informações, não no Egito e para o Egito, mas na Europa e para a economia e erudição europeia em geral”.

Eça continua a explicar a coação do Quediva por meio de um novo recuo, sugerindo ao leitor as causas dessa coação. Para isso, apresenta Arabi inicialmente como um simples militar (coronel), mas antecipa ao leitor a sua importância, pois foi ele quem propôs reformas para beneficiar a população, motivo pelo qual foi encarcerado: “Um coronel, Arabi-Bei, que em breve ia ser o famoso Arabi-Paxá, apresentou-se com outros oficiais no palácio (...) lembrou a Sua Alteza a necessidade de fazer reformas (...) para bem da grande população (...) Arabi e os seus camaradas (...) foram conduzidos às palhas do cárcere”.

O jornalista continua a narrar os dias tranquilos do Quediva, do seu prestígio perante a Europa, devido à enérgica prisão de Arabi. Segue narrando o cerco do palácio e a pressão exercida sobre o Quediva, que, então forçadamente, tira Arabi do cárcere e o nomeia Paxá, pois este último era, até então, Arabi-Bei (oficial do exército inferior a Paxá):

Uma manhã porém, o palácio apareceu cercado de tropas - doze mil homens com dezoito peças de artilharia, - suplicando que Sua Alteza soltasse Arabi e lhe [confiasse] o Ministério da Guerra”. E assim Eça caracteriza a personalidade histórica do Quediva, o representa de forma deplorável com uma figura meramente decorativa no cenário político egípcio: “esse excelente e pacato moço (...) amável príncipe, tão doce ao estrangeiro. (QUEIRÓS, 1882)

O jornalista afirma que, nessa circunstância, a soltura de Arabi, um caudilho europeu (capitão, cabo-de-guerra), “lança o seu programa tão ruidoso, tão brilhante, subindo tão alto

no céu do progresso, como os foguetes que estalam nesse dia”, porque “as gazetas sisudas começaram a desconfiar de Arabi, desde que o não viram adiantar-se com o seu programa nas mãos” e os europeus diziam que não o tinha.

Eça segue longas páginas com o intuito de desmistificar esse golpe político inglês, defendendo que Arabi

trazia três ou quatro idéias que, se houvesse uma Europa decente, que lhe permitisse a realização, podiam ser o começo de um novo Egipto (...) um Egipto governando-se a si mesmo, um -Egipto para os Egípcios- não uma raça colossal enfeudada, muito menos um refatório franco para os esfomeados europeus. (QUEIRÓS, 1882)

Com tal discurso, o jornalista antiorientalista faz lembrar Foucault com suas questões que envolvem o sujeito e o poder. Os estudos deste último, de forma geral, permitem questionar o poder como uma noção centralizadora e propõe abordá-lo estrategicamente entre indivíduos ou grupos, em uma relação que segue às voltas com “a conduta do outro ou dos outros, e que podem recorrer a técnicas e procedimentos diversos, dependendo dos casos, dos quadros institucionais em que ela se desenvolve, dos grupos sociais ou das épocas” (FOUCAULT, 1995, p. 110), como o faz por meio das amarras econômicas (dívida), das armas e, não obstante, do discurso da esquadra inglesa contra os alexandrinos.

A essa questão podemos visualizar uma crítica ao Orientalismo praticado pelos imperialistas europeus na condição de saber soberano, em uma jurisdição e em uma força centralizadora do poder. Eis o que Foucault chama de “duplo constrangimento” do poder moderno: a individualização e a totalização. O autor reconhece o poder totalizador da instituição, a partir do qual se podem ver as formas de sujeição ou o que poderíamos chamar de assujeitamento, como resultado das relações de dominação, como as estruturas ideológicas que determinam as formas de subjetividade. Nas palavras de Foucault em *Microfísica do Poder*, “existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso” (FOUCAULT, 1979, p. 179).

Ainda sobre Arabi, Eça tece um retrospecto histórico marcado pela subjetividade – “A meu ver” –, ao tratar dos impedimentos que não permitiam a Arabi ser um reformador no ponto de vista europeu: era coronel (militar) e felá (camponês egípcio): “Ele representava por origem e por profissão as duas grandes classes do povo egípcio - o soldado e o felá (...) ele pareceu ser o único homem no Egipto que se arriscava de bom grado pelas suas idéias ao

exílio e à enxovia”. Por sua força e ousadia, queriam calá-lo, tanto ao Quediva - devedor europeu - quanto aos próprios europeus – os credores, que desejavam a continuação do regime quedival (empresa financeira de onde saiam grossos dividendos).

As ideias de Arabi, segundo Eça, eram tais que causaram indignação à França republicana e à livre Inglaterra:

- Arabi queria, em primeiro lugar, o fim da autoridade absoluta do Quediva, e o Egipto governado por uma Assembléia eleita; e, como consequência desse novo regime, uma reforma radical no uso dos dinheiros públicos, que até aí iam parte para a corte do Quediva, parte para o harém (mulheres) do Sultão (Chefe de Estado que recebia vassalagem do Egipto), parte para as cortes de funcionários estrangeiros (tropa), uma grande parte, para pagar os *coupons* de dívida em Paris e Londres, “ficando tão pouco para as necessidades do país, que havia dois anos que quase se não dava soldo ao exército”;
- Arabi não negava a dívida externa contraída, mas não admitia que a França e a Inglaterra estivessem instaladas no Cairo, frente aos cofres, fazendo que os impostos dos felás aumentassem, “para satisfazer a voracidade do credor europeu”;
- Uma outra reforma de Arabi era em relação à situação dos estrangeiros no Egipto: ele queria que seus privilégios fossem abolidos, como o de não pagar imposto. Com ironia, segue Eça... “O desalmado queria que não houvesse esses tribunais de excepção (o que se cria em desfavor de alguém) para os estrangeiros, que, sob o nome de - tribunais mistos -, distribuem duas justiças - uma de mel para o europeu, outra de fel para o árabe”. Arabi pretendia, também, que os empregos públicos não fossem dados exclusivamente a estrangeiros.

Desse último, o residente emanava o poder europeu, pois viver no Oriente era sinônimo de vida privilegiada, diferentemente da vida do cidadão comum; era uma vida de honrarias de representante de um império, seja francês, seja britânico. O estrangeiro europeu tinha militarmente, economicamente e principalmente culturalmente, o Oriente sob seu domínio.

Essas ideias de Arabi eram abominadas pelos europeus, os quais o consideravam “uma fera”. “Na Bolsa de Paris, no Stock-Exchange de Londres, onde os fundos egípcios tinham descido, pedia-se com energia a supressão imediata desse iníquo aventureiro” e “os

gritos estridentes dos estrangeiros no Egípto; ameaçados nas suas portas, nos seus privilégios, enterneciam a Europa”.

Eça trata do envio das esquadras estrangeiras de forma crítica e irônica, mas primeiramente revela o propósito da intervenção ditada pelos europeus: as nações inglesa e francesa concordavam que o Egíto estava em anarquia, tudo por causa das ideias reformistas de Arabi, por isso queriam calá-lo devolvendo a autonomia do Quediva, que, por sua vez, cedia ao interesse imperialista franco-inglês:

um papelucho diplomático que, pelo cômico intenso do seu conteúdo”, apresentava-se pelos cônsules de França e Inglaterra uma intimação ao Quediva: “a que demitisse Arabi, o exilasse para o Alto Egípto, para além das cataratas, conservando-lhe, para o não descontentar de todo, as suas honras de Paxá e os seus soldos de coronel! (QUEIRÓS, 1882)

Não podemos confundir tais práticas discursivas com uma simples eventualidade de pronúncia pela qual o indivíduo europeu formula seu pensamento, até mesmo seu desejo; é, por assim dizer, um conjunto de signos mascarados e intencionados que se estabelecem através da História com o auxílio, obviamente, do tempo e, também, do espaço, os quais acabaram por definir, nesse determinado eixo social, econômico e geográfico, as condições e as regras para se efetivar o objetivo da dominação:

Creio que existe outro grupo de procedimentos que permitem o controle dos discursos. Desta vez, não se trata de dominar os poderes que eles têm, nem de conjurar os acasos de sua aparição; trata-se de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles. Rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for de início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas [...] (FOUCAULT, p. 36-37)

De acordo com Foucault, há que se questionar de que maneira se constituem as séries de discursos, qual a norma específica de cada série e quais as condições de aparecimento, de crescimento e de variação desses discursos. Todos se encontram, nesta dissertação, como itens que demonstram o pensamento revelador de Eça, o qual contradiz o vasto material orientalista do século XIX.

Ignorado o ultimato, ou seja, com a desobediência da demissão de Arabi do seu posto de ministro de guerra, a Europa recorre à convocação da Conferência de Constantinopla e à autoridade do Sultão:

E ainda lá está, fina e subtil, a resolver! Alexandria ardeu, deixou de existir: o canal de Suez é patrulhado por canhoneiras inglesas; o general Sir Garnet Wolseley marcha sobre o Cairo; a terra do Egipto é terra britânica - e ela ainda lá está, a resolver!

Quanta habilidade naquela assembléia! Naquela assembléia quanta autoridade! Ainda lá está...(...)

Depois de reunida a -Conferência-, a Europa, naturalmente, lembrou-se que o Egipto é ainda uma dependência dos estados do Sultão, paga tributo ao Sultão, e que portanto ao Sultão competia ir restabelecer a ordem nos seus agitados domínios. (QUEIRÓS, 1882)

É o Quediva um príncipe vassalo? A diplomacia hesita. (...) Mas constitui ele uma afirmação de vassalagem de paxá a sultão? É uma simples oferta de príncipe muçulmano ao chefe do Islão, como o presente que o rei católico de Espanha manda todos os anos ao Papa? É uma prestação anual de tremenda soma (...) Seja como for, o tributo existe - e, fundado nele, a Europa apelou para o Sultão. Arabi, bom crente, devia venerar o Sultão; o Sultão, bom pai, podia exterminar Arabi. E aqui começa a famosa comédia das vacilações do Sultão. (QUEIRÓS, 1882)

Enfim, solicitado pela Europa a intervir no Egito, e não querendo que a Europa interviesse, porque isso seria a perda do seu lucrativo tributo anual, o Sultão decidiu-se pelo envio do Dervixe-Paxá, caracterizado por Eça como “uma velha raposa podre de manhas com a missão de fazer reentrar Arabi no aprisco dos humildes”. E “a comédia das vacilações do Sultão” ocorrem quando este se inquieta e “remete a Arabi a Grande Ordem do Medjidich, a mais nobre condecoração turca, o favor supremo que pode cair das mãos do califa”, deixando Dervixe-Paxá e toda a Europa embasbacada. Com a glorificação de Arabi pelo califa, ocorreu, segundo Eça, uma grande confusão “entre Dervixe e Arabi e o Quediva e o Sultão, e as potências e os cônsules e os paxás e os coronéis, uma intriga tão emaranhada que eu preferiria fazer-lhes um resumo lúcido dos vinte e cinco volumes das *Façanhas de Rocambole*, do que penetrar na espessura inextricável”.

É importante observar que, ao se referir à Conferência de Constantinopla, Eça expõe ao leitor a ineficácia da medida diplomática e, com isso, confessa sua descrença em relação à diplomacia de forma geral. A respeito da sintética apresentação de Eça sobre Dervixe-Paxá, é importante, notar, também, que é feita sob uma conotação depreciativa, a qual é uma

constante nos seus textos jornalísticos, sempre com grande força expressiva, assim como também é um recurso que atende à necessidade de concisão imposta pelos textos de imprensa.

E finaliza o segundo texto considerando a situação do Egito com os envolvidos políticos como um “embróglio turco-europeu inextricável” e mais: “Durante estes sucessos, enquanto a Europa chafurdava no atoleiro diplomático, as duas esquadras de França e de Inglaterra, lá continuavam diante de Alexandria -manifestando-. Do romper do Sol ao ocaso, imóveis nas águas calmas, com as camisolas da marujada secando nas vergas, ali estavam –manifestando”.

3.5 Os ingleses no Egito III

O texto de imprensa subsequente, *O ingleses no Egito III*, tem menos carácter informativo e mais reflexivo, mesmo que de imediato, no primeiro parágrafo, Eça se refira ao massacre de Alexandria, ocorrido no dia 11 de junho, dizendo: “Achando-se as coisas assim, amanheceu o dia 11 de junho, que de ora em diante na história - nesse curto instante de notoriedade humana que enfaticamente se chama a -história-, será conhecido por este galicismo - o -massacre de Alexandria-”. Esse terceiro texto contribui à série com uma extensa explicação sobre as condições socioeconômicas do conflito.

Para representar o cenário da destruição do massacre de Alexandria, o jornalista narra o que ele chama de “primeiro episódio oriental”, que ele próprio presenciara 12 anos antes do massacre, quando participara da inauguração do canal de Suez. Esse episódio se baseia na tirania e na impiedade dos europeus com relação aos egípcios:

O primeiro episódio oriental que eu vi, ao desembarcar há doze anos em Alexandria, foi este: no cais da alfândega, faiscante sob a luz tórrida, um empregado europeu - europeu pelo tipo, pela sobrecasaca, sobretudo *pelo bonnet* agalado - estava arrancando a pele das costas dum árabe, com aquele chicote de nervo de hipopótamo que lá chamam *courbache*, e que é no Egito o símbolo oficial da autoridade.

Em redor, sem que esse espectáculo parecesse desusado ou escandaloso, alguns árabes transportavam fardos; outros empregados agalados, de chicote na mão, davam ordens por entre o fumo do cigarro...

Saciado ou cansado, o homem da *courbache*, que era um magrizona, atirou um derradeiro pontapé à anatomia posterior do árabe - como quem, ao fim dum período escrito *en verve*, assenta vivamente o seu ponto final - e, voltando-se para o meu companheiro e para mim, ofereceu-nos, *de bonnet* na mão, os seus respeitosos serviços. Era um italiano, e encantador. A esse tempo o árabe (como quase todos os felás, um soberbo homem de formas esculturais) depois de se ter sacudido como terra-nova ao sair da água, fora-se agachar a um canto, com os olhos luzentes como brasa, mas quieto

e fatalista, pensando decerto que Alá é grande nos céus e necessária na terra a *courbache* do estrangeiro. (QUEIRÓS, 1882)

Como resultado desse tipo de atitude, os egípcios rebelaram-se contra os abusos dos estrangeiros e, no dia 11 de junho, a imprensa europeia anunciava à sua população que a massa árabe massacrava os seus nas ruas de Alexandria. Ainda usam os europeus como justificativa para tal leviandade sempre com os mesmos argumentos, reconstituindo os estereótipos e usando sem mais sua força e violência. Segundo Said (2007), essa era sua única forma de linguagem; uma linguagem íntima dos povos do oriente, cujos signos são a miséria, a destruição e a morte, tanto no caso atual quanto nos que o precederam, a pontuarem a chamada “missão civilizatória”. Eça, comungando com as ideias de Said, vê esses povos, chamados “menores” e de “raças submetidas”, geração após geração, serem marcados pela avaliação superficial dos intrusos imperialistas.

O excerto acima diz respeito a duas reflexões recorrentes em vários outros da série: a primeira é a descrição da população europeia da cidade; a segunda é o corrente uso de vocábulos franceses. À primeira, Eça atribui características como “ávida, desonesta”, a desprezar insolentemente o egípcio, que está condicionado à miséria e à sujeição; o oprimido nutre o ódio pelo “intrusão opressor”. Nesse cenário, a mola-mestra é o interesse socioeconômico europeu. Quanto aos vocábulos franceses, a sua repetição reforça o aspecto “europeizado” de Alexandria, que perdera todo o seu passado. Segundo Eça, era “uma rica cidade de 250 000 mil habitantes, entre europeus e árabes, animada, especuladora, tornando-se rapidamente uma Marselha do Oriente”.

De acordo com Said (2007), o Egito era uma espécie de troféu, símbolo do conhecimento e do poder inglês. Essa atitude representa algo mais amplo, pois o que realmente importava aos britânicos era a tutela que não se quebrava, toda a abrangência sobre aquele país oriental. No local se encontravam eruditos, soldados, negociantes, missionários, professores, até os mais altos funcionários, como Cromer e Balfour, todos ocidentais. Essa relação vem desvendada nas falas de Said:

Há ocidentais, e há orientais. Os primeiros dominam; os últimos devem ser dominados, o que geralmente significa ter suas terras ocupadas, seus assuntos internos rigidamente controlados, seu sangue e seu tesouro colocados à disposição de uma ou outra potência ocidental. (SAID, 2007, p. 68)

Em uma espécie de depoimento, o jornalista rememora o seu dia 11 de junho, quando recebe os telegramas “repassados de pânico” e tece uma longa explanação acerca das condições subjugadas dos árabes; rememora fatos que presenciara em Alexandria, menos de uma década antes. Mas adverte ironicamente: “muito menos quero insinuar que o massacre do dia 11 foi a tardia vingança destas brutalidades burocráticas...”.

Seguem os excertos mais representativos do contato europeu/árabe:

É que o europeu de Alexandria considerava o felá egípcio como um ser de raça ínfima, incivilizável, mero animal de trabalho, pouco diferente do gado; e se tivesse o estilo de La Bruyère, descrevê-lo-ia como La Bruyère descrevia os aldeãos do tempo de Luís XIV, - vultos escuros, curvados sobre a terra e tendo a vaga aparência de seres humanos...- Nestas condições de desprezo, usa-se facilmente a *courbache* e invariavelmente a insolência... (QUEIRÓS, 1882)

E note-se que o europeu não tinha muito mais respeito pelo egípcio das classes superiores ou cultas. Qualquer amanuense de consulado julgaria da sua dignidade de europeu não ceder o passo ao mais velho e nobre *sheik*, senhor de dez tribos e descendente do Profeta; e o mais insignificante empregado dos telégrafos, leitor do *Figaro*, não nutriria senão desdém pelos sábios doutores da Universidade de El-Azhar, que não vão ao café ler o *Figaro*, e pouco sabem de telegrafia. (QUEIRÓS, 1882)

Mas este absurdo desprezo por uma nobre raça, a quem a civilização tanto deve, não se manifestava só entre os europeus de Alexandria, colônia de aluvião, formada pelos detritos das populações do Mediterrâneo: não ouvimos nós ainda há dias o próprio Sr. Gambetta declarar das alturas da tribuna da Câmara francesa, esse Sinai da burguesia, que o povo egípcio só podia ser governado a chicote? (QUEIRÓS, 1882)

O Orientalismo foi representado não só por eruditos em seus livros (embora muitos não afirmassem ter qualquer conhecimento sobre o Oriente), mas também, como traz o texto jornalístico, por residentes europeus no Oriente, os quais buscavam ter um discurso legitimado pelo contato real com esse mundo. Todos a representarem a inferioridade do Oriente, desde o grau de civilização até à raça de sua gente. O europeu não dá voz ao egípcio, não o deixa falar. Ele se considera um porta-voz, e o egípcio disposto a falar é bombardeado com adjetivos como agitador, desordeiro etc., a exemplo de Arabi. Tudo isso dá vazão ao pensamento de que o bom nativo para ele é aquele que não interfere e faz “vista grossa às ‘dificuldades’ da dominação estrangeira”.

O jornalista busca justificativas para entender a prepotência dos europeus e, para isso, faz uso da primeira pessoa do discurso, reconstruindo fatos que se tornam protestos eficazes,

dado que leva o leitor a pensar mais, o leva a uma tomada de posição e de consciência quanto à questão do Egito. Segundo Eça,

A complicada abundância da nossa civilização material, as nossas máquinas (...) nossa luz eléctrica, têm-nos tornado intoleravelmente pedantes: estamos prontos a declarar desprezível uma raça, desde que ela (...) não possua como nós o talento de compor óperas, consideramo-lo *ipso-facto* votado para sempre à escravidão. (QUEIRÓS, 1882)

Por outro lado, a visão que os egípcios tinham do europeu comparava-o, segundo o jornalista, à “terrível praga do Egipto”, pronto a invadir e a “devorar as riquezas do Nilo”. Ao contrário da certeza de superioridade dos europeus, o jornalista afirma que o árabe não se julgava inferior pelas indústrias e invenções europeias; o juízo que fazia era o de uma “vã agitação”. Eça relata que, se o muçulmano admira por um momento as invenções e os aparatos tecnológicos europeus, logo “cofia a barba, sorri, e pensa consigo: - Tudo aquilo prova paciência e engenho, mas eu tenho dentro em mim alguma coisa de melhor, e, superior mesmo ao vapor e à electricidade - é a perfeição moral que me dá a lei de Maomé”.

Sobre o turista europeu, Eça o julga “inofensivo”, porém o seu ar de desdém “com a bolsa aberta, excita olhares e murmúrios de ódio, somente porque tudo nele é diferente, desde os dogmas da sua religião até à forma do seu chapéu”. Said (2007), por sua vez, ilustra que os homens, como os viajantes e turistas europeus, são os produtores da história, fazendo que tanto o Ocidente quanto o Oriente sejam possuidores, cada qual, de uma tradição de pensamento, uma história, que os tornaram “reais”. No entanto, as duas se refletem mutuamente, fazendo que seja desmistificada a ideia de que o Ocidente criou o Oriente sem bases reais. Isso é incorreto, porque essa “orientalização”, como estuda Said, não ocorre de uma simples imaginação, mas sim de uma relação de repulsa e de desvalorização do outro, garantindo poder e dominação. Dessa forma, o Orientalismo não se estrutura em mitos ou em mentiras; ele encontra sua validade muito mais no “poder europeu-atlântico sobre o Oriente do que no discurso verídico sobre o Oriente (o que, na sua forma acadêmica ou erudita, é o que afirma ser)” (SAID, 2007, p. 33).

Eça acrescenta que no Egito o europeu aparecia aos olhos do árabe como um odioso privilegiado, dado que houve a invasão dos empregados estrangeiros, que resultou na falta de emprego para os egípcios, os nativos: “Vagava um obscuro posto de carteiro ou de telegrafista - e concorriam, de um lado um árabe honesto e activo, do outro um sacripante de nacionalidade grega ou maltesa. A quem se dava o emprego? Ao sacripante”. O jornalista

segue enfatizando que, nas repartições de finanças, nos seus tribunais e em todos os setores importantes, “o Egipto só via faces estrangeiras, só escutava línguas estrangeiras, só sentia interesses estrangeiros; e o dinheiro egípcio mantinha esta coorte, que só estava ali para anular a influência egípcia. E eram ao menos úteis?”.

Foucault, sobre o exercício do poder, julga legítimo que sejam consideradas suas múltiplas facetas, técnicas e procedimentos e propõe alguns pontos para a análise desse poder. O primeiro ponto apresentado é o “sistema de diferenciações que permitem agir sobre a ação dos outros”, como no caso das diferenças linguísticas e culturais, situação elucidada por Eça, quando afirma que só se ouviam línguas estrangeiras no Egito. O segundo apresenta-se como “tipo de objetivos perseguidos por aqueles que agem sobre a ação dos outros”; o objetivo pode ser, portanto, a obtenção da hegemonia cultural e financeira, a autoridade e a respeitabilidade, outro traço elucidativo no texto analisado, como os mais importantes cargos em mãos estrangeiras.

Desde o início, o jornalista se coloca na postura de observador e comentarista político, a quem cabe, sobretudo, opinar em cada questão. Essa frente opinativa das matérias pode ser observada por meio de vários pontos, como quando realiza um retrospecto na história:

Ah! estou daqui a ver a primeira mesa-redonda a que me sentei em Alexandria!

Era presidida por um grego de pele lívida (...) Que intrujão! Que bandido! Como aquilo rolara por todas as trapaças, todos os deboches do litoral levantino! O bom era ouvi-lo falar do Egipto como de um país conquistado, terra de ilotas que tinha obrigação de o vestir, de o calçar, de lhe encher a bolsa a ele, e aos outros que o aplaudiam em torno da mesa-redonda, todos europeus, agenciadores, empregadores, simples vadios, todos de grillhões de ouro no relógio, de colarinho decotado, o carão ressudando vício, e falar parlapatão, galãs de espelunca... O infecto canalha eras tu, lívido grego! (QUEIRÓS, 1882)

Eça parece não se cansar de procurar desvendar certos sintomas de uma realidade velada para a maioria de seus contemporâneos, e o faz a partir do que é incidental, em uma comprovação ou concretização ilustrativa. Sua crítica, contudo, apóia-se sempre em uma situação ou motivo, capaz de nascer ou surgir uma observação mais generalizadora, para que, assim, haja em seus leitores uma tomada de posição.

Continua, em *Os ingleses no Egipto III*, a focalizar Arabi como o porta-voz do Egito, pois ele mostrava sua hostilidade aos abusos dos estrangeiros: “O Egipto para os Egípcios - não para os empregados estrangeiros, nem para os agiotas estrangeiros”. E, sobre a dívida egípcia, o jornalista lança uma pergunta: “Em que gastou Ismail-Paxá esses centenaes de

milhões que a Europa lhe emprestou, e que o pobre felá está pagando?” O empréstimo decorreu da ideia de transformar o Egito, que era uma nação agrícola, em industrial, mas dessas fábricas só restaram ruínas, esclarece Eça. Continua denunciando a ruína do Quediva, justificada, dentre outras razões, pelo esbanjamento do empréstimo financeiro, como na abertura do canal de Suez, na qual foram gastos mais de setenta milhões em quinze dias para dois mil convidados, dentre os quais Eça se inclui: “também o bebi, esse champanhe que era no fundo o suor do felá espumante e açucarado! Também eu fui hóspede de Ismail-Paxá, à custa do felá! Também eu... Calemo-nos, cubramos a fronte de cinzas, imploremos o perdão do felá!”.

Ele segue na expectativa de contar aos seus leitores o resultado das fantasias industriais e dos luxos: foram centenas de milhões cobrados a juros altos, e mais alta ainda foi a tomada da administração egípcia pela Europa.

Foi com o intuito de mudar esse sistema que Arabi, junto aos felás, sofreu as consequências, já que surgiram à cena esquadras da Inglaterra e da França, que pediam o exílio de Arabi e a isenção temporária do serviço do exército egípcio, pois sabiam que essa era a força do partido nacional. “Os árabes viram nisto um odioso abuso de força, a Inglaterra e a França (...) Desde esse momento, Arabi tornou-se um libertador; e o Quediva, a quem as esquadras vinham proteger contra Arabi, passou a ser o renegado, o traidor”.

O jornalista começa cada vez mais a se aproximar dos fatos ocorridos no dia 11 de junho, explorando, nesse momento do texto, a situação de Alexandria, todo o seu furor, “uma fornalha de excitação”, como ele próprio sente. A respeito da opinião dos árabes, comenta que “nos bazares falava-se do estrangeiro como do cão maldito, da ave de rapina, pior que o gafanhoto que devora a seara, pior que a seca do Nilo e, ou fosse o fanatismo que despertasse, ou fosse a miséria que se queria vingar - todo o bom muçulmano se armava”. Nota-se que Eça não poupa comparações e atribuições grotescas aos invasores: o vê como um “cão maldito”, que é conotação dada ao indivíduo mau e vil, designação popularmente dirigida ao demônio; “ave de rapina”, que é aquela que se distingue pelo bico adunco e pelas garras potentes; pior que o gafanhoto que destrói toda a extensão de terra semeada, cultivada (imagem do Egito) e, por fim, vê os abusos estrangeiros piores e mais destrutivos que a seca do rio Nilo, aquele imenso rio que nasce ao sul da linha do Equador e deságua no mar Mediterrâneo.

Mas o que sucedeu desse agitado cenário, explicita o jornalista, foi que...

Na manhã do dia 11, na rua das Irmãs, uma das mais ricas do bairro europeu, um inglês, por um velho hábito, deu chicotadas num árabe; mas, contra todas as tradições, o árabe replicou com uma cacetada. O inglês fez fogo com um revólver. Dai a pouco o conflito entre europeus e árabes, em pleno furor, tumultuava por todo o bairro... Isto durou cinco horas - até que, por ordens telegrafadas do Cairo, a tropa, até aí neutral, acalmou as ruas. E o resultado, bem inesperado, mas compreensível, desde que se sabe que os árabes só tinham cacetes, e que os europeus tinham carabinas - foi este: perto de cem europeus mortos, mais de trezentos árabes dizimados. (QUEIRÓS, 1882)

Tais formas de dominação repugnadas pelo jornalista são mencionadas por Foucault, quando salienta que o corpo se nutre ou sobrevive do saber que sustenta o poder. O sujeito, portanto, é constituído pelo corpo e controlado pela alma, pois ela sustenta e uniformiza os dispositivos do poder. As instituições ou redes estratégicas do poder, como as militares, por meio de seus dispositivos, possuem um único objetivo, que é o de controlar o indivíduo mediante a correção e o treinamento, ou seja, potencializando o seu corpo. E assim surge o “corpo dócil”, tantas vezes repetido por Foucault, aquele do sujeito que se torna submisso e utilizável. O que realmente importa é que cada indivíduo esteja em “seu lugar” e de acordo com o sistema que o controla, promovendo sua utilização ou utilidade. Para o exercício total do poder, a tropa europeia chicoteia o nativo e não aceita o revide.

Sobre isso, completa o português: “Os jornais têm chamado a isto o - massacre dos cristãos -: eu não quero ser por modo algum desagradável aos meus irmãos em Cristo, mas lembro respeitosamente que isto se chame - a matança dos muçulmanos -.” Como nessas palavras, a história imbuída nos textos de Eça é clara, não trai as opressões, em um protesto aberto e enérgico.

Os fatos estão desmascarados pela força de seu raciocínio e, constantemente, pela sua ironia ferina. Clarifica-se em suas palavras uma ausência quase total de confiança na permanência do bem e da justiça. Ele desmascara não só os abusos e os maltratos que os egípcios vinham sofrendo por causa da dívida, mas também a prepotência franco-inglesa, que se fazia de vítima da situação. O jornalista conclui esse terceiro texto mostrando-se em um total abatimento, com sensação de estar e de ser impotente, mas não se rende à injustiça como se ela fosse inerente à condição humana; ao contrário, a desmascara com a força do seu discurso.

3.6 Os ingleses no Egito IV

A quarta correspondência enviada à *Gazeta* do Rio segue a linha do retrospecto dos conflitos políticos. O jornalista inicia por um resumo dos fatos sucessivos ao massacre, menciona a indignação da Europa, do pânico e da fuga daqueles europeus instalados em Alexandria. É importante ressaltar o tom de Eça ao descrever a situação, em um discurso forte e envolvente, revestido de adjetivações que podem transmitir ao seu leitor a angústia e os transtornos do momento:

a indignação excessiva e tumultuosa da Europa, excitada pelo clamor e pelos gritos da imprensa inglesa; o desordenado pânico que se apossou dos europeus residentes no Egipto; e o facto, estranho mesmo nessa terra de clássicos êxodos, de uma colônia de mais de -cem Mil- almas abandonando de repente o solo, onde, desde gerações, se estabelecera, deixando ocupações, interesses, empregos, casa e fazenda, precipitando-se apavorada para os cais de embarque, apinhando-se em paquetes, em navios de carga, em barcaças, em qualquer coisa que pudesse flutuar na água, e fugir da terra funesta, pagando a peso de ouro o direito de se agachar num buraco de porão; a maneira magistral como a Inglaterra, pelos oficiais da sua armada, organizou e policiou esta nova fuga dos hebreus; enfim, a chegada a Alexandria do Quediva, que perdera toda a autoridade no Cairo, e colhia a oportunidade de vir abrigar os restos esfrangalhados da sua realeza sob os canhões do almirante Seymour. (QUEIRÓS, 1882)

Os europeus pedem socorro ao Quediva e a Arabi, mas este último, já ditador, institui tribunais marciais (bélicos) para julgar os acontecimentos de 11 de junho. Segundo Eça,

Note-se que se não tratava, nem por sombras, de punir os europeus (...) somente os muçulmanos suspeitos de terem posto mãos violentas sobre cristãos. Ainda assim, os jornais ingleses bradaram logo que não se podia ter confiança na justiça (...) e que tais julgamentos não passavam d'uma farsa. (QUEIRÓS, 1882)

Nessas palavras, surge um jornalista que parece não se cansar de procurar desvendar certos sintomas de uma realidade maquiada por orientistas, sempre comprovando e ilustrando uma certa benevolência dos muçulmanos e a “má fé” dos europeus. Ele segue em comunhão com os preceitos orientistas de Said, com sua ideologia política e lógica do poder, revelando questões de extrema importância para os críticos e os estudiosos de Literatura, oferecendo um exemplo das mútuas relações entre a sociedade, a História e a textualidade. Fato é que, ao se analisar o Orientalismo nos séculos XIX e XX, a impressão ou a certeza é a de que foi efetuada toda uma esquematização do Oriente.

Nesse contexto, Eça de Queirós se sobressai como exceção, contrariando uma larga lista de intelectuais contemporâneos, porque o que se sabe é que o papel do Orientalismo

impõe a tarefa de converter o Oriente em algo diferente do que ele é, não muito por acreditar que isso favoreça ao oriental, mas sim por favorecer a sua própria cultura. Essa esquematização é disciplinada, possui um ensinamento baseado na tradição, a qual está diretamente ligada à política e à cultura do Ocidente, na qual não se inclui o jornalista português.

Ainda sobre a confusão, o jornalista narra a proposta de Arabi, com tribunais compostos de juízes árabes e de oficiais ingleses. E o tom fica mais leve quando trata dos muçulmanos, ao contrastar as suas atitudes para com os europeus:

Isto indicava um desejo vivo, quase uma sofreguidão de justiça (...) De resto, para um muçulmano ortodoxo e fino como Arabi, toda a violência contra o estrangeiro, contra o hóspede, constitui a mais negra violação da lei santa. Arabi era sincero. (QUEIRÓS, 1882)

Só que a Inglaterra não aceita as medidas de conciliação propostas por Arabi. De acordo com Eça, “o seu cônsul, brutalmente espancado, achava-se à morte; alguns dos oficiais da esquadra tinham recebido no uniforme, que é o orgulho da Grã-Bretanha, a lama e as pedradas da população egípcia; a maior parte dos europeus assassinados eram de nacionalidade inglesa”. E começa a armar-se, porque “o que à Inglaterra convinha, era atribuir a este conflito local a magnitude de uma anarquia nacional, e oferecer ou impor o seu préstimo - não para castigar os tumultos de um bairro mas para pacificar todo um país em desordem, declarando que o Egito estava em anarquia”. E pretende defender o canal de Suez para o “benefício da civilização”, o que, na realidade, foi para a Inglaterra uma esplêndida oportunidade de, por intermédio do seu poder bélico, conquistar seus interesses imperialistas:

E estas nobres palavras significavam, despidas dos seus atavios humanitários: - que a Inglaterra, sob o pretexto de pacificar o Egito, desembarcaria em Alexandria, ocuparia por motivo de operações militares Port Said e Suez, as duas portas do canal, e depois - depois nunca mais, nesses pontos estratégicos do caminho da Índia, se arriaria a bandeira inglesa!

E, feito isto, ficava realizado o grande sonho britânico: posse absoluta da estrada das Índias: John Bull fazendo sentinela a todas as portas sucessivas que conduzem a seu império do Oriente: à entrada do Mediterrâneo, Gibraltar e o seu rochedo inexpugnável; no Mediterrâneo, Malta e Chipre, duas ilhas, dois colossais depósitos de guerra; à entrada do canal, Port Said; ao fim do canal e à boca do mar Vermelho, Suez; à beira do golfo Pérsico, Adem; e daí por diante as suas esquadras varrendo os mares... (QUEIRÓS, 1882)

E, mais uma vez, Eça parte da situação particular de produção da linguagem, que está centrada na função comunicativa estabelecida pelo jornal, mas o faz com as marcas de contato e de convencimento do leitor, sempre recorrendo à sua clara manifestação subjetiva, indiciada pela ironia e pelas adjetivações: “O - Egipto estava em anarquia - logo, competia à Inglaterra, como grande potência ocidental, defender essa parte preciosa da terra egípcia, o canal de Suez, e evitar que ele caísse nas mãos de Arabi ou de outro ditador muçulmano, hostil aos [benefícios] da civilização”. Ao se referir de forma irônica à potência ocidental e aos seus pressupostos de civilização, Eça tem a exata noção, assim como Said (2007), de quando este, a fim de esclarecer a “distinção entre o conhecimento puro e o político” (p. 36), revela que o interesse de um inglês na Índia ou no Egito, no final do século XIX, estava relacionado à sua condição de colônia, portanto, um fato puramente político.

Quando Said (2007) encerra que o trabalho orientalista artístico ou textual não foi a sua única arma, Eça de outras formas o confirma: exemplos pertinentes podem ser encontrados no projeto geopolítico dos europeus: o canal de Suez, de Ferdinand de Lesseps, e a ocupação britânica no Egito, em 1882, que o jornalista não cessa de contar. Dessa forma, o pensamento e o esforço orientalista podem ser resumidos no empreendimento do canal de Suez, pois, para o Oriente ser invadido, primeiramente ele deveria ser conhecido para, em seguida, ser possuído e, então, recriado. A partir de então, a ideia do que é “oriental” vai se tornando mais fortemente administrativa, sendo “subordinada a fatores demográficos, econômicos e sociológicos” (SAID, 2007, p. 140). De qualquer forma, o certo é que, ao menos a identidade geográfica do Oriente arrastou-se para o Ocidente (quase em sentido literal, com o empreendimento de Lesseps), situação que Eça pontua com clareza de visão.

Definitivamente, segundo Eça, a prática inglesa encerra incisivamente a ideia de dominação pela força, cruel ou injusta: “mas nenhuma das potências é como a Inglaterra, uma ilha cercada dum mar agitado, onde se move a maior frota da Terra; e, apertadas no estreito continente, ombro contra ombro e espada contra espada, nenhuma delas ousaria dar um passo para o lado do Egito, com receio que o vizinho lhe saltasse às goelas”.

O Egito, por seu turno, esperando pelo ataque, vê-se obrigado a armar sua defesa. Arabi-Paxá organizou e artilhou os soldados de Alexandria, ergueu baterias novas pela costa, criando a situação que a Inglaterra mais desejava, o “casus belli”. O português complementa: “sem estar em guerra com o Egito, ela (a Inglaterra) considerava-se no direito de reunir diante de Alexandria uma frota ameaçadora; mas não admitia que as autoridades de Alexandria consertassem sequer as brechas das velhas fortificações de Mehemet-Ali!” A crítica do correspondente da *Gazeta* se apóia sempre em uma situação ou motivo capaz de

nascer ou de fazer surgir uma observação mais generalizadora, capaz de fornecer a exata ideia que ele tinha sobre o “baluarte da civilização”, a Inglaterra.

Mesmo com sua defesa armada, o jornalista conta que Arabi prometeu interromper os trabalhos, e a Inglaterra, com isso, ficou desapontada. Para compor esse cenário, como em muitos outros, Eça faz uso da imprensa inglesa. Para o português do século XIX, o inglês era uma figura, acima de tudo, excêntrica, explicita Miné (1986), e essa curiosidade era esgotada em jornais e em revistas inglesas, as quais o jornalista utiliza para tecer comentários e elaborar suas correspondências. Segue: “Alguns jornais mais cínicos e impacientes chegavam a aconselhar que se não respeitasse a palavra dum vil muçulmano - e que se - fosse bombardeando -! O trabalho então da frota foi vigiar incessantemente as fortificações, na esperança de descobrir algum sapador, de enxada ao ombro, que desmentisse a promessa de Arabi”.

De forma irônica, o narrador oferece sua versão dos fatos, quando relata que o Almirante Seymour, vendo “dois soldados limpando um velho canhão”, obriga-se a enviar o ultimato: dentro de vinte e quatro horas, todos os fortes deveriam ser entregues às tropas inglesas, ou a linha de couraçados abriria fogo sobre Alexandria. Diante desse fato, o jornalista português cita, uma vez mais, a imprensa inglesa, para, em seguida, criticá-la por meio da metonímia:

A véspera do bombardeamento foi dramática. O almirante Seymour fez sair da bala todos os navios mercantes; e, depois, com a usual etiqueta, convidou os navios de guerra de outras nações a fazerem-se ao largo, levando para fora da linha de fogo a neutralidade das suas bandeiras. Essa longa procissão de couraçados de toda a Europa, deixando lentamente as águas de Alexandria, para que a Inglaterra pudesse livremente cometer o seu atentado - é descrita pelos correspondentes ingleses como cheia de solenidade e de cerimonial. (QUEIRÓS, 1882)

Os ingleses no Egipto IV encerra com a descrição da baía de Alexandria às vésperas do bombardeamento: “Por fim, a noite desceu e estrelou-se; à beira da água calma luziam as luzes de Alexandria; tudo ficou em silêncio na baía. Estavam a sós, frente a frente, sob a paz dos céus, uma grande esquadra inglesa e a cidade inofensiva que ela, na madrugada seguinte, para satisfazer à sofreguidão mercantil de um povo de lojistas, ia friamente arrasar”.

3.7 Os ingleses no Egipto V

No penúltimo texto não-ficcional da série, é reconstituído o ataque comandado por Seymour, e o jornalista acentua um tom de conversa informal, como se, repentinamente, surgisse-lhe à memória um fato interessante ligado ao assunto, por exemplo: “Pobres fortalezas de Mehemet-Ali! Foi a velha fábula da panela de barro contra que tombou a panela de bronze. Ao anoitecer, eram apenas montões de ruínas fumegando em silêncio...”.

Eça, todavia, trata ironicamente o ataque benevolente por parte dos europeus: “Estava consumada a façanha! Na bala, agora, tudo caíra numa grande paz; a noite descera calma e escura; os enormes couraçados repousavam; da cidade vencida não vinha o menor ruído; só num ponto de terra o palácio de Ras-el-Tin ardia ao abandono”. O jornalista segue construindo imagens ao reconstituir os fatos para os seus leitores; ele sabe contar um caso e recriar um incidente, reconstruindo toda uma situação e atmosfera, para, em seguida, inserir sua crítica com comentários mordazes: “Foi então que o eloquente correspondente do *Standard* telegrafou para o seu jornal esta frase que merece fama – A situação não pode ser mais satisfatória!”. Mais uma vez, o jornalista recorre à imprensa britânica para ilustrar a vaidade inglesa e fazer seu discurso valer o apoio dos seus leitores, em uma atitude antiorientalista.

Nesse sistema de conhecimento sobre o Oriente, o Orientalismo fez que ele fosse se tornando mais um objeto do que um lugar. Há toda uma vasta caracterização, uma grande quantidade de referências vindas da imaginação, tudo a ser pontuado em fragmentos de livros e periódicos da época. Em vista disso, como ponderam Said (2007) e Eça, os escritos baseados em observações diretas ou em descrições momentâneas sobre o Oriente não deixam de ser ficção.

O jornalista afirma que esse ataque do comando europeu não pretendia destruir a cidade, salvo as suas partes árabes que foram consumidas pelo fogo, poupando, dessa forma, toda a parte habitada pelos europeus. Só que, pelo meio da noite, nessa parte de Alexandria, em que ficava a Praça dos Cônsules, começou a ocorrer um incêndio e, naquele momento, Arabi e seu exército já tinham se retirado. A investida crítica e profundamente irônica elucidada o tópico quando Eça anuncia: “Diabo! A situação já não era tão satisfatória...”.

Em uma espécie de gradação decrescente sobre os focos de incêndio que foram alastrados em um momento de recuo dos couraçados ingleses devido ao mau tempo e, para conferir ao texto um tom jocoso e leve, que contrasta com a gravidade do assunto, o jornalista descreve: “Quando, horas depois, vieram retomar as suas posições de combate, Alexandria, diante deles, ardia toda como uma monstruosa fogueira. Positivamente, não era nada satisfatória a situação!”.

O fato, revela o jornalista, é que os muçulmanos estavam enfurecidos com as nove horas de bombardeamento e não tinham polícia, porque Arabi-Paxá retirara-se com seu exército. Dessa forma, eles invadiram os bairros europeus, incendiaram, saquearam, mataram e destruíram; a repulsa aos ingleses fica clara quando Eça relata que podiam ser encontrados pelas ruas, aos pedaços, vestidos de senhoras, relógios de sala e óculos de teatro. O jornalista avalia os fatos como “ferocidades de fanatismo - que se arremessa numa vingança indiscriminada sobre tudo o que lhe represente a raça, os costumes, as ideias que ele odeia - sobre os homens e sobre os espelhos”. No entanto, toma partido e diz que esse tipo de atitude não ocorre somente em país muçulmano e cita como exemplo a invasão de parisienses no Palácio das Tulherias, em Paris, habitado pelos soberanos depois do Império, com suas poltronas de cetim rasgadas a sabre e depois incendiado durante a Comuna (março de 1871).

E continua: “Colocou-se a população de Alexandria, por tais excessos, fora da humanidade? Os ingleses dizem que sim; eu digo que nós teríamos feito o mesmo, nós europeus, cristãos e podres de civilização”. Com evidência, Eça é capaz de mover-se em pensamentos que fazem dele, mesmo sendo europeu, um crítico elevado por uma linguagem marcada por recursos lógicos e retóricos que garantem sua argumentação. Ele justifica seu posicionamento quanto aos ataques dos muçulmanos como humanos, quando afirma que os parisienses não resistiriam, mesmo sendo “os mais civilizados dos mortais”, a atacar aqueles que exploraram a França, como o realmente fizeram “ao Sr. Thiers², esse homúnculo de estado, que bombardeou Paris, e os parisienses apressaram-se a destruir o palacete do Sr. Thiers”.

A fim de contrapor culturas e moralidades, Eça reflete o mandante do incêndio de Alexandria e afirma categoricamente, não ser Arabi: “Arabi não é um patriota selvagem, do tipo desse Rostopchine que queimou Moscovo: é um felá fino e sagaz”. A exemplo da atitude polida do árabe, focaliza o episódio em que um oficial inglês foi levado ao acampamento árabe e, após um “*shake-hands*” (aperto de mãos), Arabi aconselhou o prisioneiro: “- Escreva a sua mãe, conte-lhe que está entre mãos leais, e tire-a de inquietações...”. O emprego da expressão inglesa caracteriza-se como mais um importante recurso de linguagem com sua investida crítica e profundamente irônica. *Shake-hands* é 29999€mbolo do contraste de valores

² Adolphe Thiers, político, jornalista e historiador francês (1797 – 1877). Fundador e primeiro presidente da terceira república. Sua política desestimulou o avanço do socialismo, pois adotou medidas impopulares, como a supressão do salário dos guardas nacionais – corporação civil integrada em grande parte por desempregados – e a anulação da moratória dos aluguéis, o que trazia o risco de desalojamento para milhares de pessoas.

morais entre árabes e “os podres de civilização”, já que Eça afirma o empenho de Arabi para proteger os europeus: “Que ganharia Arabi em destruir esta próspera cidade egípcia, no começo da campanha, e com o seu exército intacto? Apenas a fama de um monstro boçal”. Sem complacência moral, o almirante Seymour é descrito como alguém que ficou a bordo do seu couraçado assistindo tranquilamente ao desastre de uma das cidades mais ricas do Mediterrâneo. Assim, o que não se pode negar é a representação do Oriental por estruturas que objetivam a dominação. O Egito, por exemplo, sempre teve grande significação no que tange à arte, e a demonstração de força de quem a ocupou advém, também, desse prestígio, para que assim o destino do Egito fosse anexado à Europa.

O administrador colonial britânico, em maior escala que o estudioso também britânico, teve total consciência de que lidava com um território que ascendia constantemente e sobre o qual tinha grande poder. Segundo Said, “no que dizia respeito ao espaço real do Oriente, a Inglaterra estava de fato ali, a França não, exceto como uma sedutora frívola dos caipiras orientais”, os quais se sentiam mais atraídos para a França e os seus modos de pensamento (SAID, 2007, p. 286).

Essa presença britânica real no Egito não está ali, final do século XIX, somente para treinar a mente dos egípcios ou mudar seu caráter, mas para possuí-lo, pois essa era sua obrigação imperial. Era uma situação um pouco diferente para a França, com suas circunstâncias intelectuais e políticas que se voltavam para a especulação oriental como “um passatempo nacional atraente” (SAID, 2007). Os franceses aparentavam o mesmo reconhecimento de sucesso do imperialismo britânico, que representava a generalidade de opinião na Europa. Essa questão pode ser evidenciada e comprovada pelos estudos de Said:

Grande parte do fervor expansionista na França durante a última terça parte do século XIX foi gerado a partir de um desejo explícito de compensar a vitória prussiana em 1870-1 e, não menos importante, a partir do desejo de igualar as realizações imperiais britânicas. Tão poderoso era esse último desejo, e derivado de uma tradição tão longa de rivalidade anglo-francesa no Oriente, que a França parecia literalmente assombrada pela Grã-Bretanha, ansiosa por alcançar e emular os britânicos em todas as coisas ligadas ao Oriente (SAID, 2007, p. 296).

Desse modo, o jornalista atribui à Inglaterra a responsabilidade da catástrofe. As bombas das tropas inglesas arrasaram, segundo Eça, alguns casebres árabes; no entanto, fizeram muito mais que isso, já que a negligência e a ruína do Governo árabe se devem à intervenção estrangeira. A cidade ficou entregue à população, foi saqueada e destruída. É assim que os

ingleses tomam conta da cidade, ordenando ao seu modo, ao modo inglês. Sob o pretexto de salvar Alexandria, a “generosa Inglaterra (...) desembarcou logo, aquartelou tropa, plantou bandeira. Tinha diante de si um monte de ruínas, e em poucos dias foi dando forma a uma Alexandria nova já com feição inglesa e administrada à inglesa”. O peso desse tipo de comentário reflete uma forte atitude de reflexão crítica, a clarividência da opinião do jornalista no que diz respeito à política inglesa, sua objeção ao seu imperialismo desprovido de sentimentalismo e de escrúpulos.

A atitude do jornalista estabelece contato com Foucault quando este diz que, quando um grupo social, como o dos imperialistas europeus, elabora uma estrutura que se aplica a potenciais dominados, acaba por se criar, assim, um discurso que se apresenta como “natural” e procura bloquear as possibilidades de ressonância de outros discursos que tenham capacidade questionadora. E, como que seguindo uma cadeia, a necessidade de estabelecer um discurso de controle leva, impreterivelmente, a uma relação entre poder e saber.

Esse pensamento se alinha à narração de Eça quando afirma que a Inglaterra conseguiu dominar os incêndios, porque sua polícia executou os ladrões e os incendiários sumariamente, Alexandria foi abastecida, suas ruas foram desentulhadas, reiluminadas, as repartições públicas e comércio foram restabelecidos...

E, como era necessária uma autoridade, em nome de quem se reorganizasse a vida municipal, os ingleses, que apenas estão ali (diziam eles) como um corpo de polícia, foram buscar o Quediva a uma casa dos arredores, onde ele se refugiara durante o bombardeamento, e instalaram-no solenemente no palácio de Ras-el-Tin, palácio meio ardido, onde ele é uma autoridade meio morta!... (QUEIRÓS, 1882)

Desde esse momento, os ingleses governaram Alexandria, de acordo com Eça, de uma forma natural, quase genuína, enquanto Arabi estava em um acampamento governando todo o vale do Nilo e o deserto até ao mar. Os ingleses recebiam constantemente reforços de casa e da Índia preparando uma invasão, ao passo que Arabi chamava à guerra contra os ingleses todo o povo felá para defesa nacional.

No excerto que segue, por exemplo, para caracterizar a atitude da Europa para com o Egito, Eça confere ao texto um tom jocoso e é incontestável sua crítica rumo à superficialidade e à decadência dos costumes ingleses, diz:

Em Londres, onde acabou a *season* e começa a monotonia das praças de banhos, o partir para conquistar o Egito passou a considerar-se uma feliz aventura. (...) O duque de Connaught, um dos filhos de S. M. a Rainha, faz

parte da expedição, e o duque de Teck, seu cunhado, não sendo militar, partiu, diz-se, como simples empregado do correio. (...) somente este natural prazer foi em parte estragado pela severidade do Ministério da Guerra, que, como se tratava de uma campanha e não de um torneio, não consentiu que esses gentis-homens fossem seguidos por equipagens, criados de librés, tendas de luxo e caixas de vinho de Champagne. Um destes oficiais exprimiu alto a sua indignação, porque o Estado-Maior só lhe consente três cavalos de sela, dois criados de quarto e cinco malas de bagagem! (QUEIRÓS, 1882)

Por outro lado, o jornalista aponta que às margens do Nilo os felás se declararam por Arabi; como também a eles se juntaram as classes letradas, as mesquitas, os ulemás, os coptas³, os próprios príncipes parentes do Quediva e os *sheiks* do deserto mandaram-lhe a sua cavalaria. O caráter opinativo manifesta-se ainda, de forma explícita, nos sucessivos juízos de valor feitos pelo jornalista: “Arabi-Paxá foi de há muito profetizado; já a sua inesperada entrada no Governo se considerou um advento divino; e este rebelde (como outros rebeldes que tão gloriosamente fizeram o seu caminho na Terra e no Céu) é Messias!”. Podemos, por fim, resumir toda questão proposta por Eça como uma poderosa nação invasora e um patriota que defende o seu solo. As adjetivações por ele empregadas de forma irônica não cessam de representar seu pensamento crítico: “a Europa tomou logo a sua tradicional atitude (...) observar como um braço forte sabe usar da sua força, a estudar como se consuma a espoliação de um fraco”. A Inglaterra tem força, braços fortes, enquanto o Egito é o fraco.

O material jornalístico do autor português, assim como sua produção literária, demonstra uma estreita relação com a palavra, mas ela vai muito além de sua utilização instrumental, uma simples comunicação. Com as palavras Eça traz à tona as mazelas que circundavam a sociedade europeia que, em sua visão, estava corrompida pela ambição: “Não falemos mais na Europa. Não há, nunca houve -Europa-, no sentido que esta palavra tem em diplomacia (...) se odeiam uns aos outros, tremem uns dos outros, e, por um acordo tácito, permitem que cada um por seu turno se adiante - e assalte algum pobre diabo que vegeta ou trabalha ao canto de seu cerrado”.

Essa é a última correspondência da série *Os ingleses no Egito* que apresenta de forma retrospectiva os acontecimentos. A investida crítica e profundamente irônica, talvez pessimista, finaliza o tópico e também o texto jornalístico *Os ingleses no Egito V*:

³ **coptas:** nome dado originalmente aos habitantes do Egito e atualmente aos cristãos deste país que permaneceram fiéis ao monofisismo. Monofisismo é uma doutrina cristo-lógica do século V, pregada por Eutíquio, que reconhecia em Jesus Cristo apenas uma natureza: a divina. Essa doutrina é professada ainda hoje por três igrejas: a Igreja Jacobita, da Síria, e a Igreja Copta, do Egito e da Etiópia.

A pequena propriedade política tende a acabar. Toda a terra vai em breve reunir-se nas mãos de quatro ou cinco grandes proprietários... Ontem, era Tunis - porque a França necessita proteger a fronteira da Argélia. Hoje, é o Egipto, porque a Inglaterra precisa assegurar o caminho da Índia. Amanhã, será a Holanda - porque a Alemanha não pode viver sem colónia. Depois, a Servia - por motivos que a seu tempo a Áustria dirá. Mais tarde, a Roménia - porque a Rússia é forte. Depois, a Bélgica - porque sim. Depois... Este assunto é lúgubre. Voltemos ao vale do Nilo! (QUEIRÓS, 1882)

3.8 *Os ingleses no Egipto VI*

Concentrando-se nas questões políticas, o procedimento comumente usado pelo jornalista, conforme citado anteriormente, é o da consideração crítica retirada de diferentes fontes da imprensa inglesa, o que o faz primeiramente agir como concentrado leitor para, em seguida, decifrar as informações em seu pensamento e construir sua própria linguagem (nas correspondências para a *Gazeta*). A correspondência que encerra a série *Os ingleses no Egipto (VI)* se faz exemplar, quando as declarações da imprensa inglesa, encaradas como reflexo da sua sociedade e formadora de opinião, configuram-se como base na montagem de uma relação de contraposição, que é o princípio estruturador do texto. O resultado desse efeito de contraste se faz eficaz no que concerne à adesão do leitor às interpretações do jornalista português, com argumentos perfeitamente comprováveis, se consultada a fonte.

Inicia o texto com uma explicação sobre a situação dos Exércitos e afirma que pretende “pintar graficamente a situação estratégica de ingleses e egípcios”. Mais uma vez, sua força poética e retórica dá o tom literário ao texto, sempre misturando informação com seu próprio ponto de vista:

Para compreenderem bem, imaginem um grande A. O triângulo interno da letra é o Delta - essa terra amada dos deuses, tão rica, que ela, só por si, outrora, alimentou o Império Romano: ao alto da letra, na ponta, está o Cairo - de sorte que um poeta persa pôde dizer gentilmente que o Delta é um leque verde fechando sobre um botão de diamante, que se chama o Cairo. A base da perna direita do A fica Alexandria, e aí permanece uma parte do exército inglês, defendido pelas fortificações de Ramleh - e tendo diante de si, a tiro de peça, o grande campo entrincheirado de Arabi-Paxá, que se chama Kraf-Daonar, contendo 18 mil egípcios, enormes parques de artilharia, e fechando a marcha pelo Delta. A outra parte do exército inglês, comandada pelo próprio general-em-chefe Sir Garnet Wolseley, dirigiu-se por mar à base da perna esquerda do A, que é, pouco mais ou menos, Ismailia, e daí subiu por essa linha até Kassassine, onde parou e se fortificou; achando-se igualmente a pouca distância, outro enorme campo entrincheirado, onde Arabi tem 15 mil homens, que se chama Tel-el-Quibir. E estes quatro campos, postos frente a frente, e observando-se, constituem até hoje a guerra do Egipto. (QUEIRÓS, 1882)

Eça declara que apenas em certas “escaramuças” se tinham trocado, até o momento, “algumas lânguidas balas”. O tal caráter de contraposição é enriquecido pelo advérbio modalizador “naturalmente”, empregado de forma irônica ao registrar os fatos oferecidos pela imprensa inglesa:

Os jornais de Londres, naturalmente, noticiam estes tiroteios de vanguarda com um tremendo aparato de letras de palmo, mapas litografados e largos rufos de prosa – fazendo maior alarido do que se tivesse sido planejada de novo a batalha de Waterloo (QUEIRÓS, 1882).

Indiscutível é a relevância da apresentação d’*As Cartas de Inglaterra* para que a produção jornalística de Eça seja reconhecida, compreendida e avaliada como um trabalho que transcende a eloquência e a beleza das palavras, visto que é mais um manifesto do poder crítico-reflexivo empreendido pelo jornalista. Desse modo, ele insere de forma direta uma explicação para essa atitude dos jornais de Londres: “Mas isso é somente para promover a venda do número”. Acerca do posicionamento dos exércitos, o jornalista encerra declarando de maneira irônica o sofrimento e as dificuldades encontradas pelas tropas da Rainha Vitória: “Ah! custa caro o caminho das Índias!”, uma atitude irônica que sintetiza os verdadeiros interesses britânicos na Ásia.

Essa passagem remete aos pressupostos do Orientalismo, com sua ideologia política e lógica do poder, que revela questões de extrema importância para críticos e estudiosos de Literatura desde o século XX, oferecendo um exemplo das mútuas relações entre a sociedade, a História e a textualidade. Esse tipo de estudo, posterior à época do jornalista português, estende-se aos interesses de outros setores, independentemente da Geografia, como aos leitores do chamado Terceiro Mundo, em uma esperança de ilustrar os perigos e as tentações da dominação cultural, dado que, em sua maioria, foram povos outrora colonizados.

Retornando ao texto, Eça menciona os aliados de Arabi, que são a natureza e a previsão da chegada de 30 mil beduínos, e se dirige ao inglês como “cão estrangeiro”, complementando: “por seu lado, os ingleses contam apenas consigo mesmo. E isto não é pouco. Como diz a sua célebre canção de guerra - eles têm os navios, têm o dinheiro e têm os homens,-. Têm também essas magníficas tropas índias, que riem do sol, da seca, e das areias de África”. O jornalista, como se pode entrever, mostra-se incomodado com a mediocridade moral dos que se instalam no poder e faz um movimento de combate e de denúncia mediante sua função de correspondente estrangeiro na *Gazeta*. O jornalista pretende dizer que o poder

não é algo unitário e global (natural), mas sim, em se tratando de poder, é algo cujas formas são díspares, heterogêneas e estão sempre em mutação, posto que é uma prática social e, como tal, constituída histórica e geograficamente. Todos os três, Eça (séc. XIX), Said e Foucault (século XX), não consideram a Geografia como algo inerte ou apenas um cenário na qual a História acontece, mas sim uma força ativa que estabelece certos posicionamentos: “Estamos em uma época em que o espaço se oferece a nós sob a forma de relações de posicionamentos. [...] Vivemos no interior de um conjunto de relações que definem posicionamentos irredutíveis uns aos outros e absolutamente impossíveis de ser sobrepostos”. (FOUCAULT, 1979, p. 413-414).

O texto seguinte reflete a opinião pública em relação à questão do Egito, apresentando os pontos de vista de Gladstone, declarados no *Times*, a opinião do próprio *Times* e a do homem comum, relativizando-os por um mesmo desejo: a conquista do território:

Evidentemente o Sr. Gladstone fala apenas de restabelecer a ordem e restaurar o Kediva. Meras locuções diplomáticas. O *Times*, que é verbo da Inglaterra, esse fala, sem robuços, em protectorado. E há muitos ingleses, ainda menos reservados que o *Times*, que dizem, redonda e secamente, -conquista. (QUEIRÓS, 1882)

Para resumir toda a questão e para caracterizar a atitude da Europa para com o Egito, Eça emprega algumas palavras que conferem ao texto um tom jocoso e um pouco mais leve para contrastar com a gravidade do assunto tratado: “John Bull não ficará satisfeito senão com este resultado maciço e duradouro – um - Egito inglês -, tendo dentro do seu território, como um corredor de casa particular, o canal de Suez, caminho das Índias”.

O projeto de Lesseps, a grande façanha do século XIX, foi comemorado com uma grandiosa festa de inauguração, na qual os europeus eram os protagonistas, já que foram os que idealizaram e realizaram esse meio de ligação aquático entre a Europa e o Oriente no intuito de aproximar os países do Ocidente e do Oriente, para que houvesse união de civilizações – tudo a mascarar o imperialismo desmedido. Certamente o conhecimento real e prático de Eça sobre esses assuntos decorre de sua estada em Inglaterra, fazendo-o indignar-se com as manifestações do imperialismo, com a desigualdade econômica e com a apreensão dos traços mais significativos do caráter inglês, em especial, segundo Eça, a excentricidade e a hipocrisia moral.

Entre os principais alvos da crítica queirosiana está a Igreja Católica. Eça não mede palavras ao criticar a religiosidade portuguesa; faz questão de evidenciar a hipocrisia do clero, inclusive por meio de atos absurdos de algumas personagens em suas obras. Ao que parece,

ele busca expressar sua insatisfação e sua repugnância para com a Igreja como instituição. Em seus romances, suas personagens clericais ou beatas são sempre hipócritas, criminosas ou então caricatas, nesse caso, satirizando as pessoas que viviam em função do catolicismo.

Essa postura mostrava, no entanto, uma certa imaturidade do autor, ao tratar desse tema. Muitas vezes suas críticas se mostravam infundadas. O próprio Eça, em um artigo destinado ao prólogo da edição definitiva de *O Crime do Padre Amaro*, confessa seu desconhecimento em relação à Igreja: “Quando publiquei pela primeira vez *O Crime do Padre Amaro*, eu tinha um conhecimento incompleto da província portuguesa, da vida devota, dos motivos e dos modos eclesiásticos.” (apud MELLO, 1945, p. 56)

É claro que, mesmo com essa consciência em relação à sua atitude perante a vida religiosa em Portugal, não seria nesse romance que Eça deixaria de criticar ferozmente esses valores. Aliás, é exatamente nesse romance que ele “derrama seu veneno” sobre o clero português de forma mais letal. O romancista não tem receio algum ao criar um protagonista clerical de valores distorcidos: Amaro, um jovem pároco hipócrita e oportunista, que rompe com o celibato, engravida uma jovem e não é capaz de assumir seu erro de maneira honrada. Para ele, é muito mais cômodo ter uma amante e continuar tendo suas regalias como pároco do que abrir mão de tudo por um romance. Amaro dá ao filho desse romance proibido um destino trágico – daí o seu grande “crime”.

Além de Amaro, estão presentes, no romance, outras personagens que servem de canal para as críticas ferrenhas de Eça ao clero: o cônego Dias, a S. Joaneira, o beato Libaninho, entre outros. O cônego Dias, por exemplo, mantinha um caso amoroso com a S. Joaneira, mãe de Amélia, que, por sua vez, era amante de Amaro: “a S. Joaneira, se não tinha hóspede, dormia só no primeiro andar: o cônego podia então saborear livremente os carinhos da sua velhota; - e Amélia na sua alcova, em cima, era alheia a este ‘conchegozinho’” (QUEIRÓS, 1998, p. 86).

Somente com o passar dos anos Eça perceberá que a religiosidade é algo necessário na vida do homem e passa a tratá-la de maneira suave. Em seus últimos romances, faz diversas menções a Deus, sem o uso de intermediários – os padres e a Igreja –, demonstrando uma aparente paz de espírito; em outras obras, trata esses intermediários de maneira amigável, sem ironias. Não sente mais a necessidade de atacar o clero, pois percebe que, apesar dos problemas que a instituição católica apresenta, a religiosidade pode ser algo bom e tranquilizador. Ele alcança um estado espiritual elevado, em que aceita a possibilidade de haver pessoas boas e dedicadas no clero. Em *A Cidade e as Serras*, o Abade é um senhor

bondoso, as figuras religiosas não são satirizadas e não há insinuações de hipocrisia ou quaisquer outras alusões negativas à Igreja.

Em um espaço de tempo intermediário entre *O Crime do Padre Amaro* e *A Cidade e as Serras*, Eça, envolvido no seu jornalismo com a questão do imperialismo franco-inglês, põe em xeque a religiosidade, inclusive muçulmana, travando considerações sobre a hipótese de uma Guerra santa para o levantamento em massa do povo árabe e muçulmano. Com alguma reflexão, o jornalista esclarece que isso não corresponde à realidade e acredita que muçulmanos estão tão céticos quanto os cristãos: “Nas areias do deserto, como nas nossas praças alumiadas a gás - já não é fácil encontrar mil homens de boa vontade, que peguem em armas em nome do seu Deus”. Nesse excerto, ele parece não crer no homem moderno, a modernização se compara à força de uma avalanche que modifica os ambientes e as culturas:

Decerto todo o bom muçulmano, a certas horas do dia, se orienta para o lado de Meca e se prostra nas reverências rituais: pura questão de educação, de boas maneiras, de hábito, como nós outros tiramos o chapéu ao passar por um calvário de aldeia.

Ou então, superstição vaga, vago terror nervoso, como o de certos filósofos e positivistas das minhas relações, que sempre, ao saltar da cama, fazem o sinal da cruz.

Dentro do Alcorão vê-se já o caso melancólico de uma lei divina ir caindo em desuso. O Sultão recebe a jantar os embaixadores, e bebe com eles *champanhe*: a polícia do Cairo prende os santos dervixes vagabundos, e já não é respeitado o jejum do Ramadã. (QUEIRÓS, 1882)

Continua o tópico mencionando que o Alcorão está se tornando apenas objeto de poesia, de comentários e de controvérsias, tal como a Bíblia: “e o verbo divino, uma vez analisado, deixa de inspirar a fé que leva à morte”. Eça insiste em dizer que por todo o mundo a religião está distante das almas, deixando uma vaga religiosidade apenas.

Não há dúvida de que a religião está em evidência na obra queirosiana como tema central em, pelo menos, dois de seus romances: *O Crime do Padre Amaro* e *A Relíquia*, sem citar outros contos seus, tais como: *A morte de Jesus* e *O suave milagre*. Em *A Relíquia*, a presença da religião se destaca por intermédio de um sonho que Teodorico Raposo, narrador-protagonista, tem com a Paixão de Cristo. A visão de Jesus revelada nesse sonho é bastante rebaixada, pois ele absolve a mulher adúltera e favorece mercadores ricos, expulsando os pobres, por exemplo. Entretanto, o momento máximo dessa dessacralização ocorre na nova versão que Teodorico dá para a morte de Cristo, negando que ele seja uma divindade, que ele seja o Messias e filho de Deus. Com isso, afirma que a base sobre a qual se tem sustentado o Cristianismo não passa de uma lenda e que essa religião nasce graças a uma farsa.

Saraiva (1982) destaca que certas qualidades humanas e morais (não-divinas nem transcendentais) atribuídas a Cristo exerceriam forte sedução sobre Eça. Em *A Relíquia*, contudo, não é a velha sociedade que ele deseja destruir, mas a nova sociedade que se estabeleceu, de certo modo, a partir da antiga, com a corrupção dos ideais pregados por Jesus Cristo.

Sob essa perspectiva, a sociedade contemporânea de Eça parece não estar tão distante da de outrora, como revela no texto de imprensa. Essa revisão sobre a religiosidade se encontra em *Os ingleses no Egípto* (VI), comungada às ideias de civilização e de progresso:

Maomé, nas suas mesquitas, Cristo, nas nossas capelas, vão singularmente envelhecendo; o nosso Messias vai-se cobrindo pouco a pouco do pó que levanta o forte arado da razão, lavrando um mundo novo; e o profeta do Islão, tendo perdido a força da sua unidade, e subdividido em mil profetas menores que presidem a mil seitas diferentes, mal pode resistir à lenta avançada da civilização ocidental. (QUEIRÓS, 1882)

Eça de Queirós, todavia, demonstra, ao longo de toda a série, que as ideias imperialistas inglesas eram mentirosas e geradoras, em boa parte, de toda essa ruína, inclusive da descrença religiosa. Essa circunstância decorre, talvez, do fato de que o homem moderno tenha se esquecido do modelo de vida dos seus antepassados, livre das tensões dos insalubres interesses econômicos:

Mas, mesmo que se efetuasse um *jihad*, seria apenas para a Inglaterra a gastar mais alguns milhões e sacrificar mais alguns regimentos. Nem o Alcorão, nem o famoso estandarte verde, nem o próprio Maomé, que voltasse à terra a defraldá-lo, impediriam que John Bull se estabeleça no Egípto.
Já lá está, nunca mais de lá sairá! (QUEIRÓS, 1882)

Após a discussão e a rejeição da ideia de uma Guerra santa, uma convocação muçulmana para se protegerem contra ingleses, Eça, novamente, lamenta as formas de “inglesação” que se disseminava por toda a parte: “tudo se torna monótono e sombrio porque o mundo se inglesa. [...] Por mais desconhecida e inédita nos mapas que seja a aldeola onde se penetre; por mais perdido que se ache num obscuro recanto do universo o regato ao longo do qual se caminhe - encontra-se sempre um inglês, um vestígio de vida inglesa!”.

A reflexão existencial sobre o sentido da vida humana, mais especificamente dos que estão no Oriente Médio, faz Eça investigar no que consiste a vida do civilizado homem inglês da era moderna, detentor dos meios técnicos. Ele demonstrará, ao longo de um fragmento,

que o progresso técnico não é a garantia da obtenção da felicidade humana; na verdade, muitas vezes o famigerado desenvolvimento técnico é o gerador de sua ruína, já que a ideia de civilização e de progresso faz parte de um discurso que neutraliza a verdadeira ideia do expansionismo inglês que, segundo Eça, é falsa, e de modo algum representa a evolução da sociedade para algo de melhor:

A expansão do inglês para o Oriente, seu objectivo imperial, seria tolerável, mesmo aos nervos de um artista - se ele se contentasse em levar para lá os seus tecidos, as suas máquinas, os seus telégrafos, os seus *railways*, deixando depois que essas raças usassem esse colossal material de civilização em se desenvolverem no sentido do seu gênio e do seu temperamento. Que por todos os modos se forneça à santa cidade de Hyderabad gasômetros e iluminação - mas por Deus! que se não metam à força bicos de gás dentro dos seus templos, se isso ofende os seus ritos e repugna ao seu gosto! Que a Índia, por exemplo, seja coberta de caminhos de ferro, fornecidos pelos industriais de Northumberland e pagos pelo índio - excelente! Mas ao menos que as aldeias onde eles passam, essas aldeias que os mesmos ingleses descrevem como pequenos paraísos de paz, de trabalhos simples, de costumes doces, de frugalidade, de frescura, de beleza moral, não sejam tornadas tão tristes como as tristes paróquias de Yorkshire, introduzindo-se logo lá o *policeman*, o depósito de cerveja, a capela protestante de tijolo, o livreiro de Biblias, o vendedor de *gin*, a fumaça de uma fábrica, a prostituição e a *workhouse*!... É à Inglaterra que vemos esta crescente hipocrisia que invade o mundo. (QUEIRÓS, 1882).

Com objetivos particulares, a Inglaterra não é idealizada como modelo civilizacional e, na visão de Eça, os ingleses são descritos como bons comerciantes, intelectuais minuciosos e exigentes, mas turistas xenófobos, que ignoram línguas estrangeiras e desdenham de tudo aquilo que não seja britânico. Ele tinha perfeita consciência de que politicamente a Inglaterra era um país imperialista, com esquadras dominando os mares, com inúmeras colônias intervindo e administrando em toda a parte do mundo.

Voltando à ideia dos imperialistas como turistas xenófobos, vale lembrar Said (2007), quando afirma que, de forma geral, em todas as fases da relação Oriente/Ocidente, sejam elas materiais ou intelectuais, o deslocamento físico partiu do Ocidente; o Oriente não foi até lá (Ocidente). É por isso que o termo Orientalismo é designado para descrever a abordagem ocidental em relação ao Oriente (SAID, 2007).

Apoiando-se nos últimos fatos ocorridos no Egito, o jornalista segue lançando seu discurso de combate, apresentando-o como um desabrochar, em nível comportamental, dos defeitos basilares do inglês: o egoísmo, a hipocrisia e a filáucia. Essa é uma mordaz

caracterização que faz ao longo de uma extensa parte do texto, cujo juízo de valor vem claramente expresso por via da hipérbole e da comparação:

Há raças fluidas, como a francesa, a alemã, que, sem perderem os seus caracteres intrínsecos, tomam ao menos exteriormente a forma da civilização que momentaneamente as contém. O francês no interior da África adora sem repugnância o manipanso, e na China usa rabicho. O inglês cai sobre as idéias e as maneiras dos outros, como uma massa de granito na água: e ali fica pesando, com a sua Bíblia, os seus *clubs*, os seus *sports*, os seus prejuízos, a sua etiqueta, o seu egoísmo - fazendo na circulação da vida alheia um incomodativo tropeço. [...] Mas deixemos as máculas de Inglaterra, a lista é longa; - quero só aludir a um outro abominável defeito que ela sempre teve, e que agora desenvolveu em proporções intoleráveis: - a sua espantosa filúcia, a sua ruidosa bazófia, o seu tremendo ar - mata-sete -! (QUEIRÓS, 1882)

No final, os jornais, submetidos a uma revista crítica, fornecem ao jornalista exemplos que se integram tanto ao seu discurso polêmico, eminentemente sarcástico, que o leitor pode se convencer, pode dar-lhe razão e, por que não dizê-lo, pode também se irritar, assim como o autor, com aquela ausência de “sentimento da proporção das coisas”:

Os telegramas que os correspondentes de jornais enviam das operações da guerra, sobretudo os comentários dos próprios jornais, seriam lamentavelmente grotescos, se não fossem odiosamente impertinentes [...]. Ou celebrem o aspecto físico dos regimentos ou a afinação das bandas de música, a pontaria dos artilheiros ou a forma dos capacetes, os talentos do Estado-Maior ou a excelência da bolacha de munição - vem logo em letras gordas, a frase tola - o que há de melhor no mundo-! Faz uma vedeta inglesa fogo sobre uma vedeta egípcia e depois recolhe à trincheira? Logo este facto é declarado -tão nobre pelo heroísmo como hábil pela prudência-! Os coros que se entoam em torno do general Wolseley, pertencem à pura farsa. Eu quero crer que ele é um grande homem - ainda que por ora nada mais fez que debandar uma pobre horda de negros armados de flechas que vegetavam junto a não sei que rio da África; mas que se pode pensar quando se lê no *World* e em outros papéis, que ele é o -maior general do século-? Onde vive um certo Moltke? Quando existiu um chamado Napoleão? O melhor, mais bem feito, mais importante jornal de Londres, a *Pall -Mall Gazette*, envergonhado de tudo isto, explica, com a sua usual habilidade, que estas fanfarronadas não são destinadas à Europa - mas ao Egipto -para levantar o moral das tropas-! Têm pois esses regimentos em campanha, nos arcais da África, diante dum inimigo formidável, vagues para ler as gazetas? Recebe cada soldado raso, com o seu rancho da manhã, um número do *Times*? A respeitável *Pall-Mall* blagueia.[...] E também -para levantar o moral das tropas- que o *Times*, e o *Spectator*, falam, de mão na cinta, e suíça ao vento, de -impor à Europa a vontade da Inglaterra-? Não, é mera fanfarronada. (QUEIRÓS, 1882)

São notórias, nos textos produzidos para a *Gazeta*, as recorrentes referências à imprensa inglesa. Miné (1982) explicita que o correspondente estrangeiro é caracterizado como alguém a quem se confere total liberdade quanto aos assuntos de que trata e que deve ter uma visão ampla e lúcida do país em que se encontra, vinculando-se às fontes de informação local como o jornal, fontes essas que serão o reflexo de sua opinião, de seu comentário e de sua crítica. No caso específico de Eça, a condição primeira de sua estada em terras inglesas era sua condição de cônsul português, o que lhe exigia um grau elevado de conhecimento sobre a realidade inglesa. Desse modo, Eça tinha por hábito a leitura diária de grande número de revistas e de jornais ingleses, como se evidencia no excerto acima. As notas da imprensa inglesa parecem sustentar a crítica queirosiana à Inglaterra: o que ele apreende na notícia de fonte inglesa é o caminho da sua consideração crítica, já que, para ele, as declarações da imprensa são reflexos da consciência inglesa.

Em suma, o jornalista, nesse último texto não-ficcional, reflete o momento presente, pois já se sabe que a série se inicia pelo fim, em sentido retrospectivo. Inicia-se explicando a situação dos exércitos, e todo o restante, por sinal a maior parte, são pensamentos que dizem respeito às consequências do episódio. Essencialmente, há crítica acerca das intervenções inglesas no mundo e da sua soberba posição diante de tudo e de todos: “Onde está a famosa *self-possession*⁴ da Inglaterra e sua tranquila dignidade? John Bull tornou-se Ferrabrás.⁵ Ora, uma muito velha banalidade ensina-nos que não há verdadeira força sem serenidade, e que sem modéstia não há verdadeira grandeza”.

Assim é que a atitude de Eça de Queirós para com a Inglaterra era de fato ambivalente: louvava as suas virtudes como nação poderosa e de forte caráter, mas tinha palavras duras e amargas para com as suas deslealdades, sobretudo no domínio da política externa, e os defeitos e ridículos que via no seu povo. A sua atitude para com Portugal não era, afinal, muito diferente – uma relação de conflito, como se tem quando se ama, mas se não pode deixar de ser justo e crítico.

⁴ **Self-possession:** (língua inglesa). Presença de espírito, sangue frio.

⁵ **Ferrabrás:** (ou Fierabrás), canção de gesta do fim do século XII. Celebra a reconquista das relíquias da Paixão, das quais Fierabrás, gigante sarraceno, se havia apoderado quando da tomada de Roma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A carta *O Brasil e Portugal* constitui um exemplo de tradução realizada por Eça de Queirós com base nos elementos que agrega: um artigo retirado da imprensa inglesa com interpolações e anotações do autor, no qual o título resume o assunto. Nesse artigo, Eça de Queirós se vale das referências a Portugal para criticar violentamente a apatia intelectual portuguesa. Lado a lado, a fonte inglesa e a tradução de Eça não possibilitam comparações e analogias, somente o seu sentido geral coincide, admitindo a Eça a mais livre das traduções.

Deixando de transcrever integralmente, Eça privilegia um fragmento que descreve a extensão territorial brasileira. Ele escolhe o período mais curto e expressivo, por ser aquele que já deixa entrever os indícios do que chamará depois de “teoria de expropriação por utilidade de civilização”. Antes, porém, uma ferroadada irônica: “espanto clássico pela extensão do império”...

The mere size of the domain in the hand of a single offshoot of the human race is itself sufficiently impressive.

Só o simples tamanho de um tal domínio (exclama) na mão de uma diminuta parcela da humanidade é já em si um facto suficientemente impressionador. (QUEIRÓS, 1880)

Em seguida, o jornalista aproveita para denunciar, como em outras correspondências jornalísticas, a ambição imperialista inglesa e seus métodos de concretização. Não se restringe, porém, à ironia, lançando-a para reforçar certos pontos de vista. O imperialismo inglês, ressaltado por Eça, estava na época em seu apogeu, com seu expansionismo econômico e político, “idéia querida a todo o inglês”. Mas o comentário mais extenso é o que faz para inserir sua crítica a Portugal. Nele, são tratados três pontos: a democracia portuguesa, a atitude de Portugal para com as colônias e a situação em que se encontrava em relação à opinião europeia.

O mais importante é que Eça contra-argumenta contra o jornal inglês, apontando que a colônia brasileira não possuía na memória tiranias e mau passado, em um quadro diverso do processo das colônias inglesas: “com efeito, pobres de nós, nunca fomos de certo para o Brasil senão amos amáveis e timoratos...Nós verdadeiramente é que éramos colônia... estendíamos para lá a mão à esmola”. Essa parece uma afirmação direta da fraqueza de Portugal, a qual um verdadeiro patriota não poderia tolerar.

Eça se mostra mais veemente ainda, quando discute a opinião que a Europa tem de Portugal:

O *Times* considera: Da origem donde o Brasil deriva a sua actividade, deriva também (o que não é menos importante) o respeito pela opinião da Europa. O financeiro brasileiro porém [...] presta uma tão respeitosa atenção no temperamento das bolsas de Paris e Londres, como ao da mesma praça do Rio de Janeiro. (QUEIRÓS, 1880)

Aproveita a ideia para realizar uma série de reflexões sobre a situação de Portugal no conjunto da Europa, manifestações que não se restringem à carta: critica a mediocridade portuguesa, sua falta de espírito criador, sua desatualização, de tudo que fazia de Portugal “um doloroso espectáculo, crasso e mazorro, amuado ao seu canto, com os pés ao sol, o cigarro nos dedos e a boca às moscas”.

É assim que a tradução comentada de *O Brasil e Portugal* oferece-nos a confirmação de certos traços ideológicos detectáveis em suas obras ficcionais e não-ficcionais. Defensivamente irônico, Eça parece, como outrora nas palavras de Elza Miné (1986), “o português ressentido ante o poderio cada vez mais ostensivo e mais exigente da Inglaterra, de que Portugal era uma das vítimas”.

Aqui, dentre suas páginas não-ficcionais, está um severo crítico. O intuito de reformação da pátria o dominava, por isso a atacava severamente, em uma atitude explicada e denominada por Santos (1993), sociólogo português, como de semiperiferia.

Confirma-se que Portugal é um país de desenvolvimento intermédio, que só à distância pode acompanhar as principais transformações políticas e culturais da Europa. É uma condição estrutural de longa duração histórica da qual o século XIX foi vítima. Essa condição, de acordo com Santos (1993), manifestou-se em vários níveis, os quais, nas palavras de Eça, foram as forças conservadoras que sempre impediram a modernização do País.

Sabe-se que a sociedade portuguesa é frequentemente caracterizada em termos do "atraso" que, supostamente, definiria a sua posição em relação aos países mais "desenvolvidos" da Europa. Nesse quadro, Portugal surge como um espaço semiperiférico, caracterizado, por um lado, por uma posição intermédia entre os espaços centrais e periféricos, em termos de indicadores convencionais de desempenho econômico; por outro, por uma história específica de intermediação entre regiões do sistema-mundo, primeiramente como potência imperial e colonial, depois, como país integrado na União Europeia, por meio de dinâmicas de intermediação com os territórios do seu antigo império colonial.

A condição semiperiférica, explica Santos (1993), não pode ser descrita de maneira adequada por intermédio da noção de "atraso". Ela está associada a características específicas no domínio da estrutura econômica e social e da cultura e da organização política, resultantes de uma trajetória histórica ao mesmo tempo partilhada e singular. Eça preconizava para os seus que não lhes fosse exigido um comportamento como o dos seus vizinhos europeus, cujo nível de bem-estar estava muito longe do deles, mas sim uma aproximação simbólica à Europa. Não se deve ignorar que seus textos não-ficcionais alinham-se a circunstâncias bem delimitadas: trata-se de textos direcionados a leitores brasileiros, com grande distanciamento dessa Europa reportada. Desse modo, a relação de Eça é igual à de Portugal, semiperiferia, já que o jornalista também exprime a proposta da Geração de 70, divulgada pelo “Programa das Conferências do Casino” (maio 1871), de autoria de Antero de Quental: “aproximar Portugal da Europa: Ligar Portugal com o movimento moderno, fazendo-o assim nutrir-se dos elementos vitais de que vive a humanidade civilizada; Procurar adquirir a consciência dos factos que nos rodeiam, na Europa...”, diz Salgado (1930).

É claro que Eça tem a visão crítica, visão de fora dos acontecimentos ingleses/europeus. Essa crítica é produto de suas leituras – formou-se com leituras que giravam na Europa por volta de 1865-1870. Trata-se da visão de um português que não quer se sentir um português comum, mas sim informado do que está acontecendo na Europa. Ele se sente em condições pessoais de criticar os defeitos/exageros/problemas políticos e culturais com base em suas leituras afinadas, lidas na época e discutidas pelos intelectuais mais conhecidos.

Fica claro que a Literatura representa uma das maiores heranças da cultura portuguesa, europeia e, até mesmo universal, no que diz respeito não apenas à arte, mas também aos contextos históricos que foram explicitamente descritos nos romances e nas poesias. O mesmo se poderia afirmar dos textos não-ficcionais de Eça de Queirós, publicados na *Gazeta de Notícias*, com sua possível repercussão nacional e internacional, os quais atentam a certas questões com pertinências universais, por exemplo: como o poder dos estados fortes e disciplinados mandam impunemente nos pequenos e nos fracos, pondo em cheque a ideia iluminista do progresso e da civilização, a exemplo d’*Os ingleses no Egipto*.

Quando Said (2007, p. 52) expõe que “assim, todo o Orientalismo representa e se afasta do Oriente: o fato de o Orientalismo fazer sentido depende mais do Ocidente que do Oriente”, ou ainda quando suas bases de análises tentam mostrar os pioneiros, os textos canônicos e sua relação de apropriação do Oriente, a proposta foi identificá-los nos textos de

Eça, analisar seus graus de Orientalismo, já que Said afirma que nunca houve um Oriente puro, “muito menos algo tão inocente quanto uma ‘idéia’ do Oriente” (SAID, 2007, p. 53).

Em vista disso, é com acuidade que as análises se realizaram; com leituras minuciosas, cuja finalidade foi desnudar o diálogo entre os textos do escritor e a complexa formação coletiva com a qual sua obra contribui. Ao final, é possível considerar Eça como um humanista, alinhando-o com uma visão que está além do seu tempo, a qual Said denomina antiorientalista.

Mas, como esclarece Foucault, o poder é considerado uma relação de forças, não aquilo que um indivíduo cede ao imperante, já que o poder está em ambos os lados. Todo sujeito está atravessado por relações de poder e não pode ser considerado independente delas. Sabe-se que Eça de Queirós foi um grande observador, e esse dom da observação foi seu ponto de partida, posto que ele representava, em suas penas, o que via e sentia. Não examinou somente o mundo à sua volta, pois sua carreira de cônsul e seu hábito de leitura de jornais e livros o fizeram um observador voltado à realidade europeia e ocidental, podendo, assim, dialogar e seguir as ideias de Said, quando este propõe examinar o Orientalismo como um discurso. Discurso esse que não pode ser compreendido como disciplina rigorosa de sistematização, tampouco como fator determinante e unilateral sobre tudo que pode ser dito sobre o Oriente, mas sim como uma possibilidade de revisão e de discussão de uma rede de interesses aplicada a essa entidade peculiar, “o Oriente”. Essa forma de pesquisa evidencia que a força e a identidade da cultura europeia são resultados do contraste com o Oriente, e Eça o representa em toda a série.

Podemos entendê-lo como um escritor moralista, que, com distanciamento, soube informar, interpretar e julgar os fatos. No entanto, suas palavras não são de amargura nem de agressividade. Na concepção de Berrini: “Consegue vislumbrar beleza na Natureza e na Arte. Considera mesmo que sobreviver a esse pouco nada que somos somente será possível por meio da Arte.” Por tais fatores, Eça não deve ser considerado um pessimista. Foi levado a criticar pelo seu inconformismo diante dos fatos do mundo e pela sua credibilidade no diferente e no melhor, postura que o guia desde as *Farpas* até o final de sua vida.

Por isso o *Orientalismo* afirma que os homens são os produtores da história, fazendo que tanto o Ocidente quanto o Oriente sejam possuidores, cada qual, de uma tradição de pensamento, uma história que os tornam “reais”. No entanto, as duas se refletem mutuamente, fazendo que seja desmistificada a ideia de que o Ocidente criou o Oriente sem bases reais. Isso é incorreto, porque essa “orientalização”, como estuda Said (2007), não ocorre de uma simples imaginação, mas sim de uma relação de poder e de dominação.

Desse modo, a escolha da série ocorreu porque a expressividade e a autenticidade da visão crítica do jornalista português são significativas, partindo do pressuposto de que a literatura de Eça retrata muito além dos conflitos amorosos, retrata os problemas sociopolíticos. Observamos a caracterização do seu discurso como uma referência para identificar traços da concepção de poder entre povos de economia díspares e de conduta do escritor Eça de Queirós, frente ao imperialismo britânico e, especialmente, sua relação com as abordagens do fim do século XX, mapeando sua brilhante capacidade de detectar os entraves daquele momento.

Esse tipo de estudo comprova que a essência do discurso moderno literário é a historicidade literária, de forma que, no campo da Literatura, a ideia de sincronia pura e legítima cai por terra, não existe. Como afirma Bakhtin, “toda atualidade importante e séria tem necessidade de uma imagem autêntica do passado” (BAKHTIN p. 419), seja para afirmar ou negar, seja para perpetuar a tradição ou romper com esses padrões. Sobre a resposta do Oriente após os estudos do Orientalismo, Eça nos parece um visionário, pois contemplamos perfeitamente o olhar do século XX sobre o XIX, em uma atualização das ideias de Eça.

O mesmo podemos afirmar dos textos não-ficcionais de Eça de Queirós, publicados na *Gazeta de Notícias*, com sua repercussão nacional e internacional, os quais tendem a atentar, a exemplo de nossos *corpora*, para certas questões com pertinências universais, por exemplo: como o poder dos estados fortes e disciplinados mandam impunemente nos pequenos e nos fracos, pondo em cheque a ideia iluminista do progresso e da civilização.

Na análise d’*Os ingleses no Egito*, uma das séries que integra *Cartas de Inglaterra*, evidenciamos um conteúdo histórico sobre a intervenção franco-britânica no Egito. Por isso, a presença do *Orientalismo* de Said, nosso corpo de teoria junto à literatura de Foucault, e a tendenciosa posição orientalista de Eça explicada por Santos, podem caminhar juntas, a fim de desmistificar a superioridade ocidental, visto que propõem a inclusão do Oriente em um contexto de igualdade, e não de diferença xenófoba e outremizadora.

Eça utiliza uma retórica demolidora, baseada principalmente na ironia, de forma a deixar claro ao leitor a verdadeira fundamentação das desgraças egípcias: o interesse econômico inglês. Ou seja, ele combate o discurso xenófobo, eurocêntrico, com outro tipo de discurso: o irônico. Faz o discurso colonial voltar-se sobre si próprio e utiliza conceitos basicamente europeus (superioridade moral conferida pela lei de Maomé, por exemplo, ou tradição e honra), para questionar esse mesmo eurocentrismo. Ele não tem uma visão próxima do egípcio/muçulmano, mas seu olhar de europeu busca reproduzir esse Outro com simpatia.

Por fim, o objetivo que pretendíamos buscar não se intensifica em situar José Maria Eça de Queirós como jornalista, mas sim contemplar o seu olhar revelador no século XIX a partir de seus textos não-ficcionais, elucidando que as teorias de hoje contribuem para compreender o escritor, em uma junção do olhar contemporâneo para sua reinvestigação, a saber: visitar Eça não é arqueologia, é o encontro com algo vivo e atual.

REFERÊNCIAS

BERRINI, Beatriz. *Brasil e Portugal: a Geração de 70*. Lisboa: Campo das Letras, 2003.

_____. *Eça de Queiroz: palavra e imagem*. Lisboa: Inapa, 1988.

_____. Eça de Queiroz: precursor da modernidade. In: *Eça e Machado - Simpósio Internacional PUC-SP - Unicamp*, São Paulo: Educ, 2005. p. 39- 59.

BONICCI, Thomas. *Conceitos-chave da Teoria Pós-Colonial*. Maringá: Eduem, 2005.

_____. Introdução ao estudo das literaturas pós-coloniais. *Mimesis*, Bauru, p. 07-23, 1998.

_____. *O Pós-Colonialismo e a Literatura*. Maringá: Eduem, 2000.

_____. ZOLIN, Lúcia Ozana (orgs). *Teoria Literária: Abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Maringá: Eduem, 2005.

CURTY, Marlene G.; CRUZ, Anamaria da C.; MENDES, M. Tereza R. *Apresentação de Trabalhos Acadêmicos, Dissertações e Teses*. Maringá: Dental Press Editora, 2006.

DA CAL, Ernesto Guerra. *Língua e estilo de Eça de Queirós*. Trad. Estella Glatt. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.

Eça de Queiroz. Obra Completa. Organização geral, introdução, fixação dos textos autógrafos e notas introdutórias por BERRINI, Beatriz. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000. 4v.

ENCYCLOPAEDIA Britannica do Brasil. 14 ed., São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1995.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1966.

_____. *O sujeito e o poder*. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. *A ordem do discurso*. 9 ed., São Paulo: Loyola, 2003.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 28 ed., Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. *A Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GAZETA DE NOTÍCIAS, microfilme, 1881-1882.

GUERRA, Junqueiro. Organização e introdução de Amorim de Carvalho. Porto: Lello & Irmãos - Editores, 1974.

HABERMAS, Jürgen. Modernidade e pós-modernidade. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: Editora da USP, p.86-96, 1980.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HERCULANO, Alexandre. *Eurico*, o presbítero. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

JAUSS, H.Robert. *Tradição literária e consciência atual da modernidade*. São Paulo: Ática, 1996.

LOURENÇO, Eduardo. “Identidade e Memória”, *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996.

LYRA, Heitor. *O Brasil na vida de Eça de Queiroz*. Lisboa: Edições Livros do Brasil, 1990.

MACEDO, Jorge Borges de. *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força*. Lisboa: IDN, 1987.

MARINHO, Maria de Fátima. A Intromissão da História na Ficção de Eça de Queirós. In: *Eça e Machado - Simpósio Internacional PUC-SP - Unicamp*, São Paulo: Educ, 2005, p.169-183.

MELLO, Allyrio de. *Eça de Queiroz, o exilado da realidade*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1945.

MINÉ, Elza; CAVALCANTE, Neuma (edição). *Textos de imprensa IV* (da *Gazeta de Notícias*). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002. (Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós).

_____. *Eça de Queirós jornalista*. 2 ed., Lisboa: Livros Horizonte, 1986.

_____. *Páginas flutuantes: Eça de Queirós e o jornalismo no século XIX*. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2000.

MÓNICA, Maria Filomena. *Eça: vida e obra de José Maria Eça de Queirós*. Rio de Janeiro: Record, 2001. Queiroz. Porto: Lello & Irmão, 1979.

PEREIRA, Lúcia Miguel; REYS, Câmara (org.) - *Livro do Centenário de Eça de Queirós*. Lisboa /Rio de Janeiro: Edições “Dois Mundos”, 1945.

QUEIROZ, Eça de. *O Egípto – Notas de Viagem*. Editora: Lello & Irmão, 1946.

_____. *A cidade e as serras*. 23 ed., Rio de Janeiro: Ediouro [s.d.].

_____. *O Crime do Padre Amaro*. 12 ed., São Paulo: Ática, 1998.

_____. *Os Maias*. 1 ed., Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1888. 2v.

_____. A Relíquia. In: *Eça de Queiroz. Obra Completa*. (org. Beatriz Berrini). Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. p. 842.

_____. *Obras de Eça de Queiroz*. Porto: Lello & Irmão, 1976-1979. 4v.

REIS, Carlos, PEIXINHO, Ana Teresa, *Textos de Imprensa I* (da Gazeta de Portugal), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.

ROUANET, Sérgio. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SAID, Edward W. *Orientalismo*. O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

SALGADO, Antonio Salgado Júnior – *História das conferências do Casino*, 1930.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O Estado, as relações salariais e o Bem Estar Social na semiperiferia: o caso português. In: _____ *Portugal: um retrado singular*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

_____. *Pela mão de Alice*. Porto: Afrontamento, 1998.

SARAIVA, António José. *As Ideias de Eça de Queiroz*. 2. ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1982. p. 84-85.

SARAIVA, José Hermano - *História de Portugal*. 17ed. Lisboa: Alfa, 1995.

SERRÃO, Joel. *Dicionário da História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1997.

SILVEIRA, Jorge Fernandes da. "A casa portuguesa, uma forma de escrever Portugal: A Ilustre Casa de Ramires" in Elza Miné e Benilde Justo Caniato (eds.), *150 anos com Eça de Queirós*, São Paulo, Centro de Estudos Portugueses: Área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa / FFLCH / USP, 1997, p. 266-272.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

SPROVIERO, Mário B. *Oriente e Ocidente: Demarcação*. *Mirandum*, Pamplona, v.4, p. 49-58, 1998.

ANEXOS

ANEXO A

27 de Setembro de 1882

OS INGLESES NO EGIPTO

I

O que resta de Alexandria¹. - A estrela de Arabi-Paxá². - Algemas ao café.

Até há cinco ou seis semanas Alexandria podia ser descrita no estilo convidativo dos guias de viajantes como uma rica cidade de duzentos e cinquenta mil habitantes, entre europeus e árabes, animada, especuladora, próspera, tornando-se rapidamente uma Marselha³ do Oriente. Nenhum guia, porém, por mais servilmente lisonjeiro⁴, poderia chamar-lhe interessante.

Apesar dos seus dois mil anos de idade, de ter sido, depois de Atenas⁵ e Roma⁶, o maior centro de luxo, de letras e de comércio, que floresceu no Mediterrâneo⁷, a velha cidade dos Ptolomeus⁸ não possuía hoje nenhum monumento do seu passado, a não contarmos, ao lado de um velho cemitério muçulmano⁹, uma coluna erigida¹⁰ outrora por um prefeito romano em honra de Diocleciano¹¹, conhecida pelo sobrenome singular de Pilar de Pompeu, e mais longe, estendido num areal¹², um obelisco faraônico¹³ do templo de Luxor¹⁴, que gozava a grotesca alcunha¹⁵ de Agulha de Cleópatra. E esta mesma relíquia está agora em Londres¹⁶, no aterro¹⁷ do Tamisa, pousada numa peanha¹⁸ de bronze, alumiada¹⁹ pela luz eléctrica, aturdida²⁰ pelo estrondo dos comboios²¹...

Os bairros europeus de Alexandria quase recentes (há cinquenta anos, antes de Mehemet-Ali²² dar o impulso à sua reedificação²³, a grande metrópole que espantava o califa²⁴ Omar²⁵ estava reduzida a uma aldeia vivendo da pesca e do comércio de esponjas), compunham-se principalmente de uma vasta praça, a famosa Praça dos Cônsules, orgulho de todo o Levante²⁶, e de ruas largas, com nomes franceses, estuque²⁷ francês nas fachadas, tabuletas²⁸ francesas nas lojas, cafés franceses, lupanares²⁹ franceses - como um faubourg³⁰ de

Bordéus³¹ ou de Marselha transportado para o Egipto e empenachado³² aqui e além de palmeiras.

A parte árabe da cidade não tinha nenhum pitoresco³³ oriental: eram arruamentos³⁴ quase direitos, com casebres lavados a cal e terminando em terraço, pousados num solo, meio de terra e meio de areia, que a menor brisa do mar espalhava em nuvens pelo ar.

Cidade feia à vista, desagradável ao olfacto, reles³⁵, insalubre³⁶, Alexandria visitava-se à pressa, ao trote³⁷ de uma tipóia³⁸, e depressa se apagava da memória, apenas o comboio do Cairo³⁹ deixava a estação, e se ausentavam, entre as primeiras culturas do Delta⁴⁰, ao longo dos canais, as filas de ibis⁴¹ brancos, os mais velhos habitantes do Egipto, outrora deuses, ainda hoje aves sagradas...

Todavia, tal qual era, Alexandria - com a sua baía⁴² atulhada de paquetes⁴³, de navios mercantes e de navios de guerra; com os seus cais⁴⁴, cheios de fardos e de gritaria, os seus grandes hotéis, as suas bandeiras flutuando sobre os consulados, os seus enormes armazéns, os seus centenares de tipóias descobertas, os seus mil cafés-concertos e os seus mil lupanares; com as suas ruas, onde os soldados egípcios, de fardeta de linho branco, davam o braço à marujada de Marselha e de Liverpool⁴⁵, onde as filas de camelos, conduzidos por um beduíno⁴⁶ de lança ao ombro, embaraçavam a passagem dos tramways⁴⁷ americanos, onde os *sheiks*⁴⁸, de turbante verde, trotando no seu burro branco, se cruzavam com as caleches⁴⁹ francesas dos negociantes, governadas por cocheiros de libré⁵⁰ - Alexandria realizava o mais completo tipo que o mundo possuía de uma cidade levantina⁵¹, e não fazia má figura, sob o seu céu azul-ferrete⁵², como a capital comercial do Egipto, e uma Liverpool do Mediterrâneo.

Isso era assim, há cinco ou seis semanas. Hoje, à hora em que escrevo, Alexandria é apenas um imenso montão de ruínas.

Do bairro europeu, da famosa Praça dos Cônsules, dos hotéis, dos bancos, dos escritórios das companhias, dos cafés-lupanares resta apenas um confuso entulho sobre o solo, e aqui e além uma parede enegrecida que se vai aluindo⁵³.

Pela quarta vez na história, Alexandria deixou de existir.

Tratando-se do Egipto, terra das antigas maldições, pode-se pensar, em presença de tal catástrofe, que passou por ali a cólera⁵⁴ de Jeová⁵⁵ - uma dessas cóleras de que ainda estremecem as páginas da Bíblia, quando o Deus único, vendo uma cidade cobrir-se da negra crosta do pecado, corria de entre as nuvens a cicatrizá-la pelo fogo como uma chaga⁵⁶ viva da Terra. Mas desta vez não foi Jeová. Foi simplesmente o almirante inglês Sir Beauchamp Seymour, em nome da Inglaterra, e usando com vagar e método por ordens do governo liberal do Sr. Gladstone⁵⁷ os seus canhões de oitenta toneladas.

Seria talvez desonesto, decerto seria desproporcionado, o juntar aos nomes dos homens fortes que nestes últimos dois mil anos se têm arremessado sobre Alexandria e a têm deixado em ruínas - aos nomes de Caracala⁵⁸ o pagão, de Cirilo⁵⁹ o santo, de Diocleciano o perseguidor, e de Ben-Amon o sanguinário - o nome do Sr. William Gladstone, o humanitário, o paladino⁶⁰ das nacionalidades tiranizadas, o apóstolo da democracia cristã. Mas se por um lado evidentemente a política do Sr. Gladstone não é o produto de pura ferocidade pessoal, como a de Caracala que fez arrasar Alexandria, porque um poeta dessa cidade fatalmente dado às letras o molestara⁶¹ num epigrama⁶², - por outro lado esta brusca agressão de uma frota de doze couraçados⁶³, cidadelas de ferro flutuando sobre as águas, contra as decrépitas⁶⁴ fortificações de Mehemet-Ali, este bombardeamento de uma cidade egípcia, estando a Inglaterra em paz com o Egipto, parece-se singularmente com a política primitiva do califa Omar ou dos imperadores

persas, que consistia nisto: - ser forte: cair sobre o fraco, destruir vida e empolgar fazenda. Donde se vê que isso a que se chama aqui “a política imperial de Inglaterra, ou os interesses da Inglaterra no Oriente”, pode levar um ministro cristão a repetir os crimes dum pirata muçulmano e o Sr. Gladstone, que é quase um santo, a comportar-se pouco mais ou menos como Aben-Amon, que era inteiramente um monstro. Antes não se ministro de Inglaterra. E foi o que pensou o venerável John Bright⁶⁵, que para não partilhar a cumplicidade desta brutal destruição duma cidade inofensiva, deu a sua demissão do Gabinete, separou-se dos seus amigos de cinquenta anos, e foi modestamente ocupar o seu velho banco de oposição ...

Tudo o que se prende imediatamente com a aniquilação de Alexandria é de fácil história - sobretudo, traçando só as linhas principais, as únicas que podem interessar quem está moral e materialmente a três mil léguas do Egipto e das suas desgraças.

No princípio de junho passado, o almirante inglês Sir Beauchamp Seymour achava-se nas águas de Alexandria, comandando uma formidável frota, e tendo ancorado ao seu lado uma esquadra francesa com o pavilhão do almirante Conrad, a França e a Inglaterra estavam ali com morrões⁶⁶ acesos, vigiando Alexandria, de camaradagem, como tinham estado nos últimos dois anos no Cairo, de pena atrás da orelha, fiscalizando, de camaradagem, as finanças egípcias: porque sabem decerto, que o Egipto, endividado até ao alto das pirâmides para com as burguesias financeiras de Paris e Londres, tendo omitido o pagamento de alguns *coupons*⁶⁷, - a França e a Inglaterra esposavam⁶⁸ maternalmente os interesses dos seus agiotas, e instalavam no Cairo dois cavalheiros, os Srs. Coloin e Blegnières, ambos com funções de secretários de Fazenda no Ministério egípcio, ambos encarregados de colher a

receita, geri-la, e aplicar-lhe a parte mais pingue⁶⁹ à amortização⁷⁰ e juros da famosa dívida egípcia!

De sorte que as duas bandeiras, da Inglaterra e da França, eram na realidade dois enormes papéis de crédito, içados⁷¹ no alto dos encouraçados⁷². No almirante Seymour e no almirante Conrad reapareceram os dois burgueses, Coloin e Blegnières.

E na baía de Alexandria, perante o Egipto, um dos grandes falidos do Oriente, as frotas unidas das duas altas civilizações do Ocidente representavam simplesmente a usura⁷³ armada.

Isto era assim na realidade. Oficialmente, porém, os couraçados estavam ali fazendo uma demonstração naval, de facto realizando uma intervenção estrangeira - porque se tinham dado casos no Egipto e o Quediva⁷⁴ declarara-se -coacto⁷⁵-. Todos os que conhecem a história contemporânea de Portugal⁷⁶ e de outros curiosos países constitucionais sabem o que significa esta deliciosa frase - EI-Rei está coacto!- Isto quer dizer que Sua Majestade se acha em palácio, cercado de uma população⁷⁷ carrancuda que agarrou em chuços⁷⁸, arranjou uma bandeira no alto de um pau, e vem impor esta fórmula prodigiosamente⁷⁹ desagradável para EI-Rei: diminuição de autoridade régia⁸⁰ e aumento de liberdade pública...

Se EI-Rei conserva por trás do palácio alguns regimentos fiéis, envurga nesse momento a farda do generalíssimo, e manda acutilar⁸¹ o seu povo: se desgraçadamente, porém, os soldados estão unidos aos cidadãos, então EI-Rei -declara-se coacto-, e pede a um rei vizinho, mais forte e menos atarantado, que lhe mande uma divisão, a -restabelecer a ordem - isto é, a assegurar a Sua Majestade a sua soma intacta de autoridade régia, dispersando a tiro a tentativa de liberdade pública. Isto hoje já realmente se não usa na Europa: mas no Oriente, ao que parece, e ainda um método muito decente de acalmar os descontentamentos nacionais.

O Quediva, esse excelente e pacato moço, tinha sido vítima de um -pronunciamento-planeado⁸², à maneira espanhola, mas posto em cena à moda turca. Um coronel, Arabi-Bei, que em breve ia ser o famoso Arabi-Paxá, apresentou-se com outros oficiais no palácio, e depois do salamaleque, que na etiqueta turca consiste em beijar devotadamente a aba da sobrecasaca do Quediva, como nós em Lisboa beijamos a túnica de Santo António, lembrou a Sua Alteza a necessidade de fazer reformas, algumas puramente militares e em proveito dos coronéis, outras políticas, para bem da grande população felá⁸³, e tão largas que constituíam uma mudança de regime. Sua Alteza escutou, murmurou aquelas frases sobre o -amor da nação, a felicidade dos súbditos⁸⁴-, que o cerimonial indica nas ocasiões de atrapalhação régia e pareceu tão satisfeito com o interesse, que aqueles oficiais tomavam pela prosperidade do

vale do Nilo, que os recompensou à maneira oriental - convidando-os a um banquete. Em torno da festiva mesa a cordialidade foi grande, o champanhe espumou contra as prescrições do Alcorão⁸⁵ e entre o sabor das trufas e o aroma dos ramos o futuro do Egito apareceu cor-de-rosa. O café foi servido nos jardins: e quando dum lado entravam os escudeiros com os licores, do outro surgiram beleguins⁸⁶ com algemas. Arabi e os seus camaradas, levando ainda na boca o último charuto que lhes oferecera Sua Alteza, foram conduzidos às palhas do cárcere.

Não há nada mais delicioso - nem mais turco.

A Europa toda, a quem agrada a energia⁸⁷, aplaudiu com estrépito⁸⁸ a energia de Sua Alteza.

Notas explicativas

1. **Alexandria:** porto do Egito, a Oeste do delta do Nilo. No tempo de Alexandre, o Grande, Alexandria, por ele fundada, e célebre por seu farol de 130 m de altura que iluminava a baía, foi como capital dos Ptolomeus, o centro artístico e literário do Oriente e um dos maiores focos da civilização helenista (museu, biblioteca). Os franceses tomaram Alexandria em 1798; os ingleses em 1801. A cidade foi bombardeada em 1882 pela frota britânica. Uma esquadra francesa aí foi imobilizada pelos ingleses, de 1940 a 1943.
2. **Arabi-Paxá:** (ou Urabi Paxá, 1839-1911). Ahmad al-Misri, militar e político egípcio. Chefe do movimento nacionalista que pretendia expulsar turcos, britânicos e franceses do Egito. Derrotado pelos britânicos em Tall-al-Kabir, em 1882, exilou-se no Ceilão, atual Sri Lanka. Voltou ao país em 1901.
3. **Marselha:** sede do dep. Francês de Bouches-du-Rhône. Vestígios romanos. A fundação da cidade por uma colônia fenícia remonta ao século VI a.C. Sua história conheceu dois pontos altos com as Cruzadas e a abertura do canal de Suez. É o principal porto francês de comércio (importação de petróleo da África do Norte e do Oriente Médio), e de embarque de viajantes (África, Ásia e Oceania), e o centro de uma aglomeração muito industrializada (produtos químicos, alimentícios e metalurgia).
4. **servilmente lisongeiro:** elogio para obter estima ou prestígio, elogio com afetação.
5. **Atenas:** cidade mais importante da Grécia antiga. No início do século V a.C., era, com Esparta, uma das primeiras cidades gregas, tendo já seu duplo caráter de cidade

- comercial, com seus portos Pireu, Falero e Muníquia, e de cidade democrática. As obras de Fídias e as tragédias de Ésquilo e de Sófocles deram-lhe fama universal. Ao cair com toda a Grécia, sob o domínio romano (146), permaneceu como um dos grandes centros da cultura helenística, a que Roma, vitoriosa, se submeteu. Capital da Grécia Moderna, hoje Atenas reúne três quartos do potencial industrial do país: têxteis, construções mecânicas, tipografias etc.. É um dos grandes centros turísticos do mundo, graças à beleza de seus monumentos antigos e a riqueza de seus museus.
6. **Roma:** nome de um dos principais Estados da Antiguidade que, a partir da cidade de Roma, conquistou todo o mundo mediterrâneo.
 7. **Mediterrâneo:** grande mar interior compreendido entre a Europa meridional, a África do Norte e a Ásia ocidental. Esse mar foi o centro vital da Antiguidade. Perdeu parte de sua importância após as grandes descobertas dos séc. XV e XVI, mas voltou a ser uma das principais rotas mundiais de navegação graças à abertura do canal de Suez (1869).
 8. **Ptolomeus:** os governantes do Egito, antigamente, eram denominados Ptolomeu. “A velha cidade dos Ptolomeus” refere-se à Alexandria.
 9. **muçulmano:** que diz respeito ao islamismo, que é uma religião monoteísta fundada por Maomé no século VII, sob influência do judaísmo e do cristianismo.
 10. **erigida:** erguida, levantada.
 11. **Diocleciano:** (Caio Aurélio Valério), (245 – 313), imperador romano (284-305).
 12. **areal:** jazida (depósito) de areia.
 13. **obelisco faraônico:** monumento de base quadrangular, elevado sobre um pedestal, que termina em ponta com forma de agulha, e, que neste caso é relativo aos faraós, com sua grandiosidade e imponência.
 14. **Luxor:** cidade do Egito, na margem direita do Nilo. A Luxor moderna está situada em um subúrbio da antiga Tebas. Importantes ruínas, notadamente as de um santuário de Amon, precedido de dois obeliscos; um deles foi transportado para Paris (praça da Concórdia) em 1836.
 15. **alcunha:** apelido.
 16. **Londres:** capital do Reino Unido, às margens do rio Tamisa, no sudeste da ilha da Grã-Bretanha.
 17. **aterro:** lugar aterrado, ou seja, com acúmulo de terras.
 18. **peanha:** pequeno pedestal de base redonda ou quadrada, e que serve de suporte a um busto, ou seja, parte superior do corpo humano.

19. **alumiada:** iluminada.
20. **aturdida:** atordoada, espantada.
21. **comboio:** grupo de veículos que, juntos, se dirigem para o mesmo destino.
22. **Mehemet-Ali:** (1769 – 1849), vice-rei do Egito (1804-1849). Com o auxílio de técnicos franceses, modernizou o Egito. Em 1840, fez-se reconhecer como vice-rei hereditário do Egito.
23. **reedificação:** reconstrução
24. **califa:** título assumido, após a morte de Maomé, pelos chefes políticos e religiosos muçulmanos.
25. **Omar:** ou Umar (581 – 644), segundo califa dos muçulmanos (634-644). Conquistou a Síria , a Pérsia, o Egito, a Mesopotâmia e a Palestina.
26. **Levante:** referente aos países do Mediterrâneo Oriental.
27. **estuque:** espécie de argamassa feita geralmente com pó de mármore, cal fina, gesso e areia.
28. **tabuletas:** anúncios, avisos.
29. **lupanares:** prostíbulos.
30. **faubourg:** (palavra francesa), arredores.
31. **Bordéus:** França, sede do dep. da Gironda, às margens do Garona, a 562 Km a sudoeste de Paris. Metrópole desde a época romana, Bordéus conheceu uma grande prosperidade sob o domínio inglês (1154-1453), depois no séc. XVIII (tráfico dos escravos). O governo para aí se transferiu em 1870, 1914 e 1940.
32. **empenachado:** ornado, enfeitado.
33. **pitoresco:** que chama atenção pela beleza, pela originalidade.
34. **arruamento:** ação de arruar, ou seja, abrir ruas e pô-las em alinhamento.
35. **reles:** ordinário, grosseiro, desprezível.
36. **insalubre:** que não contribui para a saúde. No texto possui o sentido de algo negativo.
37. **trote:** andadura natural das cavalgadas, entre o passo ordinário e o galope.
38. **tipóia:** carruagem de um só cavalo, pequena e reles.
39. **Cairo:** capital do Egito, às margens do rio Nilo. A maior e mais importante cidade do mundo árabe.
40. **Delta:** tipo de desembocadura originado da acumulação dos materiais aluviais (barro, limo, areia, cascalho) que um rio transporta e deposita em sua foz. Sua forma triangular é semelhante à letra grega de mesmo nome. No texto, o autor refere-se ao rio Nilo como Delta.

41. **íbis-sagrada:** ave pernalta de bico comprido e recurvado para baixo. (A íbis-sagrada, que os egípcios veneravam porque aparece com as enchentes do Nilo e destrói as serpentes, ostenta uma plumagem branca, exceto na cabeça, no pescoço e numa parte das asas, que são pretas).
42. **baía:** espaço do mar entre duas terras ou costas.
43. **paquete:** navio a vapor, usado no transporte de passageiros.
44. **cais:** margem de um porto.
45. **Liverpool:** cidade da Grã-Bretanha, no estuário do rio Mersey. Segundo porto britânico e importante centro industrial.
46. **beduíno:** diz-se dos árabes nômades do deserto, principalmente do Oriente próximo.
47. **tramways:** (palavra inglesa), bondes.
48. **sheiks:** (palavra inglesa), chefe de tribo árabe; chefe religioso maometano.
49. **caleches:** (caleça) carruagem de tração animal (cavalo) montada sobre quatro rodas, tendo à frente um assento de encosto móvel e atrás uma capota conversível.
50. **libré:** uniforme que usam os criados de casas nobres.
51. **levantina:** refere-se às cidades pertencentes aos países do Mediterrâneo oriental.
52. **azul-ferrete:** azul muito carregado, quase preto.
53. **aluindo:** caindo, desmoronando.
54. **cólera:** sentimento de justiça que se atribui a Deus quando castiga as culpas dos homens.
55. **Jeová:** nome próprio de Deus no Antigo Testamento.
56. **chaga:** o próprio ferimento ou ferida aberta.
57. **Gladstone:** (William Ewart) político britânico (1809 – 1898). Chefe do Partido Liberal a partir de 1865, foi primeiro-ministro quatro vezes, dominou com Benjamin Disraeli o espaço político britânico da segunda metade do século XIX.
58. **Caracala:** (Marco Aurélio Antonino Bassiano), imperador romano. Seu reinado (211-217), que começou com o assassinio de seu irmão Geta, foi assinalado pela *Constituição Antonina* (212), que estendeu a todos os súditos do Império o direito de cidadania romana. Fez construir em Roma as Termas que trazem o seu nome. Foi assassinado, depois de ter ele mesmo mandado matar mais de 20.000 pessoas.
59. **Cirilo:** (São), patriarca de Alexandria e doutor da igreja (380 – 444). Combateu o nestorianismo, cuja condenação sustentou no concílio de Éfeso.
60. **paladino:** homem que defende com ardor as grandes causas.
61. **molestara:** importunara, ofendera.

62. **epigrama:** pequeno poema que termina por um rasgo geralmente satírico, com crítica viva, mordaz.
63. **couraçado:** grande navio de combate dotado de poderosa artilharia e protegido por espessa blindagem.
64. **decrépita:** diz-se de algo muito velho e muito usado.
65. **John Bright:** (1811-1889), político inglês. Lutou pela reforma parlamentar e defendeu, nas primeiras campanhas vitorianas, o livre mercado e o barateamento dos grãos.
66. **morrão:** pavio de vela ou mecha com que se punha fogo às peças de artilharia.
67. **coupons:** (palavra francesa), cupons.
68. **esposavam:** prendiam-se vivamente.
69. **pingue:** rendoso, lucrativo.
70. **amortização:** extinção de uma dívida a prestações.
71. **içados:** erguidos, levantados.
72. **encouraçados:** o mesmo que couraçado (nota 64).
73. **usura:** delito cometido por quem empresta dinheiro, cobrando taxa excessiva de juro; agiotagem.
74. **Quediva:** título usado pelo vice-rei do Egito de 1867 a 1914.
75. **coacto:** obrigado, forçado, constrangido.
76. **Portugal um país constitucional:** país da Europa, no extremo ocidental da península ibérica, junto ao oceano atlântico. É um **país constitucional**, ou seja, com conjunto das leis que encerram as normas superiores da ordenação jurídica de uma nação. Define a forma de estado e governo, a organização do poder político, os direitos dos cidadãos e outros assuntos de interesse nacional.
77. **populaça:** o povo das classes baixas; plebe, ralé.
78. **chuço:** haste de pau armada com agulhão ou choupa (ponta de ferro ou de aço comprida e afiada).
79. **prodigiosamente:** extraordinariamente.
80. **régia:** plena, absoluta.
81. **acutilar:** golpear.
82. **planeado:** planejado.
83. **felá:** camponês egípcio ou de outras regiões árabes.
84. **súbdito:** súdito; aquele que depende da vontade de outrem.

85. **Alcorão:** livro que contém a doutrina de Maomé, o qual é conhecido por profeta do islame. Depois de ter meditado quinze anos sobre uma reforma religiosa e social da nação árabe, baseada no monoteísmo (crença em um só Deus) e na sujeição à vontade divina (*islame*).
86. **beleguins:** empregados inferiores de justiça que citava, prendia etc.
87. **energia:** firmeza, rigor, determinação.
88. **estrépito:** ruído forte, estrondo.

ANEXO B

28 de Setembro de 1882

OS INGLESES NO EGÍPTO

II

A desforra de Arabi. - Reformadores e coronéis. - O programa *Felá*. - conferência de Constantinopla. - A confusão do Grão-Turco. - As esquadras.

O Quediva teve em seguida alguns tranquilos dias de triunfo.

Ao abrir o seu *Times*¹ ou o seu *journal des Débats*² (porque este príncipe é ilustrado) ele podia regozijar-se³, vendo que esses dois poderosos órgãos da opinião europeia o consideravam um potentado⁴ enérgico e cheio de nervo, como cabe a um descendente do grande Mehemet-Ali, vivamente zeloso dos seus direitos, sabendo manter a ordem nos seus estados com duas mãos de ferro, digno enfim da simpatia das potências.

Uma manhã porém, o palácio apareceu cercado de tropas - doze mil homens com dezoito peças de artilharia, - suplicando que Sua Alteza soltasse Arabi e lhe [confiasse] o Ministério da Guerra. E davam esta razão, honrosa para a lógica árabe: que, aprovando o exército as reformas de Arabi-Bei⁵, entendia que ele as executaria muito mais confortavelmente sentado na poltrona de ministro da guerra, do que estirado nas palhas do cárcere.

O Quediva, que acabava talvez de saborear no *Times* mais uma glorificação da sua energia, concordou e declarou até que sempre respeitara Arabi. Ali mesmo, sobre o joelho, o nomeou paxá: - e Arabi-Paxá passou da enxovia⁶ para o poder, ao som das bandas marciais...

Em tais circunstâncias um caudilho⁷ europeu lança o seu programa tão ruidoso, tão brilhante, subindo tão alto no céu do progresso, como os foguetes que estalam nesse dia - e de que ordinariamente, como dos foguetes fica apenas um tição⁸ apagado. E estamos tão acostumados a isto, aqui nestas regiões privilegiadas, onde a locomotiva silva, que as gazetas sisudas começaram a desconfiar de Arabi, desde que o não viram adiantar-se com o seu programa nas mãos. Não o tinha.

Em país muçulmano, sob a lei do Alcorão, não os há: nem era de resto natural que um soldado egípcio (como disse, com uma gauche⁹ e desnecessária ironia, o sr. Gambetta¹⁰)

tivesse encontrado por acaso -princípios de oitenta e nove inéditos-, nos sarcófagos¹¹ dos faraós. Não, decerto. Mas Arabi trazia três ou quatro idéias que, se houvesse uma Europa decente, que lhe permitisse a realização, podiam ser o começo de um novo Egipto, um Egipto possuindo-se a si mesmo, um Egipto governando-se a si mesmo, um -Egipto para os Egípcios- não uma raça colossal enfeudada¹² à família de Mehemet-Ali, muito menos um refeitório franco¹³ para os esfomeados europeus.

A meu ver o que impediu sempre que Arabi fosse um reformador - era o ser ele um coronel. Felá, filho de felá, nascido numa dessas tristes aldeias, montões de choças¹⁴ feitas de lama seca, que negrejam ao comprido do Nilo, tendo vivido na abjecta¹⁵ miséria dos felás - a pior que existe sobre a Terra, - ele, mais que ninguém, tinha direito a erguer-se em nome dos longos agravos¹⁶ do felá, mas ao mesmo tempo Arabi era um soldado que ganhara os seus postos nas prolongadas guarnições¹⁷ do Alto Egipto e nas campanhas do Sudão¹⁸, que voltara de lá com todo o orgulho da farda, e todo o pedantismo do sabre¹⁹, não só repassado de militarismo mas enfrascado²⁰ em militança²¹, - e, portanto, pronto, desde que a sua voz ressoava tão alto, a pô-la ao serviço das pretensões do exército... Ele representava por origem e por profissão as duas grandes classes do povo egípcio - o soldado e o felá, - e desde o momento em que entre os egoístas, os voluptuosos²², os escravos e os interesseiros, ele pareceu ser o único homem no Egipto que se arriscava de bom grado pelas suas idéias ao exílio e à enxovia, - tornou-se bem depressa, e naturalmente, chefe do partido popular que queria as grandes reformas nacionais, e pela mesma ocasião - o caudilho²³ do partido militar, que só apetecia vantagens de classe. Assim, em Arabi o patriotismo confundia-se infelizmente com a insubordinação²⁴.

Nas suas reformas encontravam-se, numa triste mistura, ao lado de idéias largas, liberais, contendo a reivindicação dos direitos do trabalhador, as mais especiosas²⁵ exigências do quartel, revelando o oficial revoltado. Era com o mesmo entusiasmo, e como se as duas coisas tivessem igual valor na obra da regeneração do Egipto - que ele pedia uma Constituição parlamentar, e aumento de soldo²⁶ e de posto²⁷ para os coronéis seus camaradas. Que aconteceu? Que na Europa, aqueles que desejavam a continuação do regime querdival (empresa financeira donde saiam grossos dividendos), fizeram tanto ruído em torno das escandalosas pretensões da tropa, que não deixaram escutar os justos pedidos do povo, e desacreditaram facilmente Arabi, escondendo o seu bom lado de patriota, pondo em relevo o seu mau lado de coronel turbulento.

Toda a revolução dirigida por coronéis é justamente suspeita ao nosso moderno espírito europeu; mas Arabi é um egípcio; e no Egipto, onde o povo felá, apesar de tão inteligente

como qualquer das nossas plebes, é pouco mais que uma irresponsável horda²⁸ de escravos, e onde o exército constitui a classe culta, - a obra de progresso tem necessariamente de ser feita pelo soldado. Na Europa, porém, não se sabe isto - ou antes, finge-se que não se sabe. As exigências da tarimba²⁹ puseram na sombra as reclamações da cabana - e Arabi perdeu na Europa a autoridade que podia ter como chefe dos felás por falar de espada na mão, dentre um quadrado de soldados...

Decerto, Arabi não é um Mazzini³⁰, nem um Luís Blanc³¹. É um árabe do antigo tipo, que apenas leu um livro - o Alcorão. Mas, como homem, possui qualidades de inteligência, de coração, de carácter - que não ousam negar aqueles mesmos que o estão combatendo tão brutalmente. E como patriota, está à altura dos grandes patriotas. havia certamente muito egípcio no Egipto que abominava o sórdido regime quederal e sofria de ver o rico vale do Nilo, devorado pelo estrangeiro, como outrora pelos gafanhotos; - mas esses limitavam-se a curvar tristemente os ombros, invocando o nome de Alá³².

Este é o primeiro que entendeu que Alá, apesar de grande e forte, não pode atender a tudo, e que, portanto, se resolveu a tirar a espada - em nome do felá, contra a opressão coligada dos paxás turcos e de agiotas cristãos.

Quais eram, por fim, as reformas de Arabi, esse monstro de sedição³³?

Arabi queria em primeiro lugar o fim da autoridade absoluta do Quediva, e o Egipto governado por uma Assembléia eleita; e, como consequência desse novo regime, uma reforma radical no uso dos dinheiros públicos, que até aí iam parte para a corte do Quediva, parte para o harém³⁴ do Sultão³⁵, senhor suserano³⁶ do Egipto, parte para as coortes³⁷ cerradas de funcionários estrangeiros, parte, uma grande parte, para pagar os *coupons* de dívida em Paris e Londres, ficando tão pouco para as necessidades do país, -que havia dois anos que quase se não dava soldo ao exército!

Arabi não negava a dívida externa, contraída por esse esplêndido perdulário³⁸ Ismail-Paxá, mas reconhecida pela nação e garantida pela sua honra: - somente não admitia que a França e a Inglaterra estivessem instaladas no Cairo, à boca dos cofres, esperando a chegada do imposto, para empolgar uma parte leonina; de tal sorte que, para satisfazer a voracidade do credor³⁹ europeu, esmagava-se com tributos o felá, - que, por mais que se esfalfasse⁴⁰ dia e noite, tinha por fim de recorrer ao usurário europeu. Coisa estupenda! A Europa apresentava-se oficialmente como credora, e, para se fazer embolsar, fornecia secretamente o agiota!...

Mas o ponto delicado das reformas de Arabi era quando tocavam com a situação dos estrangeiros no Egípto. Havia aí pretensões monstruosas. Arabi exigia que se abolisse o privilégio pelo qual os estrangeiros estabelecidos no Egípto e enriquecendo no Egípto não pagam imposto. O desalmado queria que não houvesse esses tribunais de exceção⁴¹ para os estrangeiros, que, sob o nome de -tribunais mistos-, distribuem duas justiças - uma de mel para o europeu, outra de fel⁴² para o árabe. Enfim, esse homem fatal pretendia que os empregos públicos não fossem dados exclusivamente a estrangeiros - e que se não pagassem anualmente, como se pagavam, mais de -três mil contos- de bom dinheiro egípcio, a franceses, ingleses e italianos repoltreados⁴³ em sinecuras⁴⁴ em todas as repartições do vale do Nilo, e quase todos tão úteis ao Estado como aquele inglês que, com uma carta de recomendação de Lord Palmerston⁴⁵, foi nomeado coronel do exército egípcio e ao fim de nove anos, depois de ter recebido perto de oitenta contos de soldos, ainda não tinha visto o seu regimento e -ainda mesmo não tinha uniforme-!

Tais eram, em resumo, as abomináveis idéias de Arabi, e não se imagina facilmente a apopléctica⁴⁶ indignação que elas causaram à França republicana e à livre Inglaterra. Arabi foi considerado uma fera. Na Bolsa de Paris, no Stock-Exchange⁴⁷ de Londres, onde os fundos egípcios tinham descido, pedia-se com energia a supressão imediata desse iníquo⁴⁸ aventureiro.

Os gritos estridentes⁴⁹ dos estrangeiros no Egípto; ameaçados nas suas portas, nos seus privilégios, enterneciam⁵⁰ a Europa.

As potências ocidentais -trocaram as suas vistas-, segundo a hedionda frase diplomática, e concordou-se que o Egípto -estava em anarquia⁵¹-. O Quediva, esse já se declarara -coacto-, eurgia -descoactar-, rapidamente esse amável príncipe, tão doce ao estrangeiro. A Inglaterra e a França, pois, (países que dizem ter interesses superiores no Egípto) mandaram as suas esquadras às águas de Alexandria, para aterrar Arabi. Pode-se perguntar até que ponto seis couraçados, sem tropas de desembarque e ancorados numa baía, conseguiriam atarantar⁵² um ministro da guerra, seguro no Cairo, a dez horas de caminho de ferro, cercado de vinte mil homens de tropas regulares, apoiado por quatro milhões de população felá, aliado aos grandes chefes beduínos e santificado pela aprovação religiosa dos ulemás⁵³...

Hoje, aqueles mesmos que aconselharam essa manifestação, como o *Times*, confessam com o rubor nas colunas que foi uma insensatez. Em todo o caso fez-se - e acompanhada de um documento, um papelucho⁵⁴ diplomático que, pelo cômico intenso do seu conteúdo, parecia arrancado a alguma farsa descabelada de Labiche⁵⁵. Esse escrito, apresentado gravemente pelos cônsules de França e Inglaterra, intimava o Quediva a que demitisse Arabi,

o exilasse para o Alto Egipto, para além das cataratas, conservando-lhe, para o não descontentar de todo, as suas honras de paxá e os seus soldos de coronel! Não sentis aqui, amigos, toda a folia de um *vaudeville*⁵⁶? De um lado o Quediva abandonado, em palácio, envolvido por uma revolução vitoriosa, refugiado na equívoca fidelidade de alguns ajudantes-de-campo e de alguns eunucos⁵⁷; do outro lado Arabi tendo por si o exército, a nação, o deserto e as mesquitas⁵⁸. E a Europa sugere àquele Quediva que desterre para a Núbia⁵⁹ este Arabi! Conheceis cousa alguma que mais reclame a verve⁶⁰ do chorado⁶¹ Offenbach⁶²? Os jornais ingleses hoje confessam também entre dentes que o papelucho era estúpido. Se o era! E estão daí a ver o resultado: Arabi encolheu os ombros, adjudicou-se⁶³ mais o Ministério da Marinha, e substituiu alguns dos outros ministros, antigos familiares do Quediva, por homens seus e gente de nervo e de arranque.

Perante esta resposta dada ao seu ultimato⁶⁴, a Europa ficou, se me é lícito este dizer irreverente - de -orelha murcha-. E então tomou a decisão das grandes crises: delegou⁶⁵ diplomatas⁶⁶ que se sentaram em torno de uma mesa de pano verde, e enterraram pensativamente a cabeça entre os punhos. Chamou-se a isto a Conferência de Constantinopla. O seu fim, todo louvável, era resolver -a questão do Egipto-.

E ainda lá está, fina e subtil, a resolver! Alexandria ardeu, deixou de existir: o canal de Suez⁶⁷ é patrulado por canhoneiras⁶⁸ inglesas; o general Sir Garnet Wolseley⁶⁹ marcha sobre o Cairo; a terra do Egipto é terra britânica - e ela ainda lá está, a resolver!

Quanta habilidade naquela assembléa! Naquela assembléa quanta autoridade! Ainda lá está...

Ainda lá está, à margem das águas doces do Bósforo⁷⁰, em torno da mesa de pano verde, com a cabeça enterrada entre os punhos!

Depois de reunida a -Conferência-, a Europa, naturalmente, lembrou-se que o Egipto é ainda uma dependência dos estados do Sultão, paga tributo ao Sultão, e que portanto ao Sultão competia ir restabelecer a ordem nos seus agitados domínios.

Questão obscura e embrulhada, esta das relações do Egipto com a Turquia⁷¹.

É o Quediva um príncipe vassalo? A diplomacia hesita. Por um lado os Quedivas sucedem-se por hereditariedade, têm exército, armam marinha, cunham⁷² moeda, declaram guerras, fazem tratados; por outro lado pagam tributo. Mas constitui ele uma afirmação de vassalagem de paxá a sultão? É uma simples oferta de príncipe muçulmano ao chefe do Islão⁷³, como o presente que o rei católico de Espanha manda todos os anos ao Papa? É uma prestação anual de tremenda soma, porque Mehemet-Ali e depois Ismail-Paxá compraram aos

Osmanlis⁷⁴ a sua independência? É simplesmente um *pourboire*⁷⁵?... Seja como for, o tributo existe -e, fundado nele, a Europa apelou para o Sultão. Arabi, bom crente, devia venerar o Sultão; o Sultão, bom pai, podia exterminar Arabi. E aqui começa a famosa comédia das vacilações do Sultão.

Por um lado o Sultão desejava mandar tropas ao Egipto, ocupá-lo sob o pretexto de o tranquilizar e refazer dele uma província turca⁷⁶, um paxalato⁷⁷ dependente do serralho⁷⁸, tal qual era antes de Mehemet-Ali, quando na riqueza do vale do Nilo estava o verdadeiro tesouro dos califas; por outro lado, porém, o Sultão não queria desembarcar no Egipto como cabo de polícia⁷⁹ da Europa, pela razão de que, prevendo este caso, os ulemás da mesquita de El-Azhar, o grande centro religioso e o grande centro letrado do Islão, o Vaticano⁸⁰ e a Sorbonne do Oriente⁸¹, possuindo no mundo muçulmano uma autoridade igual à de um concílio no mundo católico - tinham declarado que se o Sultão, em nome da Europa cristã, pegasse em armas contra gente maometana, tornava-se *ipso-facto*⁸² apóstata⁸³, e *ipso-facto* perdia o califado⁸⁴. Por um lado também o Sultão, tendo, ao que se diz, recebido de Arabi promessas de depor o Quediva e proclamar em seu lugar Helim-Paxá, que é em Constantinopla⁸⁵ o conselheiro e o favorito do serralho - conspirava com Arabi contra o Quediva; mas por outro lado, tinha notícia das inteligências de Arabi com o xerife de Meca⁸⁶, que, sendo o descendente directo de Maomé, possui mais que o Sultão direitos ao califado, e é nesta santa pretensão apoiado por todas as tribos da Arábia; e, receando assim que Arabi se tornasse o autor de um cisma⁸⁷ no islamismo, o Sultão procurava minar-lhe a influência crescente - e conspirava com o Quediva contra Arabi. Por um lado ainda, uma vaga revolução constitucional em país muçulmano era odiosa ao Sultão; mas, por outro, a maneira como Arabi, alma desse movimento, estava tratando de alto parte da Europa coligada, lisonjeava⁸⁸ profundamente o seu coração turco. Enfim, este miserando chefe dos crentes não sabia onde havia de dar com a sua cabeça imperial!... Não se pense por este dizer ligeiro que eu não respeito o Sultão: Abdul-Hamid⁸⁹ não é um califa do antigo tipo, embrutecido pelo uso de três mil mulheres, - mas, segundo a expressão do príncipe de Bismarck, -um dos espíritos mais finos da Europa-. Ora, o príncipe de Bismarck é um entendedor; ainda que, a meu ver, duas coisas estragam esta famosa finura - primeiro o ser excessiva, de modo que Abdul-Hamid, a maior parte das vezes, tropeça e fica engrenhado na engenhosa complicação dos seus próprios fios; depois o estar ao serviço, não de idéias práticas, mas de fantasias místicas⁹⁰, como a que se lhe atribui de renovar, na ordem espiritual e em seu proveito, o império profético⁹¹ de Maomé.

Enfim, instado⁹² pela Europa a intervir no Egipto, e não querendo que a Europa interviesse, porque isso seria a perda do seu pingue⁹³ tributo⁹⁴ anual, o Sultão decidiu-se a enviar Dervixe-Paxá, uma velha raposa⁹⁵ podre de manhas, com a missão de fazer reentrar Arabi no aprisco⁹⁶ dos humildes. Mas apenas Dervixe-Paxá começava esta operação, eis que o Sultão inquieto, vendo Arabi e o xerife de Meca de mãos dadas sobre o túmulo do Profeta, remete a Arabi a Grande Ordem do Medjidich, a mais nobre condecoração⁹⁷ turca, o favor supremo que pode cair das mãos do califa, acompanhada de uma florida carta de amizade e duma esplêndida placa de diamantes.

Quem ficou embasbacado? Dervixe-Paxá, a manhosa raposa e a Europa inteira. Isto tudo dá a medida da confusão do Grão-Turco⁹⁸.

Arabi, assim glorificado pelo califa, resplandeceu aos olhos do mundo muçulmano com um prestígio maior; Dervixe-Paxá, um instante aturdido, redobrou de duplicidade: - e foi então entre Dervixe e Arabi e o Quediva e o Sultão, e as potências⁹⁹ e os cônsules¹⁰⁰ e os paxás e os coronéis, uma intriga tão emaranhada que eu preferiria fazer-lhes um resumo lúcido dos vinte e cinco volumes das *Façanbas de Rocambole*, do que penetrar na espessura inextricável¹⁰¹ deste imbróglio¹⁰² turco-europeu. Uma dessas intrigas fastidiosas que devem enervar, fazer chorar de seca e de fadiga a Providência¹⁰³, se ela, como afirmam filósofos que estão na sua intimidade, é obrigada a observar minuciosamente todos os sucessos humanos! Quanto o homem com a sua tolice deve por vezes fazer bocejar Deus!

Durante estes sucessos, enquanto a Europa chafurdava no atoleiro diplomático, as duas esquadras¹⁰⁴ de França e de Inglaterra, lá continuavam diante de Alexandria -manifestando-. Do romper do Sol ao ocaso, imóveis nas águas calmas, com as camisolas da marujada secando nas vergas¹⁰⁵, ali estavam -manifestando-.

Os oficiais repousavam de vez em quando desta rígida atitude de ,-manifestação-arranjando um *pic-nic*¹⁰⁶ em terra, indo fazer um *robber de whist*¹⁰⁷ ao club inglês, ou organizando sob as sombras dos jardins de Ramleh honestas partidas de cricket¹⁰⁸.

Notas explicativas

1. **Times:** (The), jornal inglês fundado em 1785, com o título de *The London Daily Universal Register*. Publicado em Londres, adotou o nome atual em 1788.
2. **Journal des Débats:** no princípio do século XIX ocorre um fenómeno novo e fundamental na história da crítica: o aparecimento da crítica diária em jornais cotidianos. Na edição de 19 de fevereiro de 1800, o Journal de Débats (Jornal dos

Debates) de Paris sai as ruas com uma seção nova, integralmente dedicada às novidades ao que se refere à crítica do teatro e de assuntos políticos e sociais.

3. **regozijar-se:** alegrar-se.
4. **potentado:** soberano de poder absoluto.
5. **Arabi-Bei:** título dado aos oficiais superiores do exército otomano e aos altos funcionários da administração, inferior ao de Paxá. (Era usado pelos governadores de província e pelos príncipes vassalos do sultão). Refere-se a Arabi-Paxá.
6. **enxovia:** prisão profunda, obscura e úmida.
7. **caudilho:** capitão, cabo-de-guerra./ Chefe de facção política.
8. **tição:** pedaço de madeira queimado em parte e ainda em ignição.
9. **gauche:** (palavra francesa), desajeitada.
10. **Gambetta:** (Leon), advogado e político francês (1838 – 1882). Republicano, deputado de Paris em 1869, ministro do Interior e da Guerra no governo da Defesa Nacional (1870), esforçou-se por organizar a resistência na província. Deputado à Assembléia Nacional, tornou-se chefe da União republicana. Foi presidente da Câmara em 1879 e presidente do Conselho em 1881-1882.
11. **sarcófago:** túmulo onde os antigos encerravam os corpos que não queriam incinerar.
12. **enfeudada:** refere-se ao sistema feudal oriundo da Idade Média, o qual consiste no domínio nobre que um vassalo recebia de um senhor sob condição de encargos e prestação de serviços.
13. **franco:** Isento, livre do pagamento de quaisquer direitos ou tributos.
14. **choça:** palhoça, cabana, choupana.
15. **abjeta:** desprezível, baixa.
16. **agravos:** ofensas, injúrias, afrontas.
17. **guarnições:** tropas que defendem uma praça.
18. **campanhas do Sudão:** no começo do século XIX, os egípcios tentaram incorporar o Sudão a um estado que abrangeria toda a bacia do Nilo. Expedições egípcias conseguiram conquistar todo o Sudão em 1874. Para estimular o financiamento europeu a seus planos ambiciosos, o vice-rei do Egito, Ismail Paxá, engajou cristãos europeus na destruição do extenso comércio de escravos que se desenvolveu no oeste e no sudoeste do Sudão.
19. **sabre:** arma branca, reta ou encurvada, com um só gume. Espada curta.
20. **enfrascado:** impregnado.
21. **militança:** a profissão militar.

22. **voluptuosos:** que é dado aos prazeres, especialmente aos prazeres sexuais.
23. **caudilho:** chefe de facção política.
24. **insubordinação:** desobediência.
25. **especiosas:** ilusórias, enganadoras. Que tem apenas aparência de verdade e exatidão.
26. **soldo:** recompensa, salário.
27. **posto:** cargo; função; graduação militar.
28. **horda:** bando de pessoas indisciplinadas, de malfeitores.
29. **tarimba:** vida dos quartéis.
30. **Mazzini:** (Giuseppe), patriota italiano (1805 – 1872). Fundador de uma sociedade secreta (*a Jovem Itália*) que visava ao estabelecimento de uma república italiana unitária (1831), nunca deixou de conspirar, quer na Itália, quer na Suíça ou na Inglaterra. Em 1849, fez proclamar a república em Roma, integrando o triunvirato (governo formado por três homens) que a dirigia.
31. **Luís Blanc:** (Louis), historiador e político francês (1811 – 1882). Conquistado pelas idéias socialistas, contribui por seus escritos para a queda da monarquia de Julho. Membro do governo provisório em fevereiro de 1848, viu seu projeto de *oficinas sociais* ser desvirtuado e exilou-se depois das Jornadas de Junho de 1848. Regressando à França em 1870, foi deputado da extrema-esquerda à Assembléia Nacional.
32. **Alá:** deus único do islame.
33. **sedição:** perturbação da ordem pública.
34. **harém:** parte de um palácio ou casa muçulmana em que habitam mulheres.
35. **Sultão:** título dado a alguns príncipes muçulmanos.
36. **suserano:** chefe de Estado que recebe vassalagem de outros Estados aparentemente autônomos.
37. **coorte:** tropa; grupo de gente armada.
38. **perdulário:** aquele que gasta desregradamente; gastador.
39. **credor:** aquele a quem se deve dinheiro ou outra coisa.
40. **esfalfasse:** fatigasse; cansasse por excesso de trabalho.
41. **tribunal de excepção:** o que se cria em desfavor de alguém, para julgar crime já ocorrido, litígio já ocorrido.
42. **fel:** amargura, humor cáustico, azedume.
43. **repoltreados:** sentados confortavelmente, ou seja, gozando de (...).

44. **sinecuras:** emprego rendoso de pouco ou nenhum trabalho./ Emprego cujas funções não se exercem.
45. **Lord Palmerston:** (Henry John Temple, *visconde de*), político inglês (1784 – 1865). Ministro dos Negócios Estrangeiros (1830-1841; 1846-1851), combateu a influência da França. Foi primeiro-ministro.
46. **apopléctica:** em sentido figurado é acalourada, entusiasmada, irritada.
47. **Stock-Exchange de Londres:** (expressão inglesa), bolsa de valores.
48. **iníquo:** injusto, contrário à equidade (justiça).
49. **estridentes:** agudos, penetrantes.
50. **enterneciam:** comoviam, sensibilizavam.
51. **anarquia:** estado de um povo que, virtual ou realmente, não tem mais um governo. Desordem, confusão.
52. **atarantar:** fazer estontear alguém; atrapalhar; confundir.
53. **ulemá:** doutor da lei, teólogo entre os muçulmanos.
54. **papelucho:** papel sem importância.
55. **Labiche:** (Eugène), autor dramático francês (1815 – 1888). Devem-se-lhe numerosas comédias de costumes: *Um chapéu de palha da Itália* (1851), *A viagem do Sr. Perichon* (1860), *A coleta* (1864).
56. **vaudeville:** (palavra francesa), comédia ligeira, baseada na intriga e no equívoco.
57. **eunuco:** homem castrado, incumbido outrora de tomar conta de um harém.
58. **mesquita:** edifício destinado ao culto maometano.
59. **Núbia:** região da África, correspondente à parte setentrional do Sudão e à extremidade sul do Egito. Os importantes vestígios das civilizações antigas que aí existem, e que estiveram ameaçados de submersão quando do enchimento da barragem de Sadd al-Ali, no Nilo, foram objeto de uma campanha mundial para sua salvaguarda.
60. **verve:** Graça, vivacidade de espírito.
61. **chorado:** pranteado, deplorado, lastimado.
62. **Offenbach:** cidade da República Federal da Alemanha (Hessen), perto Francoforte sobre o Meno.
63. **adjudicou-se:** tomou por sua conta, apropriou-se.
64. **ultimato:** Intimação, exigência definitiva e irrevogável.
65. **delegou:** investir na faculdade de proceder em nome de outrem; incumbir.
66. **diplomata:** funcionário que representa um governo junto a outro governo.

67. **Canal de Suez:** via marítima do Egito que liga os mares Mediterrâneo e Vermelho entre as cidades de Porto-Said e Suez. Projetado por Ferdinand de Lesseps, inaugurado em 1869. Extensão: 160 Km.
68. **canhoneira:** pequeno navio armado de canhões que serve nos rio ou perto das costas.
69. **Sir Garnet Wolseley:** (Joseph), marechal britânico (1833 – 1913). Distinguiu-se em numerosas campanhas coloniais, especialmente no Egito.
70. **Bósforo:** (“passagem do boi”) (antigo ESTREITO DE CONSTANTINOPLA), estreito que comunica o mar de Mármara com o mar Negro. Na margem oeste encontra-se Istambul.
71. **relações do Egito com a Turquia:** Mohamed Ali Paxá, aproveitando-se da vulnerabilidade do governo de Mahmud II que estabeleceu reformas na Turquia, pretendia apossar-se do império e fundar nova dinastia, já que o Egito possuía relações com a Turquia. Mediante concessões, Mahmud obteve o apoio da Rússia para deter a marcha das forças egípcias (1833). Após uma trégua, a luta prosseguiu. Com a intervenção das potências ocidentais foi assinado um acordo (1840) pelo qual Mohamed ali fundava uma dinastia no Egito, sem prejuízo dos direitos soberanos da Turquia
72. **cunham:** inventam.
73. **Islão:** o mesmo que *islame* (religião e civilização dos muçulmanos).
74. **Osmânlis:** nome de uma tribo turca, originado de *Osmã*, fundador do Império Otomano (da Turquia).
75. **pourboire:** (palavra francesa), gorjeta.
76. **província turca:** divisão territorial colocada sob a autoridade de um delegado do poder central, no caso da Turquia.
77. **paxalato:** governo de Paxá, governador de província.
78. **serralho:** palácio real do sultão na antiga Turquia.
79. **cabo de polícia:** com graduação militar abaixo de sargento.
80. **Vaticano:** Cidade-Estado encravada na parte oeste da cidade de Roma, na Itália, próximo do rio Tibre. Sede da Igreja Católica.
81. **Sorbonne:** centro francês de estudos superiores fundado por Robert de Sorbon, capelão de São Luís, em 1257. Criada para facilitar aos estudantes pobres o aprendizado da teologia (estudos acerca de Deus).
82. **ipso facto:** expressão latina que significa *pelo fato mesmo, por isso mesmo*, e muito usada na linguagem jurídica.

83. **apóstata:** que ou quem abandonou sua religião.
84. **califado:** dignidade de califa (chefe político e religioso muçulmano).
85. **Constantinopla:** capital de Bizâncio a partir do século V, mais tarde transformada em capital do império otomano (turco) sob o nome de Istambul. Fundada em 330 por Constantino o Grande na região da colônia grega de Bizâncio, atingiu grande esplendor cultural e artístico.
86. **Meca:** cidade da Arábia Saudita, capital do Hedjaz. Terra natal de Maomé. Mesquita que guarda a Caaba e para a qual os muçulmanos devotam fazendo suas preces. É uma cidade santa, à qual os fiéis do islame procuram ir em peregrinação ao menos uma vez na vida.
87. **cisma:** ato pelo qual alguém ou um grupo de pessoas se afasta de uma religião para formar uma nova.
88. **lisonjeava:** *bajulava*; elogiava com afetação.
89. **Abdul-Hamid II:** (1842-1918). Sultão otomano de 1876 a 1909. Promulgou a constituição de 1876, mas dois anos depois a aboliu e fechou o parlamento. Sustentou um governo absolutista defensor do islamismo, reprimindo duramente a população Armênia.
90. **místicas:** crenças fanáticas em uma idéia, doutrina.
91. **império profético:** ensinamentos.
92. **instado:** solicitado.
93. **pingue:** rendoso, lucrativo.
94. **tributo:** pagamento que um Estado dependente faz ao dominador.
95. **raposa:** a raposa representa o homem astuto, esperto.
96. **aprisco:** casa feita de ramagens onde se recolhem as ovelhas; casa humilde.
97. **condecoração:** distinção honrosa.
98. **Grão-Turco:** o sultão da antiga Constantinopla.
99. **potência:** Estado soberano.
100. **cônsul:** encarregado dos negócios de um país em território estrangeiro e de proteger os seus compatriotas
101. **inextricável:** de que não se pode desenredar ou desemaranhar.
102. **imbróglia:** confusão, trapalhada.
103. **Providência:** a suprema sabedoria atribuída a Deus, com que ele governa todas as coisas.
104. **esquadras:** o conjunto dos navios de guerra de um país.

105. **verga:** pau atravessado no mastro e a que se prende a vela do navio.
106. **pic-nic:** ou piquenique, que é passeio com refeição no campo, na praia, ao ar livre.
107. **robber de whist:** (expressão inglesa), roubo no jogo de cartas.
108. **cricket:** ou criquete, que é jogo de equipe inglês, jogado com bastões de madeira, bolas e balizas.

ANEXO C

29 de Setembro de 1882

OS INGLESES NO EGÍPTO

III

Episódio oriental. - Muçulmanos e cristãos. - Uma estrumeira¹ social. -
Opiniões de mesa-redonda². - Os funcionários europeus do Cairo. - As dívidas
de Ismail-Paxá. - O dia 11 de junho.

Achando-se as coisas assim, amanheceu o dia 11 de junho, que de ora em diante na história - nesse curto instante de notoriedade humana que enfaticamente³ se chama a -história-, será conhecido por este galicismo⁴ - o -massacre de Alexandria-.

O primeiro episódio oriental que eu vi, ao desembarcar há doze anos em Alexandria, foi este: no cais da alfândega, faiscante sob a luz tórrida⁵, um empregado europeu - europeu pelo tipo, pela sobrecasaca, sobretudo *pele bonnet* agalado⁶ - estava arrancando a pele das costas dum árabe, com aquele chicote de nervo de hipopótamo que lá chamam *courbache*⁷, e que é no Egípto o símbolo oficial da autoridade.

Em redor, sem que esse espectáculo parecesse desusado ou escandaloso, alguns árabes transportavam fardos⁸; outros empregados agalados, de chicote na mão, davam ordens por entre o fumo do cigarro...

Saciado ou cansado, o homem da *courbache*, que era um magrizona⁹, atirou um derradeiro¹⁰ pontapé à anatomia¹¹ posterior do árabe - como quem, ao fim dum período escrito *en verve*, assenta vivamente o seu ponto final - e, voltando-se para o meu companheiro e para mim, ofereceu-nos, *de bonnet* na mão, os seus respeitosos serviços. Era um italiano, e encantador. A esse tempo o árabe (como quase todos os felás, um soberbo homem de formas esculturais) depois de se ter sacudido como terra-nova¹² ao sair da água, fora-se agachar a um canto, com os olhos luzentes como brasa, mas quieto e fatalista, pensando decerto que Alá é grande nos céus e necessária na terra a *courbache* do estrangeiro.

Quando no dia 11 de junho, eu li esses telegramas repassados de pânico, em que se anunciava à Europa que a população árabe massacrava os europeus nas ruas de Alexandria, - não sei porquê revi logo o cais da alfândega, o italiano serviçal de *bonnet* agalado, a

courbache estalando nas costas escuras do árabe. Isto não é trazido como alegoria¹³, para dizer que as relações dos europeus e dos egípcios se reduziam a estas duas atitudes - um braço com manga de pano fino erguendo a *courbache*, e um dorso¹⁴ seminu esperando a sova¹⁵: muito menos quero insinuar que o massacre do dia 11 foi a tardia vingança destas brutalidades burocráticas...

O Egipto não é a Serra Leoa¹⁶; e o Crescente¹⁷ ainda não anda tão de rastos¹⁸ que consinta em ser sistematicamente espancado pela Cruz¹⁹. Mas a verdade é que no Egipto um qualquer empregado europeu da alfândega, das docas²⁰, ou dos caminhos de ferro, que não ousaria erguer a mão para um carregão²¹ europeu, ainda que ele pertencesse à desacreditada corja grega, - retalhava a pele dum egípcio, tão naturalmente e com tanta indiferença, como se sacode uma mosca importuna.

É que o europeu de Alexandria considerava o felá egípcio como um ser de raça ínfima²², incivilizável, mero animal de trabalho, pouco diferente do gado; e se tivesse o estilo de La Bruyère²³, descrevê-lo-ia como La Bruyère descrevia os aldeãos do tempo de Luís XIV, -vultos escuros, curvados sobre a terra e tendo a vaga aparência de seres humanos...-

Nestas condições de desprezo, usa-se facilmente a *courbache* e invariavelmente a insolência...

E note-se que o europeu não tinha muito mais respeito pelo egípcio das classes superiores ou cultas. Qualquer amanuense²⁴ de consulado julgaria da sua dignidade de europeu não ceder o passo ao mais velho e nobre *sheik*, senhor de dez tribos e descendente do Profeta; e o mais insignificante empregado dos telégrafos, leitor do *Figaro*²⁵, não nutriria senão desdém²⁶ pelos sábios doutores da Universidade de El-Azhar, que não vão ao café ler o *Figaro*, e pouco sabem de telegrafia.

Mas este absurdo desprezo por uma nobre raça, a quem a civilização tanto deve, não se manifestava só entre os europeus de Alexandria, colónia de aluvião²⁷, formada pelos detritos das populações do Mediterrâneo: não ouvimos nós ainda há dias o próprio Sr. Gambetta declarar das alturas da tribuna da Câmara francesa, esse Sinai da burguesia, que o povo egípcio só podia ser governado a chicote?...

A complicada abundância da nossa civilização material, as nossas máquinas, os nossos telefones, a nossa luz eléctrica, têm-nos tornado intoleravelmente pedantes: estamos prontos a declarar desprezível uma raça, desde que ela não sabe fabricar pianos de Erard²⁸; e se há algures²⁹ um povo que não possua como nós o talento de compor óperas cómicas, consideramo-lo *ipso-facto* votado para sempre à escravidão...

Por outro lado, os egípcios olhavam para o europeu como para a última e mais terrível praga do Egito, uma outra invasão de gafanhotos, descendo - não do céu, onde ruge a cólera de Jeová, mas dos paquetes do Mediterrâneo, com a sua chapeleira na mão - a alastrar, devorar as riquezas do vale do Nilo. E este prejuízo não é especial às classes incultas: o paxá mais bem informado, educado em França, lendo como nós a *Revista dos Dois Mundos*, nunca reconhecerá o que o Egito deve à energia, à ciência, ao capital europeu; para ele, como para o último burriqueiro³⁰ das praças do Cairo, o europeu é mais que o intruso - é o <intrusão³¹>.

O árabe de modo nenhum se julga inferior a nós; as nossas indústrias, as nossas invenções não o deslumbram; e estou mesmo que, do calmo repouso dos seus haréns, o grande ruído que nós fazemos sobre a Terra lhe parece uma vã agitação. Ele sente por nós o pasmo misturado de desdém que pode sentir um filósofo, vendo trabalhar um pelotiqueiro³². O pensador diz consigo que não é capaz de equilibrar uma espingarda sobre o nariz, e lamenta-o; mas consola-se reflectindo que o saltimbanco³³ não é susceptível³⁴ de ligar duas idéias. Assim, o muçulmano admira um momento o nosso gás, os nossos aparelhos, os nossos realejos³⁵, todo o nosso génio mecânico; depois cofia³⁶ a barba, sorri, e pensa consigo: -Tudo aquilo prova paciência e engenho, mas eu tenho dentro em mim alguma coisa de melhor, e, superior mesmo ao vapor e à electricidade - é a perfeição moral que me dá a lei de Maomé-.

De resto, nós o sabemos pelas xácaras³⁷ da nossa mocidade, sempre o Crescente detestou a Cruz; e pode-se imaginar quais são os seus sentimentos, agora que a Cruz, em lugar de o combater como paladino³⁸, o explora como agiota.

Se em cidades como Damasco³⁹ ou Beirute⁴⁰ o europeu *touriste*⁴¹ inofensivo, que passa com a bolsa aberta, excita olhares e murmúrios de ódio, somente porque tudo nele é diferente, desde os dogmas da sua religião até à forma do seu chapéu - calcule-se o que se dá em cidades como Alexandria e como Tunis⁴², onde o europeu não é o *touriste* amável que distribui gorjetas, mas o agenciador⁴³ sôfrego que vem instalar-se como em terra que conquistasse para arredondar depressa um pecúlio⁴⁴, sob a bandeira do seu cônsul.

Acrescente-se que no Egito o europeu aparecia aos olhos do árabe com o caracter odioso de um privilegiado.

Uma coisa parecia intolerável - é que o europeu empolgasse todos os lugares, todos, desde as gordas sinecuras⁴⁵ até os diminutos⁴⁶ empregos de cem francos por mês.

Vagava um obscuro posto de carteiro ou de telegrafista - e concorriam, de um lado um árabe honesto e activo, do outro um sacripante⁴⁷ de nacionalidade grega ou maltesa⁴⁸. A quem se dava o emprego? Ao sacripante.

Este sistema, fecundo a princípio, quando o Egipto era uma bárbara província turca, e os europeus chamados eram homens de saber especial e de integridade, começou no tempo de Mehemet-Ali, que tentava fazer uma nação sobre as ruínas do velho paxalique e que convidava para essa obra a ciência e o capital europeu; continuou depois com Said-Paxá⁴⁹, esse delicioso *bon-vivant*⁵⁰, tão francês que passava os dias a fazer *calembourgs*⁵¹, e que não admitiria em torno de si, e nas repartições do Estado, senão cavalheiros capazes de apreciar o *Charivari*⁵²: mas a grande invasão de empregados europeus consumou-se no tempo de Ismail-Paxá, - que aceitava tudo o que vinha da Europa, os especialistas e os vadios, os que traziam uma idéia e os que só traziam dívidas...

O Egipto renovou então a velha lenda do El Dorado⁵³. Quem em Paris ou em Londres, ou em Roma, se via filado pelos credores, com a derradeira sobrecasaca a coçar-se nos cotovelos, e sem poder voltar ao seu *club*, por dever dez francos ao porteiro, obtinha de um diplomata ou de um príncipe uma carta de recomendação para o Quediva e tomava o paquete de Alexandria.

Lá nos primeiros dias tinha o botei pago por Sua Alteza - ao fim do mês emprego dado por Sua Alteza. Qualquer coisa. Se era um velho tenor de sala, já sem voz, nomeava-se coronel de cavalaria; se era um militar desacreditado, despachava-se inspector das escolas. Quem não podia alcançar uma carta para o Quediva, ia rojar-se⁵⁴ aos pés do cônsul. Quem não ousava apresentar-se ao cônsul, empregava as influências transversais do paço⁵⁵, as mais poderosas - os eunucos, os cozinheiros, as dançarinas... O emprego vinha, fácil e pingue. E o felá pagava toda a malta⁵⁶.

Mas o pior ainda eram os funcionários superiores, que as potências instalavam no interior da administração egípcia - tão ciumentas umas das outras, que se, por exemplo, a França conseguia acomodar um francês na directoria-geral das Finanças, logo a Inglaterra, para contrabalançar essa parcela de influência, empurrava um inglês para dentro do Estado-Maior da Marinha; e por seu turno a Itália, já desconfiada, metia à força um filhote de Roma na direcção da Instrução Pública. Alguns destes cavalheiros tinham decerto habilidades de especialistas; mas a sua abundância mesmo engrenhava o movimento da máquina administrativa. Está hoje provado que o Quediva, cedendo a estas pressões, era obrigado a ter seis empregados para fazer o simples trabalho de um! Todo este mundo formava um Estado no Estado.

Nas suas repartições de finanças, nos seus tribunais, nos seus estados-maiores, nas suas comissões, em todos os recantos da sua administração, o Egipto só via faces estrangeiras, só escutava línguas estrangeiras, só sentia interesses estrangeiros; e o dinheiro egípcio mantinha esta coorte⁵⁷, que só estava ali para anular a influência egípcia. E eram ao menos úteis?...O cônsul-geral dos Estados Unidos conta num livro recente sobre o Egipto - que jantara um dia no Cairo com seis empregados superiores, todos estrangeiros, cujos ordenados somados subiam anualmente a perto de -cem contos-! Nas suas repartições, a correspondência, a escrituração, a contabilidade, tudo era feito em língua árabe: -nenhum deles sabia o árabe-!

Não havia talvez sobre a terra pior população que a de Alexandria. Essa cidade, que fora outrora o refúgio do saber e do luxo do Oriente, tornara-se nos nossos dias sob o Quediva Ismail-Paxá o barril de lixo da Europa Meridional. Todo o refugio humano da Grécia, das ilhas do Arquipélago, da Itália, da Sicília, de Marselha (e Deus sabe quanto estas belas paragens⁵⁸ clássicas abundam em meliantes) se esvaziava instintivamente sobre Alexandria, alastrava-a, tornava-a sob o seu belo céu azul-ferrete uma fétida⁵⁹ estrumeira social.

Bastava atravessar uma rua, para compreender o conjunto dos costumes.

A cada esquina, um café-cantante⁶⁰ atulhado⁶¹ duma malta enxovalhada⁶², que berra, cachimba, emborca⁶³ aguardente, enquanto sobre o tablado por trás da ribalta⁶⁴, uma matrona despeitorada⁶⁵ e caiada⁶⁶ vai rouquejando um estribilho obsceno...

De dez em dez casas um lupanar⁶⁷ separado apenas da rua por uma simples cortina... Por toda a parte o jogo: um sacripante traz uma pequena roleta, um banco, e no meio da rua instala a batota⁶⁸; em redor apinham-se⁶⁹ logo outros sacripantes, e daí a momentos a polícia tem de acudir, porque corre sangue...

O viajante de gosto e de educação tinha de fugir bem depressa desta atmosfera, refugiar-se nalgum quieto café muçulmano, à beira da água tranquila. Aí ao menos só havia árabes que fumavam gravemente o seu *chibouk*⁷⁰, falavam entre si com polidez, comportavam-se com dignidade.

Ah! estou daqui a ver a primeira mesa-redonda a que me sentei em Alexandria!

Era presidida por um grego de pele lívida⁷¹, de suíças reluzentes como verniz de sapatos, com um grilhão⁷² de ouro sobre o colete decotado e brilhantes, talvez verdadeiros, numa camisa de oito dias! Que intrujão! Que bandido! Como aquilo rolara por todas as trapaças, todos os deboches do litoral levantino⁷³! O bom era ouvi-lo falar do Egipto como de um país conquistado, terra de ilotas que tinha obrigação de o vestir, de o calçar, de lhe encher a bolsa a ele, e aos outros que o aplaudiam em torno da mesa-redonda, todos europeus, agenciadores,

empregadores, simples vadios, todos de grilhões de ouro no relógio, de colarinho decotado, o carão ressudando⁷⁴ vício, e falar parlapatão⁷⁵, galãs de espelunca...

- *L'arabe, monsieur*⁷⁶, dizia-me este equívoco personagem, num francês do Pireu, *ce n'est qu'une infecte canaille!*

O infecto⁷⁷ canalha eras tu, lívido grego!

É evidente que o que tornou Arabi mais popular no Egipto, foi a sua

hostilidade aos estrangeiros. -O Egipto para os Egípcios!-

Esta palavra, todo um programa, calou fundo no ânimo do povo inteiro.

O Egipto para os Egípcios - não para os empregados estrangeiros, nem para os agiotas estrangeiros...

Ah! esta questão dos credores! A famosa questão da dívida egípcia! Em que gastou Ismail-Paxá esses centenares de milhões que a Europa lhe emprestou, e que o pobre felá está pagando? Em primeiro lugar, na realização de uma ideia económica -o converter o Egipto, que é um país agrícola, numa nação industrial. O Egipto produzia o açúcar - porque o não refinaria? Possuía o algodão - porque o não teceria? E aí começou, a força de milhões, a cobrir as margens do Nilo dessas colossais fábricas, de que hoje só restam ruínas; - ruínas de ferro enferrujado e de madeira podre, tão miseráveis e tão tristes, ao lado das belas ruínas graníticas⁷⁸ dos templos faraônicos, representando, como elas, a servidão de um povo, mas, pela sua fealdade⁷⁹, não podendo ao menos servir, como elas, nem para assunto de uma aquarela...

A outra causa da ruína do Quediva foi a sua prodigalidade⁸⁰. Quem não conhece essa lenda ilustre? Quem se não lembra das festas do canal de Suez? Aí cada verba se contou por milhões. Dois milhões para a iluminação do Cairo. Quatro milhões para o banquete de Ismailia⁸¹. Despesas com os dois mil convidados durante quinze dias no Cairo e no canal – setenta milhões! ... Para o champanhe bebido nessas semanas de bambocha⁸² - dois milhões! O felá pagava.

Eh! E eu que estou aqui a falar -também o bebi, esse champanhe que era no fundo o suor do felá espumante e açucarado! Também eu fui hóspede de Ismail-Paxá, à custa do felá! Também eu... Calemo-nos, cubramos a fronte de cinzas, imploremos o perdão do felá!

O resultado destas fantasias industriais, destes luxos de Salomão⁸³, foi que o Egipto se achou devendo à Europa centenares de milhões, por que pagava um juro de -sete por

cento-, e, como burguesa e prudente que zela os seus interesses, a Europa tinha pouco a pouco tomado conta da administração do Egipto...

Quando Arabi quis modificar este sistema, que convertia o povo egípcio numa horda⁸⁴ de servos trabalhando para os financeiros de Paris e Londres - as esquadras de França e Inglaterra apareceram logo, pedindo o desterro⁸⁵ de Arabi, e o licenciamento⁸⁶ do exército, que era o instrumento e a força do partido nacional. Os árabes viram nisto um odioso abuso de força, a Inglaterra e a França querendo manter à bala os interesses dos possuidores dos títulos de dívida egípcia e os privilégios de intrusos.

Desde esse momento Arabi tornou-se um libertador; e o Quediva que as esquadras vinham proteger contra Arabi, passou a ser o renegado, o traidor.

Esta era a situação no dia 11 de junho. Alexandria tornara-se uma fornalha de excitação. Nas mesquitas pregava-se com furor a cruzada⁸⁷ contra o cristão: nos bazares falava-se do estrangeiro como do cão maldito⁸⁸, da ave de rapina⁸⁹, pior que o gafanhoto que devora a seara⁹⁰, pior que a seca do Nilo e, ou fosse o fanatismo que despertasse, ou fosse a miséria que se queria vingar - todo o bom muçulmano se armava.

Nestas circunstâncias, de uma chufa⁹¹ de botequim pode nascer uma guerra de raças. E, pouco mais ou menos, assim sucedeu. Na manhã do dia 11, na rua das Irmãs, uma das mais ricas do bairro europeu, um inglês, por um velho hábito, deu chicotadas num árabe; mas, contra todas as tradições, o árabe replicou com uma cacetada. O inglês fez fogo com um revólver. Dai a pouco o conflito entre europeus e árabes, em pleno furor, tumultuava por todo o bairro... Isto durou cinco horas - até que, por ordens telegrafadas do Cairo, a tropa, até aí neutral⁹², acalmou as ruas. E o resultado, bem inesperado, mas compreensível, desde que se sabe que os árabes só tinham cacetes, e que os europeus tinham carabinas - foi este: perto de cem europeus mortos, mais de trezentos árabes dizimados⁹³. Os jornais têm chamado a isto o -massacre dos cristãos-: eu não quero ser por modo algum desagradável aos meus irmãos em Cristo, mas lembro respeitosamente que isto se chame -a matança dos muçulmanos-.

Notas explicativas

1. **estrumeira**: local onde se acumula, prepara ou fermenta o esterco.
2. **mesa-redonda**: reunião de pessoas para discussão de determinado assunto.
3. **enfaticamente**: que tem ênfase.
4. **galicismo**: palavra, locução ou construção peculiar à língua francesa.

5. **tórrida:** ardente; excessivamente quente.
6. **bonnet agalado:** (bonnet- palavra francesa), boné ou gorro; boné honrado.
7. **courbache:** chicote.
8. **fardo:** carga, peso, volume.
9. **magrizela:** o mesmo que magricela, pessoa muito magra.
10. **derradeiro:** último, restante.
11. **anatomia:** aspecto exterior do corpo humano.
12. **terra-nova:** cão de pêlo escuro, originário da ilha de Terra Nova. (Tem os pêlos longos e sedosos e os pé palmados, o que lhe permite nadar com facilidade. Inteligente, manso e fiel.)
13. **alegoria:** expressão de uma idéia através de uma imagem, quadro, um ser vivo etc.
14. **dorso:** as costas (no homem e nos animais).
15. **sova:** surra, coça, espancamento, flagelação.
16. **Serra Leoa:** Estado da África Ocidental, membro do Commonwealth. Capital: *Freetown*. Língua: *inglês*.
17. **Crescente:** (vermelho), organização que, nos países muçulmanos, tem as mesmas funções da Cruz Vermelha.
18. **rastos:** rastejando, arrastando.
19. **Cruz:** (vermelha), sociedade fundada por Henri Dunant em seguida à Convenção de Genebra (1863), para socorrer os feridos e vítimas da guerra.
20. **doca:** construção em porto marítimo que serve para o abrigo, conserto, carregamento e descarregamento dos navios.
21. **carreção:** condutor de cargas.
22. **ínfima:** inferior, a mais baixa de todas.
23. **La Bruyère:** (Jean De), escritor francês (1645 – 1696). Preceptor, depois secretário do neto do Grande Conde. Seus *Caracteres* (1688-1696), concebido segundo uma tradução do grego Teofrasto, pintam, de maneira viva e freqüentemente cruel, a sociedade de seu tempo, em plena transformação (decadência das tradições morais e religiosas; novos costumes dos magistrados; poderio dos especuladores), em estilo elíptico, nervoso, que contrasta com a frase periódica clássica.
24. **amanuense:** copista, escrevente, escriturário.
25. **Figaro:** (*Lê*), hebdomadário (semanário) francês, satírico fundado em 1854 por H. de Villemessant, e que se tornou diário político e literário em 1866.
26. **desdém:** desprezo orgulhoso, pouco caso.

27. **colônia aluvião:** colônia recente, formada por inundação, enxurrada.
28. **Érard:** (Sébastien), fabricante de instrumentos de música francês (1752-1831).
Aperfeiçoou a mecânica do piano e da harpa.
29. **algures:** advérbio: em algum lugar, em alguma parte.
30. **burriqueiro:** que aluga ou que conduz burros e jumentos, ou que negocia com eles.
31. **intrujão:** enganador, explorador.
32. **pelotiqueiro:** malabarista.
33. **saltimbanco:** malabarista que exhibe suas habilidades em via pública.
34. **susceptível:** capaz.
35. **realejo:** pequeno órgão portátil que se toca através de uma manivela a qual move um cilindro que movimenta os foles, levando o ar aos tubos.
36. **cofia:** alisa.
37. **xácara:** antiga melopéia de origem árabe, popular na península Ibérica, a qual consistia numa narrativa sentimental, com predominância de forma dramática.
38. **paladino:** em sentido figura é homem que defende com ardor as grandes causas.
39. **Damasco:** capital da Síria, situada num oásis irrigado pelo Barada. Foi evangelizada por São Paulo, que ali se convertera. Ocupada pelos árabes em 635, tornou-se residência de numerosos califas (660-750), pelos quais foi construída, no século VIII, a Grande Mesquita, primeiro sucesso arquitetônico do Islã. Foi sitiada, em vão, por Luís VII e Conrado II, em 1148, antes de cair em poder dos mongóis (1400) e dos turcos (1516). Esteve ocupada pelos franceses entre 1920 e 1946.
40. **Beirute:** capital do Líbano, às margens do Mediterrâneo. Seus habitantes possuem fé muçulmana e cristã. Arcebispados católicos (ritos maronita, grego, armênio, siríaco). Universidades. Importante museu. Porto e centro comercial.
41. **touriste:** palavra inglesa que significa turista.
42. **Tunis:** capital da Tunísia, das mais antigas na costa norte-africana, localizada entre as bacias ocidental e oriental do Mediterrâneo.
43. **agenciador:** aquele que é trabalhador, ativo, empreendedor.
44. **pecúlio:** dinheiro acumulado por economia; bens.
45. **sinecura:** emprego rendoso e de pouco ou nenhum trabalho.
46. **diminutos:** escassos.
47. **sacripante:** velhaco, patife, capaz de todas as violências e indignidades; pessoa desprezível.

48. **nacionalidade maltesa:** natural ou habitante de Malta, que é país e principal ilha de um pequeno arquipélago do Mediterrâneo; entre a Sicília e a África.
49. **Said-Paxá:** (Muhammad, 1822-1863), filh de Mehemet Ali, vice-rei do Egito (1854-1863); apoiou o projeto do canal de Suez.
50. **bon-vivant:** (expressão francesa), homem jovial, alegre e divertido.
51. **calembourgs:** (palavra francesa), trocadilho ou jogo de palavras fundado na semelhança de som e diferença de sentido que entre elas existem.
52. **Charivari:** (palavra francesa), possui vários significados: a- grande desordem, confusão; b-ruído confuso de instrumentos musicais, concerto sem harmonia; c- calças de montar a cavalo guarnecidas de couro nas coxas e de botões aos lados.
53. **El Dorado:** país imaginário que Orellana, lugar-tenente do conquistador Pizarro, disse ter descoberto entre o Amazonas e o Orinoco, e que, segundo se afirmava, abundava em ouro. A origem dessa crença parece estar na cerimônia de consagração de certos índios da Colômbia que costumavam banhar-se na lagoa de Guatavita com o corpo coberto ouro em pó. O mito levou muitos aventureiros a embrenhar-se nas selvas amazônicas à procura desse país fabuloso.
54. **rojar-se:** arrastar-se, rastejar-se.
55. **paço:** palácio real ou episcopal.
56. **malta:** coletiva de desordeiros, desocupados, vagabundos.
57. **coorte:** tropa; grupo de gente armada.
58. **paragem:** parte do mar propícia à navegação.
59. **fétida:** fedorenta; que exala cheiro forte e repugnante.
60. **café-cantante:** café-concerto, que é uma casa de diversões com mulheres e raparigas no palco e com público bebendo e ouvindo suas canções.
61. **atuhlado:** cheio completamente.
62. **enxovalhada:** suja, rebaixada.
63. **emborca:** entorna na boca, bebendo com sofreguidão e em largos tragos.
64. **ribalta:** parte dianteira do palco, que se estende para fora do pano de boca, e onde ficam os refletores.
65. **matrona despeitorada:** mulher idosa com parte do peito descoberto.
66. **caiada:** revestida de cosméticos.
67. **lupanar:** prostíbulo.
68. **batota:** jogo de azar.
69. **apinham-se:** aglomeram-se, unem-se muito e apertadamente.

70. **chibouk:** ou chibouque (palavra francesa), cachimbo turco, de tubo comprido.
71. **lívida:** extremamente pálida.
72. **grilhão:** cordão grosso de ouro, que se usa ao pescoço.
73. **litoral levantino:** extensão de território das bordas do mar dos países do levante, que são os países do Mediterrâneo oriental.
74. **ressudando:** transpirando.
75. **parlapatão:** mentiroso, impostor, convencido.
76. **L'arabe, monsieur:** O árabe, senhor.
77. **infecto:** que exala emanções malcheirosas, pútridas.
78. **graníticas:** que tem a natureza do granito.
79. **fealdade:** feiúra.
80. **prodigalidade:** generosidade; esbanjamento, desperdício.
81. **Ismailia:** cidade do Egito, às margens do lago de Timsah e do canal de Suez, no centro do istmo.
82. **bambocha:** festança; pessoas que estão comendo e bebendo alegremente.
83. **luxos de Salomão:** Salomão foi filho e sucessor de Davi e rei de Israel de 970 a 931 a.C. O luxo referido pelo autor deve-se ao fato de que Salomão construiu fortalezas e uma frota, proveu seu exército de carros. Edificou o esplêndido templo de Jerusalém. Sua sabedoria ficou lendária em todo Oriente e na Bíblia. Sua ostentação e sua inclinação para a idolatria favoreceram a decadência, e, depois de sua morte, a cisão do reino. Compôs obras poéticas; certos livros do antigo Testamento ostentam-lhe o nome duvidosamente.
84. **horda:** bando de pessoas indisciplinadas, de malfeitores.
85. **desterro:** exílio; expulsão da pátria.
86. **licenciamento:** isenção temporária do serviço do exército.
87. **cruzada:** campanha por uma reforma, contra um abuso.
88. **cão maldito:** conotação dada ao indivíduo mau, viu; popularmente designação dirigida ao demônio.
89. **ave de rapina:** ave que se distingue pelo bico adunco e garras potentes.
90. **seara:** extensão de terra semeada, cultivada.
91. **chufa:** zombaria, gracejo.
92. **neutral:** neutro, imparcial.
93. **dizimados:** ação de dizimar, ou seja, destruir parte do número de, destruir quase completamente.



ANEXO D

13 de Outubro de 1882

OS INGLESES NO EGÍPTO

IV

A fuga dos europeus. - O grande sonho inglês.- O Casus Belli¹ - A véspera bombardeamento.

Esta - matança de cristãos - para continuarmos a dar-lhe a sua alcunha diplomática - Puxou bruscamente a atenção do mundo que lê jornais, para o Egípto, e por isso devem aí ter presentes e vivos - sem que se torne necessário o rememorá-los, detalhe a detalhe - todos os episódios os que numa semana se desencadearam uns sobre os outros, com uma barafunda de melodrama²: a indignação excessiva e tumultuosa da Europa, excitada pelo clamor e pelos gritos da imprensa inglesa; o desordenado pânico que se apossou dos europeus residentes no Egípto; e o facto, estranho mesmo nessa terra de clássicos êxodos³, de uma colônia de mais de -cem Mil- almas abandonando de repente o solo, onde, desde gerações, se estabelecera, deixando ocupações, interesses, empregos, casa e fazenda, precipitando-se apavorada para os cais de embarque, apinhando-se em paquetes, em navios de carga, em barcaças, em qualquer coisa que pudesse flutuar na água, e fugir da terra funesta⁴, pagando a peso de ouro o direito de se agachar num buraco de porão; a maneira magistral como a Inglaterra, pelos oficiais da sua armada, organizou e policiou esta nova fuga dos hebreus; enfim, a chegada a Alexandria do Quediva, que perdera toda a autoridade no Cairo, e colhia a oportunidade de vir abrigar os restos esfrangalhados⁵ da sua realeza sob os canhões do almirante Seymour.

Arabi-Paxá, que se tornara de facto ditador, correu também a Alexandria - e o seu primeiro passo foi estabelecer tribunais marciais, para julgarem os -massacradores- do dia 11.

Note-se que se não tratava, nem por sombras, de punir os europeus que tinham mandado -trezentos- muçulmanos desta terra de misérias para o paraíso de Alá; mas somente os muçulmanos suspeitos de terem posto mãos violentas sobre cristãos. Ainda assim, os jornais ingleses bradaram⁶ logo que não se podia ter confiança na justiça, na imparcialidade de magistrados egípcios, tão hostis ao estrangeiro como a populaça - e que tais julgamentos não

passavam d'uma farsa, onde os réus, que se mostravam um momento à Europa carregados de ferros postiços, eram depois, por trás dos bastidores, aclamados como bons patriotas.

Arabi-Paxá propôs então que esses tribunais se compusessem de juizes árabes e de oficiais ingleses. Isto indicava um desejo vivo, quase uma sofreguidão de justiça. E, com efeito, se o partido nacional, agora todo-poderoso, se não mostrasse severo - corria o perigo de passar por cúmplice; e se as suas reformas tinham já inspirado tanta antipatia à Europa - o que seria se a ele se pudessem plausivelmente atribuir tais atentados?

De resto, para um muçulmano ortodoxo⁷ e fino como Arabi, toda a violência contra o estrangeiro, contra o hóspede, constitui a mais negra violação da lei santa. Arabi era sincero. Mas a Inglaterra não aceitou as suas propostas...

A Inglaterra não aceitou. A Inglaterra estava armada a bordo dos seus couraçados. E, todavia, mais que nenhuma outra nação ela sofrera com os tumultos de Alexandria: o seu cônsul, brutalmente espancado, achava-se à morte; alguns dos oficiais da esquadra tinham recebido no uniforme, que é o orgulho da Grã-Bretanha, a lama e as pedradas da população egípcia; a maior parte dos europeus assassinados eram de nacionalidade inglesa; contra a Inglaterra se pregara a guerra nas mesquitas, nos bazares, e até sob a tenda beduína...

Mas Inglaterra, generosa e paternal, queria esquecer essas injúrias. Pudera!

É que não lhe convinha reconhecer as atrocidades⁸ do dia 11 como um mero e casual episódio de fanatismo muçulmano a que algumas grilhetas⁹ e algumas cordas de força poriam definitivamente termo¹⁰; nem lhe convinha descer dos seus couraçados unicamente para ir a um tribunal ajudar a sentenciar dez ou doze facínoras¹¹.

O que à Inglaterra convinha, era atribuir a este conflito local a magnitude de uma anarquia nacional, e oferecer ou impor o seu préstimo¹² - não para castigar os tumultos de um bairro mas para pacificar todo um país em desordem. E assim ela consumava a chegada desse dia tão apetecido, tão pacientemente esperado desde o começo do século, tão ansiosamente espiado desde a abertura do canal de Suez, em que teria enfim um pretexto para assentar na terra do Egipto o seu pé de ferro, essa enorme pata anglo-saxónia¹³, que, uma vez pousada sobre território alheio, seja um rochedo como Gibraltar¹⁴, uma ponta de areia como Adem¹⁵, uma ilha como Malta, ou todo um mundo como a Índia¹⁶ - nenhuma força humana pode jamais arredar ou mover.

Já se não tratava de libertar o Quediva coacto, de defender as algibeiras¹⁷ dos portadores do empréstimo egípcio. Um interesse mais alto, ligado com os destinos do Império, levantava-se, dominava tudo.

O -Egipto estava em anarquias - logo, competia à Inglaterra, paladina da civilização, restabelecer lá a ordem, impedi-lo de recair no estado bárbaro.

O -Egipto estava em anarquia- logo, competia à Inglaterra, como grande potência oriental, defender essa parte preciosa da terra egípcia, o canal de Suez, e evitar que ele caísse nas mãos de Arabi ou de outro ditador muçulmano, hostil aos [benefícios] da civilização.

É o que pouco mais ou menos respondia a Inglaterra, e bem alto, para que o mundo ouvisse - quando Arabi-Paxá lhe propôs uma aliança judicial para punir o crime muçulmano do dia 11.

- Não, dizia John Bull¹⁸, não se trata do dia 11! Esqueçam o dia 11. Esqueçamo-lo, como se ele fosse apenas o dia 7. A questão é outra. O -Egipto está em anarquia-. É necessário salvar a civilização!

E estas nobres palavras significavam, despidas¹⁹ dos seus atavios humanitários²⁰: - que a Inglaterra, sob o pretexto de pacificar o Egipto, desembarcaria em Alexandria, ocuparia por motivo de operações militares Port Said²¹ e Suez, as duas portas do canal, e depois - depois nunca mais, nesses pontos estratégicos do caminho da Índia, se arriaria²² a bandeira inglesa!

E, feito isto, ficava realizado o grande sonho britânico: posse absoluta da estrada das Índias: John Bull fazendo sentinela²³ a todas as portas sucessivas que conduzem a seu império do Oriente: à entrada do Mediterrâneo, Gibraltar e o seu rochedo inexpugnável²⁴; no Mediterrâneo, Malta e Chipre²⁵, duas ilhas, dois colossais depósitos de guerra; à entrada do canal, Port Said; ao fim do canal e à boca do mar Vermelho²⁶, Suez; à beira do golfo Pérsico²⁷, Adem; e daí por diante as suas esquadras varrendo os mares...

Diante desta esplêndida oportunidade se achou a Inglaterra, depois das carnificinas²⁸ de Alexandria; e, tendo logo declarado -oficialmente- o Egipto em anarquia, sem perda de um momento, começou a armar-se.

E, no meio de tudo isto - a Europa? Oh! a Inglaterra convidava com belos ademanos²⁹ de desinteresse a Europa a partilhar com ela a honra de pacificar o Egipto! Mas sabia bem que nenhuma das potências moveria um soldado: nem mesmo a França, que tinha uma frota na bala de Alexandria, que cooperara na pilhagem³⁰ < ileg³¹. > do felá, e colaborara nas manifestações platônicas³²; a França, governada por uma democracia burguesa que enriquece, e tornada toda ela uma vasta casa de negócio, não quereria por coisa alguma perturbar aquela paz tépida³³ e doce em que amadurece o Milhão.

Além disso, as potências já tinham ressalvado a sua dignidade, sentando-se em torno da mesa verde da -conferência-, à beira das águas luminosas do Bósforo³⁴, meditando com a

cabeça entre os punhos a solução da questão egípcia. E, enquanto ao resto, estavam-se observando, armadas até aos dentes, desconfiadas, ciumentas, odiando-se, mas imobilizadas reciprocamente pela própria magnitude dos seus armamentos.

A França receia a Alemanha; a Turquia teme a Rússia; a Áustria está contida por ambas; a Itália necessita a benevolência de todas; e cada uma por seu turno treme do Sr. de Bismarck, o hediondo papão³⁴, o Júpiter trovejante³⁶ do Olimpo diplomático, que, no seu retiro de Varzin, torturado por toda a sorte de males, passa parte do tempo sob a influência da morfina³⁷...

De resto, que todas apeteçam os despojos³⁸ do Egípto, só o pode duvidar quem ignore os instintos de pilhagem, de gatunice³⁹, de pirataria, que alberga⁴⁰ sempre a alma dum povo civilizado; mas nenhuma das potências é como a Inglaterra, uma ilha cercada dum mar agitado, onde se move a maior frota da Terra; e, apertadas no estreito continente, ombro contra ombro e espada contra espada, nenhuma delas ousaria dar um passo para o lado do Egípto, com receio que o vizinho lhe saltasse às goelas. Limitavam-se, por isso, cheias de rancor, em trocar frases de diplomática doçura, sentadas à mesa da –conferência-.

Quando, diante de uma casa fechada, os que lhe apeteçam as riquezas discutem, de pena na mão, a melhor maneira de lá entrar - a vantagem pertence toda àquele que, em lugar duma pena, se muniu dum machado e atira de súbito a primeira machadada à porta. Foi o que fez a Inglaterra. Enquanto os outros faziam planos *pro-forma*⁴¹ em cima duma carteira - ela fez fogo sobre Alexandria.

Somente não se pode atacar uma cidade inofensiva sem um pretexto. E a Inglaterra foi, à falta de outro melhor, forçada a apresentar um tão mau, que, como dizia a Associação dos Positivistas⁴² Ingleses, no seu protesto contra a invasão do Egípto, a sua puerilidade⁴³ só consegue aumentar a sua imoralidade.

Perante os armamentos da Inglaterra, Arabi-Paxá, se lhe não compreendia as intenções espoliadoras⁴⁴, devia pelo menos concluir que era contra ele, contra o partido que ele dirigia, e contra as idéias que ele encarnava, que a Inglaterra se estava preparando; e, muito naturalmente, na expectativa de um ataque, organizou a sua defesa artilhando⁴⁵ os fortes de Alexandria, e erguendo baterias⁴⁶ novas pela costa.

Foi contra isto que a Inglaterra protestou; e foi disto que fez um *casus belli* - declarando que, se as obras dos fortes não cessassem, ela destruiria os fortes!... Sem estar em guerra com o Egípto, ela considerava-se no direito de reunir diante de Alexandria uma frota ameaçadora; mas não admitia que as autoridades de Alexandria consertassem sequer as brechas das velhas fortificações de Mehemet-Ali!

E que explicações estupendas o Sr. Gladstone⁴⁷ dava à Europa para justificar o *casus belli*! As baterias que Arabi ergue (dizia ele), os novos canhões que monta, -põem em perigo os couraçados ingleses-! E os couraçados não punham em perigo os fortes? Mas ao lado da esquadra inglesa estavam navios de guerra franceses, alemães, italianos, gregos, austríacos, -tão expostos às balas de Arabi como os que batiam o pavilhão britânico: e esses não se julgavam -em perigo-!

Que diria a Inglaterra se o comandante de algum dos couraçados franceses ou alemães, que por vezes vêm ancorar nas águas de Portsmouth⁴⁸ ou de Southampton⁴⁹ - mandasse de repente proibir ao governador de uma dessas praças a continuação das obras de defesa que aí se vão incessantemente aperfeiçoando, sob o pretexto de que tais baterias -poderiam fazer mal- ao navio de seu comando?... Com tal precedente, os almirantes ingleses, que honram frequentemente o humilde porto de Lisboa com a presença dos seus pavilhões - estariam autorizados a exigir a destruição da torre de S. Julião, do Bugio⁵⁰, e de Belém⁵¹! Dir-se-ia que não é de prever que o português pacato e bonacheirão⁵² faça fogo - muito menos sobre couraçados ingleses. De acordo. Mas que ganharia Arabi-Paxá em mandar de surpresa algumas balas à esquadra inglesa - e portanto às outras que estavam no mesmo ancoradouro⁵³ - senão o atrair sobre si e o seu partido e o seu país a pavorosa vingança da Europa inteira, injuriada em todos os seus pavilhões?

Arabi fez uma coisa fina: cedeu, prometendo interromper os trabalhos de defesa. E a Inglaterra ficou desapontada. Esta submissão de Arabi desmanchava o seu engenhoso plano.

Alguns jornais mais cínicos e impacientes chegavam a aconselhar que se não respeitasse a palavra dum vil muçulmano - e que se -fosse bombardeando-! O trabalho então da frota foi vigiar incessantemente as fortificações, na esperança de descobrir algum sapador⁵⁴, de enxada ao ombro, que desmentisse a promessa de Arabi. De noite, os couraçados projectavam sobre a costa longos e vivos raios de luz eléctrica, movendo-os lentamente ao longo das baterias, pesquisando ansiosamente os menores recantos, procurando o mais leve vestígio de trabalho - fosse ele um cesto de pedras esquecido; e assim foi que uma noite - noite venturosa para o governo do Sr. Gladstone! - a esquadra descobriu dois soldados limpando um velho canhão! Que alívio para a Inglaterra! Imediatamente o almirante Seymour mandou este *ultimatum*⁵⁵ a Toulba-Paxá, governador da cidade: - dentro em vinte e quatro horas os fortes deveriam ser entregues às tropas inglesas, ou toda a linha de couraçados abriria fogo sobre Alexandria. A isto, realmente, só se pode responder com a grande palavra de Cambronne⁵⁶ em Waterloo⁵⁷.

Lamento que Arabi a não dissesse: era a segunda vez na história que John Bull a receberia em plena face.

A véspera do bombardeamento foi dramática. O almirante Seymour fez sair da bala todos os navios mercantes; e, depois, com a usual etiqueta, convidou os navios de guerra de outras nações a fazerem-se ao largo, levando para fora da linha de fogo a neutralidade das suas bandeiras. Essa longa procissão de couraçados de toda a Europa, deixando lentamente as águas de Alexandria, para que a Inglaterra pudesse livremente cometer o seu atentado - é descrita pelos correspondentes ingleses como cheia de solenidade e de cerimonial. As salvas sucediam-se: uns aos outros cortejavam-se os pavilhões de almirantes. Os últimos a sair foram os navios franceses, os aliados na -manifestação- que, honra lhes seja, não quiseram ser aliados no crime: - e a -tricolor- afastou-se também, saudada pelo almirante Seymour, entre os hurras⁵⁸ de despedida da marinhagem⁵⁹ e o estridor⁶⁰ da *Marselhesa*⁶¹. A tarde estava bela; tudo era luz na baía: os minaretes de Alexandria branquejavam no azul... Magnífico espetáculo, sem dúvida: - somente que pensariam dele os milhares de pobres árabes, de mulheres e de crianças, que o contemplavam das alturas da cidade, e sobre os quais iam cair no dia seguinte bala, metralha e bomba?

Por fim, a noite desceu e estrelou-se; à beira da água calma luziam as luzes de Alexandria; tudo ficou em silêncio na baía.

Estavam a sós, frente a frente, sob a paz dos céus, uma grande esquadra inglesa e a cidade inofensiva que ela, na madrugada seguinte, para satisfazer à sofreguidão mercantil de um povo de lojistas, ia friamente arrasar.

Notas explicativas

1. **Casus Belli:** (expressão latina, “caso de guerra”.) Incidente ou sucessão de incidentes que possam conduzir duas ou mais nações à guerra.
2. **barafunda de melodrama:** confusão de peça teatral de carácter popular, na qual se acumulam, em tom patético, sentimentos e ações de exagerada dramaticidade.
3. **êxodo:** emigração em massa de um povo (ou de parte dele).
4. **funesta:** que provoca a morte, a desgraça.
5. **esfrangalhados:** estraçalhados, rasgados.
6. **bradaram:** rogaram em altos gritos.
7. **ortodoxo:** que está conforme a uma doutrina definida.
8. **atrocidades:** crueldades horríveis.

9. **grilhetas:** cadeia de ferro, ligada a uma bola do mesmo metal, com que se prendiam as pernas dos condenados.
10. **termo:** fim, limite.
11. **facínoras:** criminosos.
12. **préstimo:** utilidade, serventia./ Serviços, auxílio.
13. **anglo-saxónia:** refere-se aos ingleses, já que a Inglaterra entre os séculos V e VI foi invadida pelos povos germânicos (anglos, saxões e jutos) que lá se fixaram.
14. **Gibraltar:** praça-forte na extremidade meridional da Espanha. Tomada em 1704 pelos ingleses, que a transformaram em poderosa base naval e depois aeronaval, continua a ser reivindicada pela Espanha. O rochedo de Gibraltar forma, com o que domina Ceuta, na costa, na costa africana, as famosas colunas de Hércules.
15. **Adem:** localidade da Líbia (Cirenaica). Base aérea britânica próxima a Tobruk (1953-1970), transformada na principal base da aviação líbia desde 1979.
16. **Índia:** país da Ásia, no sul do continente, entre o mar da Arábia e o golfo de Bengala. Capital: Nova Delhi.
17. **algibeira:** pequeno saco ou bolso numa peça de vestuário; bolso.
18. **John Bull:** alcunha com que se designa o povo inglês.
19. **despidas:** livres, isentas.
20. **atavios humanitários:** ligações que interessam à humanidade.
21. **Porto Said:** cidade do Egito, no Mediterrâneo, na entrada do canal de Suez. Objetivo de ação militar franco-inglesa-israelense em 1956, em consequência da nacionalização do canal.
22. **arriaria:** abaixaria, faria descer.
23. **fazendo sentinela:** vigiando.
24. **inexpugnável:** que não se pode tomar, vencer, conquistar pela força das armas; invencível.
25. **Chipre:** ilha e Estado do Mediterrâneo.
26. **mar Vermelho:** golfo do oceano Índico, entre a Arábia e a África, ligado ao mediterrâneo pelo canal de Suez. É uma fossa tectónica invadida pelas águas.
27. **golfo Pérsico:** entre a Arábia e o Irã, formado pelo Pacífico. Importantes jazidas de petróleo.
28. **carnificina:** mortandade, extermínio.
29. **ademanes:** modos afetados; gestos amaneirados; trejeitos.

30. **pilhagem:** saque praticado por soldados que conquistam uma cidade ou por multidões amotinadas.
31. **ileg.:** consideramos que seja a abreviação de ilegal.
32. **platônicas:** que são puramente ideais.
33. **tépida:** morna, pouco definida.
34. **Bósforo:** estreito que comunica o mar de Mármara com o mar Negro. Na margem oeste encontra-se Istambul.
35. **hediondo papão:** horrível monstro imaginário para amedrontar crianças.
36. **Júpiter trovejante:** Júpiter é o pai e o senhor dos deuses, na mitologia latina (equivalente ao *Zeus* grego). Sobrepujou seu pai, Saturno, venceu os Titãs, deu o mar a netuno, o Inferno a Plutão, e guardou para si o Céu e a Terra. Era o deus do Céu, da Luz, do Tempo, do Raio e do Trovão.
37. **morfina:** o mais importante dos alcalóides do ópio, analgésico e soporífico, como seus derivados (heroína). (Seu uso abusivo leva a grave intoxicação).
38. **despojos:** roubos, saques.
39. **gatunice:** furto; vadiagem.
40. **alberga:** hospeda, abriga.
41. **pro-forma:** (expressão latina) Para salvar as aparências, por simples formalidade.
42. **Positivistas:** adeptos ao positivismo, que foi ao uma ideologia e movimento filosófico fundado no século XIX por Auguste Comte. Considera inválido todo conhecimento que não pode ser comprovado praticamente.
43. **puerilidade:** infantilidade.
44. **espoliadoras:** que priva de algo ilegitimamente, por fraude ou violência.
45. **artilhando:** armando.
46. **baterias:** uma fileira de bocas de fogo prontas para atirar, ou o lugar onde elas se encontram.
47. **Sr. Gladstone:** (William Ewart), político britânico (1809 – 1898). Chefe do Partido liberal a partir de 1865, foi primeiro-ministro quatro vezes, e empenhou-se em obter a *Home Rule* para a Irlanda e em fazer a reforma do sistema eleitoral. Conseguiu ainda o estabelecimento do comércio livre e a legalização dos sindicatos operários.
48. **Portsmouth:** porto militar da Grã-Bretanha (Hampshire), na ilha de Portsea.
49. **Southampton:** porto da Inglaterra (Hampshire), no canal da Mancha. Porto de embarque de passageiros. Construções navais e aeronáuticas.

50. **Bugio:** nome de um farol na barra do Tejo, a milha e meia da Torre de São Julião da Barra. Mandado edificar por Dom Sebastião, em 1578, com o nome de *Torre de São Lourenço*, sua construção prolongou-se pelos reinados de Dom Henrique e Filipe I. Sob Dom João IV, sofreu reformas dirigidas por Frei Torriano, da Ordem de São Bento.
51. **torre de Belém:** construída sobre uma ilhota hoje unida à margem do Tejo, em Portugal, a jusante da praia do Restelo, entre 1515 e 1519, por Francisco Arruda. Chamou-se baluarte do Restelo e torre de São Vicente, é uma obra-prima do gótico manuelino.
52. **bonacheirão:** aquele que tem bondade natural, que é simples, ingênuo e paciente.
53. **ancoradouro:** lugar apropriado para ancorar o navio.
54. **sapador:** aquele que tem a seu cargo a execução de trabalhos de sapa, que é uma trama, atuação oculta e ardilosa com o propósito de minar, de fazer frustrar empreendimento de outrem.
55. **ultimatum:** (palavra latina), o mesmo que ultimato, que é uma declaração final e irrevogável para satisfação de certas exigências.
56. **Canbronne:** (Pierre), general francês (1770 – 1842). Comandou em Waterloo um dos últimos quadrados da Velha Guarda; convidado a render-se, teria respondido: “A guarda morre, mas não se rende.” Segundo outra versão teria respondido com a expressão escatológica que o tornou célebre.
57. **Waterloo:** comuna da Bélgica, ao sul de Bruxelas. Museu Wellington. Nas proximidades, monumentos comemorativos da Batalha de Waterloo.
58. **hurras:** gritos de alegria com que os marinheiros saúdam um hóspede distinto.
59. **marinhagem:** pessoal de bordo do navio; maruja.
60. **estridor:** som forte e penetrante.
61. **Marselhesa:** hino nacional francês.

ANEXO E

17 de Outubro de 1882

OS INGLESES NO EGÍPTO

V

Depois do bombardeamento. – Os incêndios. –As responsabilidades.- Uma Alexandria inglesa. –A invasão. –A atitude da Europa

O almirante Seymour, dias antes, tinha declarado que em duas breves horas desmantelaria os fortes de Alexandria. Ao cabo¹, porém, de nove compridas horas ainda não fizera calar as baterias egípcias; e ainda justamente uma bomba vinha escavar a câmara do comandante do *Inflexível*².

Sir Beauchamp Seymour reconheceu, nos seus despachos para o Almirantado³, -que os melhores artilheiros⁴ da Europa se poderiam orgulhar de uma tão bela resistência-. Mas nem coragem, nem redutos⁵, nem muralhas de granito prevalecem contra esses negros monstros que desfeiam os mares - o Monarca, o Alexandra, o Soberbo, o Sultão, o Invencível, o Minotauro, e tantos outros que lá estavam, movediços castelos de ferro, servidos pelas forças combinadas do vapor, da hidráulica, da electricidade, devastadores como um cataclismo⁶ e exactos como uma ciência.

Pobres fortalezas de Mehemet-Ali! Foi a velha fábula da panela de barro contra que tombou a panela de bronze. Ao anoitecer, eram apenas montões de ruínas fumegando⁷ em silêncio...

Estava consumada a façanha! Na bala, agora, tudo caíra numa grande paz; a noite descera calma e escura; os enormes couraçados repousavam; da cidade vencida não vinha o menor ruído; só num ponto de terra o palácio de Ras-el-Tin ardia ao abandono. Foi então que o eloquente correspondente do *Standard* telegrafou para o seu jornal esta frase que merece fama – “A situação não pode ser mais satisfatória!”

Pelo meio da noite, porém, da parte de Alexandria, onde ficava a Praça dos Cônsules, começou a erguer-se um vasto clarão. Ali, evidentemente, havia um incêndio. Mas como? Porque?

O almirante Seymour lavaria daí as suas mãos - se tivesse a bordo a bacia de Pôncio Pilatos⁸. Ele concentrara escrupulosamente o seu fogo sobre os fortes: uma ou outra bomba poderia ter caído nos bairros árabes - nada mais legítimo, nem de mais salutar⁹ terror; mas a parte européia de Alexandria fora poupada... E, todavia, era lá que o incêndio se estendia avermelhando, aquecendo o céu; e de outros pontos vizinhos iam subindo na noite altas labaredas. Diabo! A situação já não era tão satisfatória...

Ao outro dia houve um tempo muito nublado, com um mar muito forte. Os couraçados, por precaução, fizeram-se ao largo. Quando, horas depois, vieram retomar as suas posições de combate, Alexandria, diante deles, ardia toda como uma monstruosa fogueira. Positivamente, não era nada satisfatória a situação!

Não era. Arabí-Paxá abandonara Alexandria, levando o grosso do exército. E a população muçulmana, enfurecida por nove horas de bombardeamento, sem polícia para a conter, com os ulemás a excitá-la, tomada da cobiça da pilhagem, inflamada pela faria das represálias¹⁰, correrá aos bairros europeus, - e incendiou, saqueou¹¹, matou, destruiu; matou pela raiva de matar, porque até pobres cavalos de carruagem apareceram esquartejados¹², destruiu pela raiva de destruir, porque se acharam nas ruas, aos pedaços, vestidos de senhoras, relógios de sala e óculos de teatro...

Ferocidades de fanatismo - que se arremessa numa vingança indiscriminada sobre tudo o que lhe represente a raça, os costumes, as idéias que ele odeia - sobre os homens e sobre os espelhos. Isto não se dá só em país muçulmano. Sempre que os parisienses invadiam as Tulherias¹³, rasgavam à ponta de sabre¹⁴ o cetim das poltronas...

Colocou-se a população de Alexandria, por tais excessos, fora da humanidade? Os ingleses dizem que sim; eu digo que nós teríamos feito o mesmo, nós europeus, cristãos e podres de civilização. Se, quando os alemães estavam bombardeando Paris, os parisienses vissem no centro da sua cidade um bairro exclusivamente alemão, compacto, monumental, luxuoso, erguido pelo dinheiro que o alemão ganhara a explorar a França, resistiriam os parisienses, os mais civilizados dos mortais, a besuntá-lo¹⁵ de petróleo e fazê-lo flamejar¹⁶ por uma bela noite de Inverno?

A resposta é fácil, lembrando-nos que, quando por seu turno o Sr. Thiers¹⁷, esse homúnculo¹⁸ de estado, bombardeou Paris, os parisienses apressaram-se a destruir o palacete do Sr. Thiers.

Foi Arabi que ordenou o incêndio de Alexandria? Não, evidentemente. Arabi não é um patriota selvagem, do tipo desse Rostopchine¹⁹ que queimou Moscovo: é um felá fino e sagaz²⁰, que sabe que na Europa, na Inglaterra sobretudo, onde afectamos todos uma

sensibilidade humanitária nada desacredita mais que uma fria crueldade. Basta observar a atitude polida, quase paternal que ele toma com os prisioneiros ingleses - o guarda-marinha Chair, por exemplo.

Quando este oficial foi levado ao acampamento árabe, Arabi disse-lhe logo, depois de um *shake-hands*²¹.

- Escreva a sua mãe, conte-lhe que está entre mãos leais, e tire-a de inquietações...

Isto era decerto sincero - mas sobretudo hábil: e uma tal palavra voou direita ao coração de todas as mães inglesas. Desde os conflitos de Alexandria, o empenho de Arabi tem sido proteger os europeus que ainda restam nas vilas do interior. Os cádis²² que não evitaram o massacre dos empregados do caminho de ferro do Delta foram decapitados²³. A ele se deve a tranquilidade do Cairo, onde existe uma enorme massa de propriedades e riqueza européias. Que ganharia Arabi em destruir esta próspera cidade egípcia, no começo da campanha, e com o seu exército intacto? Apenas a fama de um monstro boçal²⁴.

À Inglaterra cabe a responsabilidade da catástrofe. As bombas do almirante talvez, com efeito, não tivessem arrasado mais que alguns casebres árabes; mas à imprevidência²⁵ do Governo se deve a ruína de Alexandria.

Desde o meado de junho, o mais experiente, mais autorizado dos seus agentes diplomáticos, o Sr. E. Malet, cônsul-geral do Egipto, não cessou de bradar²⁶ - que se o bombardeamento era inevitável, Sir Beauchamp Seymour devia ter tropas de desembarque, para ocupar a cidade, apenas os fortes fossem destruídos, e impedir assim que, no caso provável de Arabi se retirar para o interior, ela ficasse à mercê²⁷ d'uma plebe semi-bárbara²⁸...

Nada disto se fez.

Sir Beauchamp Seymour bombardeou, arrasou, repeliu virtualmente de Alexandria a Arabi, a única força que continha uma população de cem mil fanáticos - e, depois, ficou a bordo do seu couraçado, vendo tranquilamente arder, diante de si, uma das mais ricas cidades do Mediterrâneo.

Por outro lado, a quem aproveitava o incêndio? À Inglaterra. O pretexto de que os fortes -punham em perigo os couraçados britânicos-, só a autorizava, perante os escrúpulos da Europa, a destruir os fortes, não a ocupar a cidade. Agora, porém, que ela estava em chamas, abandonada à anarquia, à pilhagem, ao ataque das hordas beduínas que corriam do deserto - agora ela tinha o direito - mais, ela tinha o dever! - de desembarcar e ir salvar de uma total aniquilação tanta riqueza, tão esplêndido centro de comércio!...

Generosa Inglaterra! E desembarcou logo, aquartelou²⁹ tropa, plantou bandeira³⁰. Tinha diante de si um monte de ruínas, e em poucos dias foi dando forma a uma Alexandria nova já com feição inglesa e administrada à inglesa.

Os incêndios foram dominados; as ruas desentulhadas; estabeleceu-se uma polícia terrível, que executava sumariamente os ladrões e os incendiários; abasteceu-se a cidade; a alfândega reabriu as portas; em substituição das lojas destruídas, armaram-se barracões de venda; o maquinismo judicial foi posto em movimento; reparou-se a fábrica do gás, a cidade foi reiluminada; os bancos voltaram a funcionar.

E, como era necessária uma autoridade, em nome de quem se reorganizasse a vida municipal, os ingleses, que apenas estão ali (diziam eles) como um corpo de polícia, foram buscar o Quediva a uma casa dos arredores, onde ele se refugiara durante o bombardeamento, e instalaram-no solenemente no palácio de Ras-el-Tin, palácio meio ardido, onde ele é uma autoridade meio morta!...

Desde este momento, a situação tornou-se muito definida, muito simples. Os ingleses possuíam, governavam Alexandria, tão naturalmente como se ela estivesse situada no condado de Yorkshire³¹; e defronte de Alexandria, nessa espécie de istmo³² arenoso que a liga à terra do Delta, estava Arabi num acampamento entrincheirado³³, governando daí todo o vale do Nilo e o deserto até ao mar. Os ingleses recebiam incessantes reforços de casa e da Índia. Arabi chamava à guerra contra os ingleses todo o povo felá. A Inglaterra preparava uma invasão; Arabi organizava uma grande defesa nacional. Nada mais claro. A questão é entre a Inglaterra, procurando estabelecer um protectorado sobre o Egipto, arrancar-lhe as cidades estratégicas que dominam o canal, e Arabi-Paxá, um patriota, que quer o Egipto para os Egípcios, que receia a protecção do estrangeiro como a pior desgraça de um país fraco, e que entende que, pelo facto de que Alexandria, Port Said e Suez se acham desgraçadamente no caminho da Índia, não é motivo para que se tornem guarnições³⁴ inglesas. E dos dois lados grande entusiasmo.

Em Londres, onde acabou a *season*³⁵ e começa a monotonia das praças de banhos, o partir para conquistar o Egipto passou a considerar-se uma feliz aventura. Se o Ministério da Guerra o consentisse - toda a mocidade de ouro, ou apenas de latão dourado, se alistaria, porque é do mais requintado *chic*³⁶ ir dar cabo de Arabi!

O duque de Connaught³⁷, um dos filhos de S. M. a Rainha, faz parte da expedição, e o duque de Teck, seu cunhado, não sendo militar, partiu, diz-se, como simples empregado do correio. Os oficiais dos regimentos de guardas, essa pura nata da aristocracia e flor da finança, tiveram a ventura de ver os seus luxuosos regimentos, de ornamentação monárquica,

expedidos para o Egipto; somente este natural prazer foi em parte estragado pela severidade do Ministério da Guerra, que, como se tratava de uma campanha e não de um torneio, não consentiu que esses gentis-homens fossem seguidos por equipagens, criados de librés, tendas de luxo e caixas de vinho de Champagne.

Um destes oficiais exprimiu alto a sua indignação, porque o Estado-Maior³⁸ só lhe consente três cavalos de sela, dois criados de quarto e cinco malas de bagagem!

Por outro lado, ao comprido do Nilo toda a população felá se declarou por Arabi; como por ele se declararam as classes letradas, as mesquitas, os ulemás, os coptas³⁹, os próprios príncipes parentes do Quediva. Os *mudirs*, governadores de províncias, pagam-lhe a ele os impostos. Os *sheiks* do deserto mandam-lhe a sua cavalaria.

E este ardor é tanto maior, quanto Arabi-Paxá foi de há muito profetizado; já a sua inesperada entrada no Governo se considerou um advento divino⁴⁰; e este rebelde (como outros rebeldes que tão gloriosamente fizeram o seu caminho na Terra e no Céu) é Messias⁴¹!

Uma antiga profecia muçulmana anuncia que no século décimo terceiro da Hégira⁴² nascerá à beira de um grande rio um homem de raça vil, por nome de Ahmet, que se revoltará, e restaurará o esplendor do Islão; ora, os Árabes estão no século m da Hégira, e Arabi, cujo nome é Ahmet, cuja origem é felaína, tendo nascido numa aldeia à margem do Nilo, revoltou-se contra o seu califá. Assim, ele reúne o duplo prestígio de Spartacus⁴³ e de um Cristo.

Concentrada a questão entre uma poderosa nação invasora - e um patriota que defende o seu solo - a Europa tomou logo a sua tradicional atitude: isto é, murmurou algumas palavras de branda admoestação⁴⁴, e depois recuou para longe, a observar como um braço forte sabe usar da sua força, a estudar como se consuma a espoliação⁴⁵ de um fraco.

Nos últimos quinze anos a Prússia roubou a Dinamarca, e depois foi pela Alemanha saqueando reinos e grão-ducados⁴⁶; em seguida, desmembrou a França; mais tarde a Rússia espatifou a Turquia; há dous anos, subitamente, a República Francesa caiu sobre Túnis, e empolgou esse desventurado estado barbaresco. Em cada um destes casos a Europa comportou-se como um coro das óperas de antiga escola, quando membrudo barítono⁴⁷, aí pelo quarto acto, erguia o ferro sobre o tenor gentil e magrizela: o coro adianta-se, modula uma larga frase, agita os braços em cadência, faz o comentário amargo da acção, brada talvez –suspendei-! Depois, afastando- -se em grande compostura, deixa à boca da cena o tirano barbudo sondando tranquilamente com a ponta da lâmina o interior do galã...

Não falemos mais na Europa. Não há, nunca houve -Europa-, no sentido que esta palavra tem em diplomacia. Há hoje apenas um grande pinhal de Azambuja⁴⁸, onde rondam meliantes cobertos de ferro, que se odeiam uns aos outros, tremem uns dos outros, e, por um acordo tácito⁴⁹, permitem que cada um por seu turno se adiante - e assalte algum pobre diabo que vegeta ou trabalha ao canto de seu cerrado. Nas largas e bem traçadas estradas do Direito Internacional⁵⁰, alumiadas por Ortolan e outros lumes, rouba-se de carabina⁵¹ alta, e rompem a cada momento brados de povos assassinados. A Europa, como os campos de corridas em Inglaterra, devia estar coberta destes avisos em letras gordas: *Beware of pick-pockets*⁵²! Cautela com os salteadores!

A pequena propriedade política tende a acabar. Toda a terra vai em breve reunir-se nas mãos de quatro ou cinco grandes proprietários... Ontem, era Tunis - porque a França necessita proteger a fronteira da Argélia. Hoje, é o Egipto, porque a Inglaterra precisa assegurar o caminho da Índia. Amanhã, será a Holanda - porque a Alemanha não pode viver sem colónia. Depois, a Servia - por motivos que a seu tempo a Áustria dirá. Mais tarde, a Roménia - porque a Rússia é forte. Depois, a Bélgica - porque sim. Depois...

Este assunto é lúgubre⁵³. Voltemos ao vale do Nilo!

Notas explicativas

1. **ao cabo:** ao término, ao fim.
2. **Inflexível:** refere-se ao comandante inglês.
3. **Almirantado:** dignidade ou posto de almirante, que é o oficial de posto mais alto na Marinha.
4. **artilheiros:** soldados de artilharia, ou seja, aqueles que utilizam-se de armamentos como canhões, peças e bocas-de-fogo.
5. **redutos:** lugares fechados que servem de abrigo.
6. **cataclismo:** transformação geológica ou grande inundação.
7. **fumegando:** lançando fumaças ou exalando vapores.
8. **Pôncio Pilatos:** cavaleiro romano (séc. I a.C.). Foi procurador na Judéia de 26 a 36. Por sua administração, dura e desastrada, foi demitido de suas funções. Seu nome ficou ligado, com uma ponta de covardia, à sentença de morte pronunciada contra Jesus: Pilatos lavou as mãos, abandonando Jesus ao arbítrio dos Judeus, o que permitiu sua crucificação. O jornalista Eça de Queirós vale-se deste fato ao falar da

atitude do almirante Seymor que fora semelhante ao de Pilatos, daí utiliza a expressão *bacia de Pôncio Pilatos*.

9. **salutar:** fortificante; edificante (em sentido figurado).
10. **represália:** desforra violenta; retaliação.
11. **saqueou:** despojou com viloência.
12. **esquartejados:** partidos em quatro partes.
13. **Tulherias:** (Palácio das), em Paris, palácio construído a partir de 1564 para Catarina de Médicis. Sede da Convenção durante a Revolução (1793), habitados pelos soberanos depois do Império, o palácio foi incendiado durante a Comuna (março de 1871), e depois demolido em 1882.
14. **sabre:** arma branca ou espada curta.
15. **besuntá-lo:** lambuzá-lo.
16. **flamejar:** lançar chamas.
17. **Thiers:** (Adolphe), político, jornalista e historiador francês (1797 – 1877). Fundador e primeiro presidente da terceira república, sua política desestimulou o avanço do socialismo, pois adotou medidas impopulares, como a supressão do salário dos guardas nacionais – corporação civil integrada em grande parte por desempregados – e a anulação da moratória dos aluguéis, o que trazia o risco de desalojamento para milhares de pessoas.
18. **homúnculo:** homem de estatura muito pequena ou em sentido figurado é homem sem importância, desprezível.
19. **Rostopchine:** (Fiodor Vassilievitch, *conde*), general e político russo (1763 – 1826). Governador-geral de Moscou em 1812, sustentou o moral da população, organizando sua evacuação poucos dias antes da entrada de Napoleão na cidade (setembro de 1812). Defendeu-se de ter sido o instigador dos incêndios que assolaram a cidade.
20. **sagaz:** astuto, esperto.
21. **shake-hands:** (expressão inglesa), aperto de mãos.
22. **cádi:** entre os muçulmanos, juiz com funções civis e religiosas.
23. **decaptados:** degolados.
24. **boçal:** estúpido, grosseiro.
25. **imprevidência:** descuido, negligência.
26. **bradar:** dizer em alta voz; gritar.
27. **à mercê:** à disposição.
28. **plebe semi-bárbara:** povo um pouco selvagem, sem civilização.

29. **aquartelou:** alojou em quartéis.
30. **plantou bandeira:** fincou verticalmente na terra a bandeira.
31. **Yorkshire:** antigo condado do norte da Inglaterra, banhado pelo mar do Norte e dividido, a partir de 1974, em North Yorkshire, South Yorkshire e West Yorkshire.
32. **istmo:** faixa estreita de terra que liga uma península a um continente ou duas porções de um continente.
33. **entrincheirado:** fortificado com trincheira, que é uma vala escavada na terra por combatentes.
34. **guarnição:** tropa que defende determinada praça, que foi destacada para servir nela.
35. **season:** (palavra inglesa), temporada.
36. **chic:** (palavra inglesa), chique, elegante, de bom gosto.
37. **Connaught:** província da República da Irlanda, que se estende pela planície central e maciços costeiros de Connemara e Mayo. Passou à Coroa inglesa no século XV.
38. **Estado-Maior:** corpo de militares que dirigem uma campanha.
39. **coptas:** nome dado originalmente aos habitantes do Egito e atualmente aos cristãos deste país que permaneceram fiéis ao monofisismo. Monofisismo é uma doutrina cristo-lógica do século V, pregada por Eutíquio, que reconhecia em Jesus Cristo apenas uma natureza: a divina. Essa doutrina é professada ainda hoje por três igrejas: a Igreja Jacobita, da Síria, e a Igreja Copta, do Egito e da Etiópia.
40. **advento:** vinda, chegada.
41. **Messias:** em sentido figurado é o reformador ou pretenso reformador social.
42. **Hégira:** Era muçulmana, contada a partir de 622 da era cristã, em correspondência à data de fuga de Maomé de Meca para Medina.
43. **Spartacus ou Espártaco:** líder de uma rebelião de escravos romanos (73-71 a.C.). Era pastor na Trácia quando foi escravizado e vendido como gladiador. Fugiu em 73 a.C. com seus companheiros e instalou-se na região do Vesúvio, de onde repeliu todos os ataques. Subiu em direção ao norte, mas não ultrapassou o Módena, onde derrotou as tropas romanas. Não conseguindo manter seu exército, que já dispunha de 100 mil homens, fez meia-volta, lançou o pânico sobre Roma e retornou à Lucânia. Espártaco recuou em Regium (Reggio di Calábria), onde foi bloqueado por Crasso. Atravessou as linhas romanas no início de 71 a.C., mas foi vencido e morto na Lucânia. Crasso mandou executar 6 mil prisioneiros.
44. **admoestação:** advertência, repreensão.
45. **espoliação:** roubo.

46. **grão-ducado:** região cujo soberano é um grão-duque. Grão-duque é um título nobiliário que se situa entre o duque e o rei , usado por um soberano de um grão-ducado.
47. **barítono:** voz masculina intermediária entre o tenor e o baixo.
48. **pinhal de Azambuja:** ou azambujeiro, que é uma espécie de oliveira brava, de madeira rija.
49. **tácito:** secreto, oculto.
50. **Direito Internacional:** (Instituto do), associação científica fundada em 1872, em Grand, pelo jurista belga G. Rolin-Jacquemijns.
51. **carabina:** fuzil leve, freqüentemente curto, com cano geralmente raiado, empregado como arma de guerra, de caça ou de esporte.
52. ***Beware of pick-pockets*** : expressão inglesa que significa “cuidado com os batedores de carteira, com as imitações”.
53. **lúgubre:** triste.

ANEXO F

24 de Outubro de 1882

OS INGLESES NO EGÍPTO

VI

Situação dos exércitos. - O Nilo, a seca, os arcaís. –O perigos de um Jihad. - O cepticismo¹ muçulmano. - O mundo inglesa-se. –Filaúcias² de John Bull.

Esta melancólica xácara que, se bem me recordo, chora as desgraças de Alcácer-Quibir - serve para pintar graficamente a situação estratégica de ingleses e egípcios, desde que se abriu a campanha.

Para compreenderem bem, imaginem um grande A. O triângulo interno da letra é o Delta - essa terra amada dos deuses, tão rica, que ela, só por si, outrora, alimentou o Império Romano: ao alto da letra, na ponta, está o Cairo - de sorte que um poeta persa pôde dizer gentilmente que o Delta é um leque verde fechando sobre um botão de diamante, que se chama o Cairo. A base da perna direita do A fica Alexandria, e aí permanece uma parte do exército inglês, defendido pelas fortificações de Ramleh - e tendo diante de si, a tiro de peça, o grande campo entrincheirado de Arabi-Paxá, que se chama Kraf-Daonar, contendo 18 mil egípcios. enormes parques de artilharia, e fechando a marcha pelo Delta. A outra parte do exército inglês, comandada pelo próprio general-em-chefe Sir Garnet Wolseley, dirigiu-se por mar à base da perna esquerda do A, que é, pouco mais ou menos, Ismailia, e daí subiu por essa linha até Kassassine, onde parou e se fortificou; achando-se igualmente a pouca distância, outro enorme campo entrincheirado, onde Arabi tem 15 mil homens, que se chama Tel-el-Quibir. E estes quatro campos, postos frente a frente, e observando-se, constituem até hoje a guerra do Egípto.

Para chegar, pois, ao Cairo, seu objectivo militar e político, Sir Garnet precisa tomar as posições egípcias de Kraf-Daonar, se quiser ir pelo Delta- e as de Tel-el-Quibir, se tentar avançar pelo deserto.

Até hoje os quatro campos limitam-se a trocar entre si, em certas escaramuças³ algumas lânguidas⁴ balas. Os jornais de Londres, naturalmente, noticiam estes tiroteios de vanguarda

com um tremendo aparato de letras de palmo⁵, mapas litografados⁶ e largos rufos de prosa⁷ - fazendo maior alarido⁸ do que se tivesse sido pelejada⁹ de novo a batalha de Waterloo¹⁰; mas isto é simplesmente para promover a venda do número.

Os egípcios, entricheirados em seus campos, contam com poderosos aliados: do lado do Delta confiam no Nilo, o velho e bondoso Nilo, que não poderá deixar de ser fiel àqueles que há séculos nutre, e que, dentro em pouco, inundando as terras do Delta, e ajudado pelos engenheiros de Arabi, que certamente aterravam os canais, terá convertido num imenso estendal¹¹ de lamas intravessáveis esse caminho do Cairo, o mais favorável para os ingleses, pois seria como marchar numa rica e infundável granja, entre pomares, jardins, frescuras e celeiros cheios... Do lado do deserto, os egípcios contam com o sol, com a seca e com a areia. Pode-se imaginar o que sofrerão essas tropas do frio Norte, marchando em arcais abrasados numa reverberação¹² e luz que estonteia, sob um calor tão tórrido¹³, que o metal dos estribos¹⁴ cresta¹⁵ os botins¹⁶ -, e tendo para beber só água barrenta, que é necessário ferver primeiro! Já as insolações, as disenterias, a nostalgia, dizimam¹⁷ os regimentos - e como o comissariado inglês, sempre mau, encontra aqui dificuldades de transporte, as tropas de S. M. a Rainha Vitória -lá têm sofrido fome-! Ah! custa caro o caminho das Índias!

Além destes aliados que ele possui na Natureza, Arabi espera ainda nas tribos beduínas e nessas bordas errantes de árabes a cavalo que estão chegando do lado de Trípoli¹⁸ a combater o -cão estrangeiro-, e que, se diz, constituem um reforço de 30 mil homens...

Por seu lado, os ingleses contam apenas consigo mesmo. E isto não é pouco. Como diz a sua célebre canção de guerra - eles têm os navios, têm o dinheiro e têm os homens,-. Têm também essas magníficas tropas índias, que riem do sol, da seca, e das areias de África. - E isto levou Sir Garnet a declarar que a campanha estaria finda¹⁹ no dia 15 de Setembro. É verdade que nós estamos a 7 de Setembro, e ele, entrincheirado em Kassassine, tendo diante de si a barreira formidável de Tel-el-Quibir, ainda está pedindo reforços. Mas isto prova só que esse raio de guerra, tendo hábitos diferentes dos de César, -chegou, viu, e reflectiu-. Demos-lhe mais um mês; demos-lhe três largamente; o certo será que ao fim deste ano, Arabi, os seus campos, o seu exército, a sua bela aspiração a uma nacionalidade egípcia, tudo isso se terá esvaído²⁰ - como se esvai uma nuvem nesse seco céu africano.

Os ingleses poderão sofrer reveses²¹, perder milhares de homens, gastar milhões de libras; mas, tendo uma vez comprometida a honra da sua bandeira, com um fim de engrandecimento imperial, não embainharão a espada antes de ter instalado na cidadela do velho Cairo, ao som do *God save the Queen*, um governador inglês.

Evidentemente o Sr. Gladstone fala apenas de -restabelecer a ordem e restaurar o Quêdiva-. Meras locuções diplomáticas. O *Times*, que é o verbo de Inglaterra, esse fala, sem reбуço²², em -protectorado²³-. E há muitos ingleses, ainda menos reservados que o *Times*, que dizem redonda e secamente - conquista-.

Mesmo quando o Sr. Gladstone, que é a seu modo um democrata²⁴ dentro dos limites do Evangelho, e o seu ilustre colega Lord Granville, que é um jurista e um diplomata, quisessem, em respeito ao liberalismo²⁵, a Europa, ao direito internacional e a outras coisas vagas, deixar o Egípto reorganizar-se a si mesmo - saindo eles de lá com as mãos vazias, depois de terem suprimido Arábi e o seu turbulento partido - a Inglaterra inteira, em massa, protestaria contra esse filosófico desinteresse...

Há alguém aí assaz²⁶ ingênuo para supor que John Bull, essa torre de senso prático, consentiria em que se lhe dizime o exército, em que se lhe gaste o dinheiro como ele gasta a água das fontes, em que se lhe aumente o *income tax* - só para que o Quêdiva, esse amável moço, continue a fumar o *narghilé*²⁷ do poder sob as sombras dos jardins de Choubra? John Bull não ficará satisfeito senão com este resultado maciço e duradouro - um- Egípto inglês-, tendo dentro do seu território, como um corredor de casa particular, o canal de Suez, caminho das Índias. Um ministério que, depois de ter enterrado nos arcaís da África milhões de libras e milhares de vidas, não lhe der isto - receberá no mesmo instante, na parte posterior da sua individualidade, o bico da bota de John.

Mas se Arábi, derrotado, conseguir levar o xerife de Meca a proclamar contra a Inglaterra um *jebad* - que é uma guerra santa, uma cruzada, um levantamento em massa do mundo muçulmano?

Bons espíritos, em Inglaterra, dizem ser este um grande perigo - pois que só na Índia há 50 milhões de maometanos. Eu não creio, porém, que haja aqui motivo para John Bull empalidecer. E lamento-o! Porque é dum belo pitoresco²⁸ essa idéia dum *jehad* com o seu cerimonial - o xerife de Meca desenrolando o estandarte verde de Maomé, os doutores do Islão assinando todos o *fetva* fatal, e logo, de cada canto da Ásia e da África, a torrente dos crentes precipitando-se em nome de Alá! Belo motivo de ode²⁹ - a que não corresponde nenhuma realidade...

Em primeiro lugar, nunca se fez! O Crescente tem sido muitas vezes humilhado pela Cruz, o Islão tem recebido na face a mão da Europa cristã, o Califa tem falado repetidamente em proclamar um *jebad* - e todavia o estandarte do Profeta continuou enrolado nos sacrários de Meca. E a minha opinião é que se ele fosse um dia desenrolado - haveria apenas um pedaço de pano verde mais, flutuando ao vento do céu.

E querem que lhes diga porquê? Porque penso que os muçulmanos estão a esta hora tão cépticos³⁰ como nós outros, os cristãos. Nas areias do deserto, como nas nossas praças alumiadas a gás - já não é fácil encontrar mil homens de boa vontade, que peguem em armas em nome do seu Deus.

Decerto todo o bom muçulmano, a certas horas do dia, se orienta para o lado de Meca e se prostra³¹ nas reverências rituais: pura questão de educação, de boas maneiras, de hábito, como nós outros tiramos o chapéu ao passar por um calvário³² de aldeia.

Ou então, superstição vaga, vago terror nervoso, como o de certos filósofos e positivistas³³ das minhas relações, que sempre, ao saltar da cama, fazem o sinal da cruz.

Dentro do Alcorão vê-se já o caso melancólico de uma lei divina ir caindo em desuso. O Sultão recebe a jantar os embaixadores, e bebe com eles *champanhe*: a polícia do Cairo prende os santos dervixes³⁴ vagabundos, e já não é respeitado o jejum do Ramadã³⁵.

Como o nosso Evangelho, a palavra de Maomé vai-se tornando objecto de poesia, de comentário, de controvérsia³⁶. Há Renans³⁷ no Islão; e o verbo divino, uma vez analisado, deixa de inspirar a fê que leva à morte.

O mundo muçulmano está no seu século décimo terceiro, na sua plena Meia Idade, e certamente há muito beduíno sob a tenda, tão crente, tão penetrado de Maomé, como aqueles corações simples que, ainda há pouco, no deserto dos nossos claustros³⁸, choravam ao ler a paixão de Jesus; mas não creio que mesmo esses patriarcas deixassem os seus oásis³⁹, os seus rebanhos, os seus haréns, para virem gratuitamente, sem outro prê⁴⁰ a não ser o sorriso das huris⁴¹ nos jardins do Paraíso⁴², suportar o fogo dos canhões Krupp⁴³. E enquanto às classes cultas de Constantinopla, do Cairo, de Esmirna, de Tunis, essas acreditam tanto na promessa das huris, como nós outros, aqui em Regent Street, nas palmas verdes da Bem-aventurança e no coro dos serafins...

Por todo o universo a religião desaparece das almas; e apenas lá fica essa vaga religiosidade, feita em parte do abalo que deu ao nosso coração uma tão longa sujeição⁴⁴ ao sobrenatural, em parte do confuso terror que impera neste grande universo que nos cerca, tão simples e tão mal compreendido. Neste estado negativo, de passividade na dúvida, não se gera facilmente um impulso de acção forte. Um *jehad* no Islão é tão impraticável - como uma cruzada⁴⁵ no cristianismo. Pedro Eremita⁴⁶ hoje iria acabar na polícia correcional, por perturbador da ordem pública e das relações internacionais; e os fanáticos que, ainda hoje, às portas das mesquitas do Cairo, bradam contra o *touriste* estrangeiro as injúrias aconselhadas pela boa doutrina, são imediatamente levados para a enxovia⁴⁷, por -fazerem alarido nas ruas!

Maomé, nas suas mesquitas, Cristo, nas nossas capelas, vão singularmente envelhecendo; o nosso Messias vai-se cobrindo pouco a pouco do pó que levanta o forte arado da razão, lavrando um mundo novo; e o profeta do Islão, tendo perdido a força da sua unidade, e subdividido em mil profetas menores que presidem a mil seitas⁴⁸ diferentes, mal pode resistir à lenta avançada da civilização ocidental. E com Cristo e Maomé, que eram os princípios militantes⁴⁹ e vivos das suas religiões, desaparece o que nessas religiões havia de vivo e de militante. Resta Deus, resta Alá. Sublimes abstracções., incapazes de inspirar amor ou heroísmo.

O que mais faz amar a Divindade é a quantidade de humanidade que ela encerra. Clóvis⁵⁰ batia-se por Jesus, que tinha um peito de homem como o dele, e nesse peito humano cinco chagas⁵¹ abertas; Soliman⁵² morreria feliz por Maomé, que era como ele um guerreiro, e como ele amava a beleza.

Mas quem se vai bater por Deus, por Alá, essas entidades tão vastas que enchem todo o Céu, e tão pequenas que não bastam a satisfazer o nosso coração, que nos são subalternas⁵³, porque são feitas à nossa imagem, e são no fundo a nossa própria alma largada até ao infinito com todas as suas fraquezas!

De resto, é possível que eu esteja aqui atribuindo a fortes corações de Meca e do deserto os cepticismos literários de Pall-Mall e do Boulevard de la Madeleine. Que sabemos nós do que se passa dentro do Islão? Tão pouco como os letrados da mesquita de El-Azhar sabem o que por cá vai dentro do nosso confuso catolicismo.

Mas, mesmo que se efetuasse um *jihad*, seria apenas para a Inglaterra o gastar mais alguns milhões e sacrificar mais alguns regimentos. Nem o Alcorão, nem o famoso estandarte verde, nem o próprio Maomé, que voltasse à terra a defraldá-lo⁵⁴, impediriam, impediriam que John Bull se estabeleça no Egipto.

Já lá está, nunca mais de lá sairá!

Estão em toda a parte! O século XIX vai findando, e tudo em torno de nós parece monótono e sombrio - porque o mundo se vai tornando inglês. Por mais desconhecida e inédita nos mapas que seja a aldeola onde se penetre; por mais perdido que se ache num obscuro recanto do universo o regato ao longo do qual se caminhe - encontra-se sempre um inglês, um vestígio de vida inglesa!

Sempre um inglês! Inteiramente inglês, tal qual como saiu da Inglaterra, impermeável⁵⁵ às civilizações alheias, atravessando religiões, hábitos, artes culinárias diferentes, sem que se modifique num só ponto, numa só prega, numa só linha o seu protótipo britânico. Hirtos⁵⁶, escarpados⁵⁷, talhados a pique⁵⁸, como as suas costas de mar, aí vão querendo encontrar por

toda a parte o que deixaram em Regent Street, e esperando *pale-ale*⁵⁹ e *roast-beef*⁶⁰ no deserto de Petreia; vestindo no alto dos montes sobrecasaca preta ao domingo, em respeito à Igreja Protestante, e escandalizados que os indígenas não façam o mesmo; recebendo nos confins do mundo o *Times* ou o seu *Standard*, e formando a sua opinião, não pelo que vêem ou ouvem ao redor de si, mas pelo artigo escrito em Londres; impelindo⁶¹ sempre os passos para a frente, mas com a alma voltada sempre para trás, para o *home*⁶²: abominando tudo o que não é inglês, e pensando que as outras raças só podem ser felizes possuindo as instituições, os hábitos, as maneiras que os fazem a eles felizes na sua ilha do Norte!

. Estranha gente, para quem é fora de dúvida que ninguém pode ser moral sem ler a Bíblia, ser forte sem jogar o *cricket*⁶³, e ser *gentleman*⁶⁴ sem ser inglês!

E é isto que os torna detestados. Nunca se fundem, nunca se -desinglesam-.

Há raças fluidas, como a francesa, a alemã, que, sem perderem os seus caracteres intrínsecos, tomam ao menos exteriormente a forma da civilização que momentaneamente as contém. O francês no interior da África adora sem repugnância o manipanso⁶⁵, e na China usa rabicho⁶⁶. O inglês cai sobre as idéias e as maneiras dos outros, como uma massa de granito na água: e ali fica pesando, com a sua Bíblia, os seus *clubs*, os seus *sports*, os seus prejuízos, a sua etiqueta⁶⁷, o seu egoísmo - fazendo na circulação da vida alheia um incomodativo tropeço.

É por isso que nos países onde vive há séculos é ele ainda o -estrangeiro-.

E isto torna-os fatais como domadores - porque todo o seu esforço consiste em reduzir as civilizações estranhas ao tipo da sua civilização anglo-saxónia. O mal não é grande quando eles operam sobre a Zululândia⁶⁸, e sobre a Cafraria⁶⁹, nessas vastidões da Terra Negra⁷⁰, onde o selvagem e a sua cubata⁷¹ mal se distinguem das ervas e das rochas, e são meros acessórios da paisagem: aí encontram apenas uma matéria bruta, onde nenhuma anterior forma de beleza original se estraga quando eles a refundem⁷² para a fazer à sua imagem. Vestir o desventurado rei negro Cetewayo como eles agora fizeram, de coronel de infantaria; obrigar os chefes dos Basutos⁷³ a saber de cor os nomes da família real inglesa, são talvez actos de feroz despotismo, mas não deterioram nenhuma primitiva originalidade de linha ou de idéia. Pôr a Cetewayo, que andava nu, numa fardeta, mesmo de infantaria, não faz senão vestígio; e é indiferente que dentro do crânio dos Basutos haja só fórmulas de invocação ao manipanso, ou também nomes de príncipes da Casa de Hanover⁷⁴.

Mas quando eles trabalham sobre antigas civilizações como a da Índia, onde existem artes, costumes, literaturas, instituições, em que uma grande raça pôs toda a originalidade do seu gênio - então a política anglo-saxónia repete pouco mais ou menos o atentado sacrílego⁷⁵

de quem desmantelasse um templo búdico, belo como um sonho de Buda, para lhe dar na sua reconstrução as linhas hediondas do *Stock Exchange*⁷⁶ de Londres; ou ainda de quem se fosse ao mármore divino da Vénus de Milo⁷⁷, e tentasse, a força bruta de martelo e cinzel⁷⁸, dar-lhe o feitio, as suíças e a sobrecasaca de Lord Palmerston! A expansão do inglês para o Oriente, seu objectivo imperial, seria tolerável, mesmo aos nervos de um artista - se ele se contentasse em levar para lá os seus tecidos, as suas máquinas, os seus telégrafos, os seus *railways*⁷⁹, deixando depois que essas raças usassem esse colossal material de civilização em se desenvolverem no sentido do seu gênio e do seu temperamento. Que por todos os modos se forneça à santa cidade de Hyderabad⁸⁰ gasômetros⁸¹ e iluminação - mas por Deus! que se não metam à força bicos de gás dentro dos seus templos, se isso ofende os seus ritos e repugna ao seu gosto! Que a Índia, por exemplo, seja coberta de caminhos de ferro, fornecidos pelos industriais de Northumberland⁸² e pagos pelo índio - excelente! Mas ao menos que as aldeias onde eles passam, essas aldeias que os mesmos ingleses descrevem como pequenos paraísos de paz, de trabalhos simples, de costumes doces, de frugalidade⁸³, de frescura, de beleza moral, não sejam tornadas tão tristes como as tristes paróquias de Yorkshire, introduzindo-se logo lá o *policeman*⁸⁴, o depósito de cerveja, a capela protestante de tijolo, o livreiro de Biblias, o vendedor de *gin*, a fumaraça de uma fábrica, a prostituição e a *workhouse*⁸⁵!...

Mas deixemos isto. É fácil maldizer da Inglaterra. Basta abrir os livros dos seus grandes homens, desde Thackeray⁸⁶, o artista, que com um tão frio rancor lhe fez a sátira sangrenta, até Carlyle⁸⁷, o filósofo, que passou a existência a fulminá-la com uma tumultuosa cólera⁸⁸ de profeta...

Da Inglaterra pode-se dizer que - ao contrário da generosa França - as suas virtudes só a ela aproveitam e os seus vícios contaminam o mundo.

É à Inglaterra que se deve o egoísmo crescente que nos vai petrificando o coração - esse egoísmo tao particularmente inglês, que faz com que em Hyde Park⁸⁹, no seu centro de luxo, trezentas pessoas, em torno de um lago, vejam uma pobre criança afogar-se, sem que nenhuma se incomode a tirar o charuto da boca para lhe estender uma tábua! É à Inglaterra que devemos esta crescente hipocrisia que invade o mundo, e que faz com que em Londres, nos cartazes que anunciam as peças de Sardou⁹⁰ ou Dumas⁹¹, se ajunte esta estupenda declaração - adaptada às justas exigências da moralidade inglesa-, - enquanto que, na rua, por baixo desses mesmos cartazes, rola, sem cessar, a mais vil torrente que o mundo viu de bêbados e de prostitutas!

Mas deixemos as máculas⁹² de Inglaterra, a lista é longa; - quero só aludir a um outro abominável defeito que ela sempre teve, e que agora desenvolveu em proporções

intoleráveis: - a sua espantosa filúcia, a sua ruidosa bazófia⁹³, o seu tremendo ar - mata-sete -!

É sobretudo neste momento, desde o começo da guerra do Egipto, que os que, como eu, amam a Inglaterra, sofrem em lhe ver estes extravagantes modos de valentão de romance picaresco. Os telegramas que os correspondentes de jornais enviam das operações da guerra, sobretudo os comentários dos próprios jornais, seriam lamentavelmente grotescos, se não fossem odiosamente impertinentes. Os franceses (que não são modestos) puseram trinta mil alemães fora de combate na batalha de Gravelotte⁹⁴, e todavia não fizeram a décima parte do alarido, da gloriola⁹⁵, do espalhafato⁹⁶ com que os ingleses celebraram a escaramuça⁹⁷ de Ramleh, onde os egípcios perderam -quarenta e tantos homens-! Parece faltar-lhes o sentimento da proporção das coisas: um correspondente do *Daily News*⁹⁸ anunciava, há dias, como um feito heróico, digno de ir à posteridade, o terem alguns soldados em marcha dado um pedaço de pão de munição a um arabe que morria de fome à beira de um caminho! Era espanto de encontrar dentro de peitos ingleses um resto de piedade humana?

Não. Queria provar que nenhum exército no mundo faz a guerra com uma profunda clemência!

Ou celebrem o aspecto físico dos regimentos ou a afinação das bandas de música, a pontaria dos artilheiros ou a forma dos capacetes, os talentos do Estado-Maior ou a excelência da bolacha de munição - vem logo em letras gordas, a frase tola - -o que há de melhor no mundo-!

Faz uma vedeta⁹⁹ inglesa fogo sobre uma vedeta egípcia e depois recolhe à trincheira? Logo este facto é declarado -tão nobre pelo heroísmo como hábil pela prudência-!

Os coros que se entoam em torno do general Wolseley, pertencem à pura farsa.

Eu quero crer que ele é um grande homem - ainda que por ora nada mais fez que debandar uma pobre horda de negros armados de flechas que vegetavam junto a não sei que rio da África; mas que se pode pensar quando se lê no *World* e em outros papéis, que ele é o - maior general do século-? Onde vive um certo Moltke¹⁰⁰? Quando existiu um chamado Napoleão¹⁰¹?

O melhor, mais bem feito, mais importante jornal de Londres, a *Pall -Mall Gazette*, envergonhado de tudo isto, explica, com a sua usual habili- dade, que estas fanfarronadas não são destinadas à Europa - mas ao Egipto -para levantar o moral das tropas-! Têm pois esses regimentos em campanha, nos arcaís da África, diante dum inimigo formidável, vagares¹⁰² para ler as gazetas? Recebe cada soldado raso, com o seu rancho da manhã, um número do *Times*? A respeitável *Pall-Mall* blagueia¹⁰³. Para animar, recompensar as tropas, lá estão as

proclamações dos generais. Aí sim - a ênfase deve correr em torrentes e quando um desgraçado homem, depois de ter marchado todo um dia, com fome, com sede, com os pés em sangue na areia e um céu de fogo nas costas, volta à noite ao acampamento, estendido numa maca, com duas balas no corpo - não é muito que se lhe diga que ele é o primeiro soldado do mundo!

E também -para levantar o moral das tropas- que o *Times*, e o *Spectator*, falam, de mão na cinta, e suíça ao vento, de -impor à Europa a vontade da Inglaterra-?

Não, é mera fanfarronada.

E não é só nos jornais. Entre-se num *club*, num *restaurant*¹⁰⁴, converse-se com um conhecido, entre duas chávenas¹⁰⁵ de chá - e vem logo a mesma jactância¹⁰⁶ de roncador: -Vamos dar cabo de tudo! Temos dinheiro a rodo! Cá, ao pulso inglês nada resiste... E se o mundo respinga, quebram-se-lhe as ventas! ...

A Inglaterra perdeu as suas boas maneiras.

É forte, decerto - mas fala da sua força com a brutalidade de um héracles¹⁰⁷ de feira que esbugalha os olhos e mostra os músculos; é rica, decerto - mas fala do seu dinheiro com a grosseria dum ricoço que abarrota fazendo tinir as libras na algibeira¹⁰⁸ ...

Onde está a famosa *self-possession*¹⁰⁹ da Inglaterra e sua tranquila dignidade? John Bull tornou-se Ferrabrás¹¹⁰. Ora, uma muito velha banalidade ensina-nos que não há verdadeira força sem serenidade, e que sem modéstia não há verdadeira grandeza.

Notas explicativas

1. **cepticismo:** doutrina filosófica dos que duvidam de tudo e afirmam não existir a verdade.
2. **filáucia:** egoísmo; presunção.
3. **escaramuças:** brigas, conflitos.
4. **lânguidas:** frouxas; sem forças.
5. **letras de palmo:** letras grandes, já que palmo é uma unidade de comprimento que vai da ponta do polegar à do mínimo estando a mão bem aberta.
6. **mapas litografados:** mapas feitos a partir da litografia, que é um processo de gravura em plano, executado sobre pedra calcária ou sobre placa de metal, e com substâncias que impedem que a tinta de impressão adira às partes que absorveram a umidade.

7. **rufos de prosa:** conversar barulhentas, já que rufo é um som semelhante ao toque do tambor.
8. **alarido:** clamor de vozes; choro, lamentação.
9. **pelejada:** combatida.
10. **batalha de Waterloo:** combate travado em 18 de junho de 1815, nas proximidades da cidade de Waterloo, a 15 Km de Bruxelas. Napoleão I foi derrotado pelo exército inglês, sob o comando do duque de Wellington, e pelo prussiano, do general von Brunner.
11. **estendal:** ação de mostrar com ostentação, por vaidade.
12. **reverberação:** reflexo.
13. **tórrido:** forte, intenso.
14. **estribo:** peça pendente em que o cavaleiro apóia os pés.
15. **cresta:** queima levemente; tosta.
16. **botim:** bota de cano mole que cobre até o meio da perna.
17. **dizimam:** destroem grande número de (regimentos).
18. **Trípoli (Líbano):** cidade e porto do norte do país, na costa do mediterrâneo. Centro administrativo da província do Líbano do Norte, a 65 quilômetros de Beirute, data do século VII a.C.
19. **finda:** terminada, acabada, concluída.
20. **esvaído:** acabado, finalizado.
21. **reveses:** imprevistos; contratempos; fatalidades.
22. **rebuço:** parte da capa em que se esconde o rosto, ou seja, sem vergonha..
23. **protetorado:** situação de um Estado estrangeiro que é colocado sob a autoridade de outro Estado, principalmente no que concerne às relações exteriores e à segurança.
24. **democrata:** pessoa que é partidária da democracia, que é um regime político que se funda na soberania popular, na liberdade eleitoral, na divisão de poderes e no controle da autoridade.
25. **liberalismo:** doutrina dos partidários da livre-empresa, que se opõe ao socialismo e ao dirigismo; mais particularmente, teoria segundo a qual o Estado não deve intervir nas relações econômicas que existem entre indivíduos, classes ou nações.
26. **assaz:** bastante; muito.
27. **narghilé:** (palavra francesa). Cachimbo largamente usado pelos turcos, hindus e persas, composto de um forninho, um tubo, e vaso cheio de água perfumada que o fumo atravessa antes de chegar à boca.

28. **pitoresco:** que chama atenção pela beleza, pela originalidade.
29. **ode:** poema lírico, dividido em estrofes simétricas, destinado a celebrar grandes acontecimentos ou homens de relevo (odes pindáricas), ou a expressar sentimentos mais familiares (odes anacreônticas).
30. **cépticos:** aquele que não crê, que duvida de tudo; descrente; desconfiado.
31. **prostra:** se lança ao chão em postura de súplica ou de adoração.
32. **calvário:** colina onde foi erguida a cruz de Cristo.
33. **positivista:** pessoa que é adepta do positivismo, que é uma filosofia sistematizada por Augusto Comte, que pretende que o espírito humano deve renunciar a conhecer a natureza das coisas e contentar-se com as verdades tiradas da observação e da experiência dos fenômenos.
34. **dervixes:** monge muçulmano.
35. **Jejum do Ramadã** ou Ramadão: nono mês do ano lunar muçulmano, consagrado ao jejum. (Durante todo o mês, os muçulmanos observam o jejum desde o nascer até ao pôr do sol).
36. **controvérsia:** discussão, debate, polêmica.; divergência de opiniões.
37. **Renans:** refere-se a Ernest Renan, (1823-1892). Filósofo e historiador francês. Livre pensador, conhecido sobretudo por seus estudos sobre a história das religiões.
38. **claustro:** aproveitado no sentido de solitário, isolado
39. **oásis:** nos desertos, pequena região em que a presença da água permite a cultura e onde as caravanas descansam e se orientam.
40. **prêt:** (palavra francesa), empréstimo.
41. **huri:** mulher belíssima que o Corão promete ao fiel muçulmano na vida futura.
42. **Paraíso:** no Antigo Testamento, jardim de delícias onde Deus colocou Adão e Eva.
43. **Krupp:** família de industriais alemães. Alfred (1812 - 1887) desenvolveu as usinas de Essen.
44. **sujeição:** submissão.
45. **cruzada:** nome dado às expedições empreendidas entre os séculos XI e XIII pela Europa cristã, com o objetivo de recuperar o Santo Sepulcro que estava em mãos dos turcos. Para alcançar esse objetivo, os peregrinos organizaram-se em tropas armadas.
46. **Pedro Eremita:** pregador francês (1050 - 1115). Foi o principal pregador da primeira Cruzada, para qual arrastou uma multidão desorganizada, que foi dizimada.
47. **enxovia:** prisão profunda, obscura e úmida.

48. **seita:** doutrina (em geral religiosa) que se afasta da crença ou opinião geral e é seguida por um número considerável de dissidentes.
49. **militante:** que, ou quem milita, tem atividade, está em exercício.
50. **Clóvis I:** (465 - 511), rei dos francos sálios de Tournai após a morte de seu pai, Childerico II (481). Fundador da monarquia franca e rei único de toda Gália, recebeu do imperador do Oriente o título de patrício; protegeu o catolicismo e reuniu um concílio em Orleães (511). Recebera o batismo das mãos de São Remígio, em Reims (496), tornando-se assim o primeiro rei bárbaro católico.
51. **chaga:** lesão na carne causada por ferimento, queimadura ou tumor.
52. **Soliman:** (Salomão), século V a.C). Rei de Israel, filho e sucessor de Davi. Célebre pela sabedoria, conduziu seu reino ao apogeu militar e comercial.
53. **subalternas:** inferiores, secundárias.
54. **desfraldá-lo:** soltá-lo.
55. **impermeável:** insensível.
56. **hirtos:** duros; ásperos.
57. **escarpados:** que é íngreme (empinado), de acesso difícil.
58. **talhados a pique:** cortados verticalmente.
59. **pale-ale:** (língua inglesa), cerveja clara.
60. **roast-beef:** (língua inglesa), rosbife.
61. **impelindo:** empurrando.
62. **home:** (palavra inglesa), pátria, origem.
63. **cricket:** (críquete), jogo de equipe inglês, jogado com bastões de madeira, bolas e balizas.
64. **gentleman:** (palavra inglesa), homem gentil.
65. **manipanso:** ídolo africano, feitiço.
66. **rabicho:** pequena trança de cabelo pendente da nuca.
67. **etiqueta:** formas cerimoniais usadas entre particulares.
68. **Zululândia:** região do NE da província de Natal (República da África do Sul). Constitui em grande parte uma "reserva" indígena.
69. **Cafraria:** denominação dada outrora pelos árabes à parte da África ao S do equador.
70. **Terra Negra:** refere-se aos países da África.
71. **cubata:** habitação dos negros da África; senzala.
72. **refundem:** refazem inteiramente.

73. **Basutos** ou Sotos: habitantes do Lesoto e áreas da África meridional, como Bostsuana e África do Sul. Não constituem um grupo étnico, mas sim um grupo lingüístico e cultural de falar banto.
74. **Casa de Hanover:** dinastia real britânica de origem germânica que reinou conjuntamente sobre a Grã-Bretanha e o estado alemão de Hanover de 1714 a 1837.
75. **sacrílego:** que comete o sacrilégio, que é o pecado contra a religião.
76. **Stock Exchange:** (língua inglesa), bolsa de valores.
77. **Vênus de Milo:** estátua de Afrodite, atualmente no museu de Louvre em Paris. Escultura de autor anônimo do século II a.C. Foi encontrada na ilha de Melos, no mar Egeu, em 1820.
78. **cinzel:** lâmina de aço usada para trabalhar a madeira, o ferro, a pedra, o mármore.
79. **railways:** (palavra inglesa), estradas de ferro.
80. **Hyderabad:** (ou Haiderabada), cidade da Índia, capital do Estado de Andhra Pradesh. Arcebispo católico.
81. **gasômetros:** reservatório que serve para armazenar o gás e distribuí-lo sob pressão constante.
82. **Northumberland:** condado do N da Inglaterra. Capital: Newcastle-upon-Tyne. Bacia hulhífera (combustível mineral fóssil sólido).
83. **frugalidade:** simplicidade de costumes, de vida.
84. **policeman:** (palavra inglesa), policial.
85. **workhouse:** (palavra inglesa), casa de correção.
86. **Thackeray:** (William Makepeace), escritor inglês (1811-1863), autor de ensaios, relatos históricos e romances nos quais satiriza a hipocrisia e os ridículos da sociedade britânica (*Feira das vaidades, 1847-1848*).
87. **Carlyle:** (Tomas), historiador e crítico inglês (1795-1881), adversário do materialismo e do racionalismo, apóstolo da ação, lançou em 1841 *Sobre os heróis, o culto do herói e o heróico na história*.
88. **cólera:** ódio, raiva, ira.
89. **Hyde Park:** parque de Londres, na parte O da cidade.
90. **Sardou:** (Victorien), autor dramático francês (1831-1908). Autor de comédias e de peças históricas (*Madame Sans-Gêne, 1893*).
91. **Dumas:** (Alexandre), escritor (1802-1870). Ajudado por muitos colaboradores, assinou perto de trezentas obras e foi o escritor mais popular da época romântica com seus dramas e romances.

92. **máculas:** em sentido figurado diz respeito à desonra, defeito moral, impureza.
93. **bazófia:** impostura, fanfarrice.
94. **batalha de Gravelotte:** Gravelotte, na França, foi cenário de sangrentos combates da guerra franco-prussiana, em 1870.
95. **gloriola:** pequena glória, sem muito valor.
96. **espalhafato:** barulho; confusão.
97. **escaramuça:** rápido encontro entre os elementos avançados de dois exércitos.
98. **Daily News:** jornal americano, campeão em circulação em New York.
99. **vedeta:** atriz de teatro, especialmente a principal de um espetáculo; estrela, vedete
100. **Moltke:** (Helmuth, conde Von), marechal prussiano (1800-1891). Chefe do grande estado-maior de 1857 a 1888, exerceu o comando em 1864, por ocasião da guerra dos Ducados; em 1866, na campanha da Boêmia; em 1870-1871, na guerra franco-prussiana.
101. **Napoleão:** (1769-1821). Imperador da França de 1804 a 1814. Gênio militar e político, figura influente na Europa nos 20 anos que se seguiram à revolução francesa.
102. **vagares:** tempo desocupado.
103. **blagueia:** mente.
104. **restaurant:** (palavra inglesa), restaurante.
105. **chávena:** xícara, taça ou outro utensílio de louça ou de metal para chá, café ou outra bebida quente ou fria.
106. **jactância:** arrogância, altivez.
107. **hércules:** homem de extraordinária valentia e bravura.
108. **algibeira:** pequeno saco ou bolso numa peça do vestuário.
109. **self-possession:** (língua inglesa). Presença de espírito, sangue frio.
110. **Ferrabrás:** (ou Fierabrás), canção de gesta do fim do século XII. Celebra a reconquista das relíquias da Paixão, das quais Fierabrás, gigante sarraceno, se havia apoderado quando da tomada de Roma.